UNIDADE DE VIZINHANÇA EM SUAS CONEXÕES LATINO-AMERICANAS

A construção do conceito e suas apropriações nas obras de
Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva e Affonso Eduardo Reidy
entre 1945 e 1958

Dinalva Derenzo Roldan

Dinalva Derenzo Roldan

**UNIDADE DE VIZINHANÇA EM SUAS
CONEXÕES LATINO-AMERICANAS:**

**A construção do conceito e suas apropriações nas
obras de Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva e
Affonso Eduardo Reidy entre 1945 e 1958.**

Exemplar revisado e alterado em realção à versão original,
sob responsabilidade do autor e anuência da orientadora.

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração em Projeto, Espaço e Cultura.

Orientador: Prof^a. Dr^a Maria Cristina da Silva Leme

São Paulo, 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Roldan, Dinalva Derenzo

Unidade de Vizinhaça em suas conexões latino-americanas: a construção do conceito e suas apropriações nas obras de Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva e Affonso Eduardo Reidy entre 1945 e 1958 / Dinalva Derenzo Roldan; orientadora Maria Cristina da Silva Leme. - São Paulo, 2019. 290.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

1. Unidade de Vizinhaça. 2. José Luís Sert. 3. Carlos Raúl Villanueva. 4. Affonso Eduardo Reidy. I. Leme, Maria Cristina da Silva, orient. II. Título.

UNIDADE DE VIZINHANÇA EM SUAS CONEXÕES LATINO-AMERICANAS: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E SUAS APROPRIAÇÕES NAS OBRAS DE JOSEP LLUÍS SERT, CARLOS RAÚL VILLANUEVA E AFFONSO EDUARDO REIDY ENTRE 1945 E 1958.

RESUMO

A pesquisa lança uma reflexão sobre a construção do conceito de Unidade de Vizinhança por Clarence Perry (1872 – 1944), em estreita relação com a noção de comunidade desenvolvida pela Escola de Chicago de sociologia. Explora também a circulação deste conceito através das redes profissionais e publicações do período analisando as apropriação da Unidade de Vizinhança nos discursos e nas práticas de arquitetos atuantes na América Latina no segundo pós-guerra através de suas trajetórias, produção intelectual e planos urbanos. O foco recai nos movimentos de circulação, recepção deste conceito e suas apropriações nos planos urbanos e projetos concebidos por Josep Lluís Sert (1902-1983) na Colômbia, Carlos Raúl Villanueva (1900-1975) na Venezuela e Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) no Brasil entre os anos 1945 e 1958. Momento em que a América Latina passa a ser alvo de olhares de arquitetos e críticos de arquitetura e urbanismo modernos, vistos ora como desvios dos preceitos modernistas, ora como singularidades inovadoras. Contudo, é o momento em que a América Latina é sobretudo um espaço de circulação de profissionais estrangeiros, sejam como consultores, migrantes que se estabelecem, viajantes etc, que intensificam os contatos e trocas culturais. O trabalho localiza o debate teórico e conceitual que embasa as proposições urbanísticas acerca do conceito de Unidade de Vizinhança, seu deslocamento do campo sociológico para o urbanístico e sua formalização diante da relevância que o tema assume no debate urbanístico no segundo pós-guerra.

Palavras-Chave: Unidade de Vizinhança; Josep Lluís Sert; Carlos Raúl Villanueva; Affonso Eduardo Reidy; Congresso Internacional de Arquitetura Moderna; História do Urbanismo.

**THE NEIGHBORHOOD UNIT IN ITS LATIN AMERICAN CONNECTIONS:
CONSTRUCTION OF THE CONCEPT AND ITS APPROPRIATION IN THE
WORK OF JOSEP LLUÍS SERT, CARLOS RAÚL VILLANUEVA AND AFFONSO
EDUARDO REIDY FROM 1945 TO 1958.**

ABSTRACT

This research aims to reflect on the concept of Neighborhood Unit, constructed by Clarence Perry (1872 – 1944) in relation to Sociological School of Chicago's notion of community, and investigates how this concept has been circulated, adapted and appropriated in Latin American cities after the Second World War, through the discourses and practices of architects. Our focus is the reception of the concept in the context of urbanistic debates, as it becomes an instrument in urban plans conceived by Josep Lluís Sert (1902-1983) in Colombia, Carlos Raúl Villanueva (1900-1975) in Venezuela and Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) in Brazil between 1945 and 1958. At that time, Latin America attracted the interest of architects and critics of architecture and modern urbanism, as the region presented both “deviations” of modernist principles and innovative singularities, becoming a space of circulation, intensified contacts and cultural exchanges for foreign professionals. This project intends to locate the theoretical and conceptual debate underlying the urban propositions around the concept of Neighborhood Unit, its formalization and displacement from the sociological research field to urban, considering the importance, it is given in the urban debate in the post-World War II years.

Key-word: Neighborhood Unit; Josep Lluís Sert; Carlos Raúl Villanueva; Affonso Eduardo Reidy; Internacional Congress of Modern Architecture; History of Urbanism.

SUMÁRIO

7 INTRODUÇÃO

8 Apresentação

18 Circulação das ideias e suas apropriações: reflexão metodológica sobre a história do urbanismo na América Latina através de diálogos disciplinares

35 CAPÍTULO 1 | Unidade de Vizinhança: a ideia em construção

37 1.1. Revisitando a Unidade de Vizinhança

52 1.2. Comunidade e Vizinhança: da sociologia ao urbanismo

75 1.3. Escola, Centro Comunitário e Playground: práticas sociais da “Era Progressista” norte-americana

83 CAPÍTULO 2 | A circulação do conceito de Unidade de Vizinhança através das redes profissionais e publicações

84 2.1. A difusão da Unidade de Vizinhança através *County of London Plan* (1943)

85 Os esforços de divulgação do Plano Regional de Nova York

88 A Unidade de Vizinhança no *County of London Plan* (1943)

91 A Unidade de Vizinhança na difusão do *County of London Plan*

97 2.2. Unidade de Vizinhança no debate sobre urbanismo no pós-guerra difundido pela revista *L'Architecture d'aujourd'hui*

97 A formação de *L'Architecture d'aujourd'hui* e o desenho de sua estrutura

100 Urbanismo em debate na revista

116 2.3. Unidade de Vizinhança entre Europa e América Latina através da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* entre 1945 e 1958

116 A presença latino-americana em *L'Architecture d'aujourd'hui*.

122 América Latina prismática

129 A difusão da Unidade de Vizinhança na obra de Josep Lluís Sert, Affonso Eduardo Reidy e Carlos Raúl Villanueva por *L'Architecture d'aujourd'hui*.

133 CAPÍTULO 3 | Josep Lluís Sert na Colômbia

134 3.1. Josep Lluís Sert entre Europa, Estados Unidos e América Latina

139 3.2. Sert entre a Cidade Funcional, a Escala Humana e a Unidade de Vizinhança

148 3.3. Unidade de Vizinhança na obra de Josep Lluís Sert e Paul Wiener na América Latina pelas lentes da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* entre 1945 e 1958.

179 3.4. Atuação de Sert na Colômbia e a conformação de uma nova pauta no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

194 CAPÍTULO 4 | Carlos Raúl Villanueva na Venezuela

195 4.1. Carlos Raúl Villanueva: formação francesa, atuação venezuelana.

201 4.2. A Unidade de Vizinhança na obra de Carlos Raúl Villanueva na Venezuela pelas lentes da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* de 1945 a 1958.

217 4.3. A Unidade de Vizinhança nas obras habitacionais de Villanueva no âmbito do *Banco Obrero* de 1942 a 1957.

225 CAPÍTULO 5 | Affonso Eduardo Reidy e Carmen Portinho no Brasil

226 5.1. O arquiteto Affonso Eduardo Reidy e a urbanista Carmen Velasco Portinho: os anos de formação e o debate urbanístico dos anos 1930 a 1945 no Rio de Janeiro.

236 5.2. A obra de Affonso Eduardo Reidy no Brasil pelas lentes de *L'Architecture d'aujourd'hui* de 1945 a 1958: Pedregulho como *Unité d'habitation*.

251 5.3. Unidade de Habitação e Unidade de Vizinhança: habitação e equipamentos comunitários sob a ótica do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal de 1946 a 1958.

259 CONSIDERAÇÕES FINAIS

265 BIBLIOGRAFIA

290 AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

Apresentação

A historiografia da arquitetura e urbanismo dirige a Clarence Arthur Perry (1872 - 1944) a construção do conceito de Unidade de Vizinhança (Cohen, 2013; Hall, 1988; Mumford, 1982). Sociólogo e planejador, Perry desenvolveu tal conceito primeiramente em uma reunião da *American Sociological Association* e da *National Community Association* em 1923 e posteriormente detalhou tal conceito em sua monografia para o Plano Regional de Nova York em 1929 financiado pela *Russell Sage Foundation*, entidade em que trabalhou de 1913 a 1937 (Hall, 1988).

A Unidade de Vizinhança teria como elemento central a implantação de escolas locais com sua área envoltória constituindo praças como espaços de referência para o desenvolvimento das atividades comunitárias. Tratava-se, segundo Hall, de uma proposta urbana para a formação de ideais sociais de cooperação e associação na vida densa e fragmentada da cidade moderna. Tal proposta urbana teria ainda seu tamanho definido em função da área de abrangência da escola primária de um raio de aproximadamente 800m com acesso por caminhos de pedestres. Os serviços e comércios locais estariam localizados nas “esquinas” das diversas unidades de vizinhança onde as principais vias arteriais conformariam os limites de cada vizinhança e a malha interna viária

facilitaria a circulação interna, mas desestimularia o tráfego direto de veículos. Deste modo, Perry cria um sistema em que protege e estimula a vida comunitária na escala do pedestre contra “ameaça” do automóvel e a fragmentação urbana criada pelas vias de tráfego intenso e autopistas, assim como a superlotação dos grandes centros urbanos.

Contudo, as propostas do Plano Regional de Nova York não se reduziram ao conceito de Unidade de Vizinhança. Tratava-se, antes, de um plano que buscava direcionar e controlar o planejamento de áreas periurbanas onde novas atividades industriais estavam se estabelecendo.

Ilustração Unidade de Vizinhança.

Fonte: Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929.

Deste modo, planejando o desenvolvimento da região que circundava a cidade. O plano colocava-se dentro do debate sobre o planejamento regional e a construção das cidades-jardins como proposta de descentralização dos grandes centros urbanos onde os problemas da concentração urbano-industrial eram alardeados sobretudo com a imagem dos cortiços insalubres e adensados. As Unidades de Vizinhança articuladas entre si e associadas a um plano regional buscavam não a descentralização, claramente defendida pela cidade-jardim, e sim reorientar a recentralização do comércio e da indústria em subcentros podendo aliviar a sobrecarga populacional.

Mumford enxerga, no conceito de Unidade de Vizinhança, a restituição de alguns aspectos da ideia de participação democrática e iniciativa local em uma sociedade em que as associações de vizinhança aparecem como fatos residuais.

Uma vez criado, o centro social da comunidade poderia estabelecer-se em diversas direções incentivando a participação em teatros, a prática de artes e ofícios, formando um centro para a vida espiritual e cultural da vizinhança, como outrora o tinha feito a igreja (Mumford, 2008, p. 597).

Todavia, para o autor, Perry introduzira uma contribuição própria ao criar uma estrutura elementar que se tornaria parte ativa do plano urbano maior. A unidade de vizinhança não era um sistema fechado em si, ao contrário, articulava-se com o restante da cidade. Deste modo, para Mumford, a unidade de vizinhança tem como potencial elementos de uma nova espécie de cidade, com centros múltiplos, operada em escala regional (Mumford, 2008, p. 600).

Para as autoras Devillard e Janière, a Unidade de Vizinhança seria a codificação de um instrumento de planificação urbana oriundo da noção de vizinhança desenvolvida pela Escola de Chicago¹ nos anos 1920. Esta noção apresentaria dois conteúdos, sociais e espaciais, sobrepostos a partir da noção de comunidade desenvolvida por Ernest Burgess e Robert Park². Cabe indagar justamente *como* Perry codifica a noção de comunidade no conceito de Unidade de Vizinhança a partir do debate sociológico dos anos 1920 no meio norte-americano e o instrumentaliza no Plano Regional de Nova York em 1929. As autoras observam ainda como esta temática da comunidade relacionada ao espaço urbano ganharia repercussão entre os anos 1945 e 1955 no meio profissional dos arquitetos de maneira que as reflexões da sociologia urbana estariam presentes na configuração do campo disciplinar do urbanismo (Devillard; Jannière, 1977).

Segundo Jean-Louis Cohen, o conceito de Unidade de Vizinhança, como sendo “a menor unidade urbano-residencial capaz de permitir uma boa vida coletiva” (Cohen, 2008) propagar-se-ia por planos urbanos nos mais variados países após a Segunda Guerra Mundial. Neste período a tecnologia industrial bélica foi adaptada para a produção de bens de consumo, a arquitetura moderna se realizaria graças ao vínculo com a produção industrial e soluções então experimentais desenvolvidas entre os anos 1920 e 1930 teriam uma produção massificada. No âmbito urbano, uma inflexão importante ocorreria com relação aos preceitos modernistas: a

1 A Escola de Chicago de sociologia, como ficou conhecida em referência ao grupo e às pesquisas empreendidas dentro do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, pode ser compreendida, segundo Eufrásio (2006), em dois momentos iniciais: de 1912 a 1922 em que se desenvolve propostas de pesquisas e estudos empíricos na cidade de Chicago, e posteriormente, de 1922 a 1934, período em que são concluídas as pesquisas utilizando os procedimentos, concepções e teorizações dos anos iniciais.

2 Os textos *The growth of the city: An introduction to a research Project* de Ernest Burgess, publicado inicialmente em 1923, e *The City: Suggestions for the Investigation of Human behavior in the Urban Environment* de Robert Park publicado em 1915, comporiam a coletânea de artigos do livro *The city* organizado por Burgess e Robert Park em 1925, inserindo-se no contexto de formulação de um programa de pesquisa que orientaria as pesquisas realizadas nos anos subsequentes. Podemos citar ainda o texto de Roderick McKenzie *The ecological approach to the study of human community* também publicado no livro, que junto ao texto de Burgess, assumiriam o caráter metodológico dentro da obra.

tábula rasa e mesmo o ímpeto vanguardista anti-histórico de contraposição à cidade existente ou histórica, expressos em modelos urbanos como *Plan Voisin* (1925) de Le Corbusier (1887 – 1965) e a Cidade Vertical (1924) de Ludwig Hilberseimer (1885–1967), seriam colocados em questão diante da nova problemática do vazio deixado pelos bombardeios nos tecidos urbanos. A demanda colocada pela guerra foi a reconstrução das cidades e as propostas passaram desde a reconstituição do tecido à modernização da forma urbana em escala regional. Mas sobretudo, o imperativo colocado foi refazer o “tecido social pela reativação da memória e dos valores locais visíveis tanto nos monumentos comemorativos quanto na arquitetura vernacular” (Arantes, 2001, p.155) em contraposição aos modelos abstratos de reorganização das cidades.

Cohen chama a atenção para mais um aspecto relevante desta esfera urbana. De 1948 a 1951 o Plano Marshall injetou vultuosos investimentos norte-americanos na Europa para a reconstrução econômica que passou pela aquisição de equipamentos e tecnologia norte-americanos. Refazer a indústria pesada passou pela difusão do fordismo e a disseminação do automóvel que acarretou modificações significativas no espaço urbano. Os planos urbanos combinariam, então, soluções de renovação urbana com a extensão das aglomerações urbanas por meio de conjuntos habitacionais, infraestrutura de comunicação e circulação e a criação de uma rede de equipamentos comunitários dimensionados em conformidade com o conceito de Unidade de Vizinhança (Cohen, 2013, p. 300).

O autor assinala que tal conceito seria introduzido na Europa inicialmente por urbanistas ingleses, interpretação ratificada pelos estudos de Peter Hall que afirma que durante os anos 1920 e 1930 haveria um grande trânsito entre planejadores britânicos e norte-americanos (Hall, 2005, pg.191), e seria divulgado na França através dos textos do urbanista Gaston Bardet³ (1907-1989) (Cohen, 2013, p. 301).

Uma referência importante para o debate urbanístico do pós-guerra, segundo Cohen, seria o *County of London Plan* (1943) de Patrick Abercrombie e John Henry Forshaw. Este caracterizaria Londres como um aglomerado de “comunidades sociais” com maior densidade no centro e periferias mais esparsas, a malha viária seria ajustada à trama existente mantendo as centralidades históricas, e por fim, os bairros seriam delimitados e configurados através das unidades de vizinhança, como um módulo básico para a distribuição dos equipamentos

3 Gaston Bardet (1907-1989) foi arquiteto e urbanista francês que a partir dos anos 1940 publicou trabalhos importantes sobre pesquisas e métodos de análise das estruturas sociais e urbanas, dentre eles podemos citar *Problème d'urbanisme* (1941), *L'urbanisme* (1945) e artigos em diversas revistas entre elas *Revue Economie et Humanisme* que divulgava leituras e propostas do *Mouvement Économie et Humanisme* do qual Bardet participou junto ao idealizador do movimento Louis-Joseph Lebreton. Em 1945 aparece na *Revue Economie et Humanisme*, de circulação francesa, um artigo de Bardet analisando a Unidade de Vizinhança de Perry. BARDET, Gaston. L'unité de voisinage dans l'urbanisme anglo-saxon. *Revue Economie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 427-435, Jui-Aout 1945.

coletivos. Modelo próximo ao *County of London Plan* seria formulado para o programa das *New Towns*, cidade novas compostas por unidades de vizinhança. Desde modo, percebe-se como o conceito formulado no Plano de Nova York é assimilado e difundido em novos contextos urbanos, políticos e econômicos buscando reorientar o planejamento agora em sua escala regional diante do crescimento urbano e populacional, mas também buscando reativar os vínculos sociais e comunitários em um momento de esgarçamento social ocorrido durante os anos de conflitos assim como buscando responder a indiferenciação causada pela massificação industrial.

Exibição do *County of London Plan* em 1943.

Fonte: The Guardian.

Foi neste contexto que as atividades do CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - foram retomadas. O período entre o CIAM VI de 1947 em Bridgwater na Inglaterra e o CIAM de 1959 em Otterlo nos Países Baixos é considerado pela historiografia como os anos turbulentos da entidade (Mumford, 2002; Frampton, 2003; Cohen, 2013; Barone, 2002) em que conflitos e divergências são expressos com maior visibilidade. No imediato pós-guerra as abordagens do CIAM seriam reformuladas tendo em vista as mudanças de sensibilidade ocasionadas pela guerra. O imperativo da cidade funcional e racional em analogia ao funcionamento programado das máquinas seria arrefecido após os conflitos, não pelo abandono de uma utopia da sociedade maquinista, mas por sua plena realização em que o progresso técnico e científico havia liberado e potencializado forças de destruição jamais vistos em intensidade e proporção. Passam a tomar corpo as críticas à própria entidade por sua ênfase na civilização mecânica e se colocava como perspectiva propostas que retomam a centralidade do homem e sua interação com o meio.

O CIAM VI de 1947 realizado em Brigdewater foi o primeiro após os conflitos sendo organizado pelo grupo MARS - *Modern Architectural Research Society* - que havia participado do *County of London Plan* em 1942 (Cohen, 2013). A retomada do encontro foi marcada pela tentativa de “transcender a esterilidade abstrata da ‘cidade funcional’ com o intuito de criar “um ambiente físico capaz de satisfazer as necessidades emocionais e materiais do homem” (Frampton, 2003, p. 329). A questão seria retomada e desenvolvida no CIAM VIII de 1951 realizado em Hoddesdon e organizado mais uma vez pelo grupo MARS. Nesta edição o tema para o encontro foi ‘O coração da cidade’ retomando questões abordadas por Sigfried Giedion, Josep Lluís Sert e Fernand Léger em 1943 sobre a nova monumentalidade, mas então espacializado através do programa do centro cívico.

As pessoas querem que os edifícios que representam sua vida social e comunitária possam dar-lhes uma satisfação funcional maior. Querem satisfazer sua aspiração à monumentalidade, à alegria, ao orgulho e à comoção (Sert, Léger, Giedion APUD Frampton, p. 329)

Para além da discussão sobre a monumentalidade, Sert parecia ciente do problema que os arquitetos vinham enfrentando: a reconstrução e o desenvolvimento de novas regiões que exigiam a criação de novas ‘comunidades urbanas’⁴ (Sert, 1952).

O autor propõe ainda um programa geral arquitetônico para o centro cívico em que podemos notar uma humanização do funcionalismo mecanicista. Segundo o autor, o arquiteto só pode construir um marco em que se possa desenvolver a vida comunal, o centro cívico deveria ser um espaço da pluralidade e totalidade, mas não uma estrutura arquitetônica unificada. Os “corações urbanos” deveriam trabalhar com os contrastes e as variações entre espaços abertos e fechados, edifícios altos e baixos e ainda diferentes proporções entre altura e larguras. Esta variação de ocupação do espaço é bastante distinta da ideia de seriação dos edifícios no espaço realizada em nome de um funcionalismo ortodoxo. Com relação ao funcionalismo da cidade, é proposto a setorização das funções urbanas, mas de forma orgânica e ainda uma rede ou ‘constelação de centros de comunidades’ com uma diversidade de núcleos em contraste com as propostas de grandes eixos estruturadores. Coloca-se em questão a perspectiva de descentralização das cidades-jardins, vista então como uma dispersão excessiva e geradora de uma população suburbana, tratava-se naquele momento de criar mecanismo de recentralização e adensamento populacional ou ainda, lugares da manifestação do “sentido de comunidade” (Sert, 1952). Nota-se, portanto, a estreita ressonância dos debates do Plano de Nova York, cidade em que Sert vivia desde 1939.

4 O artigo intitulado *Centers of community life* (Sert, 1952) foi publicado no livro *The heart of the city* (Sert, Rogers, Tyrwhitt, 1952) que compila o resultado dos trabalhos apresentados no CIAM VIII, presidido por Sert.

O arquiteto espanhol Josep Lluís Sert se exilou nos Estados Unidos em 1939 após a ascensão do General Franco findada a Guerra Civil Espanhola (Segre, 2009). Fixando-se na cidade de Nova York, fundou junto com Paul Lester Wiener a *Town Planning Associates* (1943-1958), escritório que realizou na América Latina um grande número de importantes planos urbanos como, por exemplo, o projeto para a Cidade dos Motores (1945) no Rio de Janeiro; a nova cidade de Chimbote, no norte do Peru (1948); os Planos pilotos para cidades colombianas Tumaco (1947), Medellín (1948), Cali (1950) e Bogotá (1951-53) contendo projetos de bairros e unidades de vizinhanças; as cidades novas na Venezuela (1950-53), e o Plano piloto de Havana, Cuba (1955-58). Em paralelo ao seu ofício de urbanista, muitos textos e livros foram escritos por Sert⁵ em que é possível acompanhar o desenvolvimento de alguns temas teóricos, entre eles a Unidade de Vizinhança, e seu desenvolvimento nos planos urbanos. Pesquisas recentes, como a de Castellanos, revelam como a Unidade de Vizinhança aparece como um modelo de desenvolvimento da habitação junto aos serviços comunitários como forma de garantir a vida em comunidade e redesenhar a quadra a partir da escala humana (Castellanos, 2009) e sua aplicação nos planos realizados na Colômbia. No Plano de Chimbote no Peru aparece um interesse peculiar, a tentativa de reinterpretar formas e referências urbanas tradicionais.

Ao encontrar um terreno árido (...) assentaram uma trama compacta de casapatio com distintas formas de agrupação. Um “tapete urbano” de fácil e econômica construção. O sistema também permitia a recuperação da escala da rua e da praça em distintos níveis. Um centro cívico com uma praça rodeada por um museu, uma igreja e uma biblioteca com a intenção de “reinterpretar a tradição da antiga praça das armas”, nas palavras do TPA (Castellanos, 2007, p. 197. Tradução nossa).

Plano de Chimbote, Peru (1947) apresentado no CIAM 8 no formato do grid formulado pelo grupo MARS.
Fonte: (Mumford & Sarkis, 2008).

⁵ Durante os anos de 1953 a 1969 Sert foi professor na *Harvard Graduate School of Design* onde criou o programa de desenho urbano integrando arquitetura, planejamento, paisagem e desenho urbano.

Com relação a produção bibliográfica de Sert, entre os anos 1940 e 1950 pode-se selecionar ao menos quatro textos fundamentais: *Can our cities survives?* publicado em 1942 em que retoma as propostas dos encontros do CIAM anteriores à Segunda Guerra, *Nine points on monumentality* publicado em 1943 por J. L. Sert, S. Giedion e F. Léger em que se retomam a monumentalidade em contraste com as perspectivas mecanicistas, *The human scale in city planning* de 1944 em que a tônica recai sobre a medida da escala humana e a Unidade de Vizinha como a escala da comunidade, e *Center of community life* de 1951 que pauta os debates do oitavo CIAM, em que Sert foi o presidente. Marco Aurélio Gomes (2009) observa nesta sequência de textos uma mudança gradual de perspectiva vis-à-vis às experiências projetuais realizadas pela *Town Planning Associates* nos países na América do Sul. Estariam as experiências na América do Sul, aquelas ‘marginais’, produzindo reavaliações nas concepções centrais do urbanismo modernista dos CIAM? Mais ainda, estas mudanças e inflexões conformariam a pauta do próprio congresso depois da Segunda Guerra? Seriam as experiências na América Latina não somente casos “marginais” do processo de modernização, mas parte atuante de processos mais amplos e conectados?

Carlos Raúl Villanueva (1900 - 1975) nascido em Londres cursou arquitetura na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* em Paris nos anos 1920, em meio a efervescência cultural do período, quando graduado, em 1929, migrou para Venezuela. O arquiteto exerceu inicialmente atividades no Ministério de Obras Públicas até 1939 onde chegou a ser diretor, a partir deste momento dedica-se a elaboração do Plano Regulador de Caracas trabalhando na Direção de Urbanismo do Governo do Distrito Federal, em que Maurice Rotival⁶ era conselheiro, e dois anos depois assume o cargo de Arquiteto Chefe e Assessor do *Banco Obrero* onde exerceu atividades até 1957, além de professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Central da Venezuela (Araque; Orama, 1999). Autor de inúmeros projetos institucionais como escolas, museus, hospital, estações de passageiros, entre outros, Villanueva dedicou parte significativa de sua carreira aos planos urbanos como Plano Regulador de Caracas, Plano da Cidade Universitária de Caracas e uma série de seus edifícios (1944-1970), projetos habitacionais para o *Banco Obrero* como o planos de reurbanização como *El Silencio* (1941-1945), Unidade de Vizinhança *Las Delicias* (Maracai, 1948-1952), Conjuntos Residenciais *El Paraiso* (1952-1954), Urbanização *23 de Enero* (Caracas, 1955-1957) onde implementou soluções habitacionais de alta densidade com seus serviços comunitários.

6 Maurice Rotival (1897-1980) foi engenheiro e urbanista francês, pertencente a Sociedade Francesa dos Urbanistas e professor da Universidade de Yale. Ao longo de sua carreira, como consultor, realizou uma série de estudos e planos urbanos e regionais em países da América Latina, África e Oriente Médio como o plano monumental para Caracas (1939), Plano Regional para Argel, Plano de desenvolvimento de Madagascar (1952-1954) além de planos em Paris, Marrocos e Bagdá.

Nos projetos de urbanização e nos escritos de Villanueva a Unidade de Vizinhança aparece com bastante nitidez. A composição do conjunto arquitetônico formado por habitações e serviços cooperativos ou públicos davam forma a concepção de Unidade de Vizinhança organizando os espaços das atividades cotidianas de maneira a preservar espaços de descansos, encontros e o fluxo de automóveis. Nas palavras de Villanueva sobre a reurbanização do bairro central de Caracas, *El Silencio*: “sistemas urbanos de transição que, margeando a avenida monumental, se suavizará nas quadras futuras sob a forma de unidades de vizinhanças modernas” (Villanueva, 1950. Tradução nossa). Segundo Paulina Villanueva⁷ a noção de Unidade de Vizinhança empregada pelo arquiteto seria oriunda das doutrinas do norte-americano Clarence Perry e dos franceses Maurice Rotival e Gaston Bardet.

Plano Regulador de Caracas de Maurice Rotival 1938-9.

Fonte: Instituto de Urbanismo UCV.

Reurbanização de *El Silencio* (1942-1945) na colina do Calvário ao fundo da Avenida Bolívar de Caracas.

Fonte: Villanueva, 1950.

Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro dedicou a maior parte de sua carreira ao serviço público alterando entre o Departamento de Habitação Popular e o Departamento de Urbanismo do então Distrito Federal, hoje cidade do Rio de Janeiro. Sua trajetória profissional é reconhecida por obras significativas como marco da arquitetura moderna no Brasil, entre elas o Ministério da Educação e Saúde em que integrou a equipe coordenada por Lúcio Costa e o Conjunto Habitacional Pedregulho, oficialmente Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, em que se dedicou ao tema da habitação social.

O projeto do Conjunto Habitacional Pedregulho contempla 2 tipo de blocos residenciais e áreas de serviços comuns: jardim-de-infância, maternal, berçário, escola primária, mercado, lavanderia, posto médico, quadras esportivas, ginásios, piscina, vestiários e centro comercial.

A concepção do complexo do Pedregulho fazia parte das ações do Departamento de Habitação

⁷ Texto da arquiteta Paulina Villanueva disponível no sítio da Fundacion Villanueva. Disponível em: <http://www.fundacionvillanueva.org/FV05/intro05.html>.

Popular do Distrito Federal. A historiografia tem revelado a importância deste Departamento lançando luzes ao trabalho de Carmen Portinho e sua gestão na direção do órgão desde 1946. Esta engenheira que conheceu de perto as experiências de reconstrução de cidades britânicas através de uma viagem em 1945 em que se deparou com os debates do Plano de Londres de Abercrombie e uma série de reflexões sobre o crescimento das cidades e a unidade de vizinhança oriunda do trabalho de Perry, quando retornou ao Rio de Janeiro orientou o Departamento de Habitação Popular tendo em vista os programas habitacionais e sua inserção urbana (Nascimento, 2008).

Vista lateral da escola e ao fundo os blocos residenciais A e B

Fonte: Bonduki, 2000.

Piscina e vestiários ao fundo blocos residenciais.

Fonte: Bonduki, 2000.

Vista do Ginásio, lateral da escola à direita da imagem e bloco residencial A ao fundo.

Fonte: Bonduki, 2000.

A partir das experiências teóricas e projetuais de três arquitetos distintos é possível acompanhar a trajetória do conceito Unidade de Vizinhança: como ele é construído no campo da sociologia, como vai sendo empregado no campo do urbanismo, como ocorre sua circulação e sua apropriação no momento mesmo de sua aplicação. O exame do conceito, sua interpretação e reelaboração para contextos variados a partir do prisma das trocas culturais lança luzes sobre um conceito que articula habitação e cidade e que se tornou operativo no urbanismo do pós-guerra na América Latina

CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS E SUAS APROPRIAÇÕES:

Reflexão metodológica sobre a história do urbanismo na América Latina através de diálogos disciplinares

A perspectiva da circulação das ideias como lugar de análise para a construção da história da arquitetura e urbanismo vem pavimentando um caminho profícuo tratando de questões sobre os modelos e referências urbanísticas, a relação entre os modelos e as práticas profissionais, assim como os trânsitos nacionais e internacionais de ideias sobre a cidade e urbanismo. Refletir sobre a história do pensamento urbanístico na América Latina simultaneamente nos remete a este conjunto de reflexões já produzidas sobre os trânsitos de ideias e a novas problemáticas e enfoques, sobretudo se quisermos pensar um conjunto que ultrapasse os limites das histórias nacionais.

A presença de modelos urbanísticos, técnicas de planejamento, conceitos ou ideias em situações e lugares distintos de sua formulação nos leva a questionar sobre a circulação destes ideários, assim como, suas recepções em contextos variados. É comum encontrarmos na bibliografia uma perspectiva em que os modelos, ou ainda as ideias originais, surgem em um momento - ou por um personagem - singular e a realização destas ideias seriam manifestações desviantes ou deturpadas. Dar ênfase às trocas intelectuais e à circulação de ideias seria um caminho alternativo buscando antes a compreensão da *construção* destas ideias a partir de seus contextos e ainda como há a *apropriação* em tempo e espaços distintos, afastando-se de uma abordagem em que há uma hierarquia valorativa entre os momentos.

Aqui procuramos discutir teorias e abordagens metodológicas em diálogo com outros campos disciplinares para refletir sobre a história do pensamento urbanístico na América Latina tendo em vista o trânsito de ideias e as apropriações locais de conceitos urbanísticos. Tratar do urbanismo na América Latina impõe uma reflexão metodológica sobre como abordar uma vasta região, uma diversidade de situações e culturas urbanas, de práticas urbanísticas, mas que podemos identificar problemáticas comuns em um mesmo recorte temporal. Neste sentido, esta reflexão organiza-se em três eixos: o primeiro procura discutir as formas de recorte e modos de análise propostos pela história transnacional; o segundo busca evidenciar uma problemática configurada pelos estudos pós-coloniais a partir da particularidade da América Latina para lançar luz à variação dos modelos urbanísticos; e por fim, examinar a proposta do estudo das práticas culturais para pensar os mecanismos das apropriações.

Conexões como foco e escala de análise

A ênfase nas trocas intelectuais, na circulação de ideias, enfocando redes profissionais, encontros, contatos, deslocamentos, agentes que transitam por estes espaços como a figura do estrangeiro, do migrante, do viajante, do *expert* compõem uma gama de elementos que ganham visibilidade a partir de um reenquadramento analítico que ganhou corpo no debate entre historiadores. Em 2001, a reconhecida revista francesa *Annales, Histoire, Science Sociales* dedicou um volume intitulado *Une histoire à l'échelle globale* (*Annales*, n.1, 2001) cujo editorial expressa a intenção de construção de novos recortes espaço-temporais voltando a atenção para história das conexões, das circulações, ressaltando que se trata não apenas de uma mudança de escala, mas de uma variação focal.

No mesmo volume da revista, Roger Chartier no artigo *La conscience de la globalité* analisa as propostas para a história conectada a partir de uma dupla trama de questões. Por um lado, a recusa do enquadramento do Estado-nação como uma entidade social e cultural como forma de delimitação espacial e temporal, propondo antes uma “unidade histórica em uma rede de relações e trocas que as constituem, independentemente da soberania estatal” (Chartier, 2001, pg. 120, Tradução nossa) salientando temas como os contatos, encontros, as aculturações e as mestiçagens. Por outro lado, destaca a reflexão sobre a variação de escalas na história, recusando uma superioridade epistemológica de tal ou qual escala, propondo um acordo com relação a referencial de escala em função daquilo que o historiador quer observar. Deste modo, segundo Chartier “o que importa é a eleição de um quadro de estudos capaz de dar visibilidade às histórias conectadas que colocam em relação as populações, as culturas, as economias e os poderes” (Chartier, 2001, pg 121. Tradução nossa). O autor atenta para a necessidade de uma reflexão sobre as categorias de análise para a história conectada que respondam a questões sobre a “relação entre apropriação e aculturação, entre reempregos inventivos e extrações culturais” (Chartier, 2001, p.123. Tradução nossa) ou ainda para os mecanismos de interação e negociação que operam nos contatos culturais. Salientando a pergunta: “Como situar a mestiçagem cultural entre colonização e globalização dos imaginários?” (Chartier, 2001, p.123. Tradução nossa).

Serge Gruzinski contribui para o número da revista com o artigo *Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique et autres “connected histories”* em que discute a perspectiva da história conectada e apresenta categorias de análise específicas a partir de um recorte e objeto de pesquisa precisos: o quadro configurado pela Monarquia Católica do século XVI que associava reinos europeus, regiões e outros continentes. O autor problematiza a rigidez dos quadros geográficos e cronológicos das tradições historiográficas e identifica aspectos etnocêntricos escondidos nestes procedimentos. Diz ele:

(...) não sem razão os estudos culturais e os estudos pós-coloniais colocaram em questão uma história que era a projeção do Ocidente, se suas categorias, de suas ambições, visão dos seus fantasmas sobre o resto do mundo (Gruzinski, 2001, p.86. Tradução nossa).

Ele propõe uma visada que reestabeleça as conexões tratando da problemática do contato entre civilizações e culturas procurando evitar a mobilização de “categorias ocidentais ao serviço do etnocentrismo” (2001, p.86) colocando a história conectada como um caminho alternativo à história global e à história comparada.

Ao elencar a Monarquia Católica do século XVI como um “campo de observação”, o autor se depara com o processo que ele chamou de “dilatação dos espaços europeus” que foi acompanhado pela difusão mundial dos saberes e dos imaginários europeus mas, complexificando a análise evidencia que este processo “é acompanhado constantemente da descoberta simultânea de uma outra sociedade e de outros saberes” (Gruzinski, 2001, p.94. Tradução nossa). Assim ao variar o foco de pesquisa, o autor salienta a constituição de “mundos mesclados” e a conformação de “sociedades mestiças” em que as noções de “local” e “global” se imbricam e se redefinem continuamente.

Por todos os lugares vigora os sistemas compostos de dominação e de organização do trabalho, dos conjuntos do saber e de técnicas de origens múltiplas, de representações híbridas de si, do espaço e do tempo, das misturas de crenças (Gruzinski, 2001, p.115. Tradução nossa).

Mas como todas estas misturas se desenrolam simultaneamente dentro do movimento da grande monarquia, elas nos incita a refletir sobre a maneira com que o político no senso ampliado, isto é, abordado dentro desta perspectiva global, age sobre as manifestações locais de mestiçagem (Gruzinski, 2001, p.116. Tradução nossa).

Gruzinski, assim, vai apresentando questões que vêm à luz pela variação de escala e de visada buscando simultaneamente outras categorias para a análise.

Deste modo, o debate sobre uma perspectiva mais ampla da história que ao mesmo tempo não reproduzisse antigos esquemas e categorias teve espaço e difusão pela proeminente revista *Annales*, mas não se restringiu a ela. O historiador estadunidense Thomas Bender ao organizar o livro *Rethinking American History in a global age*, publicado em 2002, compila uma série de artigos que apontam limites e possibilidades para a história (norte) americana, e propõe seu “reenquadramento” em que a centralidade da nação seja repensada e propõe a exploração de novos focos e escalas obscurecidos pela ênfase e centralidade da nação. Ele argumenta que “a nação tornou-se o lugar de diferenciação e antagonismos em um sistema de nações” (Bender, 2002, p.7. Tradução nossa). Problematicando a nação como unidade natural para a análise

histórica, busca, de outro modo, “solidariedades e conexões alternativas”. Tal perspectiva, acompanha uma ampliação da espacialização demandando um ajuste de recorte e foco:

Ao invés de deslocar nosso foco da nação para qualquer outra unidade social/ territorial, poderíamos imaginar um espectro de escalas sociais, tanto maior ou menor que a nação e não a excluindo. (...) deveríamos pensar como mundos sociais interagindo uns com os outros e assim promovendo múltiplos contextos de vida, instituições e ideias (Bender, 2002, Pg 8. Tradução nossa).

Deste modo, Bender advoga por um enquadramento analítico para a história americana colocando em evidência os aspectos relacionais, ou ainda as conexões, ora chamada de história conectada, ora de transnacional.

Ao discutir as abordagens da história comparada e conectada para a América Latina, Maria Ligia Prado (2005) apontando suas implicações e limites, confia na possibilidade de uma história comparada e conectada. A história comparada foi alvo de críticas por parte de historiadores que viam neste procedimento um risco de ressurgimento de visões eurocêntricas, mesmo que com a intenção de alargar os horizontes pela comparação de situações distintas, a centralidade da nação, por vezes, salientou um campo de antagonismos e diferenciações entre elas. Estudos comparativos por vezes procederam de modo a construir um modelo “ideal” e avaliar os “desvios em graus variados ao modelo edificado” o que refletiria uma determinação de um polo aos outros.

A análise da autora sobre o trabalho e proposta de história conectada de Sanjay Subrahmanyam – que organizou junto com Serge Gruzinski o seminário “*Penser le Monde*” que deu origem a edição temática na Revista dos *Annales* - evidencia a escolha pela conexão buscando evitar o estabelecimento de polos em que haja um determinante e outro subordinado. O deslocamento para o foco nas conexões modifica a escala de análise, mas não exclui a nação como já mencionado por Bender, trata-se antes do modo como proceder na comparação. Recorrendo à formulação de Marc Bloch⁸, a autora delimita os procedimentos para a história comparada.

Para Bloch, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e, na medida do possível, explica-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço (Prado, 2005, p. 17-18).

Maria Ligia Prado está pautada especificamente pelos estudos sobre a América Latina

8 BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. In: *Mélanges historiques*. Vol. 1, Paris: SEVPEN, 1963.

em que é possível elencar questões que perpassam os variados países de maneira sincrônica – “Colonização Ibérica, Independência Política, formação dos Estados Nacionais, proeminência inglesa e depois norte-americana” – confia que um modo preciso de comparação ao aproximar casos variados possa revelar semelhanças e diferenças dentro de um mesmo processo. Simultaneamente reconhece na história conectada uma possibilidade de novos recortes em que se buscaria objetos capazes de evidenciar os pontos de contato entre os casos variados, e portanto, novas categorias como o conceito de mestiçagem, a figura do mediador entre grupos e sociedades ou ainda o conceito de transferência cultural.

Particularmente na história da arquitetura e do urbanismo, estudos recentes⁹ apontaram a lacuna historiográfica que visasse uma perspectiva de conjunto da América Latina. Estes trabalhos sugerem como método a comparação em estreito diálogo com a história comparada, advertem sobre o risco etnocêntrico presente na bibliografia e ainda vislumbram abordagens que não se restrinjam aos limites nacionais. Marco Aurélio Gomes (2009) dirige o olhar para a América do Sul procurando, através das redes profissionais, aproximar, pela comparação, experiências nacionais distintas e ainda explorar suas singularidades. Ricardo Medrano (2009) visa o urbanismo e a história da cidade na América Latina propondo uma aproximação à história comparada e ao mesmo tempo atento ao tratamento às questões supranacionais a partir das construções nacionais, propondo uma visão do continente em que há um estranhamento entre o Brasil e os países de ocupação espanhola.

Há ainda inúmeros trabalhos que vêm buscando ampliar as possibilidades de discussão sobre a história da arquitetura e urbanismo através das trocas culturais e a circulação de ideias enfatizando novos focos de análise como as redes profissionais e ainda a figura do estrangeiro¹⁰. Este, segundo Lira (2011), tornou-se uma figura decisiva para analisar as trocas internacionais uma vez que a partir de seu deslocamento e das “redes intrincadas de mobilidade, disputas, inserções, resistências ou contaminações” pode-se lançar luz a novas interpretações sobretudo da arquitetura e do urbanismo modernos, rejeitando as “narrativas habituais da difusão dos padrões modernos nas ditas periferias do modernismo” (Lira, 2011). Poderíamos dizer aqui que o estrangeiro pensado como o viajante, o *passeur* ou a figura do *expert* assumiria o papel de um mediador cultural.

9 Ver livro que compila pesquisas recentes sobre urbanismo na América Latina. GOMES, M.A. A.F. (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

10 Conferir livro que reúne artigos que compõem projeto de pesquisa mais amplo sobre a atuação dos estrangeiros na cidade de São Paulo LANNA, A. (et alli.) (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* São Paulo: Alameda, 2011.

Observa-se que a perspectiva da história conectada, sem necessariamente excluir procedimentos de comparação, põe em evidência focos como a própria circulação e deslocamentos que produzem novos quadros geográficos e cronológicos. A própria América Latina pode ser um reenquadramento se voltarmos o olhar para as redes profissionais, viagens, migrações, congressos, revistas, ou seja, para os deslocamentos – dos conceitos e atores – que revelem conexões mais amplas entre as experiências latino-americanas.

Conexões entre “o polo” de modernidade e “o outro”

Na perspectiva de Arturo Almandoz (2007), o segundo pós-guerra seria um momento de inflexão na história do urbanismo na América Latina e na própria constituição do campo disciplinar. Em sua análise, trata-se de um momento de “modernização urbanística” na América Latina em que o urbanismo de cunho “europeizante academicista”, predominante até os anos 1930, ligado às Escolas de Belas Artes perde relevância frente a vertente de “planificação tecnicista de corte norte-americano” (Almandoz, 2007). Para o autor, a esta inflexão corresponde um deslocamento do “polo de modernidade” da Europa aos EUA que emergem como potência na nova configuração geopolítica. No campo do urbanismo novos objetos – a região e o território –, novos instrumentos – planos diretores e o *zoning* – e uma nova agenda – em estreita relação com as ciências sociais – emergem neste momento em diversos planos e projetos urbanos nos países latino-americanos.

A presença norte-americana no campo do urbanismo na América Latina é sentida desde os anos 1930, tendo como momento decisivo a crise de 1929, como pode ser visto nos estudos coordenados por Marco Aurélio Gomes (2009) e Maria Cristina Leme (1999) que têm este período como recorte. Entretanto, é efetivamente no pós-guerra que se intensifica o aporte do urbanismo norte-americano com a regularização dos contatos, de contratação dos *experts* (a partir deste momento cada vez mais americanos que franceses), assim como da criação de instituições internacionais ou interamericanas já dentro de um rearranjo geopolítico do pós-guerra em que a Europa perde sua hegemonia.

Visto sob outro ângulo, analisar experiências de “modernização urbanística” na América Latina nos faz questionar sobre sua relação com o “polo de modernidade”, colocado, a priori, como algo externo ou ainda, muitas vezes, como um modelo a ser perseguido. Revelando-se, assim, uma diferença entre o polo e aquilo que está fora dele, mais ainda, uma assimetria valorativa entre as partes, a qual alguns autores interpretaram como sendo produzida pelo polo.

Edward Said em *Orientalismo* [1978] trabalha com o binômio Ocidente – Oriente, mais precisamente propondo uma análise de como a partir da Europa – especificamente dos impérios britânico e francês e posteriormente norte-americano – criou-se uma representação e um discurso sobre o Oriente que ele denominou de orientalismo.

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organiza para negociar com o oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said, 1990, pg. 15).

Partindo da teoria literária e tendo como objeto a literatura e textos político-filosóficos, Said se propõe a desvelar uma dimensão política subjacente à cultura:

(...) as ideias, cultura e histórias não podem ser estudadas sem que a sua força, ou mais precisamente a sua configuração de poder, seja também estudada. (...) A relação entre Ocidente e Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia (Said, 1990, pg. 17).

Rechaçando uma análise mecânica entre cultura e política em que as obras artísticas seriam determinadas por “grandes fatos” históricos, ou ainda, a superestrutura subordinada à estrutura, Said dialoga com as noções de “hegemonia” de Antonio Gramsci, de “discurso” de Michel Foucault e de “estrutura de sentimentos” de Raymond Williams.

O autor constrói, então, como “dispositivos metodológicos” as noções de “localização estratégica” e “formação estratégica” (Said, 1990, pg. 31) para analisar os textos de modo que lhe permita identificar uma “superioridade posicional flexível” em que se afirma, de maneiras variadas, uma “superioridade” europeia sobre o “atraso” oriental.

(...) o principal componente da cultura europeia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus” (Said, 1990, pg. 19).

Sob este ponto, ao trabalhar a questão do eurocentrismo ou ainda do etnocentrismo, Said aborda a relação entre cultura e imperialismo político. Neste livro, a ênfase recai sobre a empresa cultural britânica e francesa, mas a partir da Segunda Guerra com a emergência da hegemonia norte-americana, esta, segundo o autor, abordaria o oriente da mesma forma que fizeram Inglaterra e França.

Um dos rendimentos teóricos deste livro clássico é justamente o de desvelar um etnocentrismo presente nas representações e no discurso a partir do “polo” ou “centro” sobre o “outro”. Contudo, a circulação não se dá livre de processos de negociações, tensões, exclusões

que ocorrem dentro de uma configuração de poder nos contatos culturais.

Em *Cultura e Imperialismo* [1993], Said amplia sua análise tratando das relações do “Ocidente metropolitano e seus territórios ultramarinos” (Said, 1995, pg.11). Aqui ele retoma a perspectiva de análise de *Orientalismo* sobre os discursos construídos pelo “Ocidente metropolitano” sobre os territórios de domínio imperial somando uma análise direcionada ao outro polo em questão e de suas experiências de resistência.

A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, e aliás bastante combativa, como veremos em recentes “retornos” à cultura e à tradição. Esses “retornos” apresentam códigos rigorosos de conduta intelectual e moral, que se opõem à permissividade associada a filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo. No antigo mundo colonial, esses ‘retornos’ geraram vários fundamentalismos religiosos e nacionalistas (Said, 1995, pg.13).

Ao analisar os processos de resistência cultural do “antigo mundo colonial” em um momento de movimentos de descolonização, sobretudo de países norte africanos e asiáticos, Said salienta a afirmação de identidades nacionais em um intuito de autodeterminação. Mas, assinala igualmente o fortalecimento de fundamentalismos religiosos e nacionalistas. Em sua perspectiva, o processo de globalização desencadeado pelo imperialismo moderno gerava “experiências sobrepostas” e “interdependências culturais” (Said, 1995, pg 22) e portanto, as culturas se imbricavam mutuamente. Deste modo, propõe um outro ângulo para se pensar a questão:

(...) O fato de agora serem de tal interesse, a ponto de levar a elaboração, por exemplo, deste e de outros livros, é consequência menos de uma espécie de espírito vingativo retrospectivo do que uma maior necessidade de elos e conexões. Uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo, e embora nesse processo a separação entre europeus e nativos tenha sido insidiosa e fundamentalmente injusta, a maioria de nós deveria agora considerar a experiência história do império como algo partilhado em comum. A tarefa, portanto, é descrevê-la enquanto relacionada com os indianos e britânicos, os argelinos e franceses, os ocidentais e africanos, asiáticos, latino-americanos e australianos (Said, 1995, p.23).

Nota-se, assim, um sugestivo caminho para pesquisas pautadas nas conexões ou ainda nos contatos entre povos que problematizam os processos de dominação e etnocentrismo tendo como objeto a cultura ou as práticas culturais. Assim, as interpretações de Said – ainda que não seja o único - instigaram os chamados Estudos Pós-Coloniais que ganharam maior difusão nos anos 80 nos EUA e Inglaterra com nomes como Homi Bhabha, Stuart Hall e Paul Gilroy, assim como os Estudos Subalternos, notadamente na Índia, com Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Ranajit Guha (este nascido em Bangladesh) entre outros. Com relação à América Latina,

houve nos anos 90 a conformação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos por nomes como do peruano Aníbal Quijano, do colombiano Santiago Castro-Gómez e do argentino Walter Mignolo. Após a dissolução do grupo por certas rupturas interpretativas e buscando novas bases epistemológicas eles iriam contribuir para a construção do Grupo Modernidade/Colonialidade durante os anos 2000 (Ballestrin, 2013).

O antropólogo colombiano Arturo Escobar no artigo *Mundos y conocimientos de otro modo* (2003) anuncia brevemente o programa de pesquisa, seus pressupostos e conceitos chave do grupo Modernidade/colonialidade latino-americano.

1) ênfase em localizar as origens da modernidade na Conquista da América e o controle do Atlântico depois de 1542, antes que os mais comumente aceitos marcos como a Ilustração ou o final do século XVIII; 2) uma atenção persistente ao colonialismo e ao desenvolvimento do sistema mundial capitalista como constitutivos da modernidade; isto inclui uma determinação de não passar por alto a economia e suas concomitantes formas de exploração; 3) em consequência, a adoção de uma perspectiva planetária na explicação da modernidade, no lugar de uma visão da modernidade como um fenômeno intra-europeu; 4) a identificação da dominação de outros fora do centro europeu como uma necessária dimensão da modernidade, com a concomitante subalternização do conhecimento e das culturas destes outros grupos; 5) uma concepção do eurocentrismo como a forma de conhecimento da modernidade/colonialidade (Escobar, 2003, p. 60. Livre tradução da autora).

Deste complexo programa de pesquisa, procura-se salientar a “diferença colonial” entendida como “um espaço epistemológico e político privilegiado” (2003, pg. 61). Dentre os autores de diversas áreas do conhecimento envolvidos neste grupo, o autor situa o argentino Walter Mignolo que se dedica às questões do grupo através dos estudos da cultura, especificamente da literatura e propõe um “pensamento de fronteira” que tensione certas metodologias e categorias.

No livro *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* de Walter Mignolo, publicado em 2000, é possível analisar o lugar da América Latina, não exatamente no projeto pós-colonial, mas dentro do que ele chama de “modernidade/colonialidade”. Partindo dos trabalhos de Aníbal Quijano e de Immanuel Wallerstein, Mignolo posiciona as Américas no imaginário do “sistema mundial colonial moderno” – este teria sua origem com as expansões europeias do século XVI que culminou em um processo de trocas e contatos globais do mundo moderno. No argumento do autor a América Latina foi constitutiva da modernidade através de um lugar específico, a sua “diferença colonial”. Diz ele:

Em primeiro lugar, no século 16, a “descoberta” da América contribuiu para a formação do **mundo colonial/ moderno**. Em segundo lugar, no início do século 19, as Américas contribuíram para constituir o **segundo estágio da modernidade/ colonialidade**. Embora a “história” tenha enfatizado a Revolução Francesa, o Iluminismo e a formação dos modernos estados-

nações, a descolonização nas Américas caminha de mãos dadas com a história mais curta da modernidade (do século 18 até hoje). Isto é, durante o período em que a Índia começava a ser colonizada pela Inglaterra e a África do Norte sucumbia ao colonialismo francês, as Américas testemunharam um longo período de libertação: do colonialismo da Inglaterra (os Estados Unidos), da França (Haiti), e Espanha (Argentina, México, Colômbia, Chile, Peru, Equador). Aqui se tem, num brevíssimo resumo, um espectro variegado das **mudanças da diferença colonial no mundo colonial/ moderno** (Mignolo, 2003, p.180-181. Grifos nossos).

Observa-se, aqui, uma outra particularidade da América Latina: o processo de descolonização ocorrido no século XIX conformou-se em um “ordem mundial” diferente da descolonização da Índia e da África do Norte que ocorreram em meados do século XX.

Portanto, teorias de descolonização de intelectuais indianos ou do Norte da África, nascidos pouco antes ou depois da descolonização, foram impulsionadas por uma experiência histórica e emocional significativamente diferente dos intelectuais da América Latina que teorizam a descolonização entre um século e século e meio após a descolonização (Mignolo, 2003, p.181)

Para o autor, as “nações pós-coloniais” de meados do século XX conformaram-se nos horizontes da descolonização e do marxismo em um contexto de Guerra Fria, enquanto as “nações pós-independência” do século XIX se articulavam dentro da ideologia liberal. “A descolonização como horizonte final ainda não existia no século XIX. O horizonte era a nação. Ou, ainda melhor, a ‘res-pública’ ” (Mignolo, 2003, p.189). Assim, aborda-se um tema canônico nos estudos sobre a América Latina, seja tratando de um país de forma independente ou de um conjunto de países, por vezes pelo método comparativo: a construção da nação, da identidade nacional ou ainda da cultura nacional. Já discutimos os limites apontados pela historiografia ao enquadramento da nação como delimitação dos objetos de pesquisa e os riscos deste procedimento. Todavia, Mignolo articula o imaginário mobilizado pelos movimentos de independência - o imaginário realizado dentro do liberalismo - em tensão com um projeto global colonial.

A pós-independência deveria então ser entendida como reconfigurações (econômicas, políticas, epistemológicas) da colonialidade do poder, e a emergência de novos projetos em tensão conflituosa com o projeto global (Mignolo, 2003, p.190).

Cabe ainda ressaltar, como do processo de independência emerge uma nova territorialização, entendida como a constituição de um lugar formando fronteiras geográficas e memórias comuns, e, portanto, a própria noção de América e posteriormente de América Latina – esta última em contraposição a América anglo-saxã. Identificada pela coroa espanhola como “Índias Ocidentais” expressava a ideia de administração das possessões coloniais, o nome

América teria sido construído pela população e intelectuais crioulos, de ascendência espanhola e vinculados aos processos de independência do século XIX.

A emergência da população “crioula” e de seus intelectuais preencheu o espaço vazio, construindo um nova territorialidade que, com os anos, veio a chamar-se “América Latina” (Mignolo, 2003, p.186).

Suas memórias comuns baseiam-se na colonização espanhola das Índias Ocidentais, o que levou à inclusão de Porto Rico, São Domingos e Cuba, países com a mesma língua, como a América Espanhola continental. Por outro lado, e numa relação invertida, o Brasil fica incluído na América Latina não por causa da língua (como no caso das ilhas), mas por pertencer ao continente! (Mignolo, 2003, p.185).

O resultado final é que a imagem atual da América (Latina) foi mapeada sobre os legados coloniais da primeira modernidade (isto é, o período moderno inicial dos historiadores dos Anais) que é sobretudo o século 16, quando se estabeleceu o circuito comercial atlântico (Mignolo, 2003, p.186).

O projeto intelectual de Mignolo busca analisar na articulação e rearticulação das histórias locais com os projetos globais, as reconfigurações de poder, assim como os conhecimentos “subalternos” tensionaram modos de pensar, ou ainda, construíram alternativos modos, a partir das margens entendendo os saberes “subalternos” – ou ainda subalternizados - como críticos às categorias universais, estas compreendidas como a projeção de histórias locais como universais.

Voltando às indagações sobre a história do urbanismo na América Latina e à formulação de Almandoz sobre a mudança do “polo de modernidade” e os processos de “modernização urbanística” poderíamos, então, nos questionar sobre como as histórias locais negociariam ou ainda tensionariam com o projeto global. Que conhecimentos seriam mobilizados neste processo? Haveriam resistências ou ainda outras formas de pensar? Tratar-se-ia de um modernismo sem modernização ou de uma diferença intrínseca à modernidade?

Práticas culturais e transculturação na América Latina

O estudo das práticas culturais foi um recurso para analisar os desvios às “grandes interpretações” ou às determinações do mundo social, dando visibilidade à ação dos atores, ou sujeitos, e aos usos e reelaborações seja de ideias, técnicas ou objetos. A “história das apropriações” foi discutida pelo historiador Roger Chartier no artigo *O mundo como representação* publicado originalmente na revista *Annales, Histoire, Science Sociales* em 1989. Respondendo ao editorial da revista de 1988 que indagava sobre um momento de inflexão da disciplina a partir da leitura da “crise geral das ciências sociais” e do abandono dos sistemas globais de

interpretação, Chartier apresenta sua leitura sobre mudanças das práticas de pesquisa entre os historiadores e outras estratégias para a disciplina.

(...) invocando contra as determinações imediatas das estruturas as capacidades inventivas dos agentes, e contra a submissão mecânica à regra as estratégias próprias da prática (Chartier, 1991, pg. 176).

(...) as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados (Chartier, 1991, pg. 177)

Partindo da leitura que não haveria propriamente uma crise das ciências sociais, mas um refluxo do marxismo e do estruturalismo em face ao retorno da filosofia do sujeito, o autor apresenta uma reflexão metodológica a partir de sua pesquisa sobre a história do livro que ele organiza em três movimentos: o estudo crítico do texto, a história do livro – como objeto – e a análise das práticas de leitura que produziriam “usos e significações diferenciadas”. Neste procedimento articula-se o que o autor chama de “mundo do texto” e o “mundo do leitor” e como o sentido é construído socialmente. O deslocamento para a ação dos sujeitos, ou ainda, para “a liberdade criadora dos agentes” (Chartier, 1991, pg 180) frente às leituras e às obras enfatizariam então, as apropriações, entendida pelo autor como:

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscrita nas práticas específicas que as produzem (Chartier, 1991, pg. 180)

Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção de sentido é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (Chartier, 1991, pg. 180)

Assim, Chartier anuncia uma história cultural do social em que procura acessar o mundo social através das obras e das práticas culturais, ou ainda “desvios culturais”. Voltando o olhar para as ações dos sujeitos, da pluralidade dos empregos, ou ainda reemprego – na acepção de Michel de Certeau¹¹ citada pelo autor - e das compreensões variadas.

As formulações de Chartier são de particular interesse para analisar como referências ou ainda modelos urbanísticos foram construídos e formulados, seus modos de circulação e também como foram apropriados por agentes, arquitetos e urbanistas, que tiveram um papel ativo em sua reelaboração ou ainda reemprego inventivo. Trata-se assim de uma prática cultural.

11 DE CERTEAU, Michel. *L'Invention du quotidien, I, Arts de faire* Paris: Union Générale d'Editions, 1980.

As práticas culturais na América Latina oriundas das experiências sobrepostas produzidas pelo deslocamento ou ainda encontro culturais foram lidas em termos variados como mestiçagem, sincretismo, crioulização, hibridização ou ainda transculturação. Estudos culturais como *Culturas Híbridas* do argentino Néstor García Canclini [1989] procuram romper com análises em que a cultura é vista de maneira monolítica ou ainda de identidades “puras” ou “autênticas” e trabalha com esta gama de conceitos buscando novas abordagens para “repensar a tese de que na América Latina as divergências entre o modernismo cultural e a modernização social nos transformariam em uma versão deficiente da modernidade canonizada pelas metrópoles” (Canclini, 2013, pg.22).

Neste tempo, quando “as decepções das promessas do universalismo abstrato conduziram às crispações particularistas” o pensamento e as práticas mestiças são recursos para reconhecer o diferente e elaborar as tensões das diferenças (Canclini, 2013, pg. XXVI).

O autor refuta interpretações em que o modernismo teria sido a adoção de modelos estrangeiros ou mesmo soluções meramente formais buscando nas próprias contradições elementos internos e ativos das culturais nacionais, “um modo de experiência intelectual destinado a assumir conjuntamente a estrutura conflitiva da própria sociedade, sua dependência de modelos estrangeiros e os projetos de transformá-la” (Canclini, 2013, pg. 77). A análise do processo de hibridização não trata simplesmente da descrição de uma mistura ou ainda justaposição de culturas, mas ao combinarem-se outras relações de sentido seriam construídas apoiando-se na ideia de reconversão de saberes como uma utilização produtiva de recursos anteriores em novos contextos.

Parto de uma primeira definição: entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (Canclini, 2013, pg.XIX).

Deste modo, o autor propõe um olhar que simultaneamente observa os processos sociais que atuam sobre as obras e os procedimentos com que os artistas retributam ou ainda reelaboram conceitos. A partir de um movimento triplo em que o autor chama a atenção para os conflitos internos, dependência exterior e utopias transformadoras nas obras de artes.

Apesar das críticas da noção de hibridização e seus usos nas dinâmicas do processo de globalização, esta noção encontrou entusiastas sobretudo entre na literatura e nas artes que viam neste procedimento uma faceta estética e política ao manejar de maneira consciente e intencionalmente contestadora as normas da cultura hegemônica. Ou ainda em suas palavras: “como ser radical sem ser fundamentalista” (Canclini, 2013, pg. 372).

Já a noção de transculturação foi enunciada pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz na obra *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* publicada em 1940 no capítulo adicional *Del fenómeno social de la ‘transculturación’ y de su importancia en Cuba*. Nele, Ortiz interpreta a história de Cuba como “uma história de suas intrincadíssimas transculturações” (Ortiz, 1983, pg. 86) compreendendo historicamente processos culturais das populações indígenas e dos imigrantes brancos e negros.

Entendemos que o vocábulo transculturação expressa melhor os processos de transição de uma cultura para outra, porque este processo não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, o que, a rigor, significa o vocábulo anglo-saxão *acculturation*, porém o processo implica também, necessariamente, na perda, no desenraizamento de uma cultura anterior, o que se poderia chamar de uma desculturação parcial, e, além do mais, significa a criação consequente de novos fenômenos culturais, que se poderiam denominar neo-culturação (Ortiz, 1983, pg. 90, Livre tradução da autora).

A transculturação, assim, seria a síntese do processo de um duplo movimento de “desculturação” e de “aculturação” que implica exclusões e apropriações seletivas dentro de uma nova totalidade. Deste modo, esta noção contrapõe-se a um entendimento de assimilação passiva e pacífica do elemento externo. Na interpretação de Castro, “ocorre um processo que tanto a cultura considerada dominante quanto a dita “subalterna” passam por transformações. Tal premissa rompe com a perspectiva de existirem culturas superiores e inferiores” (2016). Contudo, tampouco, apazigua diferenças sociais entre culturas e grupos étnicos dentro do processo de transculturação.

Tanto a noção de hibridismo quanto a de transculturação têm em comum uma perspectiva de que os encontros culturais não ocorrem em uma única direção entre um agente ativo e outro passivo, e que as culturas ao se combinarem produzem novos sentidos. Contudo pode-se observar sensíveis diferenças no procedimento de análise. No processo de transculturação, do modo como foi anunciado por Ortiz, o agente cultural não é consciente, a síntese do processo de contato entre culturas, tratada como um fenômeno social, é maturada operando por exclusão de certos aspectos culturais e afirmação de outros de maneira seletiva, sem que nenhuma das culturas em questão se mantenha integralmente. No caso do processo de hibridação, como anunciado por Canclini, o agente é consciente e reelabora o conceito ou a ideia reconvertendo-o ao colocar em outra posição e em outro contexto.

Para Mignolo, o trabalho de Fernando Ortiz e seu conceito de transculturação tem especial interesse por tensionar as categorias disciplinares existentes produzindo uma nova. O conceito de Ortiz foi formulado como uma alternativa à noção de aculturação do antropólogo polonês radicado na Inglaterra Bronislaw Malinowski “enquanto aculturação apontava para mudanças

culturais numa única direção, o corretivo transculturação visava chamar a atenção para os processos complexos e multidirecionais da transformação cultural” (Mignolo, 2003, p.233). Mais ainda, para Mignolo o pensamento de Ortiz refletia sobre as “margens”, inicialmente “sobre as margens da nação em termos de “mestizaje” e sobre a margem de culturas em termos de transculturação de objetos e mercadorias no sistema mundial colonial/moderno” (Mignolo, 2003, p.183). Neste processo, Ortiz inclui a participação afro-americana na construção da história nacional de Cuba e, para além dela, no que Mignolo chama de “homogêneo imaginário crioulo da América Latina”. Deste modo, Mignolo interpreta que o sentido de diferença colonial estaria atuando na conceituação da transculturação, ainda que o próprio Ortiz não tenha teorizado sobre ela.

Considerações metodológicas

Procurou-se, aqui, traçar um caminho de diálogo com campos disciplinares distintos: a proposta da história conectada, a problematização colocada pelos estudos pós-coloniais, e por fim, o estudo das práticas culturais, no intuito refletir sobre a escrita da história do urbanismo e da cidade tendo como enquadramento a América Latina – entendida não somente como recorte geográfico.

O estudo das práticas culturais frequentemente relaciona-se com os estudos literários e a consagrada relação estabelecida pelos críticos de literatura e narrativa social. Evidencia-se, deste modo, a análise interna da linguagem e da literatura e análise externa ou social. Não à toa o recurso adotado por estudos de arquitetura e urbanismo ao campo literário sobretudo quando eles tematizam a cidade em sua relação com a vida social criando um campo profícuo para a história urbana.

No debate com os historiadores reflete-se sobre as implicações de estabelecer outros recortes de pesquisa, pensando na lacuna historiográfica, apontada por Marco Aurélio Gomes, dos estudos de conjunto sobre a América Latina no campo do urbanismo e estudos urbanos. Os recortes tendo a nação como enquadramento geográfico e temporal assim como a perspectiva da história comparada foi visto como um fortalecimento de um campo de disputas entre as nações e o retorno do etnocentrismo. A resposta que os historiadores buscaram dar a estes questionamentos foi uma saída metodológica pensando a história conectada ou transnacional que, neste procedimento, enfatizou novos temas como do encontros culturais, do choque entre civilizações, circuitos, trânsitos, a circulação das ideias, dos saberes, das técnicas.

Voltar os olhos à problemática evidenciada pelos estudos pós-coloniais, de assimetrias e hierarquizações valorativas também produzidas pelos encontros culturais, na projeção de

categorias analíticas que desconsidere os contextos locais – e seus saberes - , evidencia a consideração dos conflitos, disputas e resistências que envolvem estas relações. Assim como considerar que os contatos não se dão de modo unilateral com um polo ativo e outro passivo. Examinar, portanto, as práticas culturais atentando para ação dos agentes permite analisar os mecanismos de apropriações dando ênfase a construção de novos significados. Os estudos das práticas culturais na América Latina procuraram analisar as formas como objetos, ideias, culturas se combinaram criando novos sentidos ou ainda reconfiguram saberes e significações, tendo particular interesse a construção de uma nova categoria de análise como é o caso da transculturação.

Tratar da história do urbanismo (e mesmo da arquitetura) para além de suas relações e seus procedimentos internos buscando antes inseri-la em contextos culturais, políticos e sociais mais amplos nos leva ao diálogo com outras disciplinas e a uma reflexão de seus métodos e problemáticas. Resta agora não apenas uma simples adesão aos conceitos e categorias, ou ainda aplicação destes, construídos em outros campos disciplinares, mas o cotejamento, por vezes tensionamento, a partir de objetos e problemas específicos do campo do urbanismo e do estudo das cidades a partir de recortes que deem visibilidade à América Latina.

* * *

Corpo do trabalho

O presente trabalho trata, então, da construção do conceito de Unidade de Vizinhança, sua circulação pelas redes profissionais e publicações e das apropriações realizadas por Josep Lluís Sert (1902-1983) na Colômbia, Carlos Raúl Villanueva (1900-1975) na Venezuela e Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) no Brasil através de seus planos e projetos concebidos entre 1945 e 1958. Ele estrutura-se em cinco capítulos organizados em três atos: a construção da ideia, suas circulações e suas apropriações no âmbito latino-americano.

Como estratégia de pesquisa tomou-se a ideia de Unidade de Vizinhança como fio condutor da narrativa. É a partir dela que acompanharemos sua circulação com o interesse em perceber como ela se difunde e é apropriada na América Latina. Ao tomar as experiências distintas de três arquitetos consagrados visa-se compreender um aspecto particular: como este conceito é apropriado por diferentes agentes sincronicamente, notando as diferenças e semelhanças.

O primeiro capítulo trata da construção do conceito de Unidade de Vizinhança pelo sociólogo norte-americano Clarence Perry revisitando o conceito de Unidade de Vizinhança elaborado na monografia do Plano Regional de Nova York de 1929. Ao ter sido tão amplamente

difundido, muitos dos aspectos de sua formulação inicial foram se dissipando, sendo pertinente revisita-lo. Analisa-se a proposta de Unidade Vizinhança em relação às questões da sociologia dentro de um quadro de consolidação do campo nos anos 1920, esclarecendo o modo como temas e questões da sociologia se instrumentalizaram no campo do urbanismo. Considera-se, ainda, um aspecto normalmente mencionado, mas pouco discutido da Unidade de Vizinhança: a centralidade da escola primária, do centro comunitário e dos playgrounds. Ao iluminá-los compreende-se estes equipamentos não apenas como espaços a serem reservados dentro da UV, mas antes como práticas sociais que deram sustentação e sentido à demarcação destes espaços dentro do contexto de práticas sociais da chamada “Era Progressista” norte-americana. Nesta etapa, foram utilizadas como fontes primárias o próprio Plano Regional de Nova York de 1929 e a monografia de Perry, cruzando com um análise da bibliografia da sociologia do período além dos artigos de revistas de sociologia, notadamente, norte-americanas também do período utilizando-as como fonte primária.

O segundo capítulo aborda a circulação do conceito de Unidade de Vizinhança através das redes profissionais e publicações. Inicialmente trata-se do trânsito entre os profissionais norte-americanos e britânicos assim como da difusão internacional do Plano Regional de Nova York. Para tal, a pesquisa valeu-se das fontes primárias do arquivo da instituição promotora do plano, a *Russell Sage Foundation* e dos arquivos da *Carnegie Corporation of New York* e de *Frederick Paul Keppel*. Na sequência, analisa-se a circulação da unidade de vizinhança através da divulgação do *County of London Plan* (1943) revelando uma trama de atores e redes profissionais que se imbricam. Tomando a revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui* como fonte e objeto explorou-se a estrutura da revista, o debate sobre o urbanismo no pós-guerra que se estabeleceu imediatamente após a reabertura da revista. A difusão da unidade de vizinhança dentro de temas específicos abordados pela revista foi analisada partir dos projetos dos três arquitetos: Sert, Villanueva e Reidy.

O terceiro, o quarto e o quinto capítulos abordam a trajetória dos arquitetos Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva, Affonso Eduardo Reidy e da urbanista Carmen Portinho. Estes capítulos estruturam-se a partir da trajetória profissional de cada personagem, da análise de obra textual - livros e artigos de jornais - e da seleção de planos e projetos que tratam da Unidade de Vizinhança. A trajetória de cada personagem foi analisada utilizando-se das monografias e de fontes primárias através do *José Luis Sert Archive*, do *Acervo de Reidy* e *Acervo Carmen Portinho*. Material da *Fundación Villanueva* também foi consultado. Assim, os capítulos estruturam-se por três momentos: a construção do conceito, a circulação da unidade de vizinhança e das apropriações do conceito realizadas Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva, Affonso Eduardo Reidy e da urbanista Carmen Portinho.

**CAPÍTULO I | Unidade de
Vizinhança: a ideia em construção**

... voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção de sentido é reconhecer, contra a antiga história intelectual, **que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas**, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (Chartier, 1991, p. 180. Grifos nossos).

É comum na história da arquitetura e, mais especificamente, na do urbanismo encontrarmos referências às ideias originais, visionárias, colocadas na maioria das vezes como utópicas. Talvez pelo vínculo, próprio da disciplina, com o ato de projetar, de imaginar, criar aquilo que ainda não o é. Isso não implica em negar que muitas vezes estas ideias sejam ensejos de uma sociedade outra em uma perspectiva utópica. Mas, ao inscrever tais ideias na história da disciplina procurando colocá-las como um ponto de partida original em que suas “manifestações” sejam incompletas, inconclusas, “atrofiadas”, “bizarras”, não estaria a disciplina justamente “desencarnando” tais ideias?

Assim, trabalharemos a construção do conceito de Unidade de Vizinhança, este diferentemente das utopias sobre a cidade, se expressa de maneira bastante pragmática e até programática. Mais, faz-se necessário retomar os modos de construção do conceito em seu vínculo estreito com a trajetória de Clarence Arthur Perry, o meio urbanístico e sociológico que ele se inseria, em um momento de afirmação das pesquisas da chamada “Escola de Chicago” que informava modos de olhar e ler os problemas urbanos, assim como as práticas sociais oriundas da Era Progressista norte-americana que conformavam determinados debates públicos.

1.1. Revisitando a Unidade de Vizinhança

A Unidade de Vizinhança foi concebida pelo sociólogo norte-americano Clarence Arthur Perry (1872-1944). Segundo Peter Hall (2005), ele teria apresentado a ideia em 1923 em uma reunião da *American Sociological Association* e na *National Community Association*, mas foi em 1929 que ele detalhou o conceito em uma das monografias que compõem o *Regional Plan of New York and its Environs*. Este plano de caráter regional inscreve-se nos primeiros trabalhos que conceberam a área metropolitana de Nova York e teve como promotora a *Regional Planning Association* e ainda teve o apoio e financiamento da *Russell Sage Foundation*, entidade em que Perry construiu significativa parte de sua carreira.

Sociólogo e planejador, Perry nasceu em Truxton, Estado de Nova York tendo finalizado sua graduação em 1899 pela *Cornell University* após ter cursado dois anos na *Stanford University*. Em 1904, ele continuou seus estudos na *Teachers College of Columbia*. Após servir como Agente Especial da *United States Immigration Commission* em 1913 ele iniciou seu trabalho na *Russell Sage Foundation* onde foi diretor do departamento de recreação até 1937, tendo se dedicado aos temas educacionais, a constituição de centros comunitários e recreacionais assim como na atuação como animador de comunidades de vizinhança (Hall, 1988)¹².

Foto de Clarence Arthur Perry.
Fonte: <https://en.wikipedia.org>

A *Russell Sage Foundation* (RSF) foi constituída em 1907 por Margaret Olivia Sage (1828–1918), viúva do empresário Russell Sage e herdeira de sua grande fortuna construída a partir de negócios ferroviários ao longo do século XIX. Com tal fortuna, Margaret Sage instituiu a fundação com objetivo de subsidiar atividades de pesquisa, educacionais, de caridade e ações sociais dentro de uma perspectiva de reforma social. Um dos influentes membros do Conselho

¹² Informações complementares obtidas através de sítio eletrônico: <https://en.wikipedia.org>. Acessado em 14 de Novembro de 2016. As informações do site têm como fonte o artigo publicado pelo *New York Times* em 1944 por ocasião da morte de Perry: CLARENCE A. PERRY, RECREATION EXPERT: Pioneer in Development of Neighborhood, Comm., *New York Times* (1923-Current file); Sep 7, 1944; ProQuest Historical Newspapers: The *New York Times* (1851-2007) pg. 23.

de Administração da RSF foi Robert Weeks de Forest (1848-1931)¹³, líder do *New York Charity Organization Society*, que orientou a linha de atuação da entidade no sentido “empreender esforços para compreender e mitigar as condições que causam a pobreza, ao invés de prover direta assistência ao pobre”¹⁴. Nos anos iniciais da entidade destacam-se significativos estudos e dois grandes empreendimentos: o *Pittsburgh Survey* (1907), a construção do *Forest Hills Gardens* (1909–1922) e o *New York Regional Urban Planning Project* (1921-1931).

Nos primeiros anos da RSF, sob a direção de John Glenn, a entidade financiou o *Pittsburgh Survey* considerado um dos primeiros estudos sistemáticos sobre as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora nas cidades norte-americanas. Segundo a entidade, este estudo contribuiu para as reformas legislativas sobre as condições de trabalho e o sistema de responsabilidade dos empregadores, ajudando a acabar com a jornada de doze horas de trabalho, sete dias por semana dos trabalhadores do setor do aço.

A *Forest Hills Gardens* foi um modelo de “comunidade suburbana” projetado por Frederick Law Olmstead Jr.¹⁵ e construído em Long Island com recursos da RSF com o intuito de criar uma experiência modelo de comunidade residencial em que as atividades comunitárias fossem desenvolvidas. Cabe ressaltar que Perry viveu em *Forest Hills Gardens* e conheceu de perto tanto o projeto quanto as formas de organização jurídica e social do empreendimento que passariam a ser uma referência para concepção da Unidade de Vizinhança.

Ilustração da Forest Hills Gardens.

Fonte: <http://www.russellsage.org/about/history>

13 Robert Weeks de Forest (1848-1931) foi advogado e filantropo considerado um líder civil na cidade de Nova York. Como advogado foi diretor de inúmeros escritórios e integrou o Conselho Geral da *Central Railroad* de 1874 a 1924. Como filantropo integrou muitas organizações de caridade, entre elas: presidente da *New York Charity Organization Society* (1888-1931), *Welfare Council in New York City*, *Tenement House Commissioner*, presidente da *National Housing Association of New York* (1910), president da *American Red Cross*, da *Russell Sage Foundation* e do *Metropolitan Museum of Art* (1913-1931). Informações obtidas: <http://digital.janeaddams.ramapo.edu>. Acessado em Fevereiro de 2017.

14 Informações obtidas do site oficial da instituição: www.russellsage.org. Acessado em Fevereiro de 2017.

15 Trata de Frederick Law Olmstead Jr. (1870-1957), arquiteto e também paisagista que após graduar-se em 1895 acompanhou as atividades do escritório do pai - Frederick Law Olmstead (1822-1903) - e após a aposentadoria deste em 1897 assumiu a posição de sócio. Informações obtidas do site do *National Association for Olmstead Parks*: www.olmstead.org. Acesso em 19 de Agosto de 2016.

O *New York Regional Urban Planning Project* foi o projeto dentro da RSF que alocou parte de seus membros, contratou especialistas e financiou durante quase dez anos (1921-1931) as atividades para a elaboração do Plano Regional de Nova York que conta com 8 volumes temáticos de levantamentos e pesquisas específicas – os *Regional Surveys* além dos dois volumes do plano – o *Regional Plan of New York and its Environs*. Estas atividades foram realizadas através da conformação do *Committee Regional Plan of New York and its Environs* que foi responsável pela coordenação do plano. Assim que os volumes com os resultados foram publicados em 1929-1931, houve a remodelação deste comitê conformando o *Regional Plan Association* que saiu da esfera direta da RSF incorporando novos membros e associações com o intuito de promover e implementar o plano.

Assim, o comitê formado em 1922 teve o intuito de pesquisar, analisar e planejar a região, que viria a se chamar de metropolitana, e se caracterizou como uma instituição não estatal formada por homens de negócio e renomados profissionais que realizou o primeiro plano desta envergadura para área metropolitana de Nova York. Segundo Hall, teria sido Charles Dyer Norton – presidente do *Commercial Club* de Chicago, responsável pelo Plano Burnham e tesoureiro da RSF – que teria convencido Thomas Adams a coordenar os levantamentos e o plano para Nova York (Hall, 2005, p.182).

Thomas Adams (1871-1940) foi um britânico considerado um “pioneiro” no planejamento urbano por suas atividades tanto na Inglaterra, quanto no Canadá e nos Estados Unidos. Ainda na Inglaterra de 1903 a 1906, ele atuou junto a *Garden City Association* – fundada em 1899 por Ebenezer Howard - onde foi secretário geral ficando a cargo do gerenciamento do empreendimento da Cidade-Jardim de Letchworth, a primeira realização do ideário de Howard que teve o projeto de implantação executado pelos arquitetos Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947) (Ottoni, 1996).

Entre 1909 e 1914, Adams seria considerado um expert nas questões de legislação de planejamento urbano e seria nomeado como *Town Planning Advisor* para o *Local Government Board* na Inglaterra ainda que somente em 1913 se tenha qualificado como agrimensor ganhando um estatuto profissional para as atividades de abertura e novos loteamentos. É importante ressaltar que a atividade de

Foto de Thomas Adams.

Fonte: www.kosmoid.net/planning/adams

planejamento urbano passa a ser legislada pelo *Housing and Town Planning Act* de 1909 na Inglaterra, permitindo às autoridades locais, sob a supervisão de um *Local Government Board*, preparar planos para as terras em processo de urbanização regulando tanto o traçado dessas áreas quanto a densidade populacional do empreendimento e a reserva de áreas para novas linhas férreas¹⁶.

Em 1914 em Londres, Adams fundou e presidiu o *Town Planning Institute* – hoje *Royal Town Planning Institute* – congregando diferentes profissionais – arquitetos, agrimensores, engenheiros e advogados – que se dedicavam às questões do planejamento urbano. A partir de 1914 Adams passou a atuar no Canadá e estabeleceu um contato regular com os Estados Unidos onde em 1917 foi membro fundador do *American City Planning Institute* e entre 1923 e 1930 dedicou-se a direção do *Regional Plan of New York*. Ainda nos Estados Unidos, Adams teria se dedicado ao ensino de 1930 a 1936 em Harvard e de 1921 a 1936 no MIT até seu retorno à Inglaterra onde entre outras atividades presidiu o *Institute of Landscape Architects* de 1937 a 1939¹⁷.

Thomas Adams em primeiro plano dirigindo o grupo de planejadores do *Regional Plan of New York* em 1923, ao seu lado está Frederic Law Olmstead Jr e mais a direita da imagem, Clarence Perry.

Fonte: <http://www.kosmoid.net/planning/adams>

16 Informações obtidas do site oficial do *Royal Town Planning Institute*: <http://www.rtpi.org.uk/about-the-rtpi/>. Acessado em 23 de novembro de 2016.

17 Informações biográficas obtidas na introdução de John Reys, professor da Cornell University, a um texto de Thomas Adams publicado nos anais da *National Conference on City Planning* de 1911, disponível em <http://urbanplanning.library.cornell.edu>. Acessado em 23 de Novembro de 2016.

Com a morte de Charles Norton em 1923 assumiria a frente do Plano Regional, Frederic A. Delano que presidiu o comitê responsável pelas atividades sendo composto por: Robert de Forest – membro do Conselho da RSF -, John Finley, John Glenn – primeiro diretor geral da RSF de 1907 a 1931 –, Henry James, George McAneny, Dwight Morrow, Frank Polk, Frederic Pratt e Lawson Purdy. E a direção geral do plano e das pesquisas temáticas a cargo de Thomas Adams.

O comitê se organizou através de três divisões: a Divisão de Engenharia - *Engineering Division* -; a Divisão Jurídica – *Legal Division* – onde atuava Edward Bassett; e a Divisão Social – *Social Division* - dirigida por Shelby M Harrison – membro da RSF, ele havia sido o responsável pelo trabalho estatístico do *Pittsburgh Survey* e se tornaria a partir de 1931 o diretor do Departamento de Exposições e Pesquisas e o segundo diretor geral da RSF (1931-1948) sucedendo John Glenn. A Divisão Social era subdividida em duas áreas: a dos Estudos de Recreação – *Recreation Studies* – onde Perry atuava e a subdivisão dos Estudos de Insolação – *Sunlight Studies*.

O *Regional Plan of New York and its Environs* é composto de dois volumes: *The Graphic Regional Plan* e *The Building of the City*. O plano é ainda acompanhado por 8 volumes dos *Regional Survey of New York and Its Environs* divididos por temáticas:

- I. Major Economics Factores in metropolitan Growth and Arrangement
- II. Population Land Values and Governement
- III. Highway Traffic
- IV. Transit and Transportation
- V. Public Recreation
- VI. Buildings their uses and the space about them
- VII. Neighborhood and community planning
- VIII. Physical Conditions and public services

Clarence Arthur Perry desenvolveu sua monografia sobre a Unidade de Vizinhança no sétimo volume deste conjunto de pesquisas temáticas – *surveys* – que trazem levantamentos e análises para cada um dos temas que orientariam as propostas expressas no plano regional.

O sétimo volume dos *Regional Surveys* intitulado *Neighborhood and Community Planning* apresenta 3 monografias sobre o “planejamento de vizinhanças e comunidades”: *The Neighborhood Unit* do sociólogo Clarence Perry, *Sunlight and Daylight for urban Areas* de Wayne D. Heydecker, e *Problems of Planning Unbuilt Areas* de Thomas Adams, do advogado Edward Basset e do engenheiro Robert Whitten.

A monografia de Perry intitulada *The Neighborhood Unit: a scheme of arrangement for family life community* trata da organização espacial propícia ao desenvolvimento da vida comunitária em uma cidade grande, a vizinhança. Na introdução da monografia escrita por Shelby M. Harrison, diretor da Divisão Social do plano, observa-se a preocupação nas formas de organização social da população em relação às formas de representação política, e também espaciais, em variadas escalas – da região à vizinhança.

Assim, no planejamento de qualquer ampla área metropolitana, nós acreditamos que três tipos de comunidades estão envolvidos:

1. A comunidade regional, que abarca muitas comunidades municipais e é, portanto, uma família de comunidades;
2. A comunidade de vila, condado ou cidade;
3. A comunidade de vizinhança.

Apenas a segunda deste grupo tem um enquadramento político, contudo todas as três têm uma influência sobre a vida política e o desenvolvimento. Enquanto a comunidade de vizinhança não possui estrutura política, ela frequentemente possui maior unidade e coerência que a encontrada na vila ou cidade e é de fundamental importância para a sociedade (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929, p. 22. Tradução nossa).

Nota-se aqui o esforço em dar visibilidade e enquadramento político para duas escalas urbanas: a região como reconhecimento de dinâmicas que viriam a se chamar de metropolitanas evidenciando o processo de rápido crescimento de cidades norte-americanas no início do século

Mapa localização da área abrangida pelo Plano Regional.

Fonte: Regional Plan of New York and its Environs, 1929-31.

XX que extrapolavam os limites reconhecíveis como cidade, e por outro lado em menor escala, a vizinhança que se modificava profundamente em função do mesmo processo.

Cabe ressaltar que o Plano Regional de Nova York de 1929 foi o primeiro plano mais abrangente e que teve como área não somente a cidade de Nova York, mas áreas fora dela e ainda dentro do estado e englobava também parte de New Jersey e Connecticut.

A monografia tem então como problemática mais ampla a dissolução das relações comunitárias em função de um rápido processo de expansão física das cidades, mas também do contínuo deslocamento e relocação de indivíduos e grupos neste espaço social.

No tipo vila, por outro lado, características genuínas de comunidade são mais evidentes. Isso é especialmente verdade nos casos em que a assimilação pela cidade ainda não alcançou o ponto de destruição da unidade local ou o senso de desprendimento. Como o crescimento populacional preenche os interstícios entre as vilas anexadas e destrói seus limites originais, há uma gradual atenuação das características comunais, mas mesmo assim elas são lentas em desaparecer (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929, p. 22. Tradução nossa).

Associado ao processo de expansão está a introdução de um “novo fator” que impactaria as vizinhanças residenciais: o “advento do automóvel”. Tratava-se da introdução de grandes vias arteriais, que davam fluxo ao trânsito rápido para transpor distâncias cada vez maiores, que esquadrihavam a superfície urbana. Essas vias configuravam rupturas no tecido urbano e eram vistas como divisoras da cidade em “parte independentes” em que sua transposição passava a ser um problema e dificultaria a relação de vizinhança entre as partes, em outras palavras, eram elas mesmas as linhas divisórias das vizinhanças.

... a via expressa não será como a rua principal da antiga vila, agindo como centro de trocas unificador ao longo das duas “margens”. Ao invés disso, ela será como uma ferrovia, uma linha de separação, um novo elemento físico operando para dividir a cidade em novas vizinhanças (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929, p. 23. Tradução nossa).

Somada a esta leitura estava o fato de que inúmeros acidentes de trânsito envolvendo o atropelamento de crianças se repetiam nas grandes cidades e eram incessantemente noticiados pelos jornais do período chamando a atenção para o problema e conformando a opinião pública.

Houve protestos na prefeitura ontem por dúzias de mães, pais de crianças (...). Eles marcharam até a praça do City Hall e depois invadiram os corredores do edifício. Muitos carregavam cartazes. Um deles diziam: ‘nossos filhos não precisam morrer indo para a escola’. Explicando este cartaz, a mãe dizia que seus filhos precisavam atravessar perigosos cruzamentos em seus caminhos de ida e vinda aos edifícios escolares (...) e que seis crianças haviam morrido em um desses cruzamentos (The New York Times, 27 de Janeiro de 1926 APUD Ibidem, p.51. Tradução nossa)

Peculiarmente, ao apontar como problema teórico a dissolução das comunidades tradicionais no processo de expansão da grande cidade – tema caro a sociologia - a monografia interpreta com certa positividade e pragmatismo, tal processo:

O objetivo em realizar este inquérito sobre a vida e unidade de vizinhança foi em descobrir a base física para este tipo de associação face-a-face que caracteriza a comunidade das antigas vilas e que a cidade grande tem dificuldade em recriar (Ibidem, 1929, p.23. Tradução nossa).

Mesmo se a metrópole tende a destruir as comunidades as quais são englobadas no processo de expansão, ela cria novas comunidades pelo seu processo interno próprio (Ibidem, 1929, p.23. Tradução nossa).

Se no campo sociológico a questão era frequentemente colocada em termos do binômio Comunidade-Sociedade em que, na perspectiva de Ferdinand Tönnies¹⁸, as relações de comunidade seriam substituídas pelas relações societárias, aqui, na perspectiva de Perry, neste novo espaço social – a grande cidade – seria possível criar novas comunidades.

Ao apresentar o estudo de Perry na introdução da monografia, Shelby Harrison ressalta o ponto de vista em que se insere a proposta de Unidade e Vizinhança, diz ele:

... não se pode inferir que o Sr. Perry defenda o retorno de uma sociabilidade arbitrária conformada por vizinhos pelos costumes da América antiga. As páginas que se seguem expressam um ponto de vista completamente moderno (Ibidem, 1929, p.24. Tradução nossa).

Perry apresenta, então, como proposta a ideia de Cidade Celular composta por Unidades de Vizinhança. Uma vez que as vias arteriais estavam fragmentando a cidade, Perry via a potencialidade de organizar comunidades fortalecendo as relações de vizinhança em áreas residenciais que ficavam nos interstícios dessas vias.

... as vias arteriais necessariamente devem distribuir-se em todas as direções e tornar o sistema viário uma rede, e a vida residencial deve ocupar os espaços intersticiais. Nós estamos caminhando para viver em células. A cidade celular é o produto inevitável da era do automóvel. Mas qual seria a natureza destas células? Solteiros e casais sem filhos podem viver em hotéis e apartamentos, mas famílias, como foi demonstrado, demandam um ambiente mais amplo e mais complexo. Elas demandam uma vizinhança organizada (Ibidem, 1929, p.30-1. Tradução nossa).

18 Cf. TÖNNIES, Ferdinand *Communauté et société: catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Presses Universitaires de France, 1944 [1912].

A Unidade de Vizinhança é proposta como um “esquema de arranjo da vizinhança para a vida familiar”. Observada como fato, a fragmentação da cidade, Perry apoia-se na presença das vias arteriais para conformar os limites da comunidade que enseja estimular e dentro dela, então, passa a organizar os usos cotidianos com foco naqueles que atuam na sociabilidade das crianças, ou seja, nas instituições e espaços onde as relações primárias – para fora da vida familiar – se estabelecem nos primeiros anos no desenvolvimento do indivíduo, sobretudo a escola e o playground. Fortalecer estas relações primárias, ou ainda, as relações face-a-face entre os indivíduos, está no cerne da ideia de reestabelecer o senso de comunidade. Voltaremos a este ponto adiante, mas antes trataremos do arranjo da vizinhança propriamente dito.

Esquema da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry.

Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

A figura, amplamente divulgada por livros de história da arquitetura e urbanismo e mesmo pelos meios digitais, sintetiza os seis princípios da Unidade de Vizinhança. Perry enfatiza que o esboço trata mais de um esquema do que um plano urbanístico ou arquitetônico detalhado, ao contrário, a Unidade de Vizinhança poderia se formalizar de diversas maneiras desde que os princípios se mantivessem. Centrada nas necessidades cotidianas da família, especificamente da criança - e da mãe, pressupondo uma família mononuclear em que a mulher tem como papel social o cuidado com os filhos no ambiente doméstico e ao homem caberia o trabalho no centro da cidade ou nos distritos comerciais – a escola primária tem um papel estruturador na Unidade de Vizinhança (UV). Esta deveria permitir a circulação das crianças sem que houvesse o risco de travessia de uma via arterial sobretudo no caminho até a escola e assim orientaria os princípios da UV, são eles:

1. Tamanho – este poderia variar em função da densidade populacional, mas a população de uma UV seria fixada em função da população de crianças necessárias para o funcionamento de uma escola primária¹⁹.

2. Limites – A unidade deve ter limites reconhecíveis, delimitada por vias arteriais suficientemente amplas para que o tráfego de passagem dê fluidez sem a necessidade de entrar na vizinhança.

3. Sistema de ruas internas – Sistema especial de ruas desenhadas para facilitar a circulação dentro da Unidade e desencorajando seu uso pelo tráfego que não fosse local.

4. Áreas institucionais – Local para a escola primária e outras instituições – em geral uma biblioteca, um teatro, duas igrejas – de modo que o conjunto de edificações conformasse o centro comunitário. O importante para a localização destes equipamentos é que a esfera de atendimento coincidisse com os limites da Unidade para que eles atendessem a população da UV sem a necessidade de travessias.

5. Espaços Abertos – um sistema de pequenos parques e espaços de recreação planejados para atender as necessidades da vizinhança.

6. Comércio Local – o comércio deveria ter uma tamanho e atendimento suficiente para uma ou duas unidades de vizinhança e poderia se localizar de preferência nas vias artérias nas adjacências de outra vizinhança.

Plano para uma Unidade de Vizinhança com casas unifamiliares no subúrbio.
Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

Plano para uma Unidade de Vizinhança com variação tipológica para áreas mais densas.
Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

¹⁹ A *Elementary School*, que é majoritariamente pública nos Estados Unidos, atende crianças de 0 a 5 anos no *Kindergarten* e de 5 a 11 anos do 1 ao 6 *Grades*. A partir de extenso estudo tanto escolar quanto demográfico Perry chega ao número de 800 a 1500 crianças para uma escola primária o que resultaria em uma população de 4800 a 9000 habitantes para a Unidade de Vizinhança.

Seguindo estes princípios a Unidade de Vizinhança poderia se formalizar de diversas maneiras em variadas circunstâncias: como um empreendimento de casas isoladas no lote no subúrbio; como um plano para área mais urbanizadas limítrofes às áreas industriais; como um empreendimento com variação tipológica de casa unifamiliares e apartamentos multifamiliares para áreas mais adensadas (e terreno mais valorizados) nas franjas dos distritos financeiros; ou ainda, uma reurbanização para área centrais, conforme mostram as figuras e que Perry detalhou cada uma em sua monografia.

Unidade de Vizinhança em área industrial.

Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

Proposta de Unidade de Vizinhança para reurbanização de área central.

Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

A estrutura argumentativa da monografia de Perry organiza-se em doze capítulos precedidas por uma introdução escrita por Shelby M. Harrison, diretor da Divisão Social do plano, são eles:

1. Porque um plano de vizinhança
2. A unidade de vizinhança
3. Tamanho e limites
4. Parques e espaços de recreação
5. Centro Comunitário
6. Distritos Comerciais
7. Sistema Viário

8. *Forest Hills Gardens* como uma comunidade de vizinhança
9. Aplicando o esquema de unidade no subúrbio
10. Replanejando áreas centrais deterioradas
11. O esquema da unidade como uma ajuda às comunidades de vizinhança existentes.
12. Comunidades de Vizinhança – por que deveria ser nutridas.

Podemos agrupar estes capítulos da monografia em quatro parte: a primeira introdutória anuncia os problemas e a necessidade de uma UV; a segunda apresenta a proposta de UV e cada um de seus princípios; a terceira parte analisa uma experiência concreta e aponta duas possibilidades de aplicação do esquema da UV; e a quarta discute a perspectiva de fortalecimento dos laços comunitários através da vizinhança.

A primeira parte é composta pela introdução e o primeiro capítulo onde anuncia-se as questões do crescimento da cidade e o impacto nas comunidades locais justificando a necessidade de um planejamento para a escala da vizinhança. A segunda parte composta pelos capítulos 2 ao 7 apresenta a proposta de Unidade de Vizinhança, suas formas de organização da vida comunitária e das funções urbanas da vizinhança e exemplifica em quatro esquemas e planos para situações distintas. Na sequência, cada um dos princípios da UV é discutido em detalhe amparados e justificados por pesquisas e estudos específicos para cada um dos temas.

A terceira parte composta pelos capítulos 8 ao 10 analisa o empreendimento *Forest Hills Gardens* como um projeto em que muitos dos princípios da UV estariam presentes, mas também apresenta a forma de organização do empreendimento desde os aspetos sociais aos jurídicos de como se conformar a comunidade. O nono e décimo capítulos apresentam duas situações distintas de aplicação do esquema da Unidade de Vizinhança: a aplicação em um subúrbio e a implicação da coordenação de abertura dos novos loteamentos e a disponibilidade de terras – inclusive com a discussão de instrumentos jurídicos como o *Eminent Domain* para viabilizar uma UV a partir de terrenos de proprietários diferentes. A outra aplicação seria na área central de Nova York em que se flexibiliza alguns pressupostos com relação ao tamanho, a estrutura viária e a densidade entre outros fatores em função da valorização destes terrenos, mas se mantém os princípios da Unidade de Vizinhança.

Já a quarta parte composta pelos capítulos onze e doze discorre sobre as comunidades locais em sua relação com a proposta de Unidade de Vizinhança. Aqui argumenta-se que a UV poderia auxiliar às associações de cidadãos na preservação e melhorias das vizinhanças uma vez que ela demarcaria os limites de cada vizinhança e com isso atuaria no reconhecimento de vizinhança, mas também serviria para auxiliar o poder público através do zoneamento,

reivindicando o padrão da UV como um guia ao zoneamento na demarcação dos distritos residenciais e também na coordenação dos distritos escolares.

A proposta da Unidade de Vizinhança entendida dentro da leitura de uma Cidade Celular é fruto mais de uma depuração de práticas urbanísticas das quais Perry extraiu e organizou os princípios fundamentais que objeto de uma orientação teórica *tout court*. Ao longo das páginas da monografia aparecem três experiências concretizadas em Nova York e seus arredores: a *Forest Hills Gardens*, a *Sunnyside Gardens* e *Radburn*.

A *Forest Hills Gardens* teve o projeto de implantação desenvolvido por Frederic Law Olmstead Jr e os projetos arquitetônicos por Grovenor Atterbury. A experiência foi financiada pela *Russell Sage Foundation* com o propósito de testar as ideias sobre formas de organização social da comunidade em relação ao espaço residencial construído e tal experiência foi implantada no Queens ao longo da linha férrea que conecta a Manhattan a Long Island.

Plano Geral de *Forest Hills Gardens* inserida na malha reticular de Nova York.

Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.

Em 1924 fora fundada a *City Housing Corporation* pelo empreendedor Alexander Bing com o intuito de construir as “cidade-jardim norte-americana” (Hall, 1988, p. 145). Efetivamente, entre 1924 e 1928 iniciou-se o empreendimento da *Sunnyside Gardens* projetada por Clarence Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1936)²⁰ a partir da incorporação pela *City Housing Corporation* de terreno não urbanizado de aproximadamente 31ha no Queens à 8km de Manhattan ao longo da mesma linha férrea que se localizava o empreendimento da RSF (Hall, 1988, pg 145-6).

20 Um dos primeiros moradores de *Sunnyside Gardens* foi Lewis Mumford que junto com Clarence Stein, Henry Wright, Benton MacKaye e Alexander Bing formaram o *Regional Planning Association of America* (RPAA) em 1923.

Plano Geral de Sunnyside Gardens e o detalhamento de uma quadra com áreas verdes e caminhos de pedestre em seu interior mantendo a retícula de Nova York.

Fonte: (Stein, 1957).

Na sequência os arquitetos foram chamados a projetar *Radburn* desta vez em área bem maior, aproximadamente 3.800ha em Fair Lawn, estado de New Jersey à 24Km de Manhattan, de onde extraíram o conhecido esquema Radburn de 1929. Sem restrições legais como o zoneamento e liberado da rígida quadrícula de Nova York, esta experiência apresentou a solução de “superquadras” em que o fundo das edificações voltavam-se para áreas verdes que conectavam com os usos institucionais.

Estes empreendimentos no ponto de vista urbanístico configuram algumas das experiências de implantação do ideário da cidade-jardim nos Estados Unidos onde sofreram importantes transformações – frequentemente reduziram-se a empreendimentos residenciais de baixa densidade com casas isoladas no lote ou geminadas, em que não há uma preocupação com áreas para as atividades produtivas, de outro modo colocavam-se como um refúgio de áreas residenciais em meio ao verde nos arredores de uma grande cidade - e foram sendo nomeadas pela historiografia de “subúrbios-jardim” (Hall, 1988).

Plano Geral de Radburn rompendo a malha reticular conformando “superquadras” com as áreas verdes em seu interior conectando os usos institucionais.
 Fonte: (Stein, 1957).

Foto aérea da implantação de Radburn de 1929 e divulgação do empreendimento.
 Fonte: www.fairlaw.org.

Os princípios da Unidade de Vizinhança parecem ser extraídos dessas experiências urbanísticas que buscavam a segurança contra a “ameaça do carro” controlando o traçado do sistema viário ora com o arruamento curvilíneo e sem conexões diretas entre as ruas, ora com a solução do *cul-de-sac* criando ruas de acesso restrito às residências, mas também “recuperando” os espaços verdes ao reservar espaços para parques e áreas de recreação as vezes inserindo-os dentro da quadra que, na experiência de *Sunnyside*, mantém-se dentro da malha reticular de Nova York e em *Radburn* a quadra é “explodida” com reentrâncias através de ruas internas de acesso às residências e um amplo parque em seu expandido no interior das quadras que as comunicam, observando-se também um sistema de caminhos de pedestres independente do sistema viário. Entretanto, a Unidade de Vizinhança de Perry expressa ainda uma outra preocupação: estimular as relações comunitárias. Para isso, a escola primária e as áreas de recreação são espaços fundamentais, em sua concepção, para nutrir a sociabilidade.

1.2. Comunidade e Vizinhança: da sociologia ao urbanismo

Estimular as relações comunitárias dentro da grande cidade é um dos objetivos almejados pela demarcação na cidade das Unidades de Vizinhanças. Tratava-se da intenção de criar espaços urbanos – os bairros residenciais – de forma a preservar e até estimular as relações de sociabilidade entre a vizinhança. Na monografia de Perry, pode-se observar certas orientações teóricas a partir de referência direta à obra de proeminentes sociólogos do período, em especial àqueles ligados à “Escola de Chicago”.

Neste ponto, ampliaremos o quadro de análise, remetendo a um amplo contexto de mudança estruturais na sociedade norte-americana em que se institucionalizou os estudos das chamadas “ciências sociais” dentro de uma transformação do ensino superior no país e da cultura universitária. Dentro deste contexto, encontra-se a criação do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e a consolidação dos estudos da sociologia urbana que ganharam importante repercussão nos anos 1920. Encontra-se também a própria formação de Perry e os diálogos teóricos que ele manteve.

O período entre os anos de 1860 e 1920 para a história norte-americana é visto como um momento decisivo de transformações em que os Estados Unidos saíram da Guerra Civil (1861-1863) devastados e viriam a se tornar uma das potências econômicas após I Guerra Mundial (1914-1918) sendo este desenvolvimento arrefecido pela crise cíclica de 1929. Fim do trabalho escravo (1863), intenso processo de industrialização aliado à construção das redes ferroviárias avançando a Oeste, fortalecimento do comércio interno e das exportações, explosivo crescimento demográfico e urbanização acelerada foram transformações significativas desta sociedade. Nas cidades em crescimento notava-se algumas das mudanças sociais como a consolidação da burguesia industrial e financeira, a expansão da classe média e trabalhadora, esta formada notadamente por uma massa de imigrantes, assim como a formação de um diversificado ambiente cultural e intelectual.

Segundo Mário Eufrásio (2013), a sociologia americana nutriu-se desse contexto no qual se desenvolveu e se consolidou construindo um conjunto próprio de temáticas e tradições intelectuais, inclusive com o estabelecimento de uma subdisciplina: a sociologia urbana. Ao analisar a constituição da disciplina, Eufrásio apresenta o contexto intelectual em que um conjunto de ideologias políticas e sociais se conformaram e confrontaram. De modo esquemático, poderíamos dizer, entre liberalismo e progressismo:

De um lado, o liberalismo econômico (ou conservadorismo, ou *laissez-faire*) dos grandes empresários detentores do poder econômico, apoiado por intelectuais conservadores, através de um certo uso do evolucionismo e do darwinismo social, e por importante parte do clero protestante. De outro lado, e em oposição a ele, um conjunto de correntes representou sua contestação a nível social e econômico: a dos evangelistas sociais, que defendiam uma reforma baseada na cooperação cristã; a dos operários industriais e dos trabalhadores agrícolas, que se associaram em uma reivindicação de obtenção de apoio do Estado; a dos socialistas, que reivindicavam a propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição sociais (...) e que passou, após 1900, a apoiar reformas dentro da ordem existente; a do progressismo (o mais eficaz movimento reformista entre 1860 e 1920) (...) que pragmaticamente queria a concretização dos princípios do *welfare state* mediante medidas jurídicas e sociais e que conseguiu fazer a posição do Estado favorecer os interesses populares (Eufrásio, 2013, p.19-20).

Os fundamentos evolucionistas, marcadamente do darwinismo social, foram uma tônica entre os intelectuais do período, inclusive entre aqueles considerados os “pais fundadores” da sociologia americana (Eufrásio, 2013, p.21) por suas contribuições fundamentais para o estabelecimento da disciplina. São eles: William Graham Sumner - professor em Yale -, Lester Ward – Universidade de Brown -, Albion Small - fundador do departamento de Sociologia na Universidade de Chicago -, Franklin H. Giddings - professor na Universidade de Columbia -, Charles Horton Cooley – Universidade de Michigan – e Edward A. Ross – após passagens como professor nas universidades de Indiana e Cornell se estabeleceu em Stanford.

De modo específico, os princípios evolucionistas de Darwin, Malthus e Spencer forneceram os fundamentos do ‘naturalismo evolucionista’ que todos os fundadores da sociologia americana defenderam. Essa doutrina, enquanto aplicada ao campo da sociologia, concebia as estruturas sociais como produto das interações dos indivíduos agindo a partir de um desejo de satisfazer necessidades humanas universais de natureza orgânica ou quase orgânica. As sociedades e os indivíduos não socialmente organizados de modos funcionalmente compatíveis com essas necessidades irão eventualmente perecer quando forçados a competir por recursos com aqueles mais harmoniosamente adaptados, oferecendo assim o impulso evolutivo para a história social humana. Apesar das várias disputas internas, os mais importantes sociólogos americanos do período 1880-1900 adotaram esses princípios fundamentais do darwinismo social (Lewis & Smith, 1980, p.4 APUD Eufrásio, 2013, p.22)²¹.

Eufrásio (2013, p.22) assinala que mesmo seguindo as concepções de sociologia de Herbert Spencer houve leituras diferentes entre os sociólogos conformando uma versão mais conservadora por parte de William Sumner, em que enunciados individualistas caberiam à perspectiva do liberalismo econômico, e outra mais reformista de Lester Ward, em que se admitia a necessidade de reformas sociais orientadas.

21 LEWIS, J. D & SMITH, R. L. *American Sociology and Pragmatism: Mead, Chicago Sociology, and Symbolic Interaction*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

Um outro aspecto relevante para a consolidação da disciplina acadêmica foram as mudanças institucionais no ensino superior do país. Por volta de 1870, foram sendo conformadas as universidades de caráter mais progressista e com iniciativas inovadoras contrastando com as faculdades [*colleges*] que mantinham um quadro reduzido de professores e em geral membros do clero. À fundação da *Johns Hopkins University* (1876), seguiu-se outras iniciativas como a modernização do ensino da *Columbia University* (1880), *Michigan University* (1881) e depois *University of Pennsylvania* (Eufrásio, 2013). Neste processo houve uma modernização e secularização da cultura universitária e a formação e institucionalização de uma nova geração de acadêmicos orientados por concepções seculares. Cabe destacar que houve também a criação do sistema de extensão universitária ampliando a inserção da universidade para um público mais abrangente. A primeira a instalar tais iniciativas foi a *Johns Hopkins University* (1880) seguida pela Universidade de Chicago, item relevante que trataremos mais adiante.

Mario Eufrásio (2013) delineia em linhas gerais um movimento para o desenvolvimento da sociologia norte-americana em que nos ateremos nas fases iniciais. O primeiro momento é justamente o de surgimento da sociologia enquanto disciplina independente, no final do século XIX, com a introdução de cursos em diversas universidades entre elas as de Boston, Indiana, Wyoming, Brown, Chicago e Cornell. Entre os anos de 1900 a 1920 seria um momento de difusão com a institucionalização da disciplina, abertura de cursos de pós-graduação, formação de equipes de pesquisa, criação de associações – entre elas a *American Sociological Society* (1905) - e revistas especializadas. A consolidação da disciplina se daria entre os anos de 1920 a 1935, segundo Eufrásio, momento em que se criou linhas de pesquisas originais, firmou-se tradições próprias e se desenvolveu uma “subdisciplina especializada”, a sociologia urbana. “Neste período veio a predominar a orientação que se desenvolveu em Chicago, caracterizada por uma ecologia humana e uma psicologia social sociológicas, e secundariamente a orientação surgida em Columbia” (Eufrásio, 2013, p.25).

É dentro deste quadro que se pode compreender a formação e os debates teóricos predominantes ao longo da atuação de Perry. Nascido após a Guerra Civil e tendo crescido neste ambiente em transformação, ele iniciou seus estudos em sociologia nestas primeiras instituições a se modernizar – cursou dois anos na Universidade de Stanford e finalizou na Cornell em 1899 -, durante os anos 1910 continuou seus estudos em Columbia; e ao longo dos anos 1920 atuou na elaboração do Plano Regional de Nova York e da monografia sobre a Unidade de Vizinhança no momento de difusão das leituras da cidade sob a ótica da sociologia urbana da “Escola de Chicago”.

O departamento de Sociologia da Universidade de Chicago foi instituído em 1892 por sugestão de Albion Small (1854-1926) que ficou a cargo da contratação dos primeiros professores, dentre eles William Issac Thomas (1863-1947) formado nos primeiros cursos de pós-graduação da universidade. A “Escola de Chicago” de sociologia, como ficou conhecida em referência ao grupo e as pesquisas empreendidas dentro deste departamento, pode ser compreendida, segundo Eufrásio (2006), em dois momentos iniciais: de 1912 a 1922 em que se desenvolvem propostas de pesquisas e estudos empíricos, e posteriormente, de 1922 a 1934, período em que são concluídas as pesquisas utilizando os procedimentos, concepções e teorizações. Os anos de atuação profissional de Robert Ezra Park (1864-1944), Ernest Watson Burgess (1886 – 1966) e Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) dentro do Departamento de Sociologia mesclam-se com os esforços de consolidação da sociologia americana que buscava se afirmar a partir da precisão de seu objeto, da prática científica de construção de seu conhecimento e elaboração teórica a partir do tratamento da informação empírica (Eufrásio, 2006).

Robert Ezra Park (1864-1944) nasceu em Pensilvânia, Estados Unidos. Durante mais de dez anos (1887 – 1898) trabalhou como jornalista em diversas cidades americanas. Em 1898, ingressa novamente na Universidade, desta vez em Harvard, para cursar psicologia e filosofia. No ano seguinte, viajou para Alemanha com o intuito de continuar seus estudos na Universidade de Berlim – onde teve aula com Georg Simmel - e Strasburgo. Em seu retorno ao Estados Unidos, em 1904, integrou o corpo docente da Universidade de Harvard no curso de filosofia por um ano. Em 1914, muda-se para Chicago para ingressar como professor parcial na Universidade no departamento de sociologia, onde já havia ministrado alguns cursos de verão no ano anterior, até 1923 em que se tornou professor efetivo, tendo se aposentado dez anos depois (1933)²².

Ernest Watson Burgess (1886 – 1966), nasceu em Ontario, Canadá, em meio a uma família protestante. Entre 1908 a 1913 graduou-se na Universidade de Chicago no Departamento de Sociologia, instituição em que retornou como professor assistente em 1916. Somente em 1927, Burgess foi efetivado como professor e ocupou, a partir de 1946, o posto de chefe do departamento até sua aposentadoria compulsória em 1951, momento em que fundou o *Family and Community Study Center*²³.

22 Informações biográficas extraídas sitio da *American Sociological Association*. Endereço: www.asanet.org/about/presidents/Robert_Park.cfm. Acessado em Julho de 2015.

23 Informações biográficas extraídas sitio da *American Sociological Association*. Endereço: http://www.asanet.org/about/presidents/Ernest_Burgess.cfm. Acessado em Abril de 2015.

Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) nasceu em Manitoba, Canadá. Ele graduou-se na Universidade de Manitoba em 1912 e realizou sua pesquisa de doutoramento na Universidade de Chicago entre 1913 e 1915. Dedicou sua carreira ao ensino de sociologia em diversas universidades, inicialmente como instrutor e professor assistente até tornar-se professor efetivo e chefe do departamento de sociologia da Universidade de Michigan em 1930. Ele também lecionou nos cursos de verão nas universidades de Chicago e Stanford. Desde o início de sua carreira, McKenzie dedicou-se a um amplo estudo da “ciência da ecologia humana” tendo publicado em 1921-22 o estudo *The Neighborhood: A Study of Local Life in Columbus, Ohio* produto de sua pesquisa de doutoramento. Nos anos 1930 ele foi vice-presidente da *American Sociological Society* (1932-33), editor consultor da *Sociology and Social Research* e membro do conselho editorial da *American Journal of Sociology*²⁴.

Eufrásio (2006) ao problematizar a construção da noção de uma “escola” insere uma característica distintiva para tal análise, a formulação de um programa de pesquisa em que se delineia o método de pesquisa, os instrumentos intelectuais, as metas, problematizações e temas. Neste sentido os artigos *Race Psychology: Standpoint and Questionnaire, With Particular Reference to the Immigrant and the Negro*²⁵, de William Thomas de 1912 e *The City: suggestions for the investigation of Human Behavior in the city environment*²⁶ de Robert Park de 1915 são considerados emblemáticos pela construção de uma metodologia de pesquisa – dentre os pontos levantados está a questão da pesquisa empírica -, de esquemas teóricos conceituais – dentre eles o de Ecologia Humana - e o levantamento de temas para potenciais pesquisas.

Se a década de 1910 foi importante para a construção do programa de pesquisa seria a década seguinte o momento de efetivação de um projeto de pesquisa coletivo que teria a própria cidade de Chicago como objeto empírico, ou ainda laboratório social. Assim, o livro *The City*²⁷ assume este papel. Ele é composto por uma coletânea de artigos dos autores Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess, e Roderick Duncan McKenzie acompanhada de uma compilação bibliográfica de Louis Wirth (1897-1952). A maioria dos artigos foram publicados anteriormente em revistas e foram compilados e reordenados para a composição do livro. Neste sentido, há uma independência entre as partes, mas ao longo do livro é claro o elo entre os artigos que compunham o início deste amplo projeto de pesquisa.

24 Robert C. Angell, “Obituary: Roderick Duncan McKenzie, 1885-1940,” *American Journal of Sociology* 46, n. 1 (Jul., 1940): 78.

25 THOMAS, W. I, “Race Psychology: Standpoint and Questionnaire, With Particular Reference to the Immigrant and the Negro”. *American Journal of Sociology*, Vol. 17, No. 6 (May, 1912), pp. 725-775

26 PARK, R. E. “The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment”. *American Journal of Sociology*, vol.20, n.5, Março 1915, p. 577-612. Nova versão: Park, 1925.

27 PARK, Robert & BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

O texto de abertura do livro, de Park, estrutura este projeto coletivo, trata-se de uma versão do artigo publicado em 1915 com modificações e ampliações, em que apresenta um enquadramento teórico e um leque de temas a serem desenvolvidos. Este artigo junto com os textos de Burgess *The growth of the city: an introduction to a research project* e de McKenzie *The ecological approach to the study of human community* assumem o papel metodológico importante para o estudo da comunidade urbana sob o prisma da Ecologia Humana.

O artigo *The City: suggestions for investigation of the human behavior in the urban environment* de Robert E. Park foi escrito inicialmente com a intenção de delinear um programa de estudos cuja problemática era a vida social sob as condições da cidade moderna. O artigo delineia com precisão seu objetivo:

As observações que seguem têm a intenção de definir um ponto de vista e indica um programa para o estudo da vida urbana: sua organização física, suas ocupações, e sua cultura (PARK, 1925a, p.3. Tradução nossa).

O autor declara objetivo geral de pesquisa: o estudo da vida social na grande cidade. Destaca temas diversificados, expostos ao longo do artigo, e ainda apresenta um enquadramento teórico que orienta as análises e perspectivas através de um “ponto de vista”, ou seja, uma metodologia baseada, como veremos adiante, na concepção de ecologia humana.

Neste artigo Park expõe a tese de que a cidade incorpora uma dupla dimensão: espacial e cultural.

O fato é, todavia, que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra (PARK, 1925a, p.4. Tradução nossa).

Esta dupla dimensão na concepção de cidade estaria presente nos trabalhos subsequentes do livro em uma variedade de temas que compõem esta ampla pesquisa sobre a vida urbana. Buscam justamente investigar a relação entre estas dimensões, ou ainda, como as transformações da grande cidade produzida pelos homens na sociedade moderna compõem um novo meio em que os homens interagem e se adaptam – segundo as perspectivas dos autores-, modificando suas formas de associação.

É possível observar ao longo do texto aspectos, conceituações e perspectivas de análise que estão presentes no trabalho de autores do Departamento de Sociologia contemporâneos a Park e que estariam compartilhando e construindo um programa de pesquisa. No trabalho

realizado em conjunto com Ernest Burgess em 1921 *Introduction to the Science of Sociology*²⁸ os autores desenvolvem o método de interpretação da Ecologia Humana. Este método é retomado explicitamente no artigo *The City* como modo investigativo das relações estabelecidas entre o homem e seu meio, especificamente o novo ambiente moderno, a grande cidade.

A ciência que busca isolar os fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de forças, é o que chamamos de ecologia, distinta de plantas e animais, humana (PARK, 1925a, p.1-2. Tradução nossa).

Ele ainda reivindica, então, para o estudo da cidade uma abordagem geográfica, ecológica e econômica. Podemos citar ainda dentro deste quadro teórico o trabalho de William Thomas (1915) em que esboça um método para a análise dos principais fatores na mudança social correlacionando-se com os estudos em psicologia social.

A estrutura argumentativa do texto de Park organiza-se em quatro grandes partes: o plano da cidade e a organização local; a organização industrial e a ordem moral; relações secundárias e controle social; e o temperamento e o meio urbano. Na primeira parte, de particular relevância para cotejar com a noção de Unidade de Vizinhança, há a discussão do ‘plano da cidade’ em que é apresentada uma forma de organização da cidade através do tamanho, da concentração e distribuição das áreas citadinas; apresenta-se a ‘vizinhança’ como espaço das formas de associação dos habitantes baseada nas relações primárias; e por fim, no item ‘colônias e áreas segregadas’ coloca-se a discussão de que os meios de transporte e comunicação na grande cidade tende a dissolver as vizinhanças, entretanto, é notável a existência de guetos e áreas segregadas em que o isolamento das colônias raciais e de imigrantes tendem a preservar os grupos locais. “o sentimento de vizinhança tende a se fundir com antagonismo de raças e interesses de classe” (PARK, 1925a, p.10).

Especificamente sobre a vizinhança, assim a define Park:

Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina. Interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no Governo, a vizinhança passa a ser a base de controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local (Park, 1925a, p.6. Tradução nossa).

28 PARK, R.; BURGESS, E. *Introduction to the Science of Sociology*, The University of Chicago Press, 1921.

Baseado nos estudos de Charles Horton Cooley²⁹ sobre os tipos de associações, Park avalia a mudança que ocorria na grande cidade e o papel que a escola passa a assumir na comunidade:

... o crescimento das cidades foi acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, 'primárias', por relações indiretas, 'secundárias', nas associações de indivíduos na comunidade (Park, 1925a, p.22. Tradução nossa).

A maioria de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido, sob as influências desintegrantes da vida citadina, grandemente modificada. A escola, por exemplo, tem assumido algumas das funções da família. Algo como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar em volta da escola e de sua solicitude pelo bem-estar físico e moral das crianças (Park, 1925a, p.23. Tradução nossa).

Aqui encontra-se um aspecto central da concepção de Unidade de Vizinhança de Clarence Perry: a centralidade em que a escola assume como centro comunitário da vizinhança dando a medida, o alcance e tamanho da unidade, e ainda, organizando e estimulando as associações entre indivíduos transformadas em "indiretas" na grande cidade.

A segunda parte do artigo de Park é composta pelos itens 'classes vocacionais e tipos vocacionais', 'as notícias e a mobilidade do grupo social' e 'a bolsa de valores e a multidão' o autor apresenta a variedade de ocupações com maior divisão social do trabalho, assim como outras formas de associação baseadas nas vocações, a ascensão do interesse como forma racionalizada de sentimento, maior mobilidade e comunicação, assim como os métodos de controle e manipulação da opinião pública e da multidão. A terceira parte composta pelos itens 'a igreja, a escola e a família', 'a crise e os tribunais', 'vício comercializado e tráfico de bebidas', 'política partidária e publicidade' e 'propaganda e controle social' discute as mudanças nas formas de associação das relações primárias, a ideia de crise e as mudanças nas instituições sociais, assim como nas políticas partidárias e nas formas e meios de controle social. E por fim, a quarta parte dividida em 'a mobilização do homem individual', 'a região moral' e 'temperamento e contágio social' aborda o surgimento de 'tipos temperamentais' sob o impacto de novos contatos e interações propiciadas pelos novos meios de transporte e comunicação resultando em áreas da cidade onde prevalece um 'código moral', as 'regiões morais'. É interessante notar que o final de cada item é composto por uma série de perguntas precisas sobre cada tema que indicam o esboço de problemáticas a serem enfrentadas em pesquisas posteriores.

29 Cooley foi professor de sociologia na Universidade de Michigan onde ele havia se graduado em 1890 no curso de Economia Política e Sociologia. Dedicou-se a temas em que analisava a conexão entre a sociedade e o indivíduo e como elas poderiam ser entendidas em relação recíproca, dentro da perspectiva de psicologia social que empreendia. Cooley escreveu uma série de trabalhos entre eles *Social Organization* de 1909, citado no artigo de Park. Informações obtidas através do sítio eletrônico da *American Sociological Association*: <http://www.asanet.org>. Acessado em 25 de Novembro de 2016.

Mais do que um resultado interpretativo, o texto *The city* apresenta o desenho de um amplo projeto de pesquisa com uma variedade de temas organizados por uma metodologia comum em que a cidade de Chicago é o objeto empírico, ou ainda, o laboratório social para observação das mudanças sociais que ocorriam naquele espaço que também se transformava em contraste com o espaço, ou ainda, meio rural e as relações sociais que ali se configuravam.

Se o texto de Park nos é particularmente interessante para observar como era analisada a relação de interação entre vida social e espaço urbano em um momento de transformações sociais e urbanas profundas é no artigo de Burgess que ele apresenta uma interpretação dos mecanismos sociais atuantes no processo de expansão da cidade.

O artigo *The growth of the city: an introduction to a research Project* (1925a) de Ernest W. Burgess foi publicado originalmente em 1923 e reeditado em 1925 como parte do livro *The City*. Ele aborda o processo de crescimento da cidade e tem como problemática específica o questionamento sobre a natureza do processo de expansão urbana.

Este artigo tratará primeiro da expansão da cidade e depois do menos conhecido ‘processo do metabolismo urbano’ e a mobilidade que está intrinsicamente ligada à expansão (BURGESS, 1925a, p. 48. Tradução nossa).

O autor desenvolve, então, um modelo de crescimento da cidade por círculos concêntricos – que discutiremos adiante –, discorre sobre o processo de crescimento por sucessão e apresenta a tese de que a expansão da cidade envolve fatores de seu crescimento físico, mas também uma mudança da organização social em analogia a um processo metabólico, um metabolismo urbano.

O processo de expansão, e ainda a taxa de expansão, pode ser estudada não somente como o crescimento da cidade, seu desenvolvimento econômico como também em sua conseqüente mudança na organização social e nas personalidades tipo (BURGESS, 1925a, p.53. Tradução nossa).

Este texto caracteriza-se como um dos artigos metodológicos que compõem o livro em que Burgess expõe as aproximações com os estudos ecológicos no empenho de construção do marco teórico da ecologia humana. A forma de explicação do processo de crescimento da cidade é construída em analogia com o conceito de sucessão na ecologia, assim como as dinâmicas da organização social são trabalhadas de modo análogo ao metabolismo dos corpos.

Esta carta deixa claro o principal fato da expansão, a saber, a tendência de cada zona interna estender sua área pela invasão de próxima zona. Este aspecto da expansão pode ser chamado de sucessão, um processo que foi estudado em detalhe na ecologia das plantas BURGESS, 1925, p.50. Tradução nossa).

Pensar o crescimento urbano como o resultado da organização e desorganização análogo aos processos de anabolismo e catabolismo do metabolismo do corpo (BURGESS, 1925a, p.53. Tradução nossa).

Expressa-se deste modo, uma concepção em que as alterações no meio provocam modificações nas formas de associação humanas que se reorganiza em termos de sua capacidade de adaptação.

Cartas II de Ernest Burgess.

Fontes: BURGESS, E. "The Growth of the City: an introduction to a research Project", 1925.

A cidade de Chicago é mais uma vez o objeto empírico da pesquisa de Burgess, nas cartas que expressam o modelo dos círculos concêntricos pode-se observar características da cidade expressas em seus diagramas esquemáticos como a menção direta ao "loop" o centro comercial da cidade. Vale mencionar que o Plano Regional de Nova York iria desenhar um loop para a área central da região – *metropolitan loop* - que envolvia Manhattan, Queens e parte de New Jersey através de vias arteriais radiais ao redor do centro regional.

O artigo está organizado em quatro partes: 'a expansão como crescimento físico', 'a expansão como processo', 'organização e desorganização social como processo metabólico', e 'mobilidade como pulsação da comunidade'. No primeiro item Burgess discute o crescimento da cidade não somente como aumento populacional e de densidade demográfica, mas também como crescimento físico da mancha urbana em um amplo território urbanizado conectado por meios de transporte – o trem – que permite a locomoção diária de seus habitantes. No item 'expansão como processo' o autor apresenta o modelo de crescimento dos círculos concêntrico em que se desenha as zonas da cidade com áreas diferenciadas

dentro de uma tendência de crescimento a partir do centro em que cada zona expande sobre a zona vizinha em um processo chamado de sucessão. O processo geral de expansão urbana seria, então, composto por procedimentos de extensão, sucessão, concentração e descentralização.

Plano esquemático das Vias Expressas Regionais do *Regional Plan of New York and its Environment* de 1929.
Fonte: *Regional Plan of New York and its Environs*, 1929-31.

Em ‘organização e desorganização social como processos metabólicos’ o processo de expansão urbana é analisado pela mudança da organização social vista como um metabolismo social em que podem ocorrer distúrbios e reorganização.

Normalmente o processo de desorganização e organização pode ser pensado como uma relação recíproca, e como cooperação em um movimento de equilíbrio social orientado em direção a um fim vago e definitivamente considerado como progressivo (BURGESS, 1925a, p.54. Tradução nossa).

A partir deste processo metabólico é explicado o mecanismo de distribuição de indivíduos e grupos em áreas específicas da cidade, como a zona de deterioração, os “guetos”, e o “black belt”.

Na expansão da cidade o processo de distribuição que separa, classifica e reloca indivíduos e grupos por residência e ocupação. A resultante diferenciação de áreas nas cidades americanas cosmopolitas são típicas de um mesmo padrão, com apenas pequenas modificações (BURGESS, 1925a, p.53. Tradução nossa).

Deste modo, explicita-se a conformação de áreas diferenciadas ocupadas por grupos econômicos e culturais distintos, as áreas segregadas.

A diferenciação econômica e de agrupamentos culturais dá forma e caracteriza a cidade (BURGESS, 1925a, p.56. Tradução nossa).

Em ‘mobilidade como pulsação da comunidade’ o autor discute o papel dos meios de comunicação e transporte – os jornais, cartas, telefone e o trem como transporte de massa – como elementos que permitem uma intensificação dos estímulos aos indivíduos e maior contato muda os costumes e o peso e a importância das relações primárias e alterando as formas de controle social. Deste modo, para Burgess a mobilidade serviria como um index, uma medida para avaliar a expansão urbana pois ela permite avaliar tanto a expansão como as modificações sociais do ‘metabolismo social’.

Se no artigo de Park observa-se o enunciado da dupla dimensão da cidade – espacial e cultural – que interagem e a leitura de que, mesmo sob a tendência de dissolução das relações de vizinhança, os guetos e as áreas segregadas permanecem preservando certas características do grupo local, Burgess oferece uma interpretação da expansão da cidade através de mecanismos de relocação de indivíduos e grupos por diferenciação, ou ainda segregação, econômico e cultural de áreas da cidade.

O livro *The city* é composto por uma variedade de artigos – são nove ao todo - de três autores diferentes que, contudo, apresentam suas análises a partir de uma perspectiva comum. A cidade é apresentada para além de sua configuração física e analisada a partir das relações sociais que se estabelecem neste espaço. A concepção espacial que permeia a obra é da cidade como um ‘todo’, há uma totalidade espacial que se relaciona com a vida social.

A relação, então, entre vida social e espaço físico é desenvolvida como a interdependência entre seus indivíduos, e a organização de formas de associação, e a relação ao seu meio ambiente, ou ainda, a adaptação a ele. Assume-se uma abordagem ecológica em que é problematizada a relação do homem e seu meio e mais ainda a construção de um método explicativo particular da ecologia humana. No livro os artigos de Burgess *The growth of the city: an introduction to a research project* e de McKenzie *The ecological approach to the study of human community* assumem este papel metodológico. Há ainda uma abordagem evolucionista sob o impacto da teoria de Darwin, com referências diretas a Herbert Spencer.

Ao longo do livro a referência espacial à cidade como totalidade e meio em que o homem desenvolve os processos de adaptação exclui uma análise histórica. Espaço e tempo não são concebidos como categorias associadas. Se é possível pensar em um marco temporal ele se dá por um contraponto entre sociedade e comunidade, entre a grande cidade moderna e a comunidade rural tradicional. A grande cidade moderna é interpretada como o ambiente da vida social moderna.

A sociologia urbana da “Escola de Chicago” nos anos 20 colocava em evidência a grande cidade e as transformações nos processos social e urbano que vinham ocorrendo. Certamente estas questões permeavam o imaginário daqueles que se debruçavam sobre o planejamento da área metropolitana de uma dessas grandes cidades - Nova York -, sobretudo um sociólogo. Mas é preciso compreender *como* estas questões estão sendo trabalhadas no Plano, mais precisamente como estas questões de maneira consciente e direta estão sendo tratadas por Clarence Perry para conceber a Unidade de Vizinhança.

Na estrutura argumentativa da monografia *The Neighborhood Unit* os dois últimos capítulos – “O esquema da unidade como uma ajuda às comunidades de vizinhança existente” e “ Comunidades de Vizinhança: por que deveriam ser nutridas” – são dedicados a justificar a importância da adoção da Unidade de Vizinhança no plano urbano como uma estratégia de fortalecimento das comunidades locais. Argumenta-se que a UV poderia auxiliar às associações de cidadãos na preservação e melhorias das vizinhanças uma vez que ela demarcaria os limites

de cada vizinhança e com isso atuaria no seu reconhecimento, mas também serviria para auxiliar o poder público através do zoneamento, reivindicando o padrão da UV como um guia ao zoneamento na demarcação dos distritos residenciais e também na coordenação dos distritos escolares.

Nestes capítulos, observa-se o diálogo e a referência direta ao debate sociológico do período, em particular, aos autores Charles Horton Cooley, William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess. O tema das formas de associação é visto sob o ponto de vista da psicologia social em que a sociabilidade conformada em um primeiro grupo externo à vida familiar que se desenvolveria na vizinhança passava a ser vista como fundamental para o desenvolvimento da juventude:

Uma das descobertas mais fundamentais da pesquisa moderna é o papel desempenhado pela vizinhança, ou da comunidade local, em fixar e desenvolver o caráter da jovem geração. Entre os sociólogos, esta franja da vida que rodeia a casa é chamada de ‘grupo primário’, já que ele é o primeiro agrupamento maior que a família (que não é vista como uma relação voluntária) que tem um valor social (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929, p.126. Tradução nossa).

Apoiado nos estudos do sociólogo Charles Horton Cooley³⁰ (1864-1929) sobre o significado psíquico desta forma de associação, Perry cita também o estudo de Robert Park junto com Herbert Miller³¹ em que apontam a importância da inserção do indivíduo em uma associação:

Organizações, começando pela família e comunidade, são os meios pelos quais homens regulam suas vidas. A vida saudável da sociedade sempre depende mais da organização espontânea de seus membros que de uma forma legal e política de regulação. É apenas em um grupo organizado – na casa, na vizinhança, no sindicato, na sociedade cooperativa – onde ele tem poder e influência, em alguma região que ele teve status e representa alguma coisa, que o homem pode manter sua personalidade estável (Park & Miller APUD Ibidem, 1929, p. 126. Tradução nossa).

Esta compreensão da importância das formas de associação entre os indivíduos e a necessidade de estimulá-la na vida fragmentada da cidade em que grupos sociais realizam contínuos deslocamentos e relocações, por exemplo como no fenômeno dos fluxos migratórios, faz com que a atenção à comunidade local ganhe uma relevância social e também política

30 Aqui a citação e referência direta é ao trabalho *Social Organization* de 1909, o mesmo citado por Park no artigo *The City* (Park, 1925a).

31 PARK, R. E.; MILLER, H.A. *Old Traits Transplanted* New York: Harper and Brothers, 1921. Sobre esta obra, Mario Eufrásio (2013) afirma que ela teria sido escrita por William Isaac Thomas, ainda que publicada somente como autoria de Park e Miller que teriam participado apenas secundariamente da elaboração. Conferir (Eufrásio, 2013, p.41).

em que pode-se refinar a compreensão de uma explicação amplamente difundida sobre a vizinhança: “Na organização social e política da cidade, [a vizinhança] é a menor unidade local” (Park, 1925a, p.31. Tradução nossa).

Com relação a noção de comunidade não se encontra uma orientação teórica claramente expressa, mas ao longo da monografia, ainda que de maneira pontual, encontra-se algumas citações diretas à Robert Park e implicitamente à Ernest Burgess, inclusive com uma comparação da noção de comunidade por eles entendida e a Unidade de Vizinhança:

... nós temos em mãos uma descrição parcial de um agrupamento de vizinhanças atuais em Chicago. Vamos ver como eles comparam à unidade. (...) ‘Comunidade Local’ é aqui aplicada para agregação, enquanto, em nosso estudo, isso foi tratado como sinônimo de vizinhança. Mas é apenas uma questão de definição verbal (Ibidem, 1929, p.116. Tradução nossa).

Aqui trata-se de uma citação direta do livro *The City*³² para discorrer sobre o entendimento de vizinhança compreendida como uma comunidade local. Em outra passagem ao buscar compreender as transformações urbanas na cidade de Nova York, especialmente a presença das áreas encortçadas em seu centro, recorre-se à “explicação” de Burgess ao fenômeno da expansão urbana a partir dos círculos concêntricos e do processo de “metabolismo urbano” (Burgess, 1925a):

No crescimento de qualquer cidade ocorrem certas mudanças que são características comuns da expansão urbana em todos os lugares. Isso foi definido e traçado no caso de Chicago por um grupo de sociólogos da Universidade de Chicago sob a liderança do professor Robert E. Park. Suas principais conclusões são quase igualmente esclarecedoras referentes a evolução em curso na cidade de Nova York, e especialmente na Ilha de Manhattan (Ibidem, 1929, p.106. Tradução nossa).

É ainda interessante notar como a concepção da Unidade de Vizinhança vai sendo construída em diálogo, e as vezes contraste, com as leituras da sociologia urbana. Dois artigos de Perry são particularmente reveladores deste processo: o primeiro *The Rehabilitation of the Local Community*³³ publicado em 1926 e o segundo *City Planning and Neighborhood Life*³⁴ de 1929. Ambos foram escritos e publicados antes do lançamento do Plano Regional de Nova York e seus volumes de pesquisa – os *surveys* – e acabam revelando a maturação da proposta de Unidade de Vizinhança, ora em um esforço de posicionar-se frente ao problema a ser enfrentado

32 PARK, R.; BURGESS, E. *The city* Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

33 PERRY, C. A. “The rehabilitation of the local community”. *Social Forces*, Chapel Hill, Vol.4, N. 3, pp. 558-562, Mar. 1926.

34 PERRY, C. A. “City planning and neighborhood life”. *Social Forces*, Chapel Hill, Vol.8, N. 1, pp. 98-100, Set. 1929.

– a dissolução da comunidade local – e aqui a formulação da problemática para qual a UV seria uma resposta aparece com maior clareza que na monografia; ora como uma proposta ao planejamento urbano.

Os dois artigos foram publicados na revista *Social Forces* que foi fundada em 1922 – inicialmente sob o título de *Journal of Social Forces* (1922-1925) – ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill e mantém até os dias de hoje publicação trimestral dedicados aos estudos e pesquisas sociais abrangendo assuntos compartilhados com a psicologia, antropologia, ciência política, história e economia.

Os artigos de Clarence Perry encontram-se publicados na seção *The Community and Neighborhood*, seção que passou a conformar a revista em 1924, sendo dirigida pelo *The National Community Center Association* e editada por Leroy E. Bowman da *Columbia University*. O que revela como o tema da comunidade e vizinhança estavam difundidos no campo disciplinar.

O artigo *The Rehabilitation of the Local Community* (Perry, 1926) tem como tema a discussão sobre a “comunidade local” e as possibilidades de “reabilitá-la” na sociedade moderna. A problemática relacionada à comunidade local refere-se a leitura dos sociólogos de que ela, associada à ideia das relações face-a-face produzidas em uma pequena cidade ou nas antigas vilas, estaria desaparecendo nas grandes cidades da sociedade moderna. “Há um sentimento entre alguns sociólogos de que a comunidade local está fadada a ser descartada” (Perry, 1926, p. 558. Tradução nossa).

Perry defende a ideia de que as relações de proximidade continuariam tendo um papel importante na sociedade, mas sob uma nova forma de comunidade local.

É o objetivo deste artigo, contudo, pontuar uma tendência em sentido precisamente oposto. (...) O novo desenvolvimento que eu delinearei não é uma nova roupagem da comunidade local (...). É um tipo diferente de associação comunitária da qual eu gostaria de chamar a atenção. Tendo apenas aparecido no horizonte, é impossível dizer o quão longe isso irá (Perry, 1926, pg. 558. Tradução nossa).

Na introdução do artigo em que Perry anuncia a problemática com relação ao entendimento de ‘comunidade local’, há referência a David Snedden³⁵ para a “definição” do termo entendido sob a forma de ‘associação comunitária’ como um dos ‘grupos primários’ definidos por Charles

35 David Snedden (1868-1951) é considerado um proeminente educador da Era Progressista norte-americana. Graduou-se pela *Stanford University* (1897) e recebeu o segundo *Master Degree* pela *Teachers College* da Universidade de Columbia (1901) instituição em que voltaria como professor adjunto nos anos de 1905 a 1909, período em que Perry frequentava a instituição. Durante sua carreira teve importante papel na administração e reforma do sistema escolar. Informações biográficas obtidas através do sítio eletrônico *Education Encyclopedia*. Acessado em dezembro de 2016. Disponível em: <http://education.stateuniversity.com/pages/2426/Snedden-David-1868-1951.html>

Cooley, este último citado na monografia de Perry. O artigo faz menção ainda a William Thomas (1883-1947), professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago junto a Robert Park, e ainda se refere ao estudo de Roderick McKenzie publicado em 1921 *The Neighborhood: a Study of Local Life in Columbus, Ohio* desenvolvido nesta mesma instituição.

O artigo estrutura-se em 5 partes: ‘uma nova comunidade local’; ‘lar bonito exige qualidade ambiental’; ‘um exemplo de ambiente planejado’; ‘nova comunidade com pessoas mais semelhantes’; e ‘nova comunidade solidamente fixada’. Nelas Perry desenvolve a ideia de que um novo tipo de comunidade local poderia ser produzido e apresenta como referência o empreendimento imobiliário *Forest Hills Gardens* promovido pela *Russell Sage Corporation*. Segundo a argumentação do autor, empreendimentos imobiliários como este que não se restringiam à venda de unidades habitacionais, mas antes traçavam todo o bairro residencial com os equipamentos necessários às atividades cotidianas, uma certa “estética” – de uma nascente sociedade de consumo – e, poderíamos dizer, um determinado estilo de vida estariam criando novas formas de associações “espontâneas”.

O ideal do ‘belo lar’ que teve tanta aceitação entre o público americano envolve mais que um pedaço de chão e uma estrutura. Além de um interior satisfatório e instalações bem equipadas, ele requer vista para árvores e arbustos; pavimentação limpa; proximidade de escola e amplo parques infantis; igrejas e centros de compras acessíveis; ruas propriamente reparadas, iluminadas e policiadas; e uma garantia de liberdade das indústrias ofensivas e estruturas desagradáveis (Perry, 1926, p. 558. Tradução nossa).

Tratava-se dos empreendimentos dos subúrbios residenciais. Para Perry tais experiências estavam estimulando novas formas de associação entre os moradores que se diferenciavam daquelas formas características das antigas vilas:

Em primeiro lugar, na vila há variação das atividades ocupacionais. Os residentes de *Forest Hills Gardens*, por outro lado, praticamente todos trabalham fora do distrito. Os aldeões compreendem uma ampla gama de vocações e classes econômicas. As pessoas dos Jardins representam uma faixa mais estreita de vocações e maior similaridade econômica. (...). Você vai para o Jardins porque você gosta das casas e do ambiente. Consequentemente, há uma automática seleção de pessoas mais ou menos semelhantes (Perry, 1926, p. 560 Tradução nossa).

Seria, segundo o autor, justamente desta homogeneidade social que emergiriam os interesses comuns entre eles o de “preservar as características de seu ambiente” (Perry, 1926, p.560. Tradução nossa). Deste modo, surgiriam as atividades associativas voluntariamente entre os moradores tendo como modelo a experiência de *Forest Hills Gardens*. “A realidade de tais condições e o desejo por uma qualidade do ambiente residencial constituem a base sob a qual a reabilitação da comunidade local tem sido profetizada” (Perry, 1926, p.561. Tradução nossa).

Para Perry estas associações comunitárias que ocorrem por relações também de proximidade dentro do mesmo distrito seriam complementares ao movimento dos centros cívicos:

Como um processo social, ele complementa o movimento dos centros comunitários. Este último estimula o agrupamento, demonstrando aos imaturos e não treinados que a atividade de grupo é o método pelo qual as satisfações individuais são alcançadas enquanto o movimento imobiliário, que eu descrevi, fornece o solo e a situação nos quais o agrupamento local face-a-face espontaneamente brota e floresce (Perry, 1926, p.562. Tradução nossa).

Apesar de todas as mudanças de comunicação e transporte que afetavam a relação tempo-espaço, que entre os sociólogos do período eram vistas como elementos de desestruturação dos vínculos sociais tradicionais da comunidade, o autor finaliza o artigo afirmando sua crença de que a relação de proximidade, que só depois seria chamada de vizinhança, ainda desempenharia um papel importante ao estimular as novas atividades comunitárias na sociedade moderna.

A estrutura argumentativa deste artigo publicado em 1926 iria aparecer em partes da monografia sobre a Unidade de Vizinhança dentro do volume que compõe o Plano Regional de Nova York de 1929, justamente no capítulo em que Perry apresenta o empreendimento de *Forest Hills Gardens* como uma primeira experiência da Unidade de Vizinhança avaliando acertos e apresentando limitações e críticas a serem melhoradas. A palavra “vizinhança” não aparece nitidamente neste artigo embora toda a argumentação sobre as relações comunitárias fortalecidas pela *proximidade* estejam na base do entendimento da noção de vizinhança que apareceria na monografia. No artigo, a problemática da “comunidade local” é colocada com maior clareza em referência ao debate entre os sociólogos do período.

Perry ao contrapor a perspectiva dominante entre estes estudiosos toma como referência a experiência de uma ação privada, mais precisamente iniciativas imobiliárias - que não se restringiam a abertura de loteamentos e venda dos lotes, mas que vendiam também a própria estrutura do bairro residencial que estariam conformando novas comunidades locais. Estas iniciativas de caráter privado pautadas por mecanismo de mercado de valorização das terras, mas também de atendimento e criação de desejos de modos de morar, característico da publicidade em advento naquele momento, e que Perry tem consciência, atrairiam segmentos sociais homogêneos e segundo a argumentação do autor esta homogeneidade social estaria na base do bom funcionamento da ‘nova comunidade local’. Poderia esta nova comunidade local advir em todos os segmentos sociais? Este novo tipo comunidade surgiria somente de agrupamentos homogêneos ou, dito de outra forma, por mecanismos de auto segregação – em

contraste com a noção de segregação forçada? Como este mecanismo de promoção de novas comunidade locais poderia se desenvolver na cidade como um todo?

O artigo *City Planning and Neighborhood Life* (Perry, 1929) discorre sobre identificação de comunidades existentes na cidade. A problemática identificada por Perry é que palavra comunidade era usada para a localização de amplas e abrangentes populações de distritos urbanos. Ele propõe, então, que a comunidade seja identificada com a localização e abrangência de um distrito escolar, uma vez que este equipamento comum abrange uma área específica, chamando-a de ‘comunidade de vizinhança’- *neighborhood community*.

Distritos escolares não são vizinhanças no sentido, empregado por Cooley, como o lar dos grupos primários, ou áreas culturais com sentimentos locais e tradições como definido por Park. Por outro lado, pode-se encontrar aqui e ali distritos escolares os quais exibem ambas as características e que estão habilitados literalmente a serem chamados de ‘comunidades de vizinhança’, um título que eu proponho para a hipótese a seguir (Perry, 1929, p. 98. Tradução nossa).

O autor refere-se às leituras de Robert Park e Charles Cooley para identificação de comunidade. A primeira como ‘áreas culturais com sentimentos locais’ como descrito no artigo *The City: sugestions for the investigation of human behavior in the urban environment* (1915/1925). A citação a Cooley refere-se ao trabalho *Social Organization* (1909) em que estabelece a importância das associações primárias para a formação do indivíduo sendo a vizinhança, ou ainda, a franja da vida familiar em que se estabelece as primeiras associações voluntárias.

Perry propõe, então, o reconhecimento espacial de uma “comunidade de vizinhança” identificada com o distrito escolar uma vez que a escola é reconhecida como um equipamento comum dentro de uma área de abrangência. Neste ponto dialoga também com os estudos de Roderick McKenzie *The Neighborhood: a Study of Local Life in Columbus, Ohio* (1923) que salienta a importância da delimitação espacial, o reconhecimento dos limites, para a existência de um sentimento de pertencimento a uma comunidade. O autor passa a elencar as características de uma vizinhança – número de habitantes em função da população em idade escolar e tamanho em função da densidade e do tipo de ocupação habitacional – que constituiriam um “ambiente físico melhor adaptado (...) para o crescimento de uma comunidade de vizinhança urbana” (Perry, 1929, p.98. Tradução nossa).

Perry organiza os princípios de composição de uma vizinhança construindo um padrão, ou ainda os generalizando em um Esquema da Unidade de Vizinhança. Segundo o autor este esquema deveria orientar projetos variados de empreendimentos para “cultivar” ambientes

aptos ao desenvolvimento de uma comunidade. “A fórmula da unidade de vizinhança é para ser vista como uma composição dos princípios do planejamento” (Perry, 1929, p. 99. Tradução nossa). Mais ainda, este esquema poderia ser “aplicado” nas diversas áreas residenciais da cidade – não se restringindo aos subúrbios como as experiências de empreendimentos imobiliários das quais Perry parte para idealizar o esquema. Há a leitura do crescimento da cidade e da emergência do carro e das vias expressas cortando as áreas urbanas, ou ainda, antigos bairros ou comunidades consolidadas. Perry propõe que as vizinhanças residenciais deveriam ser desenhadas dentro destas “ilhas” formadas pelas grandes vias – o princípio da cidade celular.

Na segunda parte do artigo o autor argumenta sobre como o esquema da unidade de vizinhança pode ser significativo para a organização comunitária. O primeiro argumento diz respeito ao modo como este esquema poderia produzir uma “homogeneidade” de habitantes que podemos entender como um processo de segregação. “McKenzie apontou que a segregação da população da cidade é um processo normal e que está em constante funcionamento” (Perry, 1929, p.100 Tradução nossa)³⁶. Segundo a concepção ecológica de autores da Escola de Chicago a segregação era um fenômeno identificado nas cidades em rápido crescimento compreendido da seguinte maneira:

Na expansão da cidade o processo de distribuição separa, classifica e reloca indivíduos e grupos por residência e ocupação. A resultante diferenciação de áreas nas cidades americanas cosmopolitas são típicas de um mesmo padrão, com apenas pequenas modificações (Burgess, 1925a, p.53. Tradução nossa).

Cada formação ou organização ecológica dentro da comunidade serve como uma força seletiva ou magnética atraindo para si elementos apropriados da população e repelindo unidades incongruentes, fazendo assim as subdivisões biológicas e culturais da população da cidade (McKenzie, 1925, p.78. Tradução nossa).

... isolamento das colônias raciais e de imigrantes nos assim chamados guetos e as áreas de segregação populacional tendem a preservar e intensificar a intimidade e a solidariedade dos grupos locais e de vizinhança (Park, 1925a, p.10. Tradução nossa).

Ainda que não haja a alusão direta a estes artigos que compõem o livro *The City* (1925) Perry parece ciente desta discussão teórica ao propor que o esquema da unidade de vizinhança seja utilizado na construção de subúrbios e na reconstrução de áreas encortiçadas para promover o processo de segregação e assim estimular o processo de agrupamento, tanto quanto o sentimento de pertencimento a uma comunidade local.

36 Ainda que não haja a referência da obra de McKenzie no artigo é provável que se trate de: MCKENZIE, R. D. *The Neighborhood: A study of local life in the city of Columbus*, Ohio. Chicago: University of Chicago Press, 1923.

O segundo argumento baseia-se na leitura de Cooley sobre os grupos primários e a aposta de Perry de que aplicação do esquema da Unidade de Vizinhança pode estimular a formação das relações face-a-face. A vida na vizinhança instigaria uma consciência comunitária pela emergência de necessidades comuns. “Os moradores formam uma associação. (...). Uma vez associados para a suporte e proteção mútuas, eles ainda se associam por razões sociais e culturais. O tecido face a face é constituído” (Perry, 1929, p.100. Tradução nossa). Deste modo, a homogeneidade da população e o estímulo às relações face-a-face são os dois mecanismos de organização comunitária que Perry deseja ensinar através do esquema da Unidade de Vizinhança.

Neste artigo Perry apresenta o esquema da Unidade de Vizinhança formulada para a monografia do Plano Regional de Nova York tendo como ideia central a associação desta ao distrito escolar. Aqui Perry extrapola as referências urbanísticas que ele conhecia – *Forest Hills Gardens* e outros subúrbios, ligado a empreendimentos imobiliários privados – uma espécie de depuração de experiências prévias e objetos empíricos específicos e cria um esquema generalizável que poderia ser “aplicado” em toda a cidade. Mais ainda, ele localiza com maior precisão o debate teórico sobre as noções de vizinhança com a de comunidade dentro da problemática da expansão urbana em que situa sua proposta de Unidade de Vizinhança.

A partir destes artigos e da própria monografia nota-se, portanto, como Perry vai depurando das experiências urbanísticas os princípios de organização da Unidade de Vizinhança propondo um esquema generalizável. Ele refina também certas práticas sociais do período, em que ele participa, notadamente o movimento dos centros comunitários que via na escola a instituição que sediaria tais atividades de estímulo das práticas comunitárias e sobrepõe o esquema urbanístico de bairros residenciais com a estrutura pública e espacializada dos distritos escolares. É esta sobreposição que também corrobora para que o esquema da UV se generalize e seja “aplicada” em toda cidade – não dependendo de um agente privado exclusivamente. Assim torna-se possível a demarcação no zoneamento da cidade ou região de áreas residenciais cujo tamanho varia em função da população escolar – e, portanto, do raio de abrangência da escola pública primária - e dos limites físicos das vias arteriais. Portanto, a Unidade de Vizinhança pode ser um instrumento de ordenamento territorial das áreas residenciais no processo de planejamento urbano.

A Unidade de Vizinhança pode ser “aplicada”, ou ainda, seus princípios de organização podem ser seguidos, em variadas áreas da cidade para uma diversidade de grupos sociais e inclusive com variação de densidade em função dos valores de terra – para áreas centrais com maior valor do solo urbano a densidade populacional é maior uma

vez que se mantem a população escolar em uma área menor e vice-versa. Neste sentido, Perry apresenta na monografia detalhadamente quatro tipologias para as Unidades de Vizinhança com variações das tipologias habitacionais: de casa unifamiliares isoladas no lote no subúrbio; apartamentos multifamiliares nas áreas de transição entre o centro e os subúrbios; uma mescla entre residências geminadas e blocos de apartamentos para a classe trabalhadora próxima às áreas industriais; e uma reurbanização com verticalização para as áreas mais centrais. Perry sugere a aplicação destas tipologias de UV em situações distintas da cidade em que é possível fazer um paralelo destas áreas com cada um dos círculos concêntricos da leitura de Burgess. A Unidade de vizinhança no subúrbio para a “Commuters Zone”; a Unidade de Vizinhança com unidades de apartamentos para a “Residential Zone” – apartment houses in bright light area -; a UV próximas às áreas industriais para a “Zone of Working Men’s Home”; e a reconstrução para as áreas centrais consideradas “*Zone in Transition*”.

Deste modo, o pensamento sociológico parece informar um modo de ler a cidade e as profundas transformações sociais e físicas que operavam neste espaço. Ótica a partir da qual Perry propõe a Unidade de Vizinhança como uma ação que buscava atuar, ou ainda intervir, sobre o crescimento da cidade e estimular as relações comunitárias a partir das vizinhanças.

Carta II de Burgess e as quatro tipologias de Unidade de Vizinhança.

Fontes: (Burgess, 1925a) e (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929).

1.3. Escola, Centro Comunitário e Playground: práticas sociais da “Era Progressista” norte-americana

“A escola pública é o coração de uma comunidade local viva” (Perry, 1929, p.73. Tradução nossa).

A Unidade de Vizinhança foi um conceito amplamente difundido no meio profissional entre arquitetos e urbanistas ao longo século XX, frequentemente discutido ou ainda adotado para o desenho de bairros residenciais e programas habitacionais. Nos 1920 e 1930, nos Estados Unidos a Unidade de Vizinhança chega mesmo a fazer parte da política habitacional e urbana da *Federal Housing Administration*, ao incorporar os princípios da UV em seus manuais, e pela *Land Use Institute* (Brody, 2009; Patricios, 2002). Entretanto, aqui iremos ressaltar aquilo que se tornou menos evidente nos estudos urbanísticos e arquitetônicos sobre a UV que diz respeito às práticas sociais que deram sentido à centralidade da escola, ao centro comunitário e aos playgrounds na proposta de Perry.

Se acompanharmos algumas das publicações de Perry anteriores aos anos 1920, é possível entrever algumas das ações empreendidas por ele. Em 1912, Perry publicou o artigo *A survey of the social center movement* (Perry, 1912) como afiliado da *Russell Sage Foundation* para a revista *Elementary School Teacher*. Nele o autor discorre e defende o uso ampliado da escola, especialmente no final do dia e no inverno, com fins recreativos, conformando um centro comunitário.

O artigo apresenta um sumário de atividades que ocorreram em todo o país de formação de movimentos organizados reivindicando a ampliação do uso da escola, especialmente a primária, para outras atividades comunitárias - dança, encontro de pais e alunos, festas, cinema - e recreativas em horários de não funcionamento da escola como o noturno e no período de férias. O texto vai apresentando uma gama variada de organizações locais - de mulheres, comercial, de recreação, a favor dos playgrounds - e as mudanças institucionais, tanto dos conselhos educacionais quanto do próprio senado, aprovando a ampliação dos usos da escola. E por fim, termina mencionando o estudo da *Russell Sage Foundation*, coordenado pelo Departamento de Recreação (1910-1911) – dirigido por Perry - sobre o uso das escolas como centros comunitários e a publicação de seu importante livro *Wider Use of the School Plant* (1910)³⁷.

Em outro breve artigo de 1921, *The school as a Community Center* (Perry, 1921) publicado na *Journal of Education* tem como tema os centros comunitários que estavam cada vez mais sendo construídos. Perry discute o horário de funcionamento das atividades dos

37 PERRY, C. A *Wider Use of the School Plant* New York: Russel Sage Foundation, 1910.

centros comunitários, no final da tarde e começo da noite e nos finais de semana. Argumenta que estas atividades poderiam ocorrer no auditório ou no ginásio da escola propondo outros usos e espaços mais flexíveis.

Ele advoga por uma concepção moderna de educação onde não haja a necessidade de atarraxar as carteiras escolares ao chão e as salas poderiam abrigar usos variados. E argumenta que o uso ampliado da escola como uma forma de associação cívica em que “aumenta a habilidade de extrair o melhor dos professores e treinar os alunos nos caminhos da democracia” (Perry, 1921, p.452. Tradução nossa).

Mas é em um artigo retrospectivo sobre os movimentos da escola como centro comunitário que aparece com maior nitidez as variadas práticas sociais que ocorriam no virada do século e marcavam o período. O artigo *School Center History in Chicago: some beginnings and their significance* (Perry, 1925) foi publicado na revista *Journal of Social Forces*.

O artigo aborda o movimento de Centros Comunitários que ocorreram no final do século XIX em Chicago. Nele se coloca a problemática de qual agencia seria melhor qualificada para tomar a iniciativa neste campo em qual instituição comunitária. Para a Perry que advogava pelo movimento da escola pública como o centro comunitário tal resposta já estava trabalhada, mas aqui ele busca resgatar algumas referências importantes neste campo a partir do trabalho de Edward Burchard em Chicago.

Edward L. Burchard (1867-1944) dedicou sua carreira a variadas atividades dentro do campo da assistência social. Em 1891 quando se mudou para Chicago em função da preparação da *World's Columbian Exposition* iniciou seu trabalho como residente voluntário da *Hull House* junto à Jane Adams e Julia Lathrop. Trabalhou também como bibliotecário da *Library of Congress* e, retornando à Chicago, foi secretário (1909-1914) da *School of Civics and Philanthropy* – hoje *School of Social Service Administration* – e depois diretor do Departamento de Extensão desta faculdade³⁸.

A *Hull House* foi uma casa de assistência social³⁹ fundada por Jane Addams (1860-1935) junto a Ellen Gates em 1889. O principal objetivo desta associação filantrópica foi promover atividades sociais e educacionais para a classes trabalhadora, majoritariamente formada por recentes migrantes dentro de uma vizinhança de Chicago, a *Near West Side*. A antiga mansão da família Hull situava-se em bairro antes prestigioso de Chicago, em 1889 era visto como

38 Informações biográficas obtidas da seção de notas e comentários do editor da revista *Social Service Review*: “Edward L. Burchard, 1867-1944,” *Social Service Review* 19, N° 2 (Jun., 1945): 264-265. DOI: 10.1086/635302. Acessado em Janeiro de 2017.

39 N. T. foi traduzido como casa de assistência social o termo *Settlement Houses*.

degradado e tornou-se um bairro que recebeu intensa leva de migrantes, incluindo grupos étnicos de famílias italianas, irlandesas, gregas, alemãs, russas e polonesas. Nos anos 1920 o bairro abrigou também uma ampla população de mexicanos e afro-americanos. A *Hull House* oferecia a sua vizinhança uma creche e um jardim de infância para as mães trabalhadoras, aulas de cidadania para os imigrantes recém-chegados, e servia como um local de encontro para os movimentos sindicais locais. Além de abrigar uma galeria de arte, uma biblioteca e um pequeno teatro⁴⁰.

Edward L. Burchard foi o primeiro homem residente da *Hull House* entre um grupo majoritariamente feminino que contava além da liderança de Jane Adams e Ellen Gates com Florence Kelley, a já citada Julia Lathrop, Alice Hamilton e Sophonisba Breckrenridge, influentes reformistas sociais que atuavam em variados níveis políticos. Ao empreenderem estudos sobre as condições da vizinhança, elas formavam programas de reformas sociais e pressionavam as instâncias públicas a adotarem reformas na legislação. Dentre estas iniciativas algumas foram aprovadas pelo Estado de Illinois como a lei de trabalho infantil, lei sobre a educação compulsória, lei de proteção à mulher e à criança, e ainda junto com *Women's Club* de Chicago elas lançaram a criação do primeiro tribunal juvenil do país em que defendiam um tratamento não prisional para jovens e adolescentes. Muitas delas ainda participariam do movimento nacional do sufrágio feminino⁴¹.

Neste artigo Perry analisa Edward L. Burchard, considerado um líder do movimento da escola pública como centro comunitário, através de relatório estenográfico e dos anais dos

40 Todas as informações têm como fonte a *New World Encyclopedia*: Hull House. (2014, March 26). New World Encyclopedia. Acessado em Janeiro de 2017 de: http://www.newworldencyclopedia.org/p/index.php?title=Hull_House&oldid=979497.

41 Informações obtidas do site *National Women's History Museum* da exibição *Reforming their world: Women in the Progressive Era*. Disponível em: <https://www.nwhm.org/online-exhibits/progressiveera/home.html>. Acessado em Janeiro de 2017.

Poster de divulgação de workshop na Hull House (1938).

Fonte: New World Encyclopedia.

trabalhos apresentados no encontro do *National University Extension Association* realizados em Chicago em 1919. Uma das seções foi dedicada ao tema do trabalho em centro comunitário questionando-se sobre qual seria a instituição mais apropriada para o desenvolvimento do trabalho comunitário.

O artigo estrutura-se em trechos extraídos das falas de Burchard, selecionados e comentado por Perry. Eles dividem-se em três temas: a abrangência da atuação das casas de assistência social como centros escolares, dos pequenos parques como centros comunitários e a pioneira de uma escola de ensino médio como centro comunitário. O primeiro excerto revela a experiência de Burchard nos anos iniciais da *Hull House*, a inspiração das atividades empreendidas ali a partir de experiência prévia levada a cabo pelo movimento de Extensão Universitária em Londres para trabalhar os cortiços daquele país. Burchard revela o propósito da *Hull House* em trabalhar os aspectos educacionais e as primeiras tentativas de atrair a vizinhança para aulas extracurriculares de latim, artes e dança, entre outras. Em contraposição, nesta passagem revela também uma visão crítica às atividades assistencialista e demagógica presentes em atuações que se pretendiam de assistência social. Mas também como estas práticas correntes levou a *Hull House* a reformular sua abordagem em termos recreativos.

O segundo extrato do texto de Burchard trata de outra experiência da *Hull House* de instalação de pequenos playgrounds nos fundos das casas para atividades recreativas junto com as atividades de uma escola que transformou o assentamento em um plano recreacional e a visita do diretor da *South Park Commission* para conhecer a experiência e adotar algumas das iniciativas. Tratava-se de playgrounds menores e instalados próximos a um edifício escolar público que funcionariam como centros recreacionais.

A terceira passagem aborda uma iniciativa, considerada por Perry a mais bem-sucedida, de transformar uma escola de ensino médio em um centro comunitários ao estender as atividades extra turno. Tratava-se da atividade desenvolvida por Burchard na *Harrison Technical High School*, uma escola situada no lado sudoeste de Chicago em meio a um bairro de migrantes tchecos, poloneses, suecos e alemães, em que havia a escola diurna para aproximadamente 2000 jovens e no período da noite funcionava como escola para 2000 adultos. Nas palavras de Burchard:

Esta escola é um workshop para a democracia. (...). Foi incrível ver todo o edifício iluminado, e as pessoas fluindo de todas as partes do distrito, tchecos, poloneses e alemães vindo das fábricas onde eles haviam trabalhado duro durante o dia, vindo para lá para aprender o trabalho no turno, salas de ciências domésticas, mil e uma diferentes aulas eram mantidas lá – todas apoiadas pelo conselho da escola (Burchard APUD Perry, 1925, p. 293. Tradução nossa).

Burchard ainda revela atividades escolares desenvolvidas com os jovens de reconhecimento dos problemas do bairro, como as condições de habitação, envolvendo atividades interdisciplinares e outras instâncias públicas como o departamento de saúde, em discussões como a tuberculose, ou ainda organizações e agências privadas. De tal maneira, que a escola se integrava às questões da vizinhança tornando-se um centro comunitário.

Para Perry, um defensor da escola pública como centro comunitário, experiências como estas seriam o “processo da civilização moderna e democrática” (Perry, 1925, p. 293. Tradução nossa). Justamente ao trabalhar a habilidade de agir como membro de um grupo, para Perry, uma “parte indispensável para o sucesso da educação pessoal” (Perry, 1925, p. 293. Tradução nossa).

Este artigo de Perry, ainda que não trate diretamente de um debate teórico sobre os centros comunitários, permite entrever experiências de assistência social assim como seus questionamentos e formulações que ocorriam na virada do século em Chicago, cidade com um violento crescimento urbano e que recebia intensos fluxos migratórios, em um momento marcado também pela construção do campo acadêmico das ciências sociais.

Ainda com relação ao debate teórico vale salientar que no ano de publicação deste artigo também estava sendo lançado o livro *The City* que contava com os artigos de Ernest Burgess *Can neighborhood work have a scientific basis?*⁴² e *Community organization and juvenile delinquency*⁴³ de Robert Park que discutia a questão da delinquência juvenil e a inserção social na formação de jovens através de atividades recreacionais que poderiam ser desenvolvidas nos playgrounds, justamente na cidade que havia estabelecido a primeira corte juvenil (1899) do país.

Outro aspecto importante de se notar refere-se aos recortes feitos por Perry. Ele seleciona temas que lhe são caros e que com maior ou menor matiz apareceria na formulação da Unidade de Vizinhança. A questão central é a ideia de que a escola pública deve funcionar como um centro comunitário tendo como ação atividades extracurriculares ou ainda de extensão de forma que seu uso seja ampliado para toda a comunidade, ou ainda, vizinhança⁴⁴. E ainda a proposta

42 BURGESS, Ernest. “Can neighborhood work have a scientific basis?” In: PARK, R.; BURGESS, E. *The city* Chicago: The University of Chicago Press, 1925b.

43 PARK, Robert. “Community organization and juvenile delinquency” In: PARK, R.; BURGESS, E. *The city* Chicago: The University of Chicago Press, 1925b.

44 Uma das obras de Perry é justamente o livro *Wider Use of the School Plant* publicado em 1910 pelo *Department of Child Hygiene* da *Russell Sage Foundation*.

de pequenos playgrounds geridos pelas escolas - que muitas vezes é a própria área do pátio externo da escola – de modo a formar uma rede de espaços recreativos está na formulação da Unidade de Vizinhança.

O texto *Community organization and juvenile delinquency* de Robert Park publicado em 1925 visa compreender a manifestação da delinquência juvenil em relação às alterações na organização comunitária. O método de interpretação adotado para desenvolver tal análise é claramente a ecologia humana, estabelecendo a forma de organização comunitária e alterações sobre ela em termos de organização/ desorganização e ajuste; e ainda as formas de associação e sua relação ao ambiente.

Park apresenta a tese de que nas grandes cidades o papel das comunidades locais, assim como a família e a vizinhança, baseadas nas relações primárias, e suas instituições de controle social têm seu papel enfraquecido. Entretanto, na concepção do autor, é justamente na comunidade local que os códigos morais se colocam frente aos impulsos naturais da criança.

É na comunidade com suas várias organizações e esquemas de controle racionais, mais que tradicional, e em nenhum outro lugar é que temos a delinquência. A delinquência é, de fato, e a medida da falha de nossas comunidades organizadas de suas funções (PARK, 1925b, p.106. Tradução nossa).

Mas com o crescimento das grandes cidades (...) as velhas formas de controle social representadas pela família, a vizinhança e a comunidade local foram minadas e sua influência diminuída (PARK, 1925b, p.106-7. Tradução nossa).

A estrutura argumentativa desenvolve-se nos itens: ‘a depravação natural da humanidade’, ‘sociedade e meio social’, ‘mudança social e desorganização social’ e ‘gangue e comunidade local’. No primeiro item Park defende a ideia de que o homem vive necessariamente em associação, entretanto a natureza humana é inapta para a vida em sociedade. Neste sentido, seria a resposta individual ao ambiente social que definiria a personalidade em termos morais.

... o homem ... está predestinado a viver em associação, e dependência com seus iguais (...) é estranho e interessante descobrir como a vida da natureza humana é completamente inapta para a vida em sociedade (PARK, 1925b, p.99. Tradução nossa).

...esta experiência e memórias – cristalizadas e corporificadas na tradição, nos costumes, e ‘folk-ways’ – constitui o social, distinguindo do biológico, do meio ambiente; o homem não é meramente um indivíduo com traços nativos e biologicamente herdados, mas ele é ao mesmo tempo pessoa com modos, sentimentos, atitudes e ambições (PARK, 1925b, p.100. Tradução nossa).

Em ‘sociedade e meio social’ o autor enquadra seu entendimento sobre sociedade e descreve os mecanismos de distúrbio e ajustes do indivíduo aos diversos meios sociais.

Descobrimos que ela [a sociedade] é composta por inúmeros pequenos grupos, pequenas sociedades, cada qual representa algum aspecto singular ou divisão do todo social no qual vivemos e que fazemos parte (PARK, 1925b, p.101. Tradução nossa).

Em ‘a família como instituição’ Park estabelece a relação entre os impulsos da criança em confronto com a situações sociais e como a comunidade mais que a família desempenha um papel de controle social.

Os impulsos naturais da criança são inevitáveis a medida em que se confronta com a situação social em que se encontra que sua relação com a comunidade parece ser quase completamente definida por uma série de ‘nãos’. Sob estas circunstâncias a delinquência juvenil é, dentro de certos limites de idade ao menos, não apenas algo a ser esperado, como quase que normal (PARK, 1925b, p.105. Tradução nossa).

É na comunidade, mais que na família, que nossos primeiros códigos morais assumem definição explícita e moral e assume a externa e coercitiva característica de lei municipal (PARK, 1925b, p.105. Tradução nossa).

No item ‘mudança social e desorganização social’ é que o autor apresenta como a mudança social da grande cidade altera a organização existente, neste caso, a comunidade local que tem através de suas instituições, um papel de controle social.

Na unidade social mais ampla, a comunidade, onde as relações sociais são mais formais e menos íntimas, a situação é diferente. É na comunidade, mais que na família e na vizinhança, que organizações formais como a igreja, a escola e tribunais vem a existência e têm definido suas funções diferentes. Com o advento destas instituições, e através de suas mediações, a comunidade é capaz de suprir, e de certa forma substituir, a família e a vizinhança para fins de disciplina e controle individual (PARK, 1925b, p.106. Tradução nossa).

Com a desorganização das comunidades Park sugere a criação de novas entidades com os novos problemas surgidos na grande cidade.

A fim de atender e lidar com os problemas que foram criados pelas rápidas mudanças da vida moderna, novas organizações e agências surgiram. As antigas agências sociais, a igreja a escola e os tribunais, nem sempre foram capazes de atender os problemas que foram criados com as novas condições de vida (PARK, 1925b, p.109. Tradução nossa).

Por fim, em ‘gangue e comunidade local’ Park sistematiza uma série de sugestões para atuação através na comunidade local sobretudo com as crianças, e insiste na ampliação de pesquisas sobre os processos sociais e as formas de desorganização comunitária, entendendo a delinquência não apenas como expressão individual, mas do grupo. Park neste texto propõe

ainda a disseminação do playground como espaço de formação de associações para as crianças e assim um “habitat” da criança na comunidade local.

Park parece atento não só às transformações sociais e urbanas da cidade de Chicago como também às práticas sociais que ali se colocavam. No artigo *The City* ao discorrer sobre as vizinhanças em específico às áreas segregadas, diz:

Por outro lado, certas vizinhanças urbanas sofrem de isolamento. Em diferentes épocas têm sido feitos esforços no sentido de reconstruir e dinamizar a vida nas vizinhanças citadinas e de colocá-las em contato com os interesses mais amplos da comunidade. Este é, em parte, o propósito dos domicílios sociais. Estas e outras organizações, que tentam reconstituir a vida da cidade, têm desenvolvido certos métodos e uma técnica de estímulo e controle das comunidades locais (Park, 1925a, p.9. Grifos nossos).

Em cidades americanas tem-se tentado renovar vizinhanças ruins pela construção de pátios de recreio e pela introdução da prática supervisionada de esportes de vários tipos, inclusive bailes municipais em salões de baile municipais (Park, 1925a, p.9. Grifos nossos).

Assim a questão da recreação tem um sentido bastante funcional tanto nas formas de controle social como também de inserção, no caso dos filhos de migrantes na sociedade que se inseriam, ou ainda de desenvolvimento das formas de associação. Vale ressaltar que Perry foi diretor justamente do Departamento de Recreação da RSF e descreve na monografia sobre a Unidade de Vizinhança que a demanda inicial da *Regional Planning Association* ao seu setor era de estabelecer uma fórmula que poderia servir de guia ao arranjo dos playgrounds na Região de Nova York.

À primeira vista, parecia tratar-se de informar o número de metros quadrados para a área de lazer a ser reservada para cada criança e fixar a distância que não poderia ser ultrapassada a partir de sua habitação (Perry, 1929, p.27. Tradução nossa).

Um parque infantil pode ser amplo e próximo de casa, mas ainda não ter um arranjo perfeito nestes dias do automóvel, se a criança tiver que cruzar um intenso tráfego de uma via expressa para alcançá-lo (Perry, 1929, p.27. Tradução nossa).

Em outras palavras, percebeu-se que o sistema de parque infantil era apenas mais um elemento na composição das relações de vizinhança (Perry, 1929, p.28. Tradução nossa).

Deste modo, Perry não apenas reserva espaços para atividades associativas dentro da UV como condensa em sua proposta perspectivas de práticas sociais que davam sentido a estes espaços.

**CAPÍTULO 2 | A circulação do
conceito de Unidade de Vizinhança através
das redes profissionais e publicações**

2.1. A difusão da Unidade de Vizinhança através *County of London Plan* (1943)

A difusão das ideias sobre urbanismo e mesmo a consideração de que o planejamento urbano nos século XX tem um caráter internacional é alvo, e um tema, importante e recorrente entre os historiadores. Entender como e os caminhos pelos quais algumas ideias se difundiram é uma problemática comum entre trabalhos que se dedicam a compreender as ideias e práticas comuns em diferentes países. Tal é a amplitude dos trabalhos que abordam esta questão que Stephen Ward (2000) propõe até mesmo uma tipologia de difusão⁴⁵. Ele identifica três grandes preocupações nesse tipo de estudos:

1. O mecanismo de difusão. Por exemplo, personalidades-chave, reformistas ou meio profissional, ações intergovernamentais.
2. A extensão em que ideias e práticas modificaram-se em sua difusão. Como foram aplicadas em configurações nacionais específicas e por que as diferenças são reconhecíveis?
3. A causalidade fundamental da difusão. Por exemplo, quanto reflete os contextos mais amplos econômicos, políticos e culturais das relações internacionais? Até que ponto o ‘texto’ da difusão internacional do planejamento é mais autônomo ou dependente de ações causais? (Ward, 2000, p. 42. Tradução nossa).

Assim, é comum encontrar na bibliografia uma conexão entre a formulação da Unidade de Vizinhança de Perry para o Plano Regional de Nova York (1929) e sua aplicação no Plano do Condado de Londres (1943). Schubert (2000), ao tratar do paradigma da vizinhança refaz as linhas gerais das experiências norte-americanas nos anos 1920 – notadamente o plano de Nova York, mas também as experiências de *Radburn* e *Sunnyside Gardens* ligadas ao grupo do *Regional Planning Association of America* (RPAA) - e indiretamente ao movimento cidade-jardim – e das realizações na Inglaterra nos anos 1930 até o Plano de Londres. Hall (2005) ainda destaca a intensa troca e mobilidade dos urbanistas ingleses e norte-americanos no período do entre-guerras e mesmo durante a Segunda Guerra.

Deste modo, pretende-se acompanhar a circulação do conceito de unidade de vizinhança através da própria mobilidade dos atores mas também, das redes profissionais e da difusão pelas publicações.

45 Esta tipologia sugere seis níveis de graus variados entre “empréstimos” e “imposições”. Ainda que bastante esclarecedora, esta tipologia é construída fortemente – não exclusivamente - entre as experiências inglesas e suas antigas colônias e ainda que não intencionalmente acabam se fixando em um movimento unilateral em que as trocas acontecem em uma única direção sem que se avalie uma relação mais complexa nas trocas culturais e intelectuais.

Os esforços de divulgação do Plano Regional de Nova York

Quando, em 1929, o *Regional Planning of New York and its Environs* foi lançado ao público houve uma reestruturação do comitê que elaborou e tomou a iniciativa pelo plano. Este comitê teve como diretor geral do plano e das pesquisas, Thomas Adams, e contou com o financiamento e o corpo técnico da *Russell Sage Foundation* (RSF). A orientação do comitê era a de que se formasse uma corporação, a *Regional Planning Association* (RPA), a partir de organizações, corporações e personalidades que teriam como objetivo divulgar e implementar as diretrizes do Plano Regional. Assim, em março de 1929 o comitê inicial convidava algumas personalidades para compor a RPA, entre eles estavam: Alexander Bing (da *Regional Planning Association of America*), John Finley (RSF), Henry James (consultor e membro do comitê diretivo do plano), Frederick Paul Keppel⁴⁶ (presidente da *Carnegie Corporation of New York*⁴⁷ e havia participado da diretoria geral do comitê do plano até 1923), George McAneny (membro do comitê diretivo do plano), Charles Meyer, Garrison Norton, E. H. Outerbridge, Frank Polk (comitê diretivo), Frederic Pratt (comitê diretivo) Bertram Saunders, Robert Simon, Percy Straus, Dewitt van Buskirk. Nas primeiras reuniões do RPA outros membros foram incorporados entre eles Robert de Forest que havia sido do conselho administrativo da RSF e Shelby Harrison, que havia sido o diretor da divisão social do plano, e se tornaria o segundo diretor da RSF sucedendo John Glenn em 1931⁴⁸.

Com a fundação da RPA e a finalização do plano, Thomas Adams saiu do posto de diretor geral do plano e das pesquisas mas permaneceu como consultor da RPA, mantendo viagens regulares entre Inglaterra e EUA. Em 1930 – entre os dias 30 de janeiro a 1 de fevereiro -, uma série de jornais norte-americanos anunciam a “aposentadoria” de Adams, enaltecendo sua atuação como diretor do plano durante quase sete anos e lançando o desafio à RPA quanto à implementação do mesmo⁴⁹. Se a partida de Adams foi amplamente

46 Frederick Paul Keppel (1875-1943) foi um educador e um executivo no campo da filantropia. Nascido em Nova York, Keppel graduou-se na *School of Arts*, da então, *Columbia College* em 1898. Entre 1910 e 1918 foi o reitor da *Columbia College* e por um longo período foi o presidente da *Carnegie Corporation of New York* (1923-1941).

47 A *Carnegie Corporation of New York* é uma das mais antigas e influentes fundações norte-americanas criada com o objetivo de “promover o avanço e a difusão do conhecimento”. Fundada em 1911 por Andrew Carnegie, ela mantém diversas linhas de atuação como a provisão de financiamentos para pesquisas e estudos educacionais, expansão do ensino superior e educação para adultos, promoção da radiodifusão educacional e de interesse público. Ela também financiou a escrita de livros e estudos, assim como conferências e encontros internacionais.

48 Carta de Lawson Purdy a Frederick P. Keppel convidando-o a tomar parte do RPA de 4 de março de 1929 e minuta da primeira reunião. Frederick P. Keppel paper's Box 60, Folder 12, Series 3. RBML.

49 Clipping de artigos do New York Times, New York Herald Tribune, The World, The Sun, New York Evening Post, The Newark Evening News. Frederik P. Keppel paper's, Box 60, folder 13, series 3. RBML.

noticiada pelos jornais, o próprio plano teve grande divulgação e debate pelos noticiários. Em setembro de 1929 Laurence Orton, secretário do comitê do plano, escreve a Keppel com uma listagem dos jornais estrangeiros que haviam noticiado o plano regional. Tratava-se de 25 artigos distribuídos nos mais variados continentes nos seguintes países: na Austrália, Canadá, China, Inglaterra⁵⁰, França, Irlanda, Nova Zelândia e África do Sul. Observa-se, portanto, que o lançamento do plano regional ocupou espaço significativo nos jornais diários não apenas em Nova York e nos Estados Unidos mas também em diversos países estrangeiros com destaque para a Inglaterra colocando o debate sobre o crescimento e o planejamento urbano - e mais ainda metropolitano - como um tema para a opinião pública.

Se os jornais foram um meio de difusão do plano para um público maior e menos técnico, foi a venda e distribuição dos volumes do plano para biblioteca e entidades que permitiu uma difusão entre os meios profissionais e especializados. Em cartas entre Thomas Adams e Frederick Keppel do final do ano de 1928⁵¹, ou seja, quando o comitê do plano ainda estava orientando as impressões e distribuições do plano e das pesquisas temáticas – os *surveys* –, nota-se o direcionamento de distribuição dos conjuntos dos volumes para as bibliotecas públicas e universitárias. A *Carnegie Corporation of New York*, que tinha Keppel como presidente, em 1928, concedeu um financiamento para a compra de alguns conjuntos do plano - o conjunto incluía o volume I publicado em 1929 e sete dos oito volumes das pesquisas temáticas publicadas entre 1928 e 1929, o volume VI seria publicado em 1931 – para que fossem distribuídas, ficando a critério de Keppel a sugestão de distribuição para as seguintes bibliotecas universitárias e públicas: *Avery Library da Columbia University, Chicago Art Institute, Marquand Library de Princeton University, Dartmouth College Library, Fordham College Library, Library of Brooklyn Polytechnic Institute, Rutgers University Library, Hunter College Library, Newark City Library, Jersey City Public Library, Yonkers Public Library, Brooklyn Public Library e Pratt Institute*⁵². Observa-se, então, neste momento inicial de venda e distribuição do conjunto do plano nas bibliotecas públicas e universitárias que cobriam a área regional do próprio plano, os cinco “*boroughs*” de Nova York e Nova Jersey.

50 Na Inglaterra, entre maio e julho de 1929, o plano foi notícia no *The Daily Mail*, *The Daily News*, *The Daily Telegraph*, *The Times* (weekly edition), *Architect's Journal*, *Architect & Building News*, *The Daily Mail* (Manchester). Carta de L. Orton a Keppel. Frederick P. Keppel papers, Box 60, Folder 13, Series 3. RBML.

51 Carta entre Thomas Adams e Frederick Keppel de 15 de novembro de 1928. Carnegie Corporation of New York Records, Serie III A Grants, Box 307, Folder 4. RBML.

52 Carta entre Lawrence Orton e Keppel de 28 de dezembro de 1928. Carnegie Corporation of New York Records, Serie III A Grants, Box 307, Folder 4. RBML.

Em 1931 foi publicado o volume II do *Regional Plan* intitulado *The building of the city* de Thomas Adams, assistido por Lawrence Orton e Harold Lewis. Ocasão em que o conjunto completo contendo os dois volumes do plano e os oito volumes de pesquisas temáticas foram agrupados em sua versão definitiva e a reimpressão dos volumes iniciais foi discutida entre a RSF e a RPA. Em função desta situação, em 1932 foi realizado um balanço das vendas do conjunto e dos volumes separadamente⁵³. Nele nota-se que a maior venda (conjugando volume separado e conjunto) foi justamente o volume VII das pesquisas temáticas, aquela dedicada ao *neighborhood and community planning* onde se insere a monografia de Perry sobre a Unidade de Vizinhança. Fato que demonstra o interesse pelo tema do planejamento de comunidades e mesmo do então formulado conceito de Unidade de Vizinhança.

A correspondência entre Lawrence Orton (RPA) e Shelby Harrison (RSF) continuou para além do balanço de vendas, a distribuição dos volumes também era objeto de análise. Em 1933, Orton encaminhou um relatório sobre a distribuição internacional do *Regional Plan* avaliando a cobertura em cada país e sugerindo ampliação ou mesmo novos países para distribuição⁵⁴. Neste relatório os países estão agrupados por continentes, são eles: na América do Norte, Canadá e México; na América do Sul, somente Argentina; Europa, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Áustria, Tchecoslováquia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Polônia, Romênia, Rússia e Suíça; na Ásia, China, Índia e Japão; além da África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Nesta listagem a maioria dos volumes aparecem disponíveis em bibliotecas de universidade, órgãos públicos e associações profissionais. Com relação à América do Sul somente a Argentina aparece na listagem com volumes disponibilizados para a Universidade Nacional de Tucumã, havendo a recomendação para a distribuição no Brasil, considerando o Rio de Janeiro⁵⁵. Na Inglaterra, os volumes estavam disponíveis no *Town Planning Institute* - fundado e presidido por Thomas Adams -, *Surveyors' Institute Aldine House*, *Council for Preservation of Rural England*, todos em Londres havendo recomendação para a distribuição para a *Royal Institute of International Affairs*, a *Chatham House*.

53 Cartas de Lawrence Orton, então diretor geral e secretário da RPA, dirigida a John Glenn e Shelby Harrison da RSF de 31 de maio de 1932. Russell Sage Foundation Collection, Russell Sage Foundation Record Group, Series 3: Early Office, Box 32, Folder 250. RCA.

54 Cartas de Lawrence Orton a Shelby Harrison de 25 de janeiro de 1933. Russell Sage Foundation Collection, Russell Sage Foundation Record Group, Series 3: Early Office, Box 32, Folder 250. RCA

55 Em documentação de 1941, encontra-se um pedido de encomenda da livraria Agência Internacional de São Paulo de alguns conjuntos com os volumes do plano à RPA. Russell Sage Foundation Collection, Russell Sage Foundation Record Group, Series 3: Early Office, Box 32, Folder 250. RCA.

Deste modo, nota-se como houve uma ampla difusão internacional do Plano Regional de Nova York – mais concentrada no fluxo entre EUA e Europa, mas não restrita a ele. Esta circulação ocorreu tanto pelos jornais mobilizando a opinião pública quanto nos meios profissionais, técnicos e especializados por meio da distribuição dos volumes, sobretudo entre universidades e associações profissionais. Mas também é preciso mencionar a própria circulação dos profissionais, como o caso de Thomas Adams, estabelecendo pontes e vínculos entre os dois continentes, entre os campos profissionais e associações.

A Unidade de Vizinhança no *County of London Plan* (1943)

É ainda no *County of London Plan* de 1943 que se pode encontrar a noção de Unidade de Vizinhança tendo um papel estruturador em um plano de reconstrução urbana em função dos bombardeios que ocorriam em Londres durante a Segunda Guerra. E ainda, seria significativo a difusão deste plano regional como um exemplar dos esforços de reconstrução urbana que seria a tônica entre os países europeus no segundo pós-guerra. É interessante notar que a Inglaterra lançou o plano antes mesmo de findada a guerra revelando como as instituições britânicas continuavam em atividade, situação diversa do que aconteceria, por exemplo, com a França ou mesmo a Alemanha que após a guerra tiveram que lidar também com a reestruturação das instituições e mesmo das associações profissionais.

Assim, em 1943 o *London County Council* (LCC), presidido pelo Lorde Latham, lançava o *County of London Plan* elaborado por Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957), professor de planejamento urbano da *London University* e John Henry Forshaw (1895-1957), arquiteto do LCC. Na nota introdutória do volume do plano (Abercrombie; Forshaw, 1943), os autores mencionam as pesquisas e os esforços da comissão do Plano de Nova York em especial aos *Regional Surveys*. Efetivamente, o plano é concebido a partir da identificação das “comunidades” e sua organização em unidade de vizinhança:

O plano que submetemos contempla a conservação ou criação de comunidades que poderiam ser divididas em pequenas unidades de vizinhança de 6.000 a 10.000 pessoas associadas à escola primária e à área que ela serve. É intenção de nossas propostas que as crianças moradoras destas unidades não precisem cruzar a via principal da casa para a escola. Cada unidade precisaria de um centro da vizinhança, talvez localizada no entorno da escola. Os espaços livres, para além dos playgrounds regularmente distribuídos, são desenhados o mais longe possível para cercar toda a comunidade, formando um natural limite entre a unidade e seus vizinhos (Abercrombie; Forshaw, 1943, p. 9. Tradução nossa).

Mapa de análise social e funcional do County of London Plan (1943).

Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).

Assim, o plano apresenta um mapa com a chamada análise funcional e social em que identifica, para além das áreas livres, dos usos industriais e dos usos residenciais, as “condições locais” identificando a concentração dos serviços e comércios locais como um núcleo da comunidade. A representação do mapa sugere mesmo “células” dentro de um organismo maior, e o plano as subdivide em 4 grande áreas: a área central, o porto e o Rio Tâmisa - onde localizava-se a indústria pesada -, as áreas residenciais centrais e os subúrbios.

Segundo Hall (2005), Abercrombie teria feito a leitura de uma metrópole conformada por aldeias e mais ainda havia realizado um combinação “brilhante” do “princípio de unidade de vizinhança de Perry, com a hierarquia viária de [Clarence] Stein e [Henry] Wright (Hall, 2005, p. 196). Criando, assim, o que ele considera uma nova ordem espacial para Londres:

(...)nela, as vias expressas não apenas resolvem o problema do congestionamento de tráfego como dão definição e forma às comunidades reconstruídas que elas separam ao fluir ao longo das tiras verdes que enriquecem Londres do espaço livre tão necessário (Hall, 2005, p.196).

Mapa do County of London Plan (1943) mostrando os anéis viários A e B.

Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).

Assim, o plano de Londres criaria uma cidade celular, na avaliação de Hall (2005), que seria ao mesmo tempo devedora das concepções organicistas de Patrick Geddes e da concepção da unidade de vizinhança de Clarence Perry. Esta última, na interpretação de Hall, teria vindo através de Wesley Dougill que foi o diretor do grupo de planejamento do LCC e era também professor da escola de arquitetura da Universidade de Liverpool.

O Plano do Condado de Londres também foi difundido para um amplo público (Amati; Freestone, 2016). Em julho de 1943, o *London County Council* (LCC) organizou uma exibição do plano no *Westminster Hall* por uma semana. A exibição contou com a visita oficial da rainha Elizabeth II e do rei George VI, além de especialistas e teve mais de 10.000 visitantes. Fato que justificou a continuidade da exibição, desta vez no *Royal Arts Society*, por alguns meses e estimou-se que teve 50.000 visitantes (Ross, 2014). Além da exibição, o plano também foi oficialmente difundido através do filme *The Proud City: a plan for London* produzido pelo Ministério da Informação em 1945 em que Abercrombie, Forshaw e Lorde Latham apresentam as linhas gerais do plano e as imagens da cidade de Londres destruída por bombardeios⁵⁶.

⁵⁶ Este filme foi escrito e dirigido por Ralph Keene e está disponível em: <https://archive.org/details/ProudCity>. Acessado em 3 jul. 2018.

Rainha Elizabeth II e Rei George VI com Abercrombie e Forshaw na Exibição do Plano do Condado de Londres (1943).

Fonte: <https://municipaldreams.wordpress.com/2014/07/08/the-county-of-london-plan-1943-if-only-we-will/>.

A Unidade de Vizinhança na difusão do *County of London Plan*

Com efeito, a circulação ocorreu também entre os meios profissionais e especializados através da publicação de artigos em revistas acadêmicas de variados campos disciplinares. No final do ano de 1943, Abercrombie escrevia um artigo sobre o plano publicado na revista *The Geographical Journal*. Revista trimestral ligada ao *Royal Geographical Society* foi fundada em 1831 e mantém atividade até os dias de hoje dedicada a um amplo espectro dentro do campo disciplinar da geografia. O artigo intitulado *Some Aspects of the County of London Plan* (Abercrombie, 1943) reproduzia as linhas gerais do plano do condado como estruturado no relatório do plano. Abercrombie apresenta os seis fatores determinantes que, em seu entendimento, formam um ambiente e cujo desenvolvimento precisaria ser equilibrado redirecionando os fatores determinantes. São eles: o tráfego, a habitação, a indústria – tratada como ocupação –, as comunidades e os espaços livres. O autor apresenta brevemente as direções para cada um desses temas onde pode-se observar o entendimento de unidade de vizinhança em relação à noção de comunidade.

Uma das ideias de acordo com o planejamento moderno consiste em retornar a pequenas unidades ao invés da cidade toda e pensar nas pessoas vivendo juntas, trabalhando, divertindo-se, e seus filhos indo às escolas em certos tamanhos de grupos. As Comunidades de Londres que mostramos em nosso relatório são realmente os remanescentes das antigas vilas de que Londres foi largamente constituída. Estas comunidades de forma alguma coincidem com os limites administrativos artificiais em nenhuma área, as divisões de certas cidades ou os ‘boroughs’ metropolitanos nos quais Londres se divide, mas elas têm uma característica importante no planejamento, e se quisermos ter uma cidade satisfatória de amplo tamanho, ela precisa ser dividida em uma série de unidades, agrupadas eventualmente para formar toda uma grande comunidade (Abercrombie, 1943, p. 230. Tradução nossa).

A divisão em comunidades e ainda suas pequenas partes, as unidades de vizinhança, tem um uso bastante pragmático aqui na definição das áreas residenciais a serem reconstruídas. O texto de Abercrombie reproduz uma imagem do relatório intitulada *social framework for reconstruction areas* que mostra as áreas a leste e ao sul do centro de Londres divididas em “comunidades” e estas subdivididas em unidades de vizinhança que seriam objeto das ações de reconstrução.

A ilustração retrata a reconstrução de *East End* de Londres, e, ao sul, o lado *Surrey* divididos em comunidades como eu havia descrito. *Lambeth* propriamente, não a gigantesca longa tira, é dividida em cinco sub-comunidades. Nós trabalhamos com a sugestão teórica da divisão em comunidades maiores e sub-comunidades, ou unidades de vizinhança, como as chamados, arranjadas de acordo com a população escolar. Há uma escola primária e uma população entre seis mil e dez mil para cada sub-comunidades. A divisão baseia-se nos requerimentos da escola e lojas e acomodações hospitalares para garantir que nós não produzamos uma enorme aglomeração de casas contínuas mas reais grupos de humanos vivendo juntos em um número capaz de convivência e fácil interação social (Abercrombie, 1943, p. 236. Tradução nossa).

Esta divisão em unidades de vizinhança ainda permitia ou articulava-se a outro propósito, o de dividir as ações de reconstrução dentro de uma mesma área em etapas seguindo um plano de conjunto em escala apropriada de intervenções. O próprio relatório do plano já mostrava os planos gerais para as áreas de reconstrução – inicialmente Shoreditch, Bethnal Green, Stepney, Hackney e Poplar - em que todas apresentam as subdivisões em unidade de vizinhança acompanhada em um plano de reestruturação viária a partir do tecido urbano existente.

A SOCIAL FRAMEWORK FOR RECONSTRUCTION AREAS
Mapa esquemático mostrando as “unidades sociais” que seriam objeto de reconstrução.
 Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).

A difusão sobre o plano do condado de Londres não se limitou a apresentação de Abercrombie. É possível encontrar artigos em campos disciplinares variados que apresentam, discutem e refletem sobre o plano como por exemplo o artigo de Dudley Stamp (1898-1966) – um dos mais reconhecidos geógrafos britânico, professor em Rangoon e Londres – em que discorre sobre o planejamento de Londres a partir de considerações do *County of London Plan* de 1943 e do *Greater London Plan* de 1944 também de Abercrombie no qual propõe a política de descentralização das *New Towns* (Stamp, 1945). Ou ainda artigo de Catherine Bauer em revista norte-americana dedicada às questões de uso e política do

solo - a *The Journal of Land & Public Utility Economics* – em que defende às ideias ligadas ao movimento da cidade-jardim dizendo que elas não apenas se associam à suburbanização mas também eram importantes para se pensar a metrópole, associando ao plano do condado de Londres.

Mas, é sobretudo nas revistas ligadas à arquitetura – ainda que tratassem também de planos urbanos – que é notável a difusão do plano e dos projetos de reconstrução ligados à temática da habitação, notadamente às unidade de vizinhança de Stepney e Poplar. A revista britânica *Architectural Review* em 1944 apresenta um extenso artigo sobre o plano do condado de Londres (*Architectural Review*, 1944, n.96). O artigo está dividido em 3 parte: uma em que o plano é sumariado, outra em que apresenta seu estágio de desenvolvimento e uma parte dedicada às “reações americanas” em que ilustra o impacto do plano na meio profissional norte-americano. Esta parte é composta por artigos de Jacob Crane (1944, n.96) diretor de divisão da *National Housing Agency*; Frederick Clark (1944, n.96) diretor do RPA desde 1942; Clarence Stein (1944, n.96) que junto com Henry Wright haviam construído *Radburn* e compunham a RPAA; Catherine Bauer (1944, n.96) que trabalhou na *United States Housing Authority* e integrava o RPAA; e John Gaus (1944, n.96) consultor da *National Resources Planning Board* do *Tennessee Valley Authority* (TVA). Nota-se assim um amplo debate sobre o plano envolvendo profissionais inseridos das políticas de urbanismo, planejamento e habitação assim como urbanistas e críticos reconhecidos no meio norte-americano, muitos deles envolvidos nas políticas que tiveram desenvolvimento durante o *New Deal*. Isso sugere, portanto, uma reflexão entre as políticas de reconstrução europeias e as políticas anticíclicas nos EUA em resposta à crise de 1929.

Em outra edição de 1949 a revista *Architectural Review* traz um amplo artigo de Aillen Tatton-Brown (1949, n.105) retomando ponto a ponto as diretrizes do plano e traçando um paralelo com as ações realizadas e mostrando os impasses até aquele momento. O texto faz uma reflexão sobre os impasses entre os princípios das diretrizes do plano e as dificuldades de execução, tanto pela multiplicidade de órgãos de controle quanto pela demanda cada vez maior por habitação. A autora pontua, assim, um crítica importante quanto à diminuição da ação do LCC resultando em maior atuação do mercado. É interessante mencionar que Aillen Tatton-Brown foi membro do grupo Tecton junto com William Tatton-Brown que se tornaria seu marido. Ambos fizeram parte do grupo MARS, a ala inglesa do CIAM, e participaram da elaboração de uma proposta de plano para Londres, conhecido como plano MARS. Segundo Mumford (2000), houve conflitos internos no grupo enquanto Aillen e William propunham

um esquema que partisse “de uma análise mais próxima das condições existentes” (Tatton-Brown APUD Mumford, 2000, p. 122), Korn e Samuely propuseram e ganharam com a proposta de uma cidade linear descentralizada remanescente do trabalho dos desurbanistas soviéticos dos anos 1920. O Plano MARS foi lançado mas, logo considerado “não realista” por alguns membros do grupo que na sequência apoiariam o *County of London Plan*, considerando-o “um dos primeiros planos realizado por um organismo oficial, no qual os princípios modernos de planejamento são aplicados a uma organismo social estabelecido” (Mark Hartland Thomas APUD Mumford, 2000, p.123. Tradução nossa).

Ao longo dos anos 1950, a revista *Architectural Review* lançou alguns artigos divulgando os projetos e obras executadas que estavam previstas no plano e encaminhadas pelo LCC. Em março de 1951 (*Architectural Review*, 1951, n. 109) a revista divulgava a unidade de vizinhança de Lansbury, em Poplar e em julho do mesmo ano outro artigo somente sobre o projeto da escola primária de Landsbury (*Architectural Review*, 1951, n. 109). Em 1956 a revista publicava um artigo do LCC apresentando a unidade de vizinhança de Stepney (*Architectural Review*, 1956, n. 709).

O debate e difusão das atividades na Inglaterra não se restringiram às revistas inglesas. A influente revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui* assim que se reestruturou em 1945 passou a noticiar uma série de artigos sobre urbanismo e mesmo as atividades realizadas na Inglaterra. Em 1952 a revista dedica até mesmo uma edição especial com o tema “Urbanismo na Grã-Bretanha” (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1952, n.39). É interessante notar que Erno Goldfinger, arquiteto inglês ligado ao grupo MARS, é o correspondente internacional da revista e assume um papel importante nesta edição ficando responsável pelos documentos e reunião dos artigos. É ainda preciso mencionar que Abercrombie é uma das personalidades que compõem o *Comité de patronage*, uma espécie de corpo crítico da revista. A abertura desta edição especial é feita por artigo de Erno Goldfinger e por outro de James Maude Richards, editor da *Architectural Review*, este último sobre a contribuição britânica à arquitetura moderna.

O tópico reservado ao urbanismo tem como texto introdutório o artigo de Abercrombie (1952, n.39) intitulado *L'Urbanisme en Grande-Bretagne* onde faz uma longa narrativa das ações de planejamento urbano desde a guerra retomando o plano do condado, as ações em curso do *West End* de construção com ênfase na questão habitacional mas também na reconstrução de lugares históricos que haviam sido bombardeados e os estudos de recuperação. Evidentemente, o Plano da Grande Londres também é longamente apreciado

Maquete e esquema da Unidade de Vizinhança de St. Anne na comunidade de Poplar divulgadas na *Architectural Review*.

Fonte: (Architectural Review, 1951, n. 109).

mostrando o programa das *New Towns*. Segue-se a este artigo, texto sobre a reconstrução do centro da cidade de Coventry por Donald Gibson (1952, n.39) mostrando um sistema de circulação viária para a área central e os edifícios – mercado e uma escola de arte. A unidade de vizinhança de Lansbury, Poplar em Londres também foi divulgada na revista francesa em um estágio mais avançado das construções da igreja, escola e das habitações (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1952, n.39). E por fim, a edição especial divulgava o projeto de Frederick Gibberd (1952, n.39) – este também arquiteto ligado ao grupo MARS - e as obras já realizadas para a nova cidade de Harlow, nos arredores de Londres dentro do programa das *New Towns*.

Deste modo, pode-se notar um intenso trânsito das ideias acerca da unidade de vizinhança entre EUA e Inglaterra em que ela passa a operar dentro de um plano urbano maior nos processos de reconstrução do pós-guerra. Mais ainda, é possível perceber como nesta difusão através dos circuitos profissionais a unidade de vizinhança, previamente associada à ideia de comunidade, passa a entrar no programa das atividades de construção dentro de um debate da arquitetura moderna, sobretudo através das revistas de arquitetura.

2.2. Unidade de Vizinhança no debate sobre urbanismo no pós-guerra difundido pela revista *L'Architecture d'aujourd'hui*

As revistas especializadas de arquitetura foram um meio importante de circulação e difusão dos temas, discussões e experiências de arquitetura e urbanismo e muitas vezes tiveram um papel de circulação internacional como foi o caso da revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui*. Tal publicação propunha-se a discutir uma arquitetura moderna internacional e, ao mesmo tempo, ocupava uma posição estratégica nas trocas culturais e intelectuais com países da América Latina.

Neste sentido, a revista *L'Architecture d'aujourd'hui* tornou-se um meio privilegiado para observar e analisar a circulação do conceito e de projetos sobre as Unidades de Vizinhança. A seleção de artigos na revista buscou levantar os documentos que tratassem sobre o conceito de Unidade de Vizinhança, assim como mapear os textos e/ou projetos publicados de José Luis Sert, Carlos Raúl Villanueva e Affonso Eduardo Reidy entre os anos de 1945 e 1958. O levantamento se estendeu para pequenas notícias, debates, chamadas para congressos – como o CIAM e as vezes os Congressos Pan-americanos – e associações profissionais que estavam surgindo – como a União Internacional dos Arquitetos (UIA) -, revelando através de episódios cotidianos os debates teórico-profissionais que se travavam naquele contexto.

A formação de *L'Architecture d'aujourd'hui* e o desenho de sua estrutura

A revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui*, reconhecida como uma das influentes revistas de arquitetura, dedicou-se a difundir as obras de arquitetura moderna no plano internacional assim como o debate sobre elas. Ela surgiu em meio ao contexto de organização do primeiro CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – em 1928, por Le Corbusier, e a formação da *Union des Architectes Modernes* em 1929. A revista foi fundada em 1930 por André Bloc (1886-1966) junto com Marcel Eugène Cahen (1883-1930), ambos engenheiros formados pela *École Centrale Paris*. Bloc foi também escultor e artista plástico e Cahen dedicou-se à sua galeria de arte *La Harpe*. Após a morte precoce de Cahen no ano de fundação da revista, o arquiteto húngaro radicado na França Pierre Vago (1910-2002) juntou-se à revista (RAGOT,1990).

A revista foi estruturada com André Bloc, em sua direção, e Pierre Vago, como redator chefe contando ainda com um *comité de patronage* e uma série de correspondentes internacionais. Em entrevista a Gilles Ragot, Pierre Vago comenta sobre o funcionamento da revista no anos 1930 e 1940, apontando o papel de Bloc como responsável pela impressão, pelo contato com os arquitetos e pela intermediação com os redatores; esclarece também a organização do comitê de redação dirigido por Pierre Vago e composto por Marcel Roux, arquiteto, Henri Storoge, urbanista, René Drouin, responsável pela parte de decoração, E. Menkès – e depois André Hermant – responsável pela sessão de técnicas. O *comité de patronage*, que contou com mais de 40 membros, funcionava como os “ouvidos” da revista. Composto por arquitetos, intelectuais e artistas era responsável por discutir o programa da revista e fazer a crítica à ela e se organizava a partir de encontros regulares. A revista contava também com uma rede de correspondentes estrangeiros composto por jovens que haviam estudado na França e voltado a seus países, o que, segundo Vago, assegurou o caráter internacional da revista. No início, contava com cinco correspondentes e rapidamente expandiu para vinte e cinco, dispersos em diversos países. Entre os correspondentes encontravam-se Siegfried Giedion, Erno Golfinger e Bruno Taut.

Durante a Segunda Guerra Mundial a publicação da revista foi interrompida com muitos de seus membros dispersos pela zona livre na França ou ainda deportados. Foi somente com o fim da guerra que André Bloc retomou a publicação da revista juntamente com Pierre Vago que se manteve como redator-chefe até 1975⁵⁷. Foi neste contexto que a revista reiniciou a numeração de suas edições e passou, a partir de 1946, a contar com Alexandre Persitz (1910-1975) como secretário-geral da revista – que até 1958 permaneceria sem alternâncias. Configurou-se, assim, os três nomes-chave da revista: André Bloc, Pierre Vago e Alexandre Persitz.

57 Informações obtidas do site da revista. Acessado em 18 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.larchitectureaujourd'hui.fr/histoire/>.

Quanto ao *comité de patronage*, ele era composto por uma rede bastante ampla já em 1945⁵⁸, em um primeiro momento preponderantemente por membros franceses, contando com nomes de arquitetos e urbanistas bastante consagrados como August Perret, Alfred Agache, Tony Garnier, Henri Proust, André Lurçat, Maurice Rotival, além de Le Corbusier, e nomes como o de Eugène Petit que se tornaria ministro do MRU – Ministério da Reconstrução e Urbanismo – e a partir de 1950 somar-se-ia ao grupo Patrick Abercrombie. Em 1949 a rede se diversifica tornando-se mais internacional agregando nomes de arquitetos e artistas modernos como Siegfried Giedion, Alvar Aalto e Fernand Léger, além de nomes que se encontravam nos Estados Unidos como Walter Gropius, Marcel Breuer, Paul Nelson, Richard Neutra, Joseph Hudnut, José Luis Sert, Paul Lester Wiener e Frank Lloyd Wright. É interessante notar também a presença dos dominicanos do Movimento Economia e Humanismo: Jean-Charles Moreux, R. P. Régamey e R.P. Couturier, este último responsável pela contratação de Le Corbusier para a construção de *Couvent de la Tourette*, que abrigava a sede do movimento na França.

Observa-se ainda que, após 1945, a rede de correspondentes internacionais foi sendo ampliada. Além dos países europeus, Estados Unidos e União Soviética, havia correspondentes nos países do norte da África – Argélia, Tunísia, Marrocos –, África do Sul e, desde a primeira hora, Brasil. Gradativamente a rede ampliou-se: em 1947, Rodolfo Möller passa a ser o correspondente da Argentina, e em 1948 já se podia notar a presença de correspondentes no Oriente Médio – Egito, Palestina, Síria e Líbano –, além de Nova Zelândia e mais um país latino-americano, o México, com Vladimir Kaspé. Em 1950, a rede latino-americana se diversificou contando com Carlos Raúl Villanueva como correspondente da Venezuela. Em 1955, a Colômbia foi inserida à rede e dois anos depois, o Uruguai.

58 É possível acompanhar os envolvidos neste comitê e perceber algumas mudanças ao longo do tempo. Dos anos 1945 a 1949, o comitê foi formado majoritariamente por franceses: MM. Pol Abraham, Alfred Agache, Colonel Antoine, Léon Bazin, Eugène Beaudouin, Auguste Bluysen, Louis Batleau, Victor Bourgeois, Urbain Cassa, Pierre Chareau, Jean Demaret, Jean Desbouis, W. M. Dudok, Félix Dumail, B. Elkouken, Roger Expert, E. Freyssinet, Tony Garnier, Jean Ginsberg, Jacques Guilbert, Marcel Hennequest, Roger Hummel, Pierre Jeanneret, Francis Jourdain, Albert Laprade, Le Corbusier, Henri Le Même, Marcel Lods, Berthold Lubetkin, André Lurçat, Leon Joseph Madeline, Louis Medeline, J. B. Mathon, Jean-Charles Moreux, Pierre Patout, August Perret, Eugène Petit, G. H. Pingusson, Henri Proust, Maurice Rotival, Michel Roux-Spitz, Jean Royer, G. F. Sébille, Paul Sirvin, Joseph Vago, André Ventre, Willy Vetter.

No ano de 1949, pode-se notar a introdução de novos membros e uma diversificação de lugares, contando com os membros dos CIAMs que estavam nos EUA: Sir Patrick Abercrombie, Alvar Aalto, MM. Pol Abraham, Alfred Agache, Jean Alaurent, Jacques André, Aristide Antoine, Léon Bazin, Eugène Beaudouin, Auguste Bluysen, Victor Bourgeois, Marcel Breuer, Urbain Cassan, Pierre Chareau, René Coulon, R. P. Couturier, André Croizé, Jean Demaret, W. M. Dudok, Félix Dumail, B. Elkouken, Michel Ecochard, E. Freyssinet, Siegfried Giedion, Jean Ginsberg, Walter Gropius, Gabriel Guevrekian, Joseph Hudnut, Roger Hummel, Pierre Jeanneret, Francis Jourdain, Albert Laprade, Le Corbusier, Fernand Léger, Henri Le Même, Marcel Lods, Berthold Lubetkin, André Lurçat, Léon-Joseph Madeline, Louis Madeline, Jean-Charles Moureaux, Paul Nelson, Richard Neutra, Oscar Niemeyer, Pierre Patout, Eugène Claudius Petit, G. H. Pingusson, Guy Pison, André Prothin, R. P. Régamey, Howard Roberston, Maurice Rotival, Jean Royer, G. F. Sébille, José Luis Sert, Paul Sirvin, André Ventre, Willy Vetter, Paul Wiener, Frank Lloyd Wright.

A rede latino-americana de correspondentes configurou-se, portanto, entre 1945 e 1958, sucessivamente com: Brasil (1946), Argentina (1947), México (1948), Venezuela (1950), Colômbia (1955) e Uruguai (1957)⁵⁹.

A retomada da revista em 1945 ocorreu em meio a reorganização política da França após os anos de ocupação alemã e do Regime de Vichy dentro dos esforços de reconstrução do segundo pós-guerra, entre os quais contou com a criação do Ministério de Reconstrução e do Urbanismo, colocando em pauta a reestruturação das cidades, assim como o enfrentamento da questão habitacional. O editorial do número 1 da revista “*Construire la France*” expressa, então, o compromisso da revista e da arquitetura moderna com o projeto de reconstrução (Comité de redaction, 1945, n.1). Este número traz uma retrospectiva do papel da revista entre os anos 1930 e 1945 de embate pela arquitetura moderna e a nova perspectiva e função que esta assumiria nos anos de reconstrução fazendo um apelo ao desenvolvimento da arquitetura à “serviço do homem”.

Houve, nos anos imediatos após a guerra, uma discussão frequente sobre urbanismo, apresentando debates e concepções variadas sobre o tema, sobretudo entre arquitetos e urbanistas franceses, assim como artigos que expunham a experiência do urbanismo inglês pautado no Plano de Londres de 1943 e a discussão sobre as *New Towns*. No plano arquitetônico, a questão da habitação foi recorrente e tematizada a partir do programa do conjunto habitacional. Um aspecto interessante diz respeito a nomenclatura, ora os conjuntos habitacionais são denominados como *Groupe d’habitation*, ora *Unité Residenciale*, ora *Unité de Voisinage* e até mesmo *Unité de Quartier*.

Urbanismo em debate na revista

Nos primeiros anos de retomada da revista, é proeminente o debate acerca do urbanismo - seus métodos, formulações, orientações e experiências – intensificado em função dos programas de reconstrução das cidades findada a Segunda Guerra. A edição de outubro de 1946 dedica-se ao tema e apresenta ainda leituras e propostas variadas

59 Entre 1946 e 1958, os correspondentes brasileiros foram Guita Lenart (1946-1948), Maria Laura Osser (1948-1950), Giuseppina Pirro (1950-1955) e Lina Bo Bardi (1955). Há uma interrupção dos correspondentes em 1955, cuja sucessão é retomada por Artur Licio Pontual em 1958. Rodolfo Möller foi o correspondente da Argentina de 1947 a 1955. Entre 1950 e 1958, o correspondente venezuelano foi Carlos Raúl Villanueva, sem alternância; o mesmo ocorreu com Vladimir Kaspé, que foi correspondente do México entre 1948 e 1958. A Colômbia contou com Gomez, Reyes e Santa Maria (1955-1958) e Hernan Vieco (1958) como correspondentes. O Uruguai passou a ter como correspondente Luis Garcia Pardo (1957-1958).

passando pelas propostas oficiais do Ministério da Reconstrução e do Urbanismo da França, uma reedição da Carta de Atenas e uma análise do método de Gaston Bardet. No plano internacional são apresentadas algumas experiências então recentes no campo, dentre elas o plano de Londres de 1943⁶⁰.

O artigo *L'urbanisme en Grande-Bretagne: Londres* de Erno Goldfinger (1946, n.7-8) apresenta as linhas gerais do *County of London Plan* (1943) de Patrick Abercrombie e John Henry Forshaw. A partir da leitura dos principais problemas urbanos, estes foram sistematizados em 4 aspectos: habitat não satisfatório com assentamentos precários e construções residenciais obsoletas; mesclas de área industriais e residenciais; falta de espaço livre e circulação viária congestionada. A dimensão do habitat é entendida dentro de um escalonamento de agrupamentos humanos, “os ingleses abordam os problemas do urbanismo indo do particular ao geral, do indivíduo à família e desta à comunidade” (Goldfinger, 1946, n.7-8, p.117.Tradução nossa). Assim, o plano inicia-se com os estudos da composição da população – aspectos etário, familiar, profissional e hábitos de vida – de modo a mapear as necessidades, ou ao menos quantificá-las, passando para a definição da localização do comércio e indústria, a destinação de áreas livres e áreas necessárias ao sistema viário.

Nota-se na apresentação de Goldfinger a centralidade da noção de comunidade no Plano de Londres:

Ao longo dos cem últimos anos, o crescimento gigantesco das cidades absorveu vilas e mais vilas assim como o campo ao redor. Contudo, estas comunidades rurais, agrupadas em torno de seu centro comercial, de sua igreja e seus edifícios públicos, sobreviveram de uma forma ou de outra. O traço mais marcante destes novos planos de urbanismo é justamente a reorganização destes agrupamentos locais. (Goldfinger, 1946, n.7-8, p.118. Tradução nossa).

O autor enfatiza que não se tratava de voltar a uma comunidade rural, “a ideia é criar uma vida de comunidade ao redor dos nós históricos que se subdividem em unidade menores e se juntam formando um agrupamento urbano mais importante” (Goldfinger, 1946, p.118. Tradução nossa). Assim, o plano faz uma leitura da cidade a partir de suas comunidades existentes e procura reordenar estes agrupamentos no âmbito local.

60 Vale mencionar que nesta edição, na seção *L'Urbanisme a l'étranger*, também são apresentadas experiências de urbanismo, além da Grã-Bretanha, na Argentina e nos Estados Unidos.

A habitação [*le logement*] seria, então, a menor estrutura destes agrupamentos, abrigando a família, sua dimensão iria variar em função da composição dela. A Unidade Residencial [*Unité Residentielle*] seria composta por um conjunto de habitações em uma rua, quadra ou bloco de apartamentos além de lojas, garagens e creches podendo abrigar 100 famílias, entre 300 a 500 pessoas. A Unidade de Vizinhança [*Unité de Voisinage*] seria um grupo de unidades residenciais de 5.000 a 10.000 pessoas composta por todas as idades e composição familiar variada, de tal modo que pudesse manter serviços comuns como um cinema, os “pubs”, um número suficiente de jardins de infância, espaços de jogos, uma ou duas escolas (sendo uma primária e outra secundária), um centro comercial e restaurantes. O conjunto de 3 ou mais Unidade de Vizinhança com aproximadamente 20.000 pessoas conformaria uma comunidade ou mesmo cidade, compreendendo entre seus serviços uma escola secundária, um serviço de saúde, até mesmo equipamento cultural como museu de modo que o centro da comunidade provavelmente coincida com o centro comercial de uma das unidade de vizinhança. Deste modo, observa-se como o plano elabora um escalonamento dos agrupamentos humanos acompanhado dos serviços urbanos necessários ou propícios a cada escala, adaptável tanto a novas construções como a situações urbanas já existentes, como pode ser lido na situação urbana da “comunidade de Eltham” e sua interpretação através de um diagrama.

Análise da comunidade de Eltham em Londres no County of London Plan (1943).

Fonte: (London County Council APUD Goldfinger, 1946, n.7-8).

Com relação à estrutura viária o plano preconiza: “As principais artérias da cidade contornarão estas comunidades, seja seguindo por suas bordas, seja passando em nível diferente das vias de comunicação local” (Goldfinger, 1946, n.7-8, p. 118. Tradução nossa). Aqui nota-se claramente o princípio de cidade celular que Clarence Perry desenvolveu no Plano Regional de Nova York, a partir da hierarquização do sistema viário, haveria um traçado para o tráfego local e vias arteriais que não teriam acesso direto ao interior da Unidade de Vizinhança.

Mas o plano ainda aponta um outro aspecto relevante: a ordenação do território em função da densidade populacional e sua correlação com as tipologias habitacionais. O Plano de Londres dividiu o condado em 3 anéis concêntricos e fixou em cada um deles uma densidade populacional – maior no centro, diminuindo em direção aos arredores – fixando também uma proporção de tipologia habitacional em cada um deles – casas individuais (com jardins individuais) e blocos de apartamentos (com jardins coletivos) – sendo que no centro foi fixado que não haveria grandes blocos de apartamento e nos arredores a proporção desta tipologia aumentaria. Assim, a questão tipológica da habitação – com casas individuais isoladas no lote, ou renques de casas individuais, ou ainda conjuntos de apartamentos de até 4 pavimentos, além de

ROAD PLANNING IN RELATION TO COMMUNITIES
THE BY-PASS PRINCIPLE APPLIED TO THE BUILT-UP AREA OF LONDON

Esquema de Circulação Viária e organização das Unidade de Vizinhança do Plano de Londres (1943). Imagem origem do Plano parcialmente reproduzida na revista.

Fonte: (London County Council, 1943).

Proposta de variação de densidade por círculos concêntrico do Plano de Londres (1943).

Fonte: (London County Council APUD Goldfinger, 1946, n.7-8).

conjuntos de apartamentos verticalizados – comporiam uma gama diversificada de soluções mas ordenadas territorialmente em função da diretriz de densidade urbana e desenho urbano.

No âmbito francês, André Lurçat (1946, n.7-8) é quem analisa a proposta do Ministro da Reconstrução e do Urbanismo, Raoul Dautry⁶¹, chamada de “Carta do Urbanismo”. Ele critica o documento considerando-o abstrato, confuso, sem possibilidade de aplicação não passando de um conjunto de considerações gerais. Prosseguindo, ele mesmo enuncia dez “leis de base” para orientar as atividades dos urbanistas. Para ele esta seria a tarefa enunciar os princípios diretores e guiar os urbanistas em direção a soluções.

Na sequência, André Wogenscky (1946, n.7-8) – que naquele momento era arquiteto no escritório de Le Corbusier - reedita o texto das resoluções do quarto CIAM, a Carta de Atenas. Ela é apresentada em 70 artigos – dos 95 originais – divididos nos itens: Ideias Gerais, Habitar, Trabalhar, Recrear-se, Circular e Patrimônio Histórico. O documento é entendido como um “doutrina” do urbanismo em que estariam propostos os princípios

Ilustração do Plano Geral La Rochelle-L Pallice de Le Corbusier no artigo de Wogenscky.

Fonte: (Wogenscky, 1946, n.7-8).

61 Raoul Dautry (1880-1951) foi engenheiro formado pela Escola Politécnica de Paris, que se dedicou às empresas ferroviárias. Dautry foi também Ministro de Armamentos (1939-1940) sob o Regime de Vichy e durante o Governo Provisório da Liberação assumiu o cargo de Ministro da Reconstrução e do Urbanismo de 1944 a 1946 (NEWSOME, 2009, p.34).

diretores para o arranjo das cidades a fim de solucionar seus problemas dirigido aos arquitetos, mas também ao “público” e aos governantes. Ao final do artigo, Wogenscky pondera que as ideias apresentadas no congresso de 1933 são bastante gerais e que até aquele momento esforços haviam sido feitos para aplicação da Carta de Atenas em planos urbanos e apresenta o Plano Geral de La Rochelle-La Pallice realizado por Le Corbusier.

Na mesma edição insere-se o artigo de Remy Le Caisne (1946, n.7-8) “*La structure de la population: base de l’urbanisme, les recherches de Bardet*”. Procurando afastar as polêmicas em torno da figura de Gaston Bardet⁶², Le Caisne recupera seus estudos sobre urbanismo e salienta seus métodos enfatizando os estudos populacionais e suas formas de agrupamento no espaço urbano. Ao longo do artigo, o autor ressalta o método de leitura da cidade a partir da “topografia social”⁶³ que –com ênfase na localização das profissões e densidades – procurava-se extrair análise da natureza dos elos sociais existentes em determinados espaços. Deste modo, Le Caisne recupera outra noção-chave de Bardet, a ideia de um “escalonamento de comunidades”⁶⁴ em que os agrupamentos humanos são entendidos e organizados em múltiplas escalas: “o equipamento se faz ao mesmo tempo, em múltiplos níveis, no plano regional, no plano urbano, e naquele que é o menor unidade: o bairro”⁶⁵ (Le Caisne, 1946, n.7-8, p.20.Tradução nossa). A partir desta organização de escalas espaciais, Le Caisne discute as propostas de equipamentos sociais, sobretudo, dos equipamentos de bairro que configurariam um “núcleo” de encontro e referência onde se concentrariam as atividades comerciais, mas também os equipamentos públicos e privados em particular a escola, a creche, o centro de saúde e o banho público, além dos espaços de jogos e recreação.

Le Caisne salienta a proposta de organização dos centros de bairro buscando formas de estimular a coesão social dos grupos em contraste com “uma certa tendência dos meios modernos” em que “a natureza das coisas atuais, mas não a dos homens, conduz a uniformidade (que é bem diferente da unidade)” (Le Caisne, 1946, n.7-8, p.23.Tradução

62 Gaston Bardet (1907-1989) foi arquiteto e urbanista francês que a partir dos anos 1940 publicou trabalhos importantes sobre pesquisas e métodos de análise das estruturas sociais e urbanas, dentre eles podemos citar *Problème d’urbanisme* (1941), *L’urbanisme* (1945) e artigos em diversas revistas entre elas *Revue Économie et Humanisme* que divulgava leituras e propostas do *Mouvement Économie et Humanisme* do qual Bardet participou junto ao idealizador do movimento Louis-Joseph Lebreton.

63 Cf. BARDET, Gaston. «Topographie sociale du centre d’une ville de dix mille habitants», *Revue Économie et Humanisme*, nº17, janvier-février 1945.

64 Cf. BARDET, Gaston. «Les Échelons communautaires dans les agglomérations urbaines», *Revue Économie et Humanisme*, nº2, juillet-août 1944;

65 N.T. Foi traduzido como bairro o termo *Quartier*.

nossa.). Busca-se, assim, na coesão social, na relação entre os habitantes, uma resposta ou reação a imagem dos indivíduos separados e mergulhados na massa indistinta. O autor retoma mais uma vez a referência a Bardet que entende o papel do urbanista tendo “por objetivo a população e como meio a organização espacial e a arquitetura” (Le Caisne, 1946, n.7-8, p. 23.Tradução nossa).

CLERMONT-FERRAND : EQUIPEMENT DES QUARTIERS

Le cliché noir montre l'équipement actuel de la métropole (100.000), les alignements commerciaux, espaces libres, etc...
Le cliché rouge montre l'équipement complémentaire prévu par l'urbaniste dans chaque quartier détecté par la topographie sociale.
Nous avons indiqué le nombre d'habitants souhaitable, mais pas l'équipement de caractère national, régional, départemental ou municipal qui est d'un autre ordre. Cet équipement, en effet, nécessite des conférences administratives, tandis que les problèmes de quartier sont résolus par une « enquête par corps » effectuée dans les quartiers auprès de la population intéressée. Celle-ci réalise, pour la première fois à Clermont-Ferrand, fait participer les citoyens à la création du plan.

Análise dos equipamentos de um bairro segundo método de Gaston Bardet.

Fonte: (Le Caisne, 1946, n.7-8).

Observa-se, então, a partir da seleção destes artigos sobre o urbanismo francês dois pontos relevantes. O primeiro deles diz respeito às disputas de concepções de urbanismo em torno dos planos e obras de Reconstrução do pós-guerra na França. Tratava-se de um tema urgente em que os arquitetos vinham buscando espaço no debate político exigindo

um plano claro e abrangente de ações para a reconstrução que pautariam as atividades deste setor profissional tanto na formulação dos planos urbanísticos quanto nas construções habitacionais. Por outro lado, observa-se um debate dos diferentes métodos de urbanismo enquanto Bardet se aproxima de uma certa sociologia urbana - Maurice Halbwachs e Chombart de Lauwe – para compreender o funcionamento dos grupos sociais na cidade para intervir sobre ela, aproximando-se inclusive das concepções do Plano de Londres, arquitetos e urbanistas em torno das discussões do urbanismo do CIAM – ao menos majoritariamente o grupo francês - mobilizavam conhecimentos espaciais, climáticos, construtivos e estéticos para a criação de um novo espaço do viver moderno para o homem pensado como indivíduo.

Estas diferenças e querelas tornaram-se mais evidentes na edição de novembro de 1947 em que Maurice Lods (1947, n.15) “denuncia” um ataque contra a Carta de Atenas. Por meio de uma nota na sessão *Tribune Libre*, Lods expressa sua indignação com a fala que Gaston Bardet havia proferido no *Congrès National d’Habitation e d’Urbanisme* ocorrido em julho de 1947. O “ataque” constituía-se em dois pontos, segundo Lods: considerar a Carta de Atenas ultrapassada por se tratar de um documento de 1933 e por ela se limitar a preconizar a construção de habitações em altura. Lods passa, então, a contestar rigorosamente os pontos. O primeiro diz respeito não apenas a resolução do quarto CIAM de 1933 ocorrido em Atenas, mas à publicação do livro em 1943 em que “as resoluções do congresso foram comentadas, explicadas e suas conclusões foram desenvolvidas” (Lods, 1947, n.15) pelo grupo do “CIAM da França” tendo Le Corbusier como protagonista. Lods procura legitimar o livro de Le Corbusier entendendo-o como utilizando as resoluções do congresso como fonte e com posterior desenvolvimento daquelas ideias procurava demonstrar as aplicações da carta. Quanto à questão da verticalização, o autor recupera trechos da carta em que por um lado, apresenta uma variedade de tipologias habitacionais e por outro, a necessidade de experimentar as soluções de maior densidade:

(...) três tipos de habitação serão disponíveis à vontade dos habitantes: a casa individual da cidade-jardim, a casa geminada de uma pequena exploração rural, e por fim o imóvel coletivo munido de todos os serviços necessários ao bem-estar de seus ocupantes (Lods, 1947, n.15, s.p.Tradução nossa).

Lods, abertamente em “defesa” da Carta, vê nela um documento que debate os problemas das cidades dirigida ao meio profissional mas também ao público em geral uma vez que utiliza uma linguagem acessível a todos evitando o emprego dos termos técnicos. Ou seja, tratava-se, além de um documento para arquitetos, de um manifesto que difundia o ideário modernista.

Longe de uma querela sem mais importância sobre a verticalização ou não das edificações habitacionais o que estava em debate era a ideia de uma “cidade-jardim vertical” defendida por Le Corbusier na proposta da *Unité d’Habitation* especificamente na experiência de Marselha que começava a ser construída naquele período, em outubro de 1947, dentro das ações do Ministério de Reconstrução e Urbanismo⁶⁶. Le Corbusier argumenta que duas teses diversas estavam tratando do habitat: a da “cidade-jardim horizontal” e a da “cidade-jardim vertical”. Ele, propondo construções verticalizadas e de alta densidade, opina que “uma ocupação sã do solo pelas habitações coloca em questão o estado atual da propriedade fundiária” (Jeanneret-Gris, 1950, p. 23.Tradução nossa). Rompendo, então, com a organização tradicional do lote, mas também da própria quadra e do arruamento, assim como do ordenamento territorial vigente, ele propõe a “*unité de grandeur conforme*”.

Fig. 8 - Voici la petite maison et son petit jardin: “mon chez moi”. Il suffit de beaucoup de territoire et d’une infinité kilométrique de routes, de trottoirs, de bus, de maîtres, de conductions de toutes sortes, de cantonniers et de policiers. Multiples par mètres en mètres, et vous avez l’immense gaspillage des temps modernes. Et cela coûte combien? Et les heures de trajet des habitants font tout plaines, en le sait!!

Fig. 9 - Préfiguration par un jeune architecte de l’Aisne 35 Sévres (Beauchamp) vers 1935 de la “Cité-jardin verticale”.

Imagens da “cidade-jardim horizontal” e “cidade-jardim vertical”.

Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).

A pesquisa das “*unités de grandeur conforme*” foi objeto de trabalho dos CIAM ao longo dos últimos 20 anos (1. ‘a casa para existência mínima’, 2. ‘o loteamento racional’, 3. ‘a cidade funcional’, 4. ‘habitação e lazer’). O governo francês permitiu (e os 7 ministros da Reconstrução que se sucederam, ajudaram) que uma experiência de importância capital fosse feita em Marselha, no Boulevard Michelet, em um *canteiro-laboratório*, constituindo um protótipo da *unité d’habitation de grandeur conforme*. (Jeanneret-Gris, 1950, p. 23-24.Tradução nossa).

66 Efetivamente, as discussões com o MRU sobre a *Unité d’Habitation* de Marselha iniciou-se em 1945, ainda sobre o comando de Raoul Dautry, e a obra, que ocorreu de 1947 a 1952, foi entregue quando Eugène Claudius-Petit estava no comando do Ministério (1948-1953).

Tratava-se, segundo Le Corbusier, da criação de um “tipo de habitação moderna” em que se conjugava a habitação de alta densidade com os “serviços comuns” – lavanderias, lojas comerciais, restaurantes... – e o “prolongamento da habitação” – creche, o jardim de infância, espaços de jogos e exercícios físicos. A descrição do projeto da *Unité d’Habitation* de Marselha feita por André Wogenscky, arquiteto do escritório de Corbusier naquele momento⁶⁷, apresenta as 337 habitações divididas em 23 tipos diferentes (todos derivados do tipo principal) que atendessem composições familiares variadas: habitações para solteiros ou casais sem filhos até famílias com 6 a 8 filhos. O sétimo e oitavo andares foram destinados aos serviços comuns, abrigando uma cooperativa de abastecimento, lavanderia, lojas, comércios, restaurantes e até um pequeno hotel com 18 quartos (para eventuais visitantes). O décimo oitavo e décimo nono andares foram reservados à creche, ao jardim de infância e espaços para jogos, e na cobertura, por fim, encontra-se a piscina, espaços de jogos para as crianças, além de um espaço para ginástica, pista de corrida e um solário. Todo este programa que compunha um habitat, poderíamos dizer um “novo” tipo de habitat, estava concentrado em uma única edificação implantada em uma área de 3,5 hectares.

Comparação da projeção da *Unité* de Marselha e uma “cidade-jardim horizontal” com o mesmo número de habitações.

Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).

⁶⁷ Além de André Wogenscky, o escritório contava naquele período com: Simone Wogenscky, Georges Candilis, Roger Salmons, German Samper, Jean Xénakis entre outros. Antes da guerra trabalharam no escritório: Pierre Jeanneret, Charlotte Perriand, José Luis Sert, Weismann, Frey, Roth, Sakakura entre outros.

Unidade Tipo.

Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).

Unidade Tipo e sua articulação no corte transversal onde se observa a rua-corredor e a cobertura.

Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).

Para além do complexo programa, a *Unité d'Habitation* de Marselha foi concebida dentro das prerrogativas dos arquitetos modernos quanto à racionalização da indústria da construção. Neste sentido a própria concepção projetual cria elementos estandardizados

Plano da Ville Radieuse de Le Corbusier (1930).

Fonte: (Curtis, 1986).

e modulares que podem ser combinados permitindo variações nas soluções projetuais. Esta concepção previa também a pré-fabricação isolada de elementos a serem montados a seco no local. A seriação da produção permitiria também a reprodução das Unidades de Habitação que poderiam ser dispersas pelo território montando a imagem da *Ville Radieuse* (1930) idealizada por Le Corbusier.

Observa-se, portanto, que a querela em torno da Carta de Atenas é menos uma discussão sobre a verticalização dos edifícios tratando essencialmente de uma outra concepção do habitat. Le Corbusier, através da maturação da ideia de “*unités de grandeur conforme*”, que reunia as habitações e os equipamentos comunitários em uma edificação, desenha uma peça-chave na escala do habitat que pudesse se reproduzir de maneira seriada conformando a imagem de cidade. Kenneth Frampton (2003) ao analisar a ideia de *Unité* como um “aglutinador social” remete ao pensamento de Fourier quanto ao falanstério, precisamente na ideia de um “isolamento do meio ambiente imediato” (Frampton, 2003, p.274). Pode-se acrescentar que seria este um pensamento que se apoia na ideia de uma tábula rasa da cidade existente, seja em sua forma construída, seja na forma como os vínculos sociais se organizam espacialmente. Neste ponto, portanto, observa-se o contraste com as ideias e os métodos de Bardet. Veremos a resposta de Bardet à notícia de Lods, mas antes é preciso salientar duas pequenas notas que saíram na mesma edição da revista, em novembro de 1947.

A primeira nota (Febvre, 1947, n.15) trata da divulgação do livro *Can our cities survive?* de Josep Lluís Sert por ocasião do lançamento de sua terceira edição. Editado em língua inglesa e publicado pela primeira vez em 1942 nos Estados Unidos – portanto, um ano antes da edição francesa de Le Corbusier - este livro baseia-se nas formulações do CIAM e traça um estudo comparativo dos problemas urbanos de diversas cidade organizados pelas funções urbanas definidas nos congressos: “Habitar, Trabalhar, Cultivar o corpo e o espírito e Circular”. A nota de Febvre chama a atenção para a demanda de um plano abrangente para as grandes cidades, advogando mesmo pelo “planning”, ou ainda um plano diretor do “ponto de vista humano”. Para tal, salienta a importância da habitação, mas igualmente dos serviços comunitários ligados a ela para estruturar os vínculos sociais, principalmente a escola.

Os quinze capítulos que dissecam os corpos doentes de nossas vilas, lançam luzes na urgência de considerar a habitação como a primeira das funções urbanas. O problema da habitação é mais que um problema dos cortiços: ele visa renovar a concepção que há centenas de anos orienta a construção dos imóveis urbanos fora de todo plano de conjunto, ao acaso da divisão dos terrenos e a influência dos subúrbios, sem que ele tenha em consideração a necessidade de criar, em segurança, os vínculos entre os habitantes e os principais serviços comunitários associados: administração e particularmente Escolas (Febvre, 1947, s.p.Tradução nossa).

A nota, após mencionar a estrutura geral do livro e seus principais pontos, termina anunciando não apenas um trabalho analítico sobre as cidades, mas também a capacidade propositiva “dos membros do CIAM”, tratava-se da proposta de Sert (junto com Paul Wiener) para uma cidade nova no Brasil, a Cidade dos Motores, projetada em 1945 para os arredores do Rio de Janeiro.

É interessante notar algumas diferenças nas abordagens de Sert e Le Corbusier sobre as resoluções do CIAM 4 cujo tema fora a “Cidade Funcional”. Eric Mumford (2000), ao traçar a história dos grupos que conformaram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna analisando as minutas dos encontros e a preparação deles, esclarece que Giedion em 1937, fundado CIAM 5, anunciara a proposta de duas publicações: uma menor, dirigida a um público mais amplo com o intuito de alertar para os problemas das cidades e outra publicação mais aprofundada que detalharia a “gênese e o desenvolvimento das diferentes cidades” (Mumford, 2000, p.116.Tradução nossa). Ainda segundo Mumford (2000), o volume mais aprofundado não foi realizado, mas em seu lugar foram realizadas quase que simultaneamente as publicações de Sert e Le Corbusier. No entanto, elas foram publicadas em circunstâncias diferentes: uma em inglês publicada por uma importante editora universitária no momento em que seu autor encontrava-se exilado nos EUA e outra em francês publicada em Paris sob ocupação alemã. Assim, os livros, mais que uma compilação das resoluções do Congresso de Atenas, são resultado das interpretações de autores diferentes baseadas nas resoluções ainda que, em ambos os casos, tenham sido discutidos nos fóruns internos do CIAM e fizeram parte de uma estratégia de difusão dos princípios de uma Cidade Funcional.

Voltando às notas e querelas publicadas na revista *L'Architecture d'aujourd'hui*, a segunda nota na mesma edição da revista de novembro de 1947 anunciava justamente a retomada dos encontros do CIAM após a Segunda Guerra⁶⁸. Ela relata o encontro, em maio de 1947 em Zurique, do CIRPAC – *Comité International pour la résolution des problèmes de l'architecture contemporaine* –, que funcionava como um corpo executivo do CIAM, com o objetivo de organizar o 6º CIAM que ocorreria em setembro de 1947 em Bridgewater próximo de Londres. A nota publicada dois meses depois do congresso revela a “fotografia” composta por diferentes “grupos nacionais” com diferentes pontos de vista em função das necessidades e dificuldades enfrentadas durante a guerra. Em comum, os grupos se deparavam com a dificuldade de implementar a Carta de Atenas.

A situação atual do Urbanismo social em cada país foi vista de maneira completa durante o 6º Congresso e particularmente sob os aspectos mais importantes, notadamente sobre a dificuldade encontrada na aplicação da Carta de Atenas.

De outro lado, o CIRPAC declara formalmente que a finalidade do CIAM é de permitir a aplicação, em cada país, dos princípios estudados por ele. Construir é verdadeiramente o objetivo do CIAM. (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1947, n.15.Tradução nossa).

Diante deste quadro, a nota relata a formação de uma comissão que trabalharia a partir dos relatos de cada país sobre as dificuldades enfrentadas em cada situação. Ela relata ainda os temas debatidos durante o congresso dividido em dois grandes blocos: “a estrutura das aglomerações em relação à estrutura social” onde foi discutido os tópicos Unidade de Vizinhança, Unidade de Habitação, bairros e cidades, e o tema “expressão espacial” dedicado às relações entre as artes plásticas (arquitetura, escultura e pintura).

Observa-se, portanto, que, por um lado, a revista ao dar visibilidade às diferentes concepções e mesmo a querelas em torno do urbanismo vai reafirmando sua posição com relação à arquitetura moderna ao anunciar as atividades dos atores e grupos dedicados a ela. Por outro lado, é possível entrever diferenças e distensões dentro das atividades dos grupos no momento de retomada dos CIAMs, assim como leituras variadas da própria Carta de Atenas, não cristalizando a imagem de um bloco homogêneo.

68 L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. CIAM. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.15, ano.18, novembre, 1947.

É neste sentido, reafirmando as distensões, que se organiza a resposta de Bardet à carta de Lods, no número seguinte da revista de janeiro de 1948 intitulada *Réponse de David* (Bardet, 1948, n.16). Ele insiste em seu ponto de vista em que a Carta de Atenas estaria ultrapassada, não pelas dificuldades de realização, mas em seus princípios, sobretudo por não considerar a estrutura social em suas formulações, tendo como alvo de suas críticas não o “movimento moderno” como um todo, mas precisamente o “CIAM-França”.

(...) eu disse no Congresso Nacional de Habitação e Urbanismo que ela [a Carta de Atenas] estava ultrapassada. Eu bem precisei que era porque ela não considerava a estrutura social encontrada pelos urbanistas de todos os países e que ela dá explicações perigosas sobre este famoso ponto da habitação em altura que é para o CIAM-França a pedra angular ... ‘lápide da civilização’ diria Frank Lloyd Wright (Bardet, 1948, n. 16, s.p.Tradução nossa).

Assim, Bardet salienta a proposta do sexto CIAM de discutir a “estrutura das aglomerações urbanas em relação à estrutura social” em que a Unidade de Vizinhança e a Unidade de Habitação seriam tematizadas.

É possível, portanto, notar como, nos primeiros anos da retomada da revista, é pautada a discussão em torno do Urbanismo e da Habitação, onde são expostos métodos diversos, experiências esparsas, assim como um debate intenso sobretudo entre os franceses que estavam estabelecendo sua política de reconstrução.

2.3. Unidade de Vizinhança entre Europa e América Latina através da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* entre 1945 e 1958

A presença latino-americana em *L'Architecture d'aujourd'hui*.

Se nos primeiros números da revista o debate acerca do urbanismo sobretudo na Europa (com poucos exemplos de experiências extra-europeias) foram predominantes, a partir de 1947 é crescente a divulgação das experiências internacionais sejam americanas ou mesmo latino-americanas.

Vale mencionar que os números da revista foram organizados por programas arquitetônicos que se alternavam e por edições temáticas. As edições dedicadas aos programas arquitetônicos intercalavam os temas: Habitação Individual, Habitação Coletiva, Construções Escolares, Saúde Pública, Construções esportivas, Técnicas e Materiais. Junto a isso eram apresentadas as edições temáticas sobre a arquitetura de um país ou região – como o caso da América Latina mas também a própria Europa e o Marrocos, por exemplo -, ou a produção de um arquiteto específico – como Richard Neutra, Walter Gropius e Mies van der Rohe - ou ainda sobre uma questão específica – a reconstrução da França, ou ainda o planejamento regional na Europa.

A arquitetura produzida na América Latina é então apresentada dentro desta estrutura da revista, por vezes através de uma discussão programática em que os exemplares na América Latina são incluídos em uma perspectiva internacional, por vezes como tema de um número dedicado a um país ou ainda a própria América Latina. É ainda importante ressaltar que a difusão desta arquitetura vem marcada pelas questões e objetivos as quais a revista toma partido sobretudo dentro do contexto francês.

A presença brasileira é notável entre os artigos divulgando ou discutindo arquitetura latino-americana. Já em 1947, foi lançada uma edição especial sobre o Brasil (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1947, n.13-14) em que Alexandre Persitz analisava a arquitetura brasileira a partir do barroco, seguido de artigo de Lúcio Costa e Paul Wiener sobre o pavilhão do Brasil na exposição de Nova York de 1939. Nesta edição, a ênfase recaiu sobre o edifício do Ministério de Educação e Saúde, assim como a participação de Le Corbusier neste momento considerado de renovação arquitetônica, e sobre as obras de Niemeyer para a Pampulha. Por fim, foi apresentado primeiro experimento de José Luis Sert e Paul Wiener, a Cidade dos Motores no Rio de Janeiro. A seleção das obras dos arquitetos brasileiros apresentada nesta edição vai ao encontro daquela difundida internacionalmente pelo livro de Goodwin

(1943) que havia sido lançado paralelamente à exposição *Brazil Builds* no Museu de Arte Moderna de Nova York ocorrida em 1942.

Em 1948, foi lançada a edição temática sobre habitação coletiva (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1948, n.16) em que muitas das experiências brasileiras e algumas argentinas foram apresentadas. Tratava-se de imóveis residenciais que davam ênfase à verticalização nas cidades de Buenos Aires com obras de Wladomiro Acosta e Amancio Williams; no Rio de Janeiro, com exemplares dos irmãos Roberto – Marcelo, Milton e Maurício Roberto –, o Parque Guinle de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e ainda um projeto de Vital Brazil; e em São Paulo, apresentava edifícios projetados por Henrique Mindlin, Hélio Uchoa e o edifício Prudência, de Rino Levi. Em 1950, em outra edição temática sobre habitação coletiva (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1950, n.31) houve uma ampliação do quadro latino-americano, apresentando projetos residenciais no México - de Mario Pani, Salvador Torres, José Gutierrez e Jenaro Rosenzweig -, na Venezuela - de Carlos Raúl Villanueva - e em Cuba - de Gaston, Dominguez e Junco -, além de outros projetos residenciais em São Paulo - de Rino Levi e Roberto Cerqueira Cezar - e Buenos Aires - dos arquitetos Catalano, Greco, Degiorgi e Laucher. Este conjunto apareceu em número restrito frente às experiências inglesas que foram apresentadas sob a temática colocada por Erno Goldfinger: o problema da habitação na Grã-Bretanha. Nesta edição percebe-se o deslocamento da atenção do edifício multifamiliar isolado para um conjunto de edificações habitacionais, ora chamado de grupo de imóveis ou grupo de habitação, ora de unidade residencial.

Em 1951, a revista lançou uma edição especial dedicada ao urbanismo na América Latina (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.33), na qual foram apresentados os projetos da *Town Planning Associates* na Colômbia e no Peru; o de Affonso Eduardo Reidy no Brasil, especificamente o Pedregulho; o trabalho de Maurice Rotival sobre o urbanismo em Caracas, e o Plano Diretor de Bahia Blanca na Argentina. Este número dedicado à arquitetura e ao urbanismo na América Latina coincidiu com a realização do oitavo CIAM, presidido por José Luis Sert, que colocou em pauta as experiências realizadas pelo TPA na América Latina.

Em 1952, foi lançada a segunda revista dedicada à arquitetura brasileira (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.42-43). Os artigos de Giedion e Lúcio Costa abrem a sessão temática tratando da contribuição dos arquitetos brasileiros. Nesta edição, ao invés do barroco aparece o regionalismo de José Lins do Rego, sendo tratado em paralelo à obra de Burle Marx sobre a paisagem. A apresentação da obra do Pedregulho e o conjunto

residencial de Paquetá de Francisco Bolonha também aparecem sob a ótica de Giedion. As obras de Henrique Mindlin, dos irmãos Roberto e de Eduardo Kneese de Mello também foram apresentadas nesta edição.

Na edição temática “Arquitetura contemporânea no mundo” de 1954 (*L’Architecture d’aujourd’hui*, 1954, n.52) nota-se a presença da arquitetura brasileira com, mais uma vez o projeto do Pedregulho, o projeto do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, projeto residencial de Niemeyer em Belo Horizonte, além de projetos de Sérgio Bernardes, Burle Marx, Rino Levi e Roberto Cerqueira César. Há ainda menção à Cidade Universitária de Caracas, de Carlos Raúl Villanueva, com enfoque na síntese das artes apresentando esculturas e pinturas que compõem suas edificações.

A arquitetura mexicana teve destaque na edição especial de 1955 (*L’Architecture d’aujourd’hui*, 1955, n.59), em que foram abordadas questões específicas da cultura e expressão mexicanas, impressões de viajantes sobre o país e discussões sobre planificação. Trazia também a apresentação de obras arquitetônicas, com ênfase para a Cidade Universitária e o Centro Urbano Presidente Juarez, ambas com participação do arquiteto Mario Pani, finalizando com uma discussão acerca do ensino de arquitetura no México.

No ano seguinte, em 1956, a revista publicou uma edição especial com o título “Califórnia, Venezuela, construção em países quentes” (*L’Architecture d’aujourd’hui*, 1956, n.67-68). Enfatizavam-se obras realizadas na Califórnia, em particular, as de Richard Neutra, com uma gama variada de programas. Houve também um grande destaque para a arquitetura na Venezuela, em especial para o programa habitacional do *Banco Obrero*, realizado por vários arquitetos, entre eles Carlos Raúl Villanueva. Sob a designação “construção em países quentes”, foram apresentadas obras no México, Brasil e Índia, enfatizando as construções da nova capital indiana, Chandigarh, e trazendo textos e obras de Le Corbusier e Pierre Jeanneret.

Em 1958, foi lançada a edição temática “Urbanismo” (*L’Architecture d’aujourd’hui*, 1958, n.80). O foco foi a França e as propostas de planejamento regional, construção de novas cidades, ou cidades-satélites, e a construção dos grandes conjuntos – aqui nomeados já como *grands ensembles*. Dentro desta temática foi apresentada Brasília, as intenções no memorial do projeto de Lucio Costa para o concurso, a apresentação do Plano Piloto, assim como algumas das obras de Niemeyer. Nesta edição há destaque também para o urbanismo na Colômbia – ou suas primeiras realizações, como diz o editorial –, apresentando-se os

planos diretores para Bogotá e Medellín. É preciso mencionar ainda a apresentação do Plano de ordenamento para a zona sul de Buenos Aires, dos arquitetos Antonio Bonet, Baliero, Gurevich, Polledo, Poyard, Sugall, Vapnarsky e Yantorno.

Assim, a partir de uma visão panorâmica, pode-se identificar os temas frequentes em que as obras realizadas na América Latina são apresentadas. As habitações individuais abordam o desenvolvimento da obra de arquitetos individuais e suas renovações. O tema da habitação coletiva é significativo. Pode-se observar as experiências de edifícios multifamiliares isolados até a discussão de um agrupamento maior, ora chamados de Unidades Residenciais ou até Conjuntos Habitacionais, remetendo a uma problemática sensível para o movimento moderno e urgente nas cidades latino-americanas. Se podemos falar de um programa peculiar à América Latina neste período, este refere-se às Cidades Universitárias elaboradas como experimentos de urbanismo modernista, tendo como exemplares especificamente a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), na Cidade do México, com projeto de Mario Pani; Universidade Central da Venezuela (UCV), em Caracas, de Carlos Raúl Villanueva, e a Cidade Universitária do Rio de Janeiro, de Jorge Machado Moreira. Por fim, o urbanismo discutido inicialmente como uma questão, passa a ser apresentado por experimentos de projetos de novas cidades e planos urbanos e culmina na concretização de Brasília. O urbanismo na América Latina é tratado em paralelo à problemática na França, passando das concepções de urbanismo funcionais à reconstrução das cidades, enfrentando o problema habitacional e terminando em termos de um planejamento regional que incorpora o desenho de cidades-satélites no final dos anos 1950.

Nota-se que a divulgação e o destaque à arquitetura e ao urbanismo na América Latina neste período se fazem por edições especiais: duas delas dedicadas à arquitetura brasileira, uma à mexicana e outra edição ao urbanismo na América Latina. Contudo, também é notável a presença das obras latino-americanas no expediente da revista em números dedicados à habitação coletiva, à arquitetura contemporânea no mundo ou ainda ao urbanismo, em que estas experiências aparecem compondo um conjunto maior de realizações da arquitetura moderna, que buscava afirmar seu caráter internacional. Sobre este aspecto, pode-se vislumbrar o papel dos correspondentes internacionais na estrutura da revista.

Segundo Cappello (2005), desde 1947, quando Alexandre Persitz assumiu a função de redator-chefe, “cadernos inteiros eram confiados a tal ou tal pessoa, quase sempre um arquiteto particularmente interessado pelo tema; mas mais da metade dos números eram

concebidos e realizados inteiramente por Persitz” (Cappello, 2005, p.30). A autora analisa a relação com os correspondentes, revelando que com um ano de antecedência desenhava-se o plano da publicação e o difundia entre os correspondentes, para que eles enviassem os materiais segundo os temas acordados. Deste modo, a divulgação de obras latino-americanas relaciona-se diretamente com a capacidade da direção da revista de estabelecer esta rede de correspondentes, assim como a própria inserção destes nos meios locais de cada país.

Observa-se nos anos de 1947 e 1948 a preponderância da arquitetura brasileira e argentina. O primeiro número especial sobre o Brasil, de 1947, tem a colaboração da arquiteta brasileira de origem polonesa Maria Laura Osser como correspondente. Osser se graduou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Iniciou suas atividades como desenhista em escritórios em São Paulo antes mesmo de completar sua graduação, trabalhando nos escritórios de Lucjan Korngold e Francisco Beck, no escritório de Henrique Mindlin em São Paulo, e depois transferiu-se para a sede do Rio de Janeiro (Falbel, 2005). Desse modo, pode-se entrever sua inserção nos grupos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesta mesma edição, de 1947, aparece pela primeira vez Rodolfo Möller como correspondente argentino. Segundo Aparicio (2005), Möller havia conhecido Bloc e Le Corbusier em 1937 em uma viagem à França que realizara ao final de sua formatura junto a alguns colegas de faculdade, dentre eles Jorge Ferrari Hardoy (1914-1977) e Juan Kurchan (1913-1972). Estes últimos permaneceriam mais um ano na França trabalhando no escritório de Le Corbusier, preparando as linhas gerais de um plano diretor para Buenos Aires. Naquela ocasião os argentinos conheceram o arquiteto espanhol Antonio Bonet, que em 1939 migraria para a Argentina, onde juntos montariam o Grupo Austral (Liernur, 2012). No final dos anos 1940, Bloc decidiu criar uma edição da revista em língua espanhola diante do aumento do número de assinantes latino-americanos (Cappello, 2005). A revista então intitulada *La Arquitectura de Hoy* era impressa em Buenos Aires e contava com a direção de Möller. Com periodicidade mensal, foram publicados catorze números de janeiro de 1947 a fevereiro de 1948. Segundo Aparicio (2005) as edições francesa e argentina eram similares, mas apresentavam algumas diferenças. Ele avalia que a edição argentina “publicava e aprofundava mais sobre as obras de arquitetura latino-americana” (Aparicio, 2005, p.20. Tradução nossa). Um episódio relevante sobre as diferenças das edições diz respeito ao número 4 de *La Arquitectura de Hoy* de abril de 1947, em que foi publicada uma versão do Plano Diretor de Buenos Aires. Tratava-se de um trabalho que se desenrolava há dez anos

entre Le Corbusier e o grupo Austral, e que foi publicado unicamente pela revista, segundo Liernur (2012), de maneira simplificada e expressamente desautorizada por Le Corbusier.

Na edição sobre a habitação coletiva de 1950 a experiência latino-americana é diversificada, contando com Vladimir Kaspé (1910-1996) e Carlos Raul Villanueva (1900-1975) como correspondentes do México e Venezuela, respectivamente. Villanueva foi um arquiteto venezuelano nascido na Inglaterra, graduou-se pela *École des Beaux-Arts* de Paris em 1929, ano em que se estabeleceu em Caracas, e logo começou a trabalhar no Ministério de Obras Públicas e depois no *Banco Obrero*, instituições em que realizou grande parte das obras de habitação coletiva divulgadas pela revista. Kaspé foi um arquiteto russo naturalizado mexicano, que estudou na *École des Beaux-Arts* de Paris em 1929, onde conheceu Mario Pani (1911-1993). Pani o convidou para assumir o posto de chefe de redação da revista *Arquitectura* que havia fundado no México, o que viabilizou a migração de Kaspé para o país em 1942. A edição especial da revista sobre o México (1955), dirigida por Alexandre Persitz, contou com a colaboração ativa de Kaspé como assistente de redação.

Nota-se, portanto, que a presença latino-americana na revista, através da difusão das obras e projetos de arquitetura e urbanismo realizados na América Latina, é ampliada e diversificada pela presença dos correspondentes latino-americanos. Estes, por vezes, foram estudantes em Paris e voltaram aos seus países, ratificando o relato de Pierre Vago; mas também, nota-se entre eles, e com frequência, europeus que migraram para os países latino-americanos, ou ainda latino-americanos em viagem à Europa como parte de sua formação, um expediente rotineiro no período. A presença das obras na revista, assim como sua seleção, relacionava-se ainda com o modo de inserção destes correspondentes em cada país.

América Latina prismática

É interessante, ainda, analisar como a revista através de seus editoriais e artigos buscou compreender a América Latina como um conjunto contribuindo para a construção de sua imagem para além da apresentação de projetos arquitetônicos e urbanísticos realizados neste outro território. Entre 1945 e 1958, há dois artigos que tratam do tema de maneira abrangente: um deles, refere-se ao editorial de André Bloc de 1947 e outro, um artigo de Paul Leste Wiener e José Luis Sert de 1951 que abria a edição temática sobre Urbanismo na América Latina.

O número 10 da revista publicado em março de 1947 traz o editorial de Bloc intitulado *Amérique Latine* (Bloc, 1947, n.10). Nele o autor procura reafirmar o elo entre a França e os países “sul americanos”. Por um lado, enaltece os “países jovens” por sua coragem em correr riscos e inovar em contraste a um “caminho rotineiro”. Por outro, evoca a figura de Le Corbusier como “o grande nome respeitado por toda a América” (Bloc, 1947, n.10, s.p.Tradução nossa). Na sequência o autor passa a tratar do Brasil, especificamente do edifício do Ministério da Educação e Saúde chamando a atenção para as soluções modernas da construção: edifício sob pilotis, as fachadas de pano de vidro e o uso do *brise-soleil* e seu efeito plástico. Tratava-se de reafirmar a presença de Corbusier na experiência de renovação arquitetônica no Brasil.

Mas havia outros franceses no Brasil, sobretudo no campo do urbanismo. O plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro também é mencionado por Bloc ainda que de maneira não exitosa uma vez que este havia sido abandonado. Neste ponto o artigo passa a tratar dos problemas urbanos e da falta de disciplina urbanística sobre as construções, mencionando os problemas de circulação, insolação nas ruas estreitas e ausência de área verdes aproximando uma leitura do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Partindo de uma crítica às grandes operações de circulação, mencionando os “fantasmas de Haussmann”, Bloc advoga por um plano urbano de conjunto.

Ainda na argumentação de autor, as cidades passam a ser vistas por sua relação com a paisagem tratando não apenas do Rio de Janeiro e sua relação com o mar, mas também de Buenos Aires e sua relação com o Rio da Prata. Aborda-se a forma de ocupação da cidade em função da paisagem, enquanto no Rio a falta de controle urbanístico havia permitido a construção dos edifícios formando uma “parede” que sombreava a praia, em Buenos Aires a cidade “dá às costas” à orla fluvial. Ainda que a paisagem apresente grandes potencialidades, seria preciso renovar o urbanismo para que outra relação fosse estabelecida.

A partir deste quadro, Bloc olha com otimismo para a América do Sul vislumbrando um “entusiasmo” na arquitetura e nas expectativas de um novo urbanismo. Simultaneamente, ele lança uma dura crítica ao modo como a reconstrução das cidades e o trabalho do arquiteto estavam sendo pautados na França sem um plano de conjunto eficaz e termina seu texto exaltando: “Enquanto o mundo todo tem na mais alta estima o gênio francês, estaremos nós prontos a traçar as vias do porvir ou nos permitiremos recusar?” (Bloc, 1947, n.10, s.p.Tradução nossa).

A imagem da América Latina construída pelo editorial vinculava-se a uma experiência bastante restrita de parte da costa Atlântica centradas nas cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Nesta edição não há menção ao correspondente da revista na Argentina, mas a versão em língua espanhola *La Arquitectura de Hoy* já estava sendo publicada em Buenos Aires, e no mês seguinte seria publicado o Plano de Buenos Aires. Entretanto, a divulgação do plano não ocorreu na edição francesa, provavelmente por Le Corbusier não a ter autorizado. De todo modo, é difícil não remeter a leitura de Bloc às impressões de viagem de Le Corbusier à América do Sul em 1929⁶⁹, que difundia uma leitura crítica do “estado da arte” das cidades – Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro e Montevideu – e esboçava esquemas de cidade em que se aludia à paisagem como forma de leitura do local ou até mesmo como uma certa acomodação de uma nova arquitetura ao lugar. No texto de Bloc, a referência ao passado colonial se faz pela imagem do cadinho cultural de raças, que teria produzido homens “entusiastas” com o futuro, e poderíamos dizer, receptivos às renovações da arquitetura moderna. Mas não há qualquer menção a uma cultura construtiva local ou mesmo a traços urbanísticos coloniais que se adaptavam às condições do clima ou mesmo à geografia. Por fim, o texto termina advogando por um espaço para a arquitetura e urbanismo modernos no esforço de reconstrução da França, tendo as experiências e o apoio dos arquitetos latino-americanos como precedências bem-sucedidas.

É no texto de abertura da edição temática sobre “Urbanismo na América Latina” de janeiro de 1951 que Paul Lester Wiener e José Luis Sert (1951a, n.33) procuram traçar um quadro geral sobre a América Latina e as condições para um novo urbanismo. Vale mencionar que Wiener – arquiteto alemão naturalizado norte-americano - e Sert – espanhol radicado nos Estados Unidos – desde 1945 atuavam juntos na *Town Planning Associates* com sede em Nova York e desenvolviam projetos urbanísticos em alguns países da América Latina, como a Cidade dos Motores no Estado do Rio de Janeiro (1945) e até a edição de 1951, projetos para Lima e Chimbote (1948) no Peru e Tumaco (1948) e Medellín (1949) na Colômbia. Estas experiências colocaram os arquitetos em contato direto com estes novos territórios, além de relacionarem-se com algumas instituições locais de ordenamento territorial e estudos específicos tanto econômicos quanto culturais.

O artigo inicia-se anunciando a necessidade de compreender a cultura, a geografia e a economia da América Latina. Dizem eles:

69 Cf. LE CORBUSIER. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

A compreensão da América Latina, em seu conjunto, e de seus problemas urbanísticos em particular, necessitará de um estudo aprofundado da história de sua cultura, de sua geografia e de sua economia, estudo a ser realizado em função dos desenvolvimentos dinâmicos atuais (Sert; Wiener, 1951a, n.33, p.4.Tradução nossa).

O texto estrutura-se segundo os tópicos: topografia, histórico, a via social, a influência europeia, fatores de transformação, elementos essenciais dos programas, legislação do urbanismo, e por fim, o novo urbanismo. Com relação à topografia, os autores referem-se mais precisamente à costa oeste do continente, em cidade situadas à beira do Pacífico – Tumaco, Chimbote e Lima – e concomitantemente à cordilheira que acompanha a costa separando a área litorânea – muitas vezes seca com áreas desérticas - do interior montanhoso e recoberto pela mata equatorial. Além das condições climáticas e topográficas os autores comentam sobre as especificidades da população indígena. Citando o trabalho de Carlos Dávila⁷⁰, *We of the America* (1949), Wiener e Sert recorrem ao momento da colonização para argumentar sobre o lugar da América Latina no imaginário europeu:

Cegados por suas concepções clássicas, eles [colonizadores] julgaram absurdo tudo aquilo que fora estranho à Europa. Toda outra forma de atividade ou de civilização não seria simplesmente diferente, ela seria inferior. Este conceito ainda pesa sobre nosso meio e ainda se pode sentir sua influência sobre alguns de nossos arquitetos e urbanistas considerados entre os mais avançados (Sert; Wiener, 1951a, n.33, p.4.Tradução nossa).

Assim, os autores procuram reconhecer valores “locais” tanto na cultura indígena quanto nos aspectos adaptativos do período colonial para elaborar as necessidades da população.

Esta cultura antiga faz surgir, atualmente, os problemas complexos. As populações indígenas constituem ainda, de fato, uma maioria profundamente enraizada em seus costumes que sobreviveram às leis rígidas da era colonial e às repressões periódicas. É impossível vislumbrar um *planning* qualquer que seja nestes países sem um estudo prévio das necessidades essenciais de seus povos (Sert; Wiener, 1951a, n.33, p.5.Tradução nossa).

Por outro lado, os autores veem uma “influência europeia” enraizada nas colônias espanholas e portuguesas. Eles interpretam que a tradição popular e os costumes locais estariam adaptados às concepções urbanísticas do período colonial dando como exemplo a

⁷⁰ Carlos Dávila (1887-1955) foi jornalista chileno, diplomata que exerceu o cargo de embaixador do Chile nos EUA (1927-31) e teve uma carreira política pelo Partido Socialista do Chile tendo exercido o cargo de presidente no ano de 1932, após uma Junta Governamental. Em 1933 retornou aos EUA como professor visitante da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill e se dedicou ao jornalismo sendo correspondente de inúmeros jornais, período em que escreveu a obra “*We of the America*” (1949). Foi também Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1954 a 55, - fundada em encontro realizado na Colômbia em 1948 - sucedendo o colombiano Alberto Lleras Camargo - que foi presidente da Colômbia após o governo do General Pinilla em 1958.

praça central onde se concentrariam as instituições públicas, amalgamando um imaginário e um programa para o “centro cívico”.

Fotos de indígenas de Cusco (Peru) e detalhe construtivo em Yucatán (México) que ilustram o artigo de Sert e Wiener.

Fonte: (Sert; Wiener, 1951a, n.33).

Na sequência, os autores passam, então, a elencar e elaborar os “elementos essenciais para os programas” de projetos urbanos. Estes elementos são extraídos, sobretudo, das experiências de Chimbote, Lima, Medellín e Tumaco e se organizam em nove pontos:

1. Propõe um zoneamento pelas 4 funções: habitação, atividade profissional, lazer e circulação.
2. Novo módulo destinado a facilitar a organização das células e das unidades residenciais.
3. Programa de instalação e distribuição dos serviços, sobretudo os sanitários e organização dos equipamentos educativos.
4. Necessidade de um programa de planejamento social.
5. Serviços de interesse público: água, esgoto e destinação de lixo.
6. Necessidade de impedir o crescimento excessivo das cidades e controlar o perímetro urbano.

7. Necessidade de estudo da rede viária, constituindo a hierarquia viária e plano de fases de implantação em função do desenvolvimento da cidade.
8. Utilização de materiais locais e aplicação do método construtivo local para se adaptar as exigências da construção moderna.
9. Reorganizar os centros das cidades – com traços do período colonial - para centros públicos modernos.

Assim, Wiener e Sert estabelecem os pontos para um “novo urbanismo”, fazendo considerações sobre aspectos próprios de cidades latino-americanas e mantendo o ideário modernista. A proposta de zoneamento pelas quatro funções urbanas é claramente a concepção expressa na Carta de Atenas, ainda que com certa redução pragmática em relação ao item “cultivar o corpo e o espírito”. Dentro de uma leitura de que o uso do carro e do ônibus estava aumentando nas cidades, há a prescrição de estudo de ordenamento viário pensado como conjunto e não apenas como abertura de grandes vias. A demanda por este estudo expressava também uma característica dos locais em que estavam atuando: crescimento horizontal e disperso das áreas urbanas. Os pontos do “novo urbanismo” são bastante conhecidos do ideário modernista – inclusive com a participação de Sert em sua construção –, mas a partir da leitura das cidades latino-americanas dois aspectos chamam atenção.

O primeiro deles diz respeito ao emprego de materiais e métodos construtivos locais, que seriam notados no uso dos tijolos, nos recursos de ventilação direta e constante e ainda na solução projetual dos pátios internos, que seria amplamente utilizada por Sert ao longo de sua carreira. O segundo diz respeito à leitura da praça colonial espanhola, onde se concentram as edificações de função coletiva – igrejas, prédios públicos e os passeios –, que se tornaram os espaços de encontro e manifestações. Wiener e Sert, negociando com o legado colonial, viam nestes lugares o programa do “centro cívico”, que não apenas estaria presente em muitos de seus projetos como passaria a ser o tema no CIAM daquele mesmo ano. O evento, que aconteceria em Hoddesdon, na Inglaterra, trouxe à discussão casos de vários países, incluindo o plano de Chimbote.

Observa-se, portanto, a partir dos dois artigos, imagens da América Latina sob prismas diferentes. Ainda que ambos tratem da paisagem – entendida em seus critérios climáticos e geográficos – ficando implícita a questão da acomodação do ideário moderno às especificidades locais, observa-se a construção de uma América Latina com paisagens bastante variadas e nada desprezíveis para os programas arquitetônicos e urbanísticos. A

variação da paisagem da costa Atlântica, e as cidades localizadas junto às baías e deltas fluviais, para a costa do Pacífico acompanhada pela cordilheira também produzem imagens diferentes. As imagens construídas relacionam-se com o “olhar estrangeiro” de cada ator, mas também seus diferentes modos de inserção ou aproximação. Se o olhar de Bloc volta-se para a costa Atlântica e especificamente para as experiências de Le Corbusier no Brasil a partir do trânsito de franceses na América Latina, Wiener e Sert são europeus radicados nos EUA que se voltam para a costa do Pacífico – mas poderíamos também dizer caribenha – dentro de um outro circuito de ideias e de relações políticas e culturais dos Estados Unidos com a América Latina. Deste modo, a América Latina apresenta-se por uma realidade multifacetada de difícil apreensão que se conhece por primas variados, ainda que os atores mantenham certos eixos comuns, como a de que nestes “países jovens” haveria um “entusiasmo” para uma arquitetura e urbanismo modernos.

Fotos das ruas e arcadas de Cusco (Peru) e a praça principal e uma casa-pátio em Arequipa (Peru) que ilustram o artigo de Sert e Wiener.

Fonte: (Sert; Wiener, 1951a, n.33).

Observa-se a presença da arquitetura e do urbanismo na América Latina dentro da revista *L'Architecture d'aujourd'hui*, que se colocava como um veículo significativo de difusão das ideias, concepções e soluções da arquitetura e urbanismo modernos no plano internacional. A própria estrutura da revista, os atores envolvidos na seleção das obras e dos editoriais e o vínculo com os fóruns de debate da arquitetura moderna, especificamente o CIAM, revelam uma trama de atores e ideias que se espalharam por diversos países para além da Europa no pós-guerra. É neste sentido que Tinem (2002) argumenta que as revistas, incluindo *L'Architecture d'aujourd'hui*, no intuito de ampliação do movimento, buscaram revelar as experiências modernas em “países longínquos”.

A visão sobre as produções na América Latina está marcada pela existência ou ausência dos correspondentes internacionais da revista para que se estabelecesse uma diálogo mais constante ou ainda pelas viagens, realizações ou encomendas aos arquitetos modernos consagrados – estrangeiros à América Latina – como Le Corbusier ou mesmo José Luís Sert. Assim, a narrativa sobre a América Latina difundida na revista francesa é também marcada pela ausência do debate sobre a atividades dos arquitetos do Peru ou Chile, apenas para citar como exemplo experiências significativas e nada isoladas.

A difusão da produção dos países da América Latina na revista francesa muitas vezes teve um papel de confirmação e aplicação dos postulados modernistas em experiências concretas e representou, pelas lentes da revista, um contraponto entre “audácia dos jovens arquitetos modernos e as encomendas dos políticos e empresários brasileiros à timidez da autoridade francesa” (Tinem, 2002, p.202), sobretudo no final dos anos 1940, no momento de definição da política de reconstrução. Deste modo, procurava afirmar a capacidade da arquitetura moderna em responder aos problemas “de seu tempo” e simultaneamente construir espaços de atuação para os arquitetos franceses nas políticas que se delineavam.

A difusão da Unidade de Vizinhança na obra de Josep Lluís Sert, Affonso Eduardo Reidy e Carlos Raúl Villanueva por *L'Architecture d'aujourd'hui*.

Observamos até aqui a presença da arquitetura e do urbanismo na América Latina nas páginas da revista no período de sua reestruturação até 1958, assim como, alguns poucos artigos que buscam dar uma visão de conjunto sobre as experiências nesta região. É importante ainda compreender como a revista dá visibilidade às obras de Josep Lluís Sert e Paul Wiener na América Latina através do *Town Planning Associates* (TPA), de Carlos Raúl Villanueva na Venezuela e Affonso Eduardo Reidy no Brasil. Assim como perceber como a revista difundiu a obra deste arquitetos dentro de articulações temáticas ou edições especial buscando correlacioná-los com alguns dos aspectos do debate arquitetônico e urbanístico que a revista vinha tratando.

Os trabalhos de Sert e Wiener na América Latina foram publicados em 4 edições da revista. A primeira delas apresenta o projeto da Cidade dos Motores no Brasil justamente na primeira edição especial sobre a arquitetura brasileira de 1947 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1947, n.13-14); os planos para as cidades peruanas e colombianas foram divulgadas na edição especial *Urbanisme en Amérique Latine* de 1951 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.33); na edição especial intitulada *California, Venezuela, Construction en pays chauds* de 1956 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1956, n.67-68) foi apresentada a experiência de uma Unidade de Vizinhança em Maracaibo compondo uma vasta gama de realizações habitacionais na Venezuela; e por fim, em 1958 na edição dedicada ao urbanismo (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1958, n.80) Sert retoma as linhas gerais dos planos diretores de Medellín e Bogotá.

Nota-se quatro edições da revista com a divulgação dos conjuntos atribuídos a Reidy. A primeira foi a edição especial sobre Urbanismo na América Latina (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.33) em que se noticia o Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1952) e a proposta de urbanização do Morro Sto. Antônio - ambos no Rio de Janeiro - compondo o corpo temático junto aos planos e realizações de Sert e Wiener no Peru e Venezuela, ao projeto de urbanização para Caracas de Maurice Rotival e o Plano para Bahia Branca na Argentina. A segunda edição especial sobre arquitetura no Brasil (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1952, n.42-43) traz mais uma vez um artigo sobre o Pedregulho desta vez apresentado por Sigfried Giedion. Na edição intitulada *Architecture Contemporaine dans le*

monde (L'Architecture d'aujourd'hui, 1954, n.52) outra vez as imagens do Pedregulho foram difundidas pela revista. Em edição temática sobre habitação coletiva de 1957 (L'Architecture d'aujourd'hui, 1957, n.74) a revista apresentou o projeto do Conjunto Residencial da Gávea (1952) no Rio de Janeiro dentro de um amplo quadro internacional de projetos habitacionais realizados na região parisiense, na Grã-Bretanha, Holanda, Itália, entre outros, contando entre os países sul-americanos com Venezuela e Uruguai.

Com relação à obra de Villanueva, há quatro edições em que se pode notar a sua divulgação relacionada à questão habitacional em que a noção de unidade de vizinhança pode ser analisada. A primeira destas edições é de 1950 (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n.33) dedicada ao tema da habitação coletiva pautada pelas problemática e experiências produzidas na Inglaterra no pós-guerra e que apresenta também as primeiras obras produzidas na Venezuela pelo *Banco Obrero* em meados dos anos 40, antes mesmo de findada a guerra. Em 1952, em outra edição temática sobre habitação coletiva, foram apresentadas mais duas experiências ligadas à produção do *Banco Obrero* desta vez destacando obras que buscavam verticalização e maior densidade (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.45). Com efeito, em 1956 em edição especial (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68) a produção venezuelana teve grande destaque apresentando um panorama diversificado de experiências e arquitetos. Nela, foram apresentadas mais algumas realizações habitacionais ligado ao *Banco Obrero* de Villanueva e que apresentavam, além das soluções de verticalização e alta densidade, o desafio de uma produção massiva – dentre elas destaca-se o conjunto *23 de enero* chamado naquele momento de *2 de diciembre*. Em 1957, em mais uma edição temática de habitação coletiva, o conjunto *2 de diciembre* (1955-57), foi divulgado mais uma vez, naquele momento já com a obra em vias de finalização (L'Architecture d'aujourd'hui, 1957, n.74).

Ao olharmos para o conjunto das obras de Sert e Wiener, Reidy e Villanueva na América Latina através da divulgação na revista *L'Architecture d'aujourd'hui* é possível notar que a circulação das obras se articula com os propósitos, visões e problemáticas que a revista discutia a partir da França e dentro do contexto de reconstrução da Europa no pós-guerra. Já se observou que entre 1945 e 1947, houve um intenso debate sobre urbanismo, seus pressupostos e métodos, dentro de uma perspectiva de reestruturação do pós-guerra que centrou-se entre urbanistas ingleses e franceses – ainda que experiências de vários outros países sejam consideradas. Após 1947 a revista cada vez mais divulgava

experiências em países variados, por um lado, neste momento iniciava-se as realizações dos planos de reconstrução na Europa, por outro, a própria retomada da revista consolidava-se e o quadro de correspondentes internacionais reestabelecia-se e se ampliava permitindo a divulgação das realizações dos “países longínquos” – muitas das realizações anteriores a guerra mas cujos contatos haviam sido interrompidos.

Assim, as obras realizadas na América Latina aparecem na revista compondo um quadro internacional da arquitetura moderna dentro de uma temática, como é o caso das edições sobre habitação coletiva, onde encontram-se as obras de Reidy e Villanueva. Ou ainda, dentro das edições especiais como a revista dedicada ao urbanismo na América Latina (1951, n.33) - que abrange os três casos Brasil, Colômbia e Venezuela –, a segunda dedicada ao Brasil (1952, n.42-43) e ainda a edição *Californie, Venezuela, Construction en pays chauds* (1956, n.67-68) que destacando a produção na Venezuela trata do trabalho de Villanueva e Sert.

Na obra de Sert e Wiener, Reidy e Villanueva a noção de unidade de vizinhança aparece em graus variados, como poder ser visto pelo próprio deslizamento da nomenclatura ora unidade residencial, ora unidade de habitação, ora unidade de vizinhança. Podemos dizer que ela permeia a discussão ligada às habitações coletivas, ou ainda que o conceito de unidade de vizinhança se dilui na formalização dos programas habitacionais associados aos equipamentos coletivos. Efetivamente, a revista não propõe uma discussão urbana e mesmo urbanística de debate com outros campos disciplinares como a sociologia, a antropologia ou mesmo a geografia – que inclusive no processo de especialização criaram subdisciplinas com o adjetivo urbana em cada uma delas. O escopo e propósito da revista, desde sua fundação, enfoca a arquitetura em seus aspectos estético, plástico, técnico, expressivo e construtivo dentro do entendimento de um movimento moderno. Dentro deste propósito, executa com extrema qualidade a preparação e divulgação das peças gráficas – fotos, plantas, corte, elevações, croquis e esquemas visuais explicativos – conformando imagens com grande facilidade de difusão. Assim, se o conceito de unidade de vizinhança se diluiria do programa de habitações associados com os equipamentos, a unidade de habitação conformada por Le Corbusier tem uma carga não apenas imagética, mas também fornece soluções projetuais que incorporam questões técnica e de racionalização da construção mas também estética dentro de uma linguagem moderna.

Veremos, então como a revista difundiu os projetos e obras dos três arquitetos em países diferentes da América Latina analisando como o conceito de unidade de vizinhança apresenta-se em cada situação. Isso se dará cotejando com os modos de inserção de cada personagem em seus meios locais e seus modos de apropriação dos conceitos.

CAPÍTULO 3 | Josep Lluís Sert na Colômbia

3.1. Josep Lluís Sert entre Europa, Estados Unidos e América Latina

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscrita nas práticas específicas que as produzem (Chartier, 1991, pg. 180).

O trabalho do arquiteto catalão Josep Lluís Sert (1902-1983) está intimamente ligado com seu deslocamento intercontinental entre a Europa e os Estados Unidos, e ainda poderíamos acrescentar a América Latina. Deslocamentos esses que se inserem em fluxos migratórios tão marcantes no século XX motivados por questões econômicas mas também pela ascensão de regimes totalitários caracterizados por perseguições étnicas e políticas. Nascido em Barcelona onde se graduou e iniciou suas atividades como arquiteto, em 1939 Sert migrou para os EUA em função da ascensão do governo de General Franco que findou a Segunda República Espanhola (1931-1939).

Foto de Josep Lluís Sert.

Fonte: (Xavier; Costa; Hartroy (org.), 1997).

As monografias que tratam das obras e da biografia do arquiteto constantemente organizam a narrativa em função das cidades em que Sert se estabeleceu (Bastlund, 1967; Rovira (ed.), 2004): Barcelona entre o período de sua formação na Escola Técnica Superior de Arquitetura em 1928 até seu exílio em 1939; Nova York de 1939 até 1953, momento em que é nomeado professor e diretor da *Graduate School of Design* na Universidade de Harvard (1953-69); e Cambridge de 1953 a 1979, período em que se dedicou ao ensino de Desenho Urbano em paralelo ao funcionamento de seu escritório estabelecido na cidade em 1958 em que realizou uma série de obras nos EUA - especialmente Cambridge, Boston e Nova York - e também na Espanha e sul da França⁷¹. As viagens à América Latina e os

71 O livro, publicado em 2004 pela editora Actar e pela Fundação Juan Miró editado por Josep Maria Rovira, procura trazer a obra completa de Sert através de textos de inúmeros acadêmicos que se dedicaram ao seu trabalho dentro dos mais variados aspectos. Nele encontramos um comentário historiográfico sobre a sequência cronológica das monografias feitas sobre o arquiteto (Rovira (ed.), 2004). A primeira de Knud Bastlund (1967), um associado do escritório de Sert, publicada em 1967 em Zurique, com prefácio de Sigfried Giedion, compilava pela primeira vez as obras diversas e dispersas de Sert utilizando-se da estrutura cronológica e das cidades em que os arquiteto se instalou. A segunda monografia de Jaume Freixa (1979), que também trabalhou no escritório de Sert em Cambridge, foi publicada em 1979 em Barcelona e foi organizada por uma classificação tipológica – é interessante notar a proximidade com a estrutura do prefácio de Giedion. A terceira monografia foi realizada por Rovira (2000) publicada em 2000, pela Editora Electa de Milão e distribuída pela Phaidon Press com sede em Londres. Ela apresenta maior afastamento temporal e, incluindo novas fontes documentais, propõe uma estrutura por 3 grande temas: a cidade funcional, o mediterrâneo e os Estados Unidos.

trabalhos realizados pela *Town Planning Associates* (TPA) inserem-se neste momento de chegada à Nova York e sua inserção neste novo meio social no ano em que eclode a Segunda Guerra Mundial mas, que também abarca o período dos esforços de reestruturação do pós-guerra e a retomada dos encontros do CIAM.

Em linhas gerais, o período de Sert em Barcelona é também considerado como o momento formativo por Freixa (1979). Recém formado pela *Escuela Técnica Superior de Arquitectura* (1921-1928) de Barcelona, em 1929 Sert foi à Paris como colaborador do escritório de Le Corbusier e Pierre Jeanerret por um ano, período em que participou do segundo CIAM realizado em Frankfurt cujo tema foi a “Unidade Mínima de Habitação”. Ele também participaria do terceiro CIAM ocorrido em Bruxelas em 1930 sob o tema “O Loteamento Racional”. De volta a Barcelona, Sert abriu seu próprio escritório de arquitetura que manteve atividades de 1929 a 1937. Segundo Bastlund, “Barcelona vivia em tempos revolucionários e a nova arquitetura tornava-se um símbolo e expressão das aspirações políticas e sociais” (Bastlund, 1967, p.18. Tradução nossa). Sert soube reunir em torno dos propósitos da arquitetura moderna um grupo de arquitetos catalães e também madrilenos e bascos e fundou o GATEPAC - *Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el progreso de la Arquitectura Contemporánea* – em 1931. Data esta que coincide com a instituição da Segunda República Espanhola (1931-1939) e com as aspirações de uma arquitetura nova que se realizaria neste novo contexto político e social. O novo governo havia formulado um programa amplo de trabalhos públicos e dentro dele a construção de inúmeras escolas pelo país (Bastlund, 1967) o que impulsionou a atuação dos arquitetos.

Concomitantemente, o GATEPAC foi inserido no comitê organizativo do CIAM, o CIRPAC – *Comité International pour la résolution des problèmes de l'architecture contemporaine* -, tendo Sert como seu delegado. Logo, Sert também esteve presente no quarto CIAM (1933) cujo tema “A cidade Funcional” teve grande repercussão. Foi neste período que o GATCPAC (o grupo local catalão), Le Corbusier e Pierre Jeanerret junto com Sert elaboraram o estudo de um plano diretor para Barcelona, o *Plan Macià* (1931-1935) que teve seu desdobramento interrompido pelo conturbado meio político espanhol. O ano de 1936 é marcado pelo início dos conflitos da Guerra Civil Espanhola - que findaria em 1939 com a instituição do governo franquista – e seguido do fim das atividades do GATEPAC e do escritório de Sert em Barcelona (1937).

Neste mesmo ano ocorreria a Feira Mundial em Paris, ficando Sert e Luis Lacasa responsáveis pelo projeto e montagem do Pavilhão da República Espanhola em que contou

com a participação de artistas vanguardistas - entre eles os escultores e pintores Alberto Sánchez, Alexander Calder, Julio Gonzalez, Juan Miró, e a exposição de *Guernica* de Pablo Picasso. Ainda em 1937, também em Paris, foi realizado o quinto CIAM sob o tema “Habitação e Lazer”⁷² que contou com a participação de Sert. Rovira (2000) sugere mesmo que desde 1936 Sert não retornara à Espanha, com uma agenda cada vez mais atribulada: a organização do CIAM, as reuniões do CIRPAC e os projetos de publicação das reuniões. Desde o final do CIAM 4 havia o projeto de montagem de duas publicações sobre a “cidade funcional”, uma menor dirigida a um amplo público e outra mais detalhada sobre a “gênese e desenvolvimento das cidades” (Mumford, 2000, p.116. Tradução nossa). Segundo Mumford (2000), o segundo volume nunca foi publicado mas surgiram duas versões da primeira proposta que foram publicadas nos anos 1940: o livro de Sert *Can our cities survive?* (1942) e o livro de Le Corbusier *La Charte d’Athènes* (1943).

Efetivamente, entre 1937 e 1938 Sert se estabeleceu em Paris mas realizava uma série de viagens em função das reuniões do CIRPAC sobretudo a Londres onde teve um estreito contato com o grupo MARS – *Modern Architectural Research Group* -, a ala inglesa do CIAM. Eric Mumford (2000) ao traçar a história do CIAM pontua que após o encontro em Paris, Giedion - secretário geral do CIAM - sugeriu a Sert que discutisse os encaminhamentos do livro com o grupo inglês. Era o momento em que a situação na Europa tornava-se cada vez mais ameaçadora com a consolidação de um regime nazista na Alemanha, com a ascensão de um governo de cunho fascista na Espanha, e o aumento das tensões entre os países. Diante desta situação, segundo Mumford (2000), Giedion apostava que as atividades dos CIAM poderiam prosseguir na Inglaterra e mesmo nos Estados Unidos. Neste período Walter Gropius (1883-1969), Marcel Breuer (1902-1981) e László Moholy-Nagy (1895-1946) – todos professores da Bauhaus - já haviam partido aos Estados Unidos. Nos anos seguintes este caminho também seria trilhado por Serge Chermayeff (1900-1996)⁷³, Giedion e o próprio Sert.

Contudo, o caminho de Sert e sua mulher, Ramona Longas – apelidada de Moncha -, para o exílio em Nova York não se fez sem dificuldades. Rovira (2000) é quem traça este

72 O tema deste encontro realizado em Paris foi “Logis et Loisir” enquanto sua versão ao inglês ficou “Dwelling and Recreation”. Essa deslocamento entre lazer e recreação aparece em muitos artigos e documentos, inclusive nos textos de Sert. No entanto, é preciso ressaltar que a ideia de recreação, sobretudo, nos Estados Unidos está fortemente ligada a um movimento de educadores dos anos 20 que debatiam sobre as atividades recreativas relacionadas às atividades escolares pensadas dentro do desenvolvimento infantil e até mesmo de estímulo da capacidade de associação em grupo. Este movimento defendia que as escolas contassem com um ginásio além de espaços livres para recreação.

73 Nascido em Grozny, na Chechênia, então Império Russo, Chermayeff cresceu e viveu na Inglaterra e participava do grupo MARS.

percurso através da troca de correspondências entre Sert e Giedion. Em 1938, Giedion foi aos Estados Unidos para realizar uma série de conferências sobre história da arquitetura na *Charles Eliot Norton Professorship* na Universidade de Harvard em Cambridge⁷⁴ onde também se encontrava Walter Gropius, desde 1937, como professor da *Graduate School of Design* (GSD) à convite do diretor Joseph Hudnut. Nas cartas enviadas por Sert à Giedion, o arquiteto expressa sua vontade de migrar aos Estados Unidos (Rovira, 2000), com a tensão cada vez maior na Espanha e a notícia de que um amigo e colaborador próximo a Sert, Josep Torres-Clavé, havia morrido nos conflitos ele decidiu deixar a Europa. Para tal, pede suporte a Giedion uma vez que o visto só seria concedido se Sert tivesse algum tipo de trabalho ou mesmo uma conferência ou organização de congresso (Rovira, 2000, p.94).

Neste ínterim, Sert parte para Cuba conforme aponta carta de junho de 1939 em que Sert escreve de Havana a Picasso⁷⁵. Em março de 1939 Sert recebia uma carta Joseph Hudnut convidando-o para algumas conferência a serem realizadas ainda naquele semestre letivo⁷⁶, com isso um convite formal viabilizava sua entrada nos EUA. Em outra carta, desta vez de Stamo Papadaki, é possível ver o caminho de entrada: Sert teria pego um avião de Cuba a Miami e viajado a Nova York por via terrestre⁷⁷. Deste modo, Sert e Moncha chegaram a Nova York com apoio da rede de arquitetos e artistas modernos e integrariam a “comunidade de migrantes” europeus na cidade.

Joan Ockman (1997) é quem recompõe aspectos da vida urbana dos exilados europeus em Nova York neste período. Além dos arquitetos já citados, durante a guerra a cidade ainda receberia uma leva de artistas europeus muitos conhecidos da cena parisiense entre eles: Marc Chagall, Jacques Lipchitz, George Duthuit, Max Ernest, André Breton, Marcel Duchamp, André Masson, Piet Mondrian e Fernand Léger, antigo amigo de Sert (Ockman, 1997). Segundo a autora, a vida na cidade era efervescente para estes artistas que viviam entre uma “colônia de refugiados”. Léger reuniu em torno de seu estúdio, em Midtown próximo ao Bryant Park, alguns desses artistas e ainda promoveu reuniões entre

74 A partir destas conferências, Giedion publicou o livro *Space, Time and Architecture* em 1941 pela *Harvard University Press*, expediente frequente dos intelectuais convidados para esta posição.

75 Carta de Sert à Picasso de 4 de junho de 1939. José Luis Sert Archive, folder E1. GSD.

76 Carta de Hudnut à Sert de 19 de março de 1939. José Luis Sert Archive, folder E1, GSD.

77 Carta de Stamo Papadaki à Sert de 18 de junho de 1939 que o receberia em Nova York junto com Alexander Calder. José Luis Sert Archive, folder E1, GSD.

Calder, Sert e Giedion (Ockman, 1997, p.26). Foi neste momento que Giedion, Léger e Sert escreveram uma espécie de manifesto, o *Nine points on Monumentality* (1943)⁷⁸ resumizando a perspectiva do grupo que havia sido convidado a participar do *American Abstract Artists*.

A chegada de Sert a Nova York, em meados de junho de 1939, ocorreu em meio aos eventos da Feira Mundial de 1939 que acontecia em *Flushing Meadows* no Queens. Ocasão em que ganhavam destaque o trabalho de Alvar Aalto e sobretudo o pavilhão do Brasil de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa com colaboração de Paul Wiener. Este arquiteto nascido na Alemanha mas radicado nos EUA desde 1919 havia projetado o Pavilhão (norte) Americano para a Feira Mundial de Paris em 1937 (Mumford, 2000) momento em que o Pavilhão projetado por Le Corbusier ganhava grande projeção. Segundo Mumford (2000, p.144), Le Corbusier teria apresentado Wiener a Sert nas tratativas de organização de um CIAM americano tendo em vista que Wiener mantinha relações com o Brasil e os arquitetos brasileiros, nas palavras de Corbusier “nossos amigos no Rio” (Le Corbusier APUD Mumford, 2000, p.144). As relações que Wiener estabelecia com o Brasil passava por uma aproximação às ações institucionais das relações Brasil e EUA. Wiener era genro de Henry Morgenthau Jr. (1891-1967), Secretário do Tesouro de 1934 a 1945 na administração de Roosevelt, que o apresentou à Cordell Hull, secretário de Estado, estabelecendo assim conexões com o Departamento de Estado Americano (Mumford, 2000; Rovira, 2000).

Em 1941⁷⁹ Wiener e Sert⁸⁰ formam uma parceria tendo também Paul Schulz como sócio da *Town Planning Associates* (TPA). Este escritório com sede em Nova York, em Midtown, exerceu suas atividades entre 1941 e 1958 predominantemente com planos e projetos urbanos nos países da América Latina: inicialmente no Brasil com o projeto da Cidades dos Motores (1943-1945); nas cidades peruanas de Chimbote (1947-1948) e Lima (1947); na Colômbia nas cidades de Tumaco (1947-1949), Medellín (1948-1950), Cali (1950) e Bogotá (1950-1953); na Venezuela na cidade portuária de Maracaibo (1951), Puerto Ordaz e Ciudad Piar (1951-53) no Vale do Rio Orinoco; e por fim, em Cuba com o plano para a cidade de Havana (1955-58).

78 Cf. SERT, Josep Lluís; LEGER, Fernand; GIEDION, Sigfried. “Nine points on monumentality”. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d’Art Contemporani de Barcelona, 1997.

79 É comum encontrarmos na bibliografia a data de formação da TPA em 1945, mas Mumford (2000) é quem estabelece esta nova data através da análise epistolar em que identifica as tratativas de formação da TPA desde 1941.

80 Mumford (2000) esclarece que Sert havia criado um rápida parceira com seu colega de CIAM, que também migrara aos EUA, Ernest Weissmann em alguns projetos em Nova York que não foram adiante e na sequência, então, Sert funda a TPA.

3.2. Sert entre a Cidade Funcional, a Escala Humana e a Unidade de Vizinhaça

A passagem de Sert da Europa aos EUA é acompanhada de certas mudanças também no campo intelectual com alguns deslocamentos conceituais que se relacionam com sua inserção em um novo meio urbano e intelectual. É neste período inicial em Nova York que Sert publica o livro *Can our cities survives? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions* pela editora da Universidade de Harvard em 1942. Trata-se do projeto gestado pelo CIAM de divulgação das resoluções sobre a cidade funcional. Sert havia mesmo discutido e apresentado uma estrutura preliminar do livro ainda na Europa em encontro com o grupo MARS (Mumford, 2000) mas, foi nos EUA que o livro foi finalizado e publicado pela primeira vez em inglês.

Capa e título definitivos do livro de Sert sobre o CIAM publicado em 1942.
Fonte: (Mumford & Sarkis, 2008).

Primeira proposta de capa e título do livro de Sert mostrando a figura do corpo humano sobre a cidade de Nova York modificada por sugestão do editor Dumas Malone.

Fonte: (Costa & Hartray, 1997).

Assim, o livro de Sert conta com prefácio de Hudnut e introdução de Giedion. Baseado nas resoluções do CIAM 4 que teve como tema “A cidade funcional”. O livro é organizado pelas quatro funções urbanas definidas neste congresso: Habitação, Recreação⁸¹, Trabalho e Transporte. Dentro destas chaves de leitura são apresentados inúmeros casos de cidades europeias – notadamente Londres, Amsterdã, Paris, Berlim, Barcelona – associadas aos casos estudados durante os congressos, e uma aproximação às cidades norte-americanas, especialmente Nova York, mas também Detroit, Los Angeles e Chicago. Neste trabalho a noção de Unidade de Vizinhança já está presente. Em item intitulado “Rumo à Unidade de Vizinhança” o autor chama a atenção para a necessidade dos serviços comunitários associados aos projetos habitacionais. Diz ele:

... projetos habitacionais precisam ser considerados em sua integridade, como composto de grupos de habitações e de serviços comunitários circundados por espaço e outros elementos naturais contribuindo para melhor condições de vida (Sert, 1943, p.70. Tradução nossa).

Na sequência atesta as característica de uma Unidade de Vizinhança: “considerada em sua menor escala, a Unidade de Vizinhança seria composta por habitações em número

⁸¹ Aqui o termo utilizado é *Recreation* não utiliza-se nem lazer, nem a ideia de “cultivar o corpo e o espírito”.

necessário para abrigar uma população que suporte uma escola primária” (Sert, 1943, p.70. Tradução nossa). Ele, então, elenca os fatores necessários: o tamanho da população, seu tamanho, os serviços comunitários – creche, jardim de infância, posto de biblioteca pública, espaços recreativos fechados e ao ar livre, cinema, lojas, garagens e pequenos ambulatorios para emergências -, e o desvio das vias de tráfego de modo a não cruzar a unidade.

Ao discorrer sobre estas características, Sert cita o estudo do grupo MARS para Londres – sobretudo com relação ao tamanho da população da Unidade de Vizinhança estimada em 6.000 hab. – e Clarence Perry, não através do plano de Nova York ou mesmo de seus livros, mas por um boletim da *Regional Planning Association*. Ao longo do livro vários dos boletins da RPA são citados em assuntos diversos, uma grande parte das referências sobre a cidade de Nova York são da RPA. Em um dos boletins citados há a referência mesmo a uma Conferência de *Planned Neighborhood Development* ocorrida na Câmara de Comércio da cidade de Nova York em março de 1940. Curiosamente, o livro de Bastlund ao comentar sobre os grupos e debates que Sert integrou menciona rapidamente o *City Planning Workshop* que ocorrera em Nova York durante os anos de guerra (Bastlund, 1967, p.15). Ele mesmo não desenvolve o assunto e as outras monografias não comentam o episódio, mas não deixa de ser sugestivo pensar que Sert ao chegar em Nova York tomaria contato com as discussões de planejamento urbano (e regional) da cidade pelas atividades e divulgações da RPA.

O livro traz ainda o estatuto do CIAM e a transcrição das resoluções do quatro congresso ocorrido em Atenas. Deste modo, o livro é também uma apresentação do CIAM ao público norte-americano e por outro lado representou uma carta de apresentação do próprio Sert a este novo meio social. Imediatamente após o lançamento do livro, Sert recebe uma série de cartas o parabenizando, dentre elas estão as de Oscar Stonorov, Richard Neutra, Richard Fernbach em nome do *Detroit City Plan Commission* e Josef Albers, então professor em *Black Mountain College* na Carolina do Norte⁸². Na sequência surgem alguns convites para proferir conferências sobre urbanismo e planejamento urbano nas universidades norte-americanas, dentre elas na *School of Design* de Chicago a convite de Lázló Moholy-Nagy⁸³, então diretor da instituição; na *Yale School of Fine Arts* a convite do reitor Everett Victor Meeks⁸⁴ para participar de alguns workshops com os alunos junto do professor Maurice

82 Cartas de 1943 à Sert. José Luis Sert Archive, folder E2, GSD.

83 Carta de Lázló Moholy-Nagy à Sert de 25 de janeiro de 1943. José Luis Sert Archive, folder E2, GSD.

84 Carta de Everett Meeks à Sert de 29 de março de 1943. José Luis Sert Archive, folder E2, GSD.

Rotival – atividade que seria realizada mais algumas vezes -; e na *Black Mountain College* à convite do reitor Theodore Dreier⁸⁵.

Oportuno mencionar o episódio que envolve a recusa de Lewis Mumford em escrever a introdução do livro de Sert. Em um pequeno texto retrospectivo escrito em 1979 por Sert⁸⁶, o arquiteto comenta sobre seu primeiro contato com a obra de Lewis Mumford, o livro *Technics and Civilisation* (1934)⁸⁷, em meados nos anos de 1930 já em Paris. Ele comenta sobre o impacto que este trabalho representou ao abordar e explicar a estrutura e o desenvolvimento das cidades. Neste texto, Sert ainda comenta que o livro de Mumford foi um dos poucos que o arquitetos conseguiu levar consigo ao cruzar o Atlântico. Esta narrativa sugere que Sert teve contato com o trabalho de Mumford entre 1937 e 1938, momento em que se estabelece provisoriamente em Paris, mas também realiza muitas viagens em função das reuniões do CIRPAC, sobretudo à Londres, período que marca uma aproximação com o grupo MARS, assim como ao debate sobre urbanismo na Inglaterra, caracterizado pelo trânsito entre ingleses e norte-americanos.

Em Nova York, então, Sert havia consultado Lewis Mumford – que conhecera por intermédio de Gropius⁸⁸ - sobre a possibilidade de escrever a introdução de seu livro. No final do ano de 1940, Mumford, após a leitura do boneco do livro de Sert, retorna ao autor o elogiando pela habilidade e sabedoria ao procurar unificar os conhecimentos sobre a cidade e estabelecer os princípios guia do planejamento urbano moderno. Entretanto, coloca claramente sua crítica à redução da cidade às quatro funções estabelecidas pelo CIAM. Diz ele:

(...) eu preciso, para ser franco, salientar o que me parece uma falha séria no esboço geral que o CIAM preparou, e que estabeleceu então como as linhas gerais da investigação coletiva e do livro propriamente. As quatro funções da cidade não me parecem adequadas para cobrir o campo do planejamento urbano: habitar, trabalho, recreação e transporte são todos importantes. Mas e as funções políticas, educacionais e culturais da cidade: qual é o papel da disposição e plano dos edifícios relacionados a estas funções na evolução geral do desenho da cidade. O tempo livre⁸⁹ proporcionado pelas máquinas

85 Carta de Theodore Dreier à Sert de 26 de maio de 1943. José Luis Sert Archive, folder E2, GSD.

86 Texto de Sert sobre Lewis Mumford. José Luis Sert Archive, folder D29, GSD.

87 MUMFORD, Lewis. *Technics and Civilisation*. New York: Harcourt, Brace & Company, 1934.

88 Texto de Sert sobre Lewis Mumford. José Luis Sert Archive, folder D29, GSD.

89 Aqui a palavra utilizada é *leisure* que traz a conotação de lazer mas também ócio ou ainda tempo livre.

não apenas libera o homem moderno para esportes e excursões de final de semana: ela também o libera para uma plena participação nas atividades políticas e culturais, desde que elas sejam adequadamente planejadas e relacionadas com o resto de sua existência.

Os órgãos das associações políticas e culturais são, do meu ponto de vista, as marcas *distintivas* da cidade: sem elas, há somente uma massa urbana. Elas são as funções polarizadoras, todos os órgãos econômicos da cidade existem, ultimamente, para dar suporte a este núcleo cívico. Eu considero esta omissão o principal defeito da rotina do planejamento urbano; e sua ausência do programa do CIAM eu acho quase inexplicável. A menos que alguma atenção seja dada a este campo, pelo menos, em futuras investigações, eu acharia muito difícil escrever a introdução que você sugeriu⁹⁰.

Assim, Mumford critica a redução às quatro funções apontando para um aspecto que ele defendia amplamente, o do papel das organizações civis e sua atuação nas decisões sobre a cidade. Eric Mumford (2000, p.142) relata o comentário crítico que Lewis Mumford publicou na *The New Republic* no ano de 1943 em que reitera os pontos já mencionados e aponta para a potencialidade de uma quinta função aquela destinada ao papel político e cultural da cidade. Na interpretação de Eric Mumford (2000) esta seria a agenda urbanística que o CIAM se ocuparia nas décadas seguintes mais até do que a estrita formalização da cidade funcional. Poderíamos ainda acrescentar que é justamente Sert quem tem um papel preponderante neste deslizamento da agenda sobre as cidades pautadas pela discussão do centro cívico. Antes, contudo, é preciso destacar alguns pontos da produção teórica de Sert.

Em 1944, Sert publica um capítulo intitulado *The human scale in city planning* no livro organizado por Paul Zucker, *New Architecture and city planning*. Sert inicia este texto com a seguinte constatação:

Os padrões das cidades de amanhã serão conformados pelas condições sociais, políticas e econômicas do pós-guerra. É inútil tentar representar essas futuras cidades como abstrações deslocadas destas condições, como novas cidades, nas quais a máquina seria o único agente transformador. Nós não podemos fingir que máquinas sozinhas podem oferecer soluções para todos os males das cidades como os conhecemos hoje. *São as forças por trás das máquinas que contam*, e o propósito pelo qual essas forças colocam os novos dispositivos mecânicos, e a quem eles querem favorecer com eles. (Sert, 1944, p.392. Tradução nossa).

Nota-se imediatamente uma mudança com relação à ideia de que o progresso técnico liberaria forças para um progresso social *pari passu*. Por um lado, pode-se interpretar tal inflexão em Sert como uma mudança provocada pela própria guerra em que a técnica e

90 Carta de Mumford à Sert de 28 de dezembro de 1940. José Luis Sert Archive, folder E3, GSD.

a racionalidade demonstraram também seu poder de destruição massiva inclusive com o ataque a civis e o bombardeio das áreas urbanas. Mas também é possível entrever uma reação às críticas de Mumford quanto à necessidade de se pensar a cidade como agrupamentos humanos que se organizam e atuam sobre sua espacialização⁹¹.

Sert continua sua explanação em um preâmbulo antes de entrar no tema propriamente dito, sobre o fator humano no planejamento urbano. Ele faz uma crítica aos planos e realizações urbanas em países nazifascistas, que apresentariam “interessantes realizações técnicas mas não do ponto de vista humano” (Sert, 1944, p. 392. Tradução nossa). Avaliando que a técnica não estaria posta a serviço de toda população, Sert defende, então, um aspecto intrinsecamente político para o plano urbano, a democracia. Assim, posiciona-se, também, frente aos conflitos e blocos bélicos e políticos conformados na Segunda Guerra.

Se este modo de vida democrático vingar, irá demandar outras cidades que estas que conhecemos hoje. Nós precisamos nos perguntar agora mesmo, *a quem nós pretendemos planejar?* Em uma democracia *só pode haver uma resposta: nós deveríamos planejar para as pessoas, ou comunidades como um todo.* O momento em que concordarmos com esta premissa, *o fator humano torna-se o principal elemento orientador em nossos planos* (Sert, 1944, p.394. Tradução nossa).

As críticas de Sert estendem-se também ao uso das novas técnicas de transporte que aumentariam as distâncias de deslocamento em um mesmo período de tempo e com isso viabilizavam áreas cada vez maiores para o crescimento urbano (e atividade imobiliária) através dos subúrbios. Critica, assim, o processo de suburbanização que em grande medida ocorria nas cidades norte-americanas. Deste modo, o autor apresenta sua proposta “considerar o fator humano como um elemento diretivo do planejamento urbano” tendo a escala humana como modelo (Sert, 1944, p. 395. Tradução nossa.)

Neste ponto, Sert passa a advogar pelo desenho de espaços na cidade para o encontro e interação social. Diz ele: “as cidades ficaram aquém de seu principal objetivo, fomentar e facilitar o contato humano assim como elevar o nível cultural de sua população” (Sert, 1944, p.395. Tradução nossa). Ele ainda passa a tratar a cidade não apenas pelas funções estabelecidas pelo CIAM mas, por sua estrutura social: “(...) para alcançar esta função social as cidades deveriam ser estruturas sociais orgânicas”. Com relação a esta ideia de uma cidade orgânica composta por unidades o próprio Sert aponta como referência o livro

91 Podemos ler na crítica de Manfredo Tafuri sobre a cidade funcional, sobretudo a partir das formulações de Le Corbusier sobre a *Ville Radiuese*, que a estrita organização funcional da cidade reproduz a própria organização e funcionamento da produção industrial. Cf. TAFURI, Manfredo. “Dialética da Vanguarda”. In: TAFURI, M. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Editora Presença, 1985 [1973].

de Eliel Saarinen⁹² *The City: its growth, its decay, its future*⁹³ publicado nos EUA em 1943, mas ao longo do texto em nota explicativa ele também aponta como referências urbanísticas a ideia de cidade-jardim de Ebenezer Howard (1902)⁹⁴, a ideia de região de Patrick Geddes citando *Cidades em evolução* (1915)⁹⁵ e ainda a ideia de cidade linear do espanhol Arturo Soria y Mata (1882).

Sert defende, então, a necessidade de um zoneamento funcional, o controle do excessivo crescimento da área urbanizada e o estabelecimento de centros sociais onde o contato humano deveria ser estimulado. Diz ele:

O que, então, poderia ser feito para recriar em nossas cidades essa necessária estrutura social? (...) O caminho consiste em transformar a atual inorgânica forma de nossas cidades em um corpo orgânico e vivo. Isto só pode ser alcançado quebrando as cidades e seus subúrbios em bem-definidas e bem planejadas unidades (Sert, 1944, p.398. Tradução nossa).

Assim, o autor apresenta uma concepção de cidade composta por unidades e articulada em cinco diferentes escalas: a primeira, menor e mais básica, é a unidade de vizinhança, seguida de uma sub-cidade ou distrito⁹⁶, depois a cidade propriamente dita, a área metropolitana e a região econômica. Na concepção do autor cada unidade seria centrada ao redor de uma estrutura social onde se organizaria, a partir da menor escala, uma vida comunitária. A unidade de vizinhança, então, é mais uma vez definida como sendo a escala das relações comunitárias que teriam como parâmetro a população necessária para manter uma escola primária. Diz ele:

Ela tem variado entre 5.000 a 11.000 habitantes. Uma unidade de vizinhança só manterá os mais elementares serviços, como : uma escola primária, várias área de recreação para pré-escola, um playground da vizinhança, igreja, lojas, oficinas, estacionamentos, postos de bibliotecas públicas, clínicas de emergência (Sert, 1944, p.399. Tradução nossa).

Os distritos, seguindo o raciocínio de escalas, seriam compostos por unidades de

92 O arquiteto finlandês Eliel Saarinen (1873-1950), pai do reconhecido arquiteto e designer Eero Saarinen (1910-1961), desde os anos 1910 trabalhava com planos e projetos urbanos no países norte europeus. Em 1923 ele migra aos Estados Unidos e logo torna-se professor visitante na Universidade de Michigan e presidente da *Cranbrook Academy of Art* (1932-1948), em Bloomfield Hills, Michigan, liderando o Departamento de Arquitetura e Planejamento Urbano.

93 SAARINEN, Eliel. *The City: its growth, its decay, its future*. Cambridge: MIT Press, 1943.

94 Cf. HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of To-morrow*. London: Faber and Faber, 1902.

95 Cf. GEDDES, Patrick. *Cities in evolution: an introduction to town planning movement and the study of civics*. London: Williams & Norgate, 1915.

96 N.T. o termo utilizado é *township* tendo como referência a formulação de Eliel Saarinen.

vizinhança com uma população suficiente para permitir a manutenção de serviços sociais mais complexos: “escola de ensino médio, centro cívico, cultural e de entretenimento, auditório, clubes, museu, posto da biblioteca pública, salas de espetáculos, teatros e teatros ao ar livre, piscinas públicas, centro de lojas principais e edifícios administrativos” (Sert, 1944, p.400. Tradução nossa). Observa-se assim como a gradação da escala territorial é acompanhada de uma mudança da complexidade dos equipamentos sociais. Nesta segunda escala o autor admite a distribuição de indústrias leves nas áreas limítrofes da unidade planejada.

Voltando às definições da unidades de vizinhança, Sert comenta sobre algumas variações do entendimento deste conceito, segundo ele, em função das adaptações necessárias dos padrões gerais para as condições de cada país e faz alusão aos planejadores ingleses citando o grupo MARS e Abercrombie através dos planos para Londres e ainda menciona os planejadores norte-americanos citando diretamente Clarence Perry por seu livro *Housing for the Machine Age* publicado pela RSF em 1939⁹⁷.

Sert apresenta, portanto, um esquema de cidade constituído por unidades de vizinhança que são agrupadas para formar um distritos em número suficiente para manter um núcleo de equipamentos do distrito [township], organizada de tal modo que as distâncias dentro da unidade e da unidade ao núcleo do distrito possam ser percorridas á pé. Estes núcleos de equipamentos mais complexos também são agrupadas e indicados como constituindo um centro cívico. E ainda ao redor deste conjunto a distribuição de industriais leves conectadas por acessos viários rápidos mas separados das áreas residenciais por um cinturão verde. O autor define, então, seu modelo:

Tal estrutura social orgânica como a cidade moderna poderia facilitar a vida comunitária e os contatos sociais sem de forma alguma reduzir as atividades

Esquema de organização urbana em função das escalas de unidade de vizinhança e distritos.

Fonte: (Sert, 1944).

97 Cf. PERRY, Clarence. *Housing for the machine age*. New York: Russell Sage Foundation, 1939.

individuais, enquanto essas não constituam obstáculos para as aspirações coletivas das populações como um todo; o que é um princípio democrático de viver aplicado ao planejamento da cidade (Sert, 1944,p.406. Tradução nossa).

Observa-se, portanto, como Sert combina o raciocínio sobre a cidade funcional, consolidado durante os anos 1930 nos debates do CIAM, com uma leitura da estrutura social das cidades oriunda em grande medida dos planejadores urbanos em diálogo com teorias sociológicas e filosóficas ou mesmo com a ação de reformadores sociais. Desta combinação emerge ao primeiro plano o conceito de Unidade de Vizinhança como uma menor parcela da cidade onde se estabelecem as relações consideradas comunitárias. Sert não cita diretamente a noção de comunidade vinda da sociologia mas, toma como referência de escala básica a cidade medieval em que se identificam os limites da cidade, um tecido urbano compacto contendo todas as funções das atividades cotidianas em distância que possa ser percorrida à pé. Assim, ele alude ao espaço historicamente constituído pelos agrupamentos humanos considerados como estruturas comunitárias pela sociologia.

É preciso mencionar ainda que em 1953 Sert preparou um relatório intitulado *The Neighborhood Unit: a human measure in city planning*⁹⁸ em que retoma as linhas gerais do artigo de 1944 e procura explicar os princípios por trás dos conceitos utilizados por ele e Wiener nos planos urbanos para as cidade latino-americanas. Nele Sert remonta a formulação do princípio por Clarence Perry, as utilizações nos planos para Londres, as formulações realizadas em Radburn de separação do tráfego de carros e as vias de pedestre e a importância da escola e ainda reafirma sua crítica ao processo de suburbanização. Este relatório foi escrito para o *Housing and Town and Country Planning Sector* do *Department of Social Affairs* da ONU no momento em que Ernest Weissmann – seu antigo companheiro de CIAM e breve sócio - era o diretor (1951-55).

É interessante notar que esta combinação entre a cidade funcional e as estruturas sociais produzida por Sert é realizada no momento de deslocamento do arquiteto da Europa a Nova York mas dentro de um eixo de circulação de ideias sobre planejamento urbano entre EUA e Inglaterra. Neste eixo de circulação, os debates sobre os planos urbanos das duas grandes cidades, Nova York e Londres, são significativos e pautam parte do debate, mas também a própria tradição teórica do campo disciplinar que envolve o debate sobre a cidade-jardim, sua repercussão e transformação nos EUA e ainda o debate sobre a região tendo como reconhecido e respeitado crítico, a figura de Lewis Mumford.

98 Versão preliminar do relatório intitulado *The Neighborhood unit: a human measure in city planning*. José Luis Sert Archive, folder D100, GSD. Este texto foi recentemente publicado no livro editado por Eric Mumford. Cf. MUMFORD, E. (ed.) *The writings of Josep Lluís Sert*. Cambridge: Harvard Press, 2015.

3.3. Unidade de Vizinhança na obra de Josep Lluís Sert e Paul Wiener na América Latina pelas lentes da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* entre 1945 e 1958.

Os trabalhos de Sert e Wiener na América Latina foram publicados em 4 edições da revista. A primeira delas apresenta o projeto da Cidade dos Motores no Brasil justamente na primeira edição especial sobre a arquitetura brasileira de 1947 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1947, n.13-14); os planos para as cidades peruanas e colombianas foram divulgadas na edição especial *Urbanisme en Amérique Latine* de 1951 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.33); na edição especial intitulada *California, Venezuela, Construction en pays chauds* de 1956 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1956, n.67-68) foi apresentada a experiência de uma Unidade de Vizinhança em Maracaibo compondo uma vasta gama de realizações habitacionais na Venezuela; e por fim, em 1958 na edição dedicada ao urbanismo (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1958, n.80) Sert retoma as linhas gerais dos planos diretores de Medellín e Bogotá.

O projeto da Cidade dos Motores (1943-1945) nos arredores do Rio de Janeiro é apresentado na primeira edição especial dedicada à arquitetura brasileira. Como já foi dito anteriormente, esta edição preparada por Alexandre Persistz, que escreve o texto de abertura, apresenta obras que vinham sendo divulgadas internacionalmente⁹⁹ como o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York de 1939, o Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro de 1936 que contou com a participação de Le Corbusier em suas diretrizes, a obra de Oscar Niemeyer na Pampulha assim como uma gama de edificações de arquitetos brasileiros sobretudo aqueles atuantes no Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, a Cidade dos Motores é a única obra apresentada neste conjunto que foi realizada por um escritório estrangeiro contando com a participação do arquiteto brasileiro, Otto da Rocha Silva. É ainda preciso mencionar que findada a apresentação dos artigos e obras do corpo temático, a revista apresenta alguns projetos expostos na *Exposition Internationale de l'habitation et urbanisme* ocorrida em julho e agosto de 1947 na França, dentre eles a proposta de André Lurçat, e ainda um artigo de Le Corbusier apresentando pela primeira vez na revista a *Unité d'Habitation de Marseille* que encontrava-se em construção (1947-1952). Estes projetos tomavam parte das discussões e propostas para o plano de reconstrução das cidades francesas.

99 É preciso retomar que a arquitetura brasileira vinha sendo difundida internacionalmente e ganhava destaque na exposição *Brazil Builds* organizada no MoMA em 1943 seguida da publicação de Goodwin (1943). Em 1947 o MoMA realizaria outra exposição intitulada *Two Cities: planning in North and South America* em que exibia os planos para a Cidade dos Motores de Sert e Wiener no Brasil e o plano para a parte sul da cidade de Chicago, *a new plan for Chicago's South side* que contava com a assessoria de Walter Gropius. O mesmo Museu de Arte Moderna em 1955 faria, ainda, a exposição *Latin American architecture since 1945* contando com o catálogo de Hitchcock (1955).

É justamente um artigo de Le Corbusier que faz a abertura da apresentação do projeto da Cidade dos Motores (Le Corbusier, 1947, n.13-14). Nele, Corbusier reafirma sua posição sobre uma arquitetura moderna internacional e mais ainda universal, entendida como uma resposta racional às necessidades de uma “civilização maquinista”. Imbuído do espírito de embate pela arquitetura moderna do período vanguardista, diz ele: “Os CIAM conquistaram as fortificações da Europa, antes da guerra. Hoje, nas Américas, eles marcam por sua vez as vitórias essenciais” (Le Corbusier, 1947, n.13-14, p.98). Neste movimento de “conquista”, ele busca afirmar a sua presença nos momentos de renovação arquitetônica nas “Américas”.

Em 1929, eu havia explicado em Buenos Aires, em Montevidéu, em São Paulo e Rio de Janeiro a doutrina da ‘Ville Radieuse’. Em 1936, eu fui chamado ao Brasil para desenhar com a entusiasta equipe de Lúcio Costa, os planos da Cidade Universitária do Brasil. Com esta mesma equipe, nós fizemos o plano do Ministério de Educação Nacional e Saúde Pública. (...) Rio construiu sobre pilotis, sobre a ossatura livre, sobre o panos de vidro e aplicou, em primeira mão, uma de minhas proposições de brise-soleil que permite, sob os trópicos, o trabalho moderno dos escritórios. O brise-soleil? É um recurso arquitetural moderno que abriu as grandes portas à arquitetura. (Le Corbusier, 1947, n.13-14, p.98. Tradução nossa).

No plano urbanístico há a reafirmação dos princípios da Carta de Atenas em suas quatro funções que, na leitura de Corbusier, estariam presentes e articulando o plano de Sert e Wiener no Brasil. Exaltando o trabalho no Brasil dos companheiros de CIAM, Le Corbusier aproxima esta realização aos esforços empreendidos por ele na França:

A Cidade dos Motores estenderá suas bem feitorias a um número considerável de habitantes. (...) Eu estou atualmente dedicado à mesma tarefa na França. Em Marselha, meu ministro corajoso, descartou em um gesto todos os impedimentos, me encarregou de realizar (pela primeira vez no mundo) este que é meu sonho há trinta anos: uma ‘Unité d’Habitation de Grandeur Conforme’. É a ‘cité-jardin-verticale’, vindo a substituir a ‘cité-jardin-horizontal’ que sujeita e esmaga o mundo moderno (Le Corbusier, 1947, n.13-14, p.98. Tradução nossa).

Observa-se, portanto, que o texto de abertura sobre o projeto da Cidade dos Motores reitera ponto a ponto os pressupostos da arquitetura moderna e mais ainda as perspectivas majoritárias do CIAM, sobretudo do grupo francês, com pouco espaço para as matizes, dificuldades e incongruências internas que se esboçavam inclusive nas páginas da revista como já pontuado. Há, ainda, uma perspectiva de expansão de um ideário, construído como universal, que se conformou na Europa e estaria se difundindo - de maneira quase que unilateral - para experiências nos países da América Latina. Resta observar como isto se dá na apresentação dos projetos.

É no texto *La Cité des moteurs* que Sert, Wiener e Otto Silva (1947, n.13-14) apresentam detalhadamente o projeto, realizado entre 1943 e 1945, para uma cidade nova nos arredores no Rio de Janeiro, mais precisamente em uma área situada na estrada para Petrópolis, onde se instalaria uma fábrica de motores para aviões e tratores. Em linhas gerais, o projeto, a partir de uma leitura da situação climática e topográfica do terreno, estabelece as diretrizes para a nova cidade ordenando-a em 3 zonas diferentes: industrial, cívica e de recreação, e por fim, zonas residenciais. Nota-se, assim, a aplicação da setorização funcional do ideário modernista, ainda que com alguns deslizamentos conceituais em que se pode observar a ascensão da ideia de um centro cívico e de recreação.

Plano Geral da Cidade dos Motores, (1945).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1947, n. 13-14)

O plano tem ainda como diretriz um ordenamento destas áreas de maneira que as zonas residências não fossem distantes mais de 500m do centro cívico assim, um habitante poderia percorrer a pé tal distância. O tráfego de veículos no interior das zonas residenciais e do centro cívico seria proibido, onde pode-se vislumbrar certa analogia com a ideia de Unidade de Vizinhança em que o tráfego interno seria desestimulado e a circulação estaria nas vias arteriais que circundariam a Unidade.

DETAIL D'UNE UNITE RESIDENTIELLE : 1. ECOLE. — 2. TERRAIN DE JEUX. — 3. BASSIN D'EAU POUR LES ENFANTS. — 4. GARDERIE. — 5. HABITATIONS. — 6. ELARGISSEMENT DU CANAL : BAINS DES ADULTES. — 7. CLUB, VESTIAIRE, etc...

Composição da Unidade Residencial / Unidade de Vizinhança.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1947, n.13-14).

Com relação às zonas residências observa-se deslizamentos da nomenclatura. Inicialmente o texto descreve como uma zona composta por Unidade Residencial grafado em francês [*Unité Residentielle*] deixando entre parêntese o termo em inglês Unidade de Vizinhança [*Neighborhood Unit*] sugerindo que seriam sinônimos ou ainda que tratar-se-ia de uma questão de tradução. Mas, poderíamos indagar que talvez se tratasse de tradições urbanísticas diferentes, uma vez que tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos a concepção de Unidade de Vizinhança é bastante atuante nos planos urbanos e nos desenhos das áreas residenciais. Enquanto na França, embora o termo seja presente, é menos frequente nos planos urbanos e ainda contaria com a presença marcante da ideia

de Unidade de Habitação como formulada por Le Corbusier. Efetivamente o texto de Sert e Wiener também traz o termo Unidade de Habitação que seriam as edificações residenciais providas de todos os serviços comuns autônomos para cada Unidade: uma escola, lojas, lavanderia, área de recreação e lazer.

As Unidades Residenciais do projeto são organizadas em três tipos com edifícios dormitórios de 9 pavimentos para solteiros; edifícios de apartamentos de 8 andares para abrigar famílias maiores; e blocos residenciais de 3 andares. Ou seja, as soluções habitacionais propostas envolvem uma verticalização da construção. Entretanto, os serviços coletivos assim como a escola e os espaços de recreação¹⁰⁰ estão dispostos fora da edificação habitacional verticalizada diferindo, portanto, da ideia de uma “cidade-jardim verticalizada”. No caso dos serviços coletivos há uma construção própria para abrigar este programa que está disposta no que os autores chamam de “periferia do nó comunitário”. Ou seja, a edificação com os serviços coletivos se localizaria próxima às vias arteriais ligadas, por passarelas e passagens cobertas, aos blocos de apartamento.

A construção contém os serviços sociais, berçário e anexos, uma lavanderia com equipamentos, os depósitos, as lojas, uma garagem de bicicletas.

Esta fórmula inédita é uma invenção particularmente feliz dos autores do projeto. Ela permite eliminar dos edifício de habitação os elementos que na introdução nos vãos standardizados criam dificuldades de organização. De outro lado, ela permite a construção em primeiro lugar das habitações, e a realização em uma segunda etapa dos serviços, ainda que no caso clássico da disposição destes serviços no subsolo ou no térreo sua realização significa investimento de primeiro capital em volumes não indispensáveis para o habitação imediata.

É um partido que merece nossa atenção, dentro do caso da construção de edifícios de apartamento no quadro da reconstrução” (Sert; Wiener; Silva, 1947, n.13-14, p.108. Tradução nossa).

Observa-se, portanto, que o deslizamento de nomenclatura é acompanhado também por mudanças nas ideias mesma de verticalização do habitat, desmontando o arranjo espacial da *Unité d’Habitation* tal como formulado por Corbusier e propondo outra articulação dos equipamentos e das habitações no espaço urbano. É interessante ainda notar como as soluções propostas para uma cidade no Brasil tem como referência uma problemática europeia, a reconstrução.

100 N.T. foi traduzido aqui como recreação o termo *terrain de jeux*.

Em 1951, a edição especial sobre o Urbanismo na América Latina foi lançada. Como já abordado anteriormente, o texto de abertura desta edição é de Sert e Wiener onde eles fazem uma leitura de conjunto da América Latina a partir da experiência dos projetos realizados pela TPA na região. Na sequência, os autores apresentam quatro planos diretores para as cidades sul-americanas – trata-se de Medellín (1948-1950) e Tumaco (1947-1949) na Colômbia e das cidades peruanas de Chimbote (1947-1948) e Lima (1947). É importante salientar que neste quadro de experiências sul-americanas a revista apresenta também o Projeto de Urbanização do Morro Santo Antônio no Rio de Janeiro e o projeto do Pedregulho ambos de Affonso Eduardo Reidy, o Plano para Caracas de Maurice Rotival e o Plano Diretor de Bahia Blanca na Argentina de Gebhard e Roca. Mais uma vez, observa-se a conformação de um quadro latino-americano formado por experiências no Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia e Peru.

Ilustração do artigo introdutório de Sert e Wiener para a edição temática *Urbanisme en Amérique Latine*.

Fonte: (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1951, n.33).

Há ainda nesta edição dois pequenos anúncios; o primeiro anuncia a contratação de Le Corbusier, assessorado por Wiener e Sert, para a elaboração do Plano Piloto para Bogotá – cujos trabalhos iniciaram-se em 1949 e a contratação se deu em 1950. O segundo, diz respeito ao oitavo CIAM que iria ocorrer em julho de 1951 na cidade de Hoddesdon, Inglaterra, organizado pelo *Modern Architectural Research Group* (MARS), grupo inglês do CIAM. Nesta nota comenta-se sobre a escolha do local para o encontro cuja proximidade à uma obra de Unidade de Habitação projetada pelo grupo MARS, assim como uma exposição sobre urbanismo, seriam uma oportunidade interessante para o debate que ocorreria no

encontro. Noticia-se, também, o tema do oitavo congresso, sendo aqui descrito como “o núcleo” de uma comunidade. Estimulava-se que cada participante apresentasse um ou dois exemplos de um “núcleo novo ou a reconstruir”. Efetivamente, o oitavo CIAM, que já era presidido por Josep Lluís Sert, teve “o coração da cidade” como tema e propôs uma reflexão sobre os núcleos das cidades ou ainda o local de encontro e manifestação de seus habitantes tendo o centro cívico como programa preponderante. É neste encontro que Sert, então, apresenta a experiência latino-americana do centro cívico que compunha o plano de Chimbote no Peru.

No artigo *Quatre Plan Directeur pour les villes sud-américaines*, Sert e Wiener (1951b, n.33) fazem uma introdução onde afirmam basearem-se nos princípios da Carta de Atenas para empreender os planos para as cidades colombianas e peruanas, mas assinalam que “as análises dos planos de cidades apresentados irão aparecer diferentes soluções identificadas em função das condições específicas locais” (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.10. Tradução nossa). Eles ainda comentam sobre os procedimentos metodológicos e a forma de relacionamento entre grupos locais e os arquitetos do escritório com sede em Nova York:

Estes estudos analíticos foram preparados em todos os casos pelos grupos locais de arquitetos e de estudantes, sob nossa direção. O Método CIAM serviu de referência para orientação dos grupos locais a fim de seleção, de organização e de apresentação dos elementos necessários a essas pesquisas. Nós utilizamos igualmente para nossos dados analíticos, em nossos últimos estudos, a “Grelha” concebida pelo grupo ASCORAL (CIAM-França) (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.10. Tradução nossa).¹⁰¹

Com efeito, os projetos para as quatro cidades apresentadas são oriundos de demandas distintas e colocaram Sert e Wiener em contato direto com arquitetos e instituições locais. No caso de Tumaco, situada na costa colombiana do Pacífico, tratava-se de reconstrução de uma cidade insular, de 12 mil habitantes (1948), que havia sido destruída por incêndio e por isso estruturou-se uma ação governamental de reassentamento dos atingidos. Em Chimbote, cidade litorânea da costa pacífica do Peru, a demanda em 1948 era por expansão da pequena cidade de 12 mil habitantes em função da instalação de indústrias de base com extração de carvão e geração de energia elétrica. Já os planos para Medellín e Lima apresentavam escalas e situações muito diferentes uma vez que se tratava de intervenção em cidades consolidadas e importantes em seus contextos: no primeiro caso, a cidade

101 A retomada dos encontros do CIAM após a Segunda-Guerra ocorreu em Bridgewater, Inglaterra, em 1947 momento em que se julgou relevante a continuidade dos encontros (Giedion, 1951) e a retomada de um método que permitisse a comparação dos casos diversos durante os encontros seguintes. A partir de 1947 o grupo ASCORAL, também conhecido como CIAM-França, prepara um material com a “grelha” ainda que preliminarmente, a ser adotada no sétimo encontro.

industrial mais importante da Colômbia; e no segundo, a capital do Peru. Em todos os casos a ideia de Unidade de Vizinhança está presente, ora organizando o espaço do bairro e as habitações, ora articulando esta escala com um plano urbanístico.

O plano diretor para a cidade de Tumaco (1947-1949) foi coordenado por Sert e Wiener em colaboração com Jorge Gaitán Cortés¹⁰² e Arango, como diretores do órgão “Edifícios Nacionais”, e os arquitetos Martinez, Iriarte, Viego, Amorochio e Burbano do Ministério de Obras Públicas, estes últimos responsáveis pelos projetos das habitações, dos edifícios comerciais, escolas e igreja. Como houve um incêndio que destruiu grande parte da ilha, decidiu-se por implantar uma nova cidade na ilha vizinha, Ilha do Morro, segundo o artigo, em função das melhores condições topográficas e melhor ordenamento portuário (Sert; Wiener, 1951b, n.33).

Cidade de Tumaco antes do incêndio.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Para os arquitetos, este projeto representou um campo de ação importante para a construção de uma nova cidade. Dizem eles:

Tumaco apresenta um campo de ação particularmente interessante. De fato, a criação de uma cidade nova em um sítio novo permite aos urbanistas aplicar os princípios diretores avançados que não tem lugar no caso de uma remodelagem de cidade já existente. (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.20. Tradução nossa).

102 Jorge Gaitán Cortés (1920-1968) colombiano nascido em Nova York, realizou seu estudos em arquitetura na *Universidad Nacional* (1937-1943). Entre 1943 e 1944, realizou um especialização na *Yale University* em estruturas. Ao retornar à Colômbia em 1945, inicia sua carreira dentro do Instituto de Credito Territorial, o ITC. Gaitán Cortés assumiu um papel político relevante na Colômbia, sendo prefeito de Bogotá entre 1961 e 1966, momento em que realizou um programa de obras urbanas nos bairros de Bogotá.

Com efeito, o projeto para a nova cidade propõe uma reestruturação da zona portuária e industrial, assim como um centro cívico e a zona residencial composta por unidades de habitação. Estas últimas foram divididas em dois tipos: uma para ser construída pelas instituições colombianas de habitação e o segundo agenciada por empresas imobiliárias privadas. De todo modo, o plano prevê que cada Unidade deveria dispor de um “nó de organização social” para atender as atividades e demandas de uma população de 3 mil habitantes onde se situariam a escola, igreja e espaços de recreação, conformando assim uma Unidade de Vizinhança.

Plano Piloto para a nova cidade de Tumaco na ilha vizinhança.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Os tipos residenciais ficaram a cargo dos arquitetos do Ministério de Obras Públicas – Martinez, Iriarte, Vieco e Amorocho. Eles foram diversificados e pensados em função da composição familiar e do padrão de vida das famílias a partir de pesquisas sociais, dados estatísticos e uma leitura do habitat. Observa-se como neste plano Sert e Wiener vão se acercando das “condições locais” e negociando com a tradição construtiva, os condicionantes climáticos e formas de associação da população, inclusive com deslocamentos de certos princípios modernistas.

Estes dados serviram para determinar as diferentes concepções de planos (número de quartos, repartição dos diversos serviços nos andares inferiores, etc...) assim como situar a **relação estreita entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho** (ateliers, pequenas lojas, etc, com **vistas para os pátios**). (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.21. Tradução e grifos nossos).

... um **tipo especial de janela pivotante**, assegurando a ventilação transversal, foi adotada com base em um estudo de variação de temperaturas, do regime de chuvas, dos ventos dominantes e das condições climáticas em geral. Essas janelas funcionam simultaneamente como brise-soleil; elas são de uma fabricação relativamente simples – o emprego de perfil metálico não é necessário – e permitem eliminar a utilização de vidros (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.21. Tradução e grifos nossos).

... os **materiais utilizados** na construção das habitações da nova Tumaco são, em sua maioria, **de produção local**; os elementos importados foram reduzidos ao mínimo (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.21. Tradução e grifos nossos).

O primeiro ponto trata justamente da não separação das funções e dos espaços de trabalho e moradia. O arranjo da habitação se deu de tal maneira a comportar um atelier ou pequena loja no andar inferior associada ao pátio, cuja solução construtiva remonta à tradição ibérica e colonial. Assim como, a ideia de um “tipo especial de janela pivotante” horizontalmente retoma a solução das rótulas¹⁰³ que dispensavam o uso do ferro e vidro importados da Inglaterra durante o período colonial no Brasil. Por fim, os materiais utilizados

Imagens de habitantes e habitações de Tumaco (antes do incêndio) que ilustram o artigo de Sert e Wiener.
Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

103 Sobre o papel das rótulas e do espaço intermediário entre o externo e interno, assim como de intermediação entre o público e o privado nas cidades brasileiras no período colonial Cf. MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.

foram o tijolo de barro e blocos pré-fabricados de cimento dispensando a importação de materiais e mesmo a incorporação de materiais que dependessem de uma cadeia produtiva mais industrializada. Contudo, o projeto dialogando com as características locais e sobretudo com aspectos adaptativos de soluções coloniais, mantém uma linguagem moderna.

1. Liceu; 2. Colégio eclesiástico; 3. Convento; 4. Igreja; 5. Hotel; 6. Edificações municipais e governamentais; 7, 8, 9. Comércio e lojas; 10. Escola, Auditório e biblioteca; 11. Primeira Unidade de Vizinhança; 12. Grupo de 15 habitações previstas; 13. Área para extensão da Escola; 14. Área de recreação; 15. Primeiro grupo de 15 habitações

Centro Cívico e Unidade de Vizinhança do Plano de Tumaco.

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Uma das tipologias habitacionais construídas no plano de Tumaco.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Concomitantemente, Sert e Wiener desenvolviam o plano para a cidade peruana de Chimbote (1947-1948) que também foi apresentado no mesmo artigo da revista (1951b, n.33). Tratava-se de um plano de expansão de uma pequena cidade situada no norte do Peru na costa pacífica distante 15 km da Cordilheira dos Andes. A expansão da cidade foi proposta em função da instalação de indústrias de base de extração de carvão e o potencial de produção de energia elétrica. Se Tumaco representou a possibilidade de construir uma cidade em novo sítio, em Chimbote os arquitetos encontraram uma pequena cidade construída sobre a quadrícula espanhola que havia sido desenhada em 1860 pelo engenheiro americano Henry Meiggs.

O plano foi organizado contendo um setor industrial, um centro cívico - onde já se encontrava uma parte edificada da cidade -, e as áreas residenciais planejadas em 10 Unidades de Vizinhança. Destas, quatro seriam construídas pela instituição local, Corporación Peruana del Santa e a Oficina Peruana de Vivienda, e as restantes seriam realizadas como uma operação imobiliária de venda de lote. Cada Unidade de Vizinhança contaria com os equipamentos coletivos de uma escola, um berçário, uma capela e espaços de recreação para uma população de 3.500 habitantes.

Mapa da cidade de Chimbote com o desenho do arruamento em quadrícula.
Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Um aspecto peculiar deste projeto diz respeito à leitura realizada por Sert e Wiener da quadra espanhola existente. Mantendo a dimensão da quadra, os autores propõem um novo arranjo do parcelamento dos lotes com aberturas de espaços livres no interior da quadra formando espaços coletivos em forma de corredores ou mesmo “pátios”.

Os autores fizeram também uma leitura da ocupação do lote que costumeiramente não utilizava recuos frontal ou laterais, com isso formando um renque de casa, ao mesmo tempo em que conformavam espaços livres ao fundo do lote estreito e comprido. Eles, então, desenharam arranjos das habitações em renque com abertura de pátio no interior de cada habitação. Ao todo foram desenvolvidas 8 tipologias de dois, quatro e seis andares além de soluções térreas. Estas tipologias variavam em função da diversidade de composição familiar da população com unidades para 4 a 7 pessoas. Todas as habitações apresentavam o pátio interno que servia a todos os cômodos e situava-se contíguo à cozinha e servia como um espaço para refeições ao ar livre. As unidades habitacionais foram projetadas de tal modo que as áreas molhadas fossem concentradas no fundo do lote o que permitia uma racionalização da infraestrutura de abastecimentos de água e esgotamento sanitário no interior destas “quadras” .

Esquemas de parcelamento do solo e áreas livres para Plano de Chimbote (1947-1948).

Fonte: Recorte a partir de imagem (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Echelle : 5 mm. p. m.

1. Sala 2. Quartos 3. Pátio 4. Ducha 5. Banheiro 6. Toalete 7. Cozinha
8. Lavanderia 9. Corredor de serviço 10. Galinheiro

Tipologia habitacional do Plano de Chimbote.

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

1. Sala 2. Quartos 3. Copa 4. Patio 5. Ducha 6. Banheiro 7. Toalete 8. Lavanderia 9. Galinheiro 10. Caminho

Tipologia habitacional do Plano de Chimbote.

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

As soluções construtivas adotadas para as tipologias habitacionais foram similares às de Tumaco - o uso dos tijolos de barro e as janelas pivotantes que serviam como quebra-sol - com alteração da cobertura adotando abóbodas de tijolos - ao invés de coberturas de cimento-amianto - o que assegurava uma ventilação constante pelo abertura formada entre a estrutura e a cobertura.

Plano e maquete de uma Unidade de Vizinhança do Plano de Chimbote.
 Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Página da revista apresentando o Plano Geral de Chimbote.

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

Assim, o Plano para a cidade de Chimbote, utiliza a ideia de Unidade de Vizinhança para projetar as áreas residenciais da cidade providas dos serviços coletivos. Mas ainda, é possível notar como os arquitetos reinterpretaram formas e referências urbanas tradicionais para redesenhar a quadra especialmente dentro da Unidade de Vizinhança, assim como o pátio tanto no interior da habitação quanto na escala da quadra, propondo soluções horizontalizadas de conjunto— mesmo que atingissem dois ou três pavimentos. E com isso, desenhando uma trama compacta para o tecido urbano da cidade.

Foto aérea de Cusco (Peru) que ilustra o artigo introdutório sobre Urbanismo na América Latina em que se observam os pátios internos e a trama compacta de habitações conformando a quadra e o tecido urbano.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

O Plano Diretor de Medellín (1948-1950) marca uma importante diferença neste conjunto de planos. Trata-se de uma plano para uma cidade já consolidada que contava com 250 mil habitantes (1948) e se configurava nacionalmente como a cidade industrial mais importante da Colômbia. A principal atividade industrial se voltava para a indústria têxtil e a cidade era ainda um centro comercial importante para o mercado de café da região de Antioquia, de produtos alimentares semitropicais e carne bovina.

O plano foi concebido para o ordenamento e desenvolvimento da cidade de modo a atender 700 mil habitantes em um período de 50 anos. Inicialmente, baseou-se nos estudos analíticos realizado por Nel Rodriguez, chefe da *Oficina del Plan Regulador*, para desenvolver as diretrizes de desenvolvimento futuro da cidade. E por fim, passou pelo processo de estabelecer o ordenamento jurídico até a provação pela municipalidade.

O Plano foi oficialmente aprovado pelos Serviços técnicos locais assim como pela municipalidade inteira; sua implantação já está sendo realizada. Um relatório especial, realizado por urbanistas, estabelece as disposições legislativas a tomar com o intuito de que as diretrizes do Plano possam ser eficazmente seguidas (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.11. Tradução nossa).

Medellín traz ainda um outra diferença significativa. Diferentemente de Tumaco, Chimbote e mesmo Lima, ela situa-se não na região costeira do pacífico, mas sobre a cadeia montanhosa da Cordilheira dos Andes. À 1500 metros de altitude, a cidade cresce linearmente ao longo do Rio Medellín que segue os sulcos do vale de duas grandes colinas.

As vias de comunicação do país estruturaram-se pelas cumeeiras das cordilheiras ou pelos vales. Observa-se que regionalmente há uma grande ligação norte-sul em que Medellín se localiza como ponto de intersecção das rotas terrestres que conectavam os portos no pacífico e no caribe. A leitura dos arquitetos chamam a atenção para a capacidade de conexões aéreas como uma alternativa relevante. A cidade de Medellín situada em um vale tem como característica os períodos de inundação e seca do rio e o plano apresenta então como necessidade o controle do regime das águas.

Se em Tumaco e Chimbote os arquitetos negociaram com as tradições construtivas e soluções arquitetônicas assim como com uma trama do tecido urbano constituído, em Medellín a acomodação às características locais se deu através dos condicionantes geográficos e ambientais. O plano tem como diretriz o estabelecimento de barragens e lagos artificiais na área da cidade à montante do rio, assim como um ordenamento das margens do rio Medellín de modo a proteger as águas nas terras baixas do vale. Há ainda a rede de rios afluentes considerados “torrenciais” nas épocas de chuvas e secos no verão.

Ilustração com meios de transporte e geografia da região.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Estes por sua vez, chamados de “quebradas” também eram os destinatários das águas sujas e despejo de esgoto e constituíam uma outra face do problema urbano.

Diante desta leitura, o plano propõe um tratamento e ordenamento das áreas lindeiras dos rios afluentes permitindo a constituição de parques ao longo dos cursos d’água sendo alguns interligados com a orla do rio Medellín.

A solução deste problema autorizará a recuperação de vastas extensões de terra, necessárias a expansão da cidade, e contribuirá a delimitação funcional das zonas em vista a construção de uma rede viária racional. O Rio Medellín não será mais, então, um obstáculo ao desenvolvimento da cidade mas constituirá, ao contrário, um dos seus principais elementos de beleza (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.12. Tradução nossa).

Observa-se assim que o ordenamento das áreas lindeiras ao rio Medellín também conformou áreas de expansão urbana nas várzeas próximas ao núcleo urbano existente. É preciso mencionar que as várzeas quando alagadas eram associadas à doenças como a malária (Sert, Wiener, 1951b, n.33). Efetivamente, os arquitetos fizeram um diagnóstico de que a cidade estruturava-se por núcleos urbanos dispersos assim como a localização das indústrias também estariam dispersas pela área metropolitana sem levar em conta a direção predominante dos ventos.

Devido a ausência de um plano de ordenamento geral para a cidade, ilhas de exploração imobiliária são constituídas um pouco por tudo sem nenhum meio de sua integração no sistema de redes de transporte público e sem que uma atenção particular fosse dada à organização sanitária e social (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.12. Tradução nossa).

Diante deste quadro, os arquitetos propuseram um plano de zoneamento e um plano viário. Nele vemos, em linhas gerais, o delineamento de áreas destinadas aos usos residenciais de forma mais compacta e entrecruzada pelo sistema de parques e escolas, a localização das zonas industriais separadas das zonas residenciais e o reordenamento da linha férrea e do sistema viário. O plano propôs um desvio da linha férrea para o lado oeste do rio – antes localizava-se a leste junto à área central – de modo a se situar entre a margem do rio e uma grande via de circulação que faria a comunicação das áreas mais distantes da cidade contornando o centro.

Este desvio facilita, por outro lado, o reagrupamento das terras agrícolas. A escolha de localização da nova rota de grande comunicação e da via férrea melhorará as condições gerais de circulação, porque permitirá canalizar, contornando a cidade, o tráfego de trânsito e circulação própria da estação ferroviária e do centro comercial do mercado que se encontra em sua dependência (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.18. Tradução nossa).

Página da revista mostrando o zoneamento proposto para Medellín.
 Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Contudo, é sobre a área residencial que recai nossa atenção. Os arquitetos delimitaram as áreas de expansão residencial da cidade através do zoneamento mas não se limitaram a ele. Ao contrário, articularam um plano geral de crescimento urbano com uma “célula”, uma unidade reproduzível, a Unidade de Vizinhança. Esta foi concebida como uma variação de 4 mil a 6 mil habitantes associada aos equipamentos públicos e coletivos necessário.

Com a finalidade de que as prescrições do Plano possam ser aplicadas, a cidade foi dividida em distritos, este subdivididos em unidade de vizinhança dotada de serviços de utilidade pública integradas no *planning* geral da cidade (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.12. Tradução nossa).

O plano prevê unidades de vizinhança diferentes em função da topografia da cidade indicando variações para situações em colina ou em fundo de vale. Mas elas mantêm princípios gerais. A circulação viária é circunscrita às “bordas” da unidade e caminhos de pedestres são desenhados em seu interior onde também são destinadas áreas para estacionamento prevendo o crescimento do uso do automóvel. Uma das bordas é contígua á uma via arterial que se conecta ao centro da cidade e ao longo dela localizam-se os comércios. Outra borda é delimitada pelo parque que acompanha os cursos d’água onde se instalam também a escola de cada unidade de vizinhança. No interior da unidade ainda há

1. Igreja 2. Jardim de Infância 3. Escola 4. Área de Recreação 5. Clube 6. Blocos de apartamentos
7. Mercado 8. Comércio 9. Garagens 10. Estacionamento

Unidade de Vizinhança do Plano Diretor de Medellín (1949).

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

edificações e espaços destinados a um mercado, uma igreja, um berçário, clube e espaços de recreação. As habitações apresentam tipologias variadas: blocos de apartamentos verticalizados de 9 pavimentos – estes situados próximos a área livre do parque -, e ainda duas tipologias horizontais com casas em renque e a disposição dos pátios internos. Segundo os autores:

Os tradicionais pátios internos estiveram na concepção de diferentes tipos de habitação pelo fato de sua comodidade e sua adaptação perfeita ao tipo de vida da população autóctone (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.12. Tradução nossa).

Nota-se aqui elementos muito próximos da noção elaborada no Plano de Nova York: uma certa autonomia de cada unidade, a delimitação das divisas da unidade, as vias arteriais sem cruzar a unidade, os equipamentos e espaços de recreação. Contudo, observam-se certas releituras: as vias internas são majoritariamente reservadas aos pedestres ao invés de ruas curvilíneas que diminuíssem a velocidade dos carros, e as casas em renque em uma leitura moderna dos pátios internos ao invés da casa isolada no lote.

O plano prevê ainda – e enfatiza – a constituição de um centro cívico na zona central da cidade.

Os edifícios de utilidade pública, tais como biblioteca, museu, salas de conferência e de exposição, teatro municipal, auditório a céu aberto, edifícios destinados à administração e à municipalidade, praça pavimentada destinada a reuniões públicas, *promenade* se estendendo da avenida Cundinamarca à margem do rio em face à colina de Nutibara converte-se em parque e, por fim, um espaço reservado à construção de um novo hotel, constituem os complementos necessários à vida comunitária de uma cidade (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.15. Tradução nossa).

Os edifícios comerciais, de negócios e aqueles destinados aos serviços públicos além de igrejas e marcos referenciais da cidade foram tratados no plano como os espaços de representação do “espírito cívico”. Tema caro a Sert que seria objeto de discussão no oitavo CIAM que ocorreria naquele mesmo ano.

O último plano apresentado no artigo de Sert e Wiener (1951b, n.33) da edição especial sobre urbanismo na América Latina foi o Plano de Lima. (1947). Este último também se concentrou na elaboração de um novo centro cívico para Lima. O plano foi elaborado por Sert e Wiener junto com a *Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo* dirigida por

Luis Dorich¹⁰⁴. Naquele momento, Lima já abrigava uma população de 900 mil habitantes, concentrando grande parte da população urbana do país. Por outro lado, a cidade situava-se entre a zona costeira, seca e arenosa, onde localizavam-se o porto e a área industrial, e o interior montanhoso da cordilheira, dedicado ao cultivo, e de onde provinham os canais de irrigação. Assim o plano inseria-se em uma estratégia de ordenamento territorial de maior amplitude.

O Projeto Nacional de Planejamento do Peru permitirá determinar, de uma parte, a qual estágio de desenvolvimento a cidade deverá se limitar no futuro e de outro lado, decidir como limitar sua extensão de maneira a poder estabelecer um ordenamento urbano-rural mais equilibrado em todo o país (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.46. Tradução nossa).

Neste artigo, os autores apresentam uma leitura da constituição histórica da cidade chamando atenção para o plano de ordenamento do período colonial que conformou as quadras determinando a largura da rua e sua orientação em relação a trajetória solar. As formas de ocupação das quadras e os materiais e soluções construtivas também constituem a leitura dos autores.

As casas da velha Lima possuem os ‘pátios’, comportam geralmente um ou dois andares e apresentam as características do conjunto das habitações do sul da Espanha.

(...) estas estruturas chamadas de “canchas”, apresentam um certo grau de flexibilidade que os tornam mais aptos a resistir aos tremores de terra (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.48. Tradução nossa).

A praça principal – a Praça das Armas – onde se localiza a Catedral e o palácio do Governador, também é descrita pelos autores como o local onde concentram-se as atividades populares, religiosa e política. Compreendendo também as transformações urbanas do século XIX do processo de independência, os arquitetos analisam as obras realizadas pelo engenheiro norte-americano Henry Meiggs de abertura das avenidas no entorno dos muros coloniais como importantes para a estruturação do crescimento da cidade.

Lima [tem] um conjunto de avenidas notavelmente bem concebidas, realização urbanística suscetível de facilitar um número de medidas ao desenvolvimento futuro da cidade (Sert; Wiener, 1951b, n.33, p.49. Tradução nossa).

104 Luis Dorich (1915-?) estudou na Escola Especial de Arquitetura e cursou o Instituto de Urbanismo em Paris (1937). De volta ao Peru, em 1940, começou a trabalhar como arquiteto na Oficina de Obras Públicas do Ministério do Fomento. Em meados dos anos 1940, Dorich realizou uma pesquisa de pós-graduação em planejamento urbano no MIT, Cambridge. Momento em que Frederick Adams, filho de Thomas Adams, era diretor dos estudos de planificação. De volta ao Peru integrou a Oficina de Planeamiento y Urbanismo, órgão responsável pela construção das Unidades de Vizinhança sob o programa de arquiteto e, então, presidente Fernando Belaúnde.

A partir desta leitura do desenvolvimento da cidade, os arquitetos concebem um plano que tem como característica geral a preservação da cidade antiga de Lima, propondo até mesmo um “itinerário arqueológico” em que além da preservação das edificações as características urbanísticas permaneceriam sem alterações.

Eles propõem ainda a um novo centro urbano com a constituição de um centro cívico como parte da reestruturação da cidade que iria prever as zonas de expansão e sua delimitação, organização e hierarquização das vias de circulação com acessos às áreas industriais. O novo centro cívico se conectaria com a cidade antiga e seria destinado às atividades culturais, recreativas, administrativas e culturais.

Diagrama de crescimento da área urbanizada de Lima (1947).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Esquema de conexão entre o centro antigo e o novo centro cívico.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Plano Geral para o centro cívico de Lima (1947).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)..

Deste modo, então, nota-se como o artigo apresenta as primeiras realizações de Sert e Wiener no Peru e Colômbia. Nelas pode-se observar diretrizes gerais sendo aplicadas mas com ênfases diferentes em função de cada situação e demanda distintas associadas a leituras e condicionantes locais: em Tumaco, o arranjo habitacional e a leitura dos “pátios”, em Chimbote os “pátios” passam a organizar também o tecido urbano, em Medellín a consideração dos condicionantes geográficos da cidade e a Unidade de Vizinhança estruturando as áreas de expansão residencial, e por fim, Lima a reestruturação da área central da cidade associada a expansão da mesma e o desenho de um centro cívico. Em todos os casos trata-se de planos urbanos, ainda que trabalhem em escalas e situações diferentes, e neles a Unidade de Vizinhança aparece como uma peça que articula a escala residencial ao plano geral. É ainda preciso mencionar que em todos os casos o escritório estrangeiro trabalhou articuladamente com as instituições locais de urbanismo e/ou de habitação em contato direto com profissionais locais, dentre eles é preciso ressaltar Jorge Gaitán e Luis Dorich.

Contudo, o trabalho da TPA não se resumiu aos projetos no Brasil, Colômbia e Peru e em 1956 a revista noticia a atuação dos arquitetos na Venezuela. O artigo *Unité de voisinage de Pomona a Maracaibo* de Sert e Wiener (1956, n.67-68) insere-se na edição temática *Californie, Venezuela, Construction en pays chauds* de 1956 em que há um grande destaque para as realizações na Venezuela sobretudo as ações habitacionais ligadas ao *Banco Obrero*. O artigo apresenta o projeto de uma Unidade de Vizinhança realizado em na cidade de Maracaibo que teve Josep Lluís Sert e Paul Wiener como arquitetos-consultores, Carlos Guinand Baldo e Moises Benacerraf como arquitetos e Francisco Carrillo Batalla como engenheiro ligados ao *Banco Obrero*. Efetivamente, tratava-se de uma das realizações desta instituição dentro da *Política Nacional de Vivendas* em que o conceito de Unidade de Vizinhança é estruturador.

No artigo a cidade de Pomona é tida como um porto importante para o país por conta da extração de petróleo e neste sentido, atraía população e vinha apresentando um alto crescimento populacional.

Para resolver estes problemas crescentes, importantes projetos de urbanismo estão sendo feitos dentro do *Instituto Nacional do Habitat* e do *Banco Obrero* da Venezuela. É assim que está sendo realizado a Unidade de Vizinhança Pomona (Sert e Wiener, 1956, n.67-68, p.100. Livre tradução nossa).

Assim, o plano previa atender uma população de 1.200 a 1.500 habitantes, cálculo

realizado em função dos equipamentos públicos – provavelmente a escola, ainda que o artigo não especifique – em 300 habitações que deveriam “adotar um partido arquitetônico” que respondessem “às questões climáticas” (Sert e Wiener, 1956, n.67-68, p.100. Livre tradução nossa). Para a realização do projeto mais uma vez foram usados os estudos de padrão econômico e social, aqui com o intuito perscrutar os modos de morar:

A análise do padrão econômico e social demonstrou que uma certa parte da população poderia aceitar a ideia de apartamento em imóveis coletivos, mas que uma outra parte permaneceria ligado à habitação individual e mesmo a fórmula tradicional de pátio (Sert e Wiener, 1956, n.67-68, p.100. Livre tradução nossa).

Deste modo, o programa definido para a Unidade de Vizinhança de Pomona é composto

A. Blocos de três pavimentos tipologia A	H. Habitações em fileiras 24 unidades tipo E
B. Blocos de três pavimentos tipologia B	I. Habitações em fileiras 32 unidades tipo F
C. Blocos de três pavimentos tipologia C	J. Escola
D. Habitações em fileiras 28 unidades tipo A	K. Área de Recreação
E. Habitações em fileiras 36 unidades tipo B	L. Garagens e estação-serviços
F. Habitações em fileiras 60 unidades tipo C	M. Centro comercial
G. Habitações em fileiras 12 unidades tipo D	P. Estacionamentos

Plano Geral da Unidade de Vizinhança Pomona (Venezuela).

Fonte: Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68).

por 3 tipologias habitacionais de blocos de apartamento de 3 andares, 6 tipos de habitações individuais geminadas, além de contar com a escola – 15 salas para atender 600 alunos - uma área de recreação, centro comercial, edifícios de garagem e estação de serviços e estacionamentos. Desta forma, a escola é situada ao centro da unidade de vizinhança, de modo que as habitações a acessem por vias de pedestres internas, enquanto a localização do centro comercial se dá associada à via e circulação de automóveis e às garagens.

Em todos os edifícios, tanto habitacionais quanto os de uso coletivo, há um cuidado com relação à ventilação constante, sendo assegurada pelo uso dos tijolos vazados, o desenho de plantas de modo a proporcionar ventilação cruzada e o uso dos pátios.

Planta e elevação de uma das tipologias de blocos de apartamentos de 3 andares da Unidade de Vizinhança de Pomona (Venezuela).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68).

Foto de uma das tipologias de habitação geminada de Unidade de Vizinhança de Pomona (Venezuela).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68).

Observa-se, portanto, que o projeto para Pomona diferentemente dos outros divulgados pela revista não está ligado a um plano urbano. Por outro lado, ele apresenta com maior detalhe uma unidade de vizinhança onde pode ser notado a centralidade da escola, não somente como programa e localização mas também é em função dela que se define o tamanho da unidade de vizinhança, estimando-se a população e o número de unidade habitacionais a serem construídas.

Em 1958, foi publicado artigo escrito por Sert (1956, n.80) em que apresenta em paralelo os Planos Diretores para as cidades colombianas de Bogotá e Medellín em edição dedicada ao urbanismo. Nela a discussão se coloca sobre o ordenamento territorial em termos regionais, com ênfase para mudanças na política urbana na França, passando por planos urbanos na Europa – nas cidades de Roterdã na Holanda, Oslo, Noruega; Lublin, Polônia e Berlim na Alemanha – mas o destaque era dado ao Plano Piloto de Brasília.

O texto de Sert abre o conjunto de artigos apresentando projetos, as construções e realizações de planos urbanos e projetos arquitetônicos na Colômbia. Deste modo, Sert desenha um breve quadro caracterizando os aspectos físicos, geográficos e urbanos da Colômbia e retomando aspectos gerais dos planos de Medellín e Bogotá, passando pelo plano de Cali, relata sobre a organização dos planos e o método de trabalho que envolvia o relacionamento com as variadas instituições locais.

O trabalho foi dividido em diferentes fases e os contratos com os governos e as cidades puderam ser assim definidos:

- a) Estabelecimento de um Escritório de Planificação, com um diretor de urbanismo, todo o pessoal permanente necessário e os Conselhos chamados excepcionalmente.
- b) Reunião e organização de todas informações relativas às diretrizes dadas pelo Conselho.
- c) Escolha destes documentos depois de analisados.
- d) Estabelecimento de um programa de necessidades e análise das possibilidades de aplicação por etapas.
- e) Preparação de um diagrama de base ou ossatura do novo plano. Este diagrama exige estudos concernindo às condições geográficas de uma cidade dada, os fatores regionais e demográficos, a evolução natural e as vias principais. Este diagrama determinará a configuração geral da cidade.
- f) Enunciando os princípios de base que guiam a elaboração de um plano-piloto. (Sert, 1958, n.80, p.75. Livre tradução nossa).

Assim, Sert retoma as linhas gerais dos trabalhos que realizou na Colômbia durante mais de 10 anos, como associado ao TPA, no ano em que os escritório cessaria suas atividades. É notável que este artigo componha uma edição dedicado ao urbanismo, onde

se insere também o Plano Piloto de Brasília - já em obras - no momento mesmo em que Brasília é considerado um marco do urbanismo modernista - não somente para o Brasil - mas que também seria considerado um momento de inflexão da história do urbanismo.

De um modo geral, vemos a revista cobrir todo o arco temporal das atividades do TPA (1943-1958) - ainda que não divulgue todos os projetos e realizações. Assim, é possível acompanhar certos desenvolvimentos projetuais de Sert e Wiener. Em todos os casos observa-se a presença do conceito de Unidade de Vizinhança - inicialmente com deslocamentos importantes com relação a unidade de habitação mas que vai se consolidando como unidade de vizinhança. Em um primeiro momento há maior importância para a tipologia habitacional em que as áreas residenciais em sua maioria não são verticalizadas, há o uso dos recursos locais como tijolos de barro, soluções formais que permitam ventilação cruzada, alternativas ao controle de isolamento como o uso de elementos vazados e próprio recurso dos pátios internos oriundos da tradição colonial. A unidade de vizinhança passando a se estruturar pela lógica dos pátios configura um tecido urbano que dialoga com a quadra colonial e ainda, em planos em cidades existentes a unidade de vizinhança configura-se como estrutura que compõem um plano urbano "global" de cidades. Assim os pressupostos definidos pelos CIAM vão sendo negociados em função dos fatores locais.

3.4. Atuação de Sert na Colômbia e a conformação de uma nova pauta no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

Concomitantemente à produção textual de Sert, iniciam-se as atividades do *Town Planning Associates* junto com Paul Wiener e Paul Schulz. Bastlund é quem nos informa sobre alguns aspectos do funcionamento do escritório com sede em Nova York. Ao se dedicar a projetos urbanos com demandas técnicas específicas, o TPA associava-se a outros profissionais, entre eles, o escritório de engenharia Seelye, Value e Knecht que se dedicava aos projetos viários, e ao professor Charles Harr da Universidade de Harvard que

Plano Geral da Cidade dos Motores (1943-1945) mostrando a amplitude dos espaços abertos.
Fonte: José Luis Sert Archive.

assessorava sobre assuntos legais que envolviam a implementação dos planos diretores (Bastlund, 1967; Freixa, 1979). Como já mencionado, durante 1943 a 1958 o escritório dedicou-se a realização de projetos urbanos nos países da América Latina – Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Cuba.

Podemos mesmo subdividir o período de atuação do TPA pelas atividades realizadas em países distintos: ainda durante a guerra de 1943 a 1945 no Brasil com o projeto para a Cidade dos Motores; de 1947 a 1951 atuação nas cidades peruanas e colombianas; de 1951 a 1953 na Venezuela; e de 1955 a 1958 em Cuba. Na sequência dos projetos realizados nestes diferentes países é possível identificar o desenvolvimento de determinados raciocínios e procedimentos projetuais assim como mudanças, deslizamentos e inflexões. Iremos nos ater no período em que Sert concentrou suas atividades nas cidades colombianas, inicialmente pontuando as mudanças do período anterior para os anos do imediato pós-guerra, de 1947 a 1951, - mudanças que se apresentam notadamente entre a experiência brasileira e as experiências realizadas na Colômbia e em Chimbote no Peru - analisando o desenvolvimento de certos procedimentos projetuais e ainda analisar certas mudanças no momento mesmo em que foram retomados os encontros do CIAM.

Bastlund (1967), Freixa (1979) e Ventós (1997) ao analisarem o conjunto dos projetos realizados pela TPA apontam para uma mudança de orientação entre a primeira experiência de Cidade dos Motores (1943-1945) no Brasil e os demais planos urbanos. Eles concordam que o projeto para a cidade brasileira é a que se mantém mais próxima aos postulados da cidade funcional definida pelos CIAM. A cidade, então, é organizada em quatro unidades de vizinhança – com a escola, área de recreação e serviços básicos -, um centro cívico, uma via principal que conecta esta área residencial com a área industrial e ainda *promenades* cobertas que conectam o centro cívico às unidades de vizinhança. Neste projeto as edificações residenciais apresentam uma verticalidade – de 3 a 8 pavimentos – e amplos espaços abertos entre as edificações. Bastlund (1967) é quem aponta que nos projetos posteriores Sert iria adotar soluções cada vez mais compactas, diminuindo a área urbanizada da cidade.

Cuidadosas considerações sobre o custo de desenvolvimento e manutenção das cidades conduziu para escalas mais precisas de todos os elementos envolvendo o complexo urbano e resultou em grupo de edificações mais compactas, representando considerável economia em serviços de utilidade pública, vias e espaços públicos (Bastlund, 1967, p.46. Tradução nossa.)

Plano geral de Chimbote (1947-48) mostrando um plano mais compacto de cidade conformado pela variedade tipológica de casas-pátio.

Fonte: José Luis Sert Archive.

A partir desta considerações de custo de implantação, sobretudo das infraestruturas, as diretrizes genéricas de implantação de edifícios com alta densidade populacional implantados em amplas áreas verdes passam por uma consideração de que estes amplos espaços seriam áreas urbanizadas e portanto demandariam a instalação de infraestruturas e manutenção. Pode-se ainda inferir que a própria solução por áreas urbanas mais compactas também marcariam uma diferenciação entre área urbana e não urbana, ou ainda, uma diferenciação das áreas suburbanas que Sert já havia criticado em seu texto de 1944.

É no texto publicado em 1953 pela revista norte-americana *Architectural Forum*, *Can patios make cities?* que Sert e Wiener (1953a) mostram a síntese de um raciocínio projetual que havia sido desenvolvido nos projetos do TPA, especialmente nas cidades colombianas e Chimbote (ainda que cite também os projetos no Brasil e um estudo inicial para Cuba). Nele, apresentam o pátio - solução construtiva amplamente utilizada nas cidades de colonização espanhola - como um módulo básico que ordena todos os elementos da cidade em escalas variadas: da menor unidade, a casa-pátio; à unidade intermediária,

pátios-verdes (praças), vizinhança-pátio (centros comunitários); a parques-pátios (parques lineares); edifícios-pátio (escolas, igrejas e centros comerciais); até o pátio do centro cívico. Este último entendido como uma “série de praças gigantes que formam espaços para assembleias para todos os cidadãos” (Sert; Wiener, 1953a, p. 124). Efetivamente, ao egerem o pátio como um elemento central, os arquitetos apresentam um entendimento de articulação entre espaço construído e espaços abertos. A gradação da escala dos pátio reflete um ordenamento e hierarquização dos espaços abertos urbanos, e mais ainda uma preocupação com seu desenho, sua conformação e o controle de sua escala.

Croquis de Sert estudando a composição de casas-pátio.

Fonte: José Luis Sert Archive.

Croquis de Sert estudando a composição dos pátios intermediários na escala da vizinhança e a conformação do “desenho da rua”.

Fonte: José Luis Sert Archive.

O artigo também apresenta, uma contraposição entre a experiência norte-americana de Radburn – considerada um modelo de subúrbio-jardim – e as experiências latino-americanas do TPA. Segundo o artigo, ambas tratam da separação das vias destinadas aos carros e as vias de pedestres, neste caso Radburn seria mesmo um “modelo”. No entanto, segundo o artigo, a experiência norte-americana teria um desenvolvimento centrífugo em que as casas isoladas no lote voltam-se para o exterior, e a serialização dos espaços abertos dos lotes espalham-se pelo território. Enquanto nas experiências latino-americanas o desenvolvimento seria centrípeto em que as casas voltam-se para os pátios interno e ao

invés de fileiras de casa individuais isoladas no lote, os arquitetos utilizam blocos contínuos de casas-pátio em lotes menores e mais compactos. Assim, “os lotes são menores mas mais úteis que os tradicionais lotes abertos, e as ruas apresentam um coerente padrão arquitetônico de larga escala” (Sert; Wiener, 1953a, p.125). O artigo chama atenção mesmo para o “desenho da rua”. Vemos, deste modo, uma contraposição ao modelo de crescimento suburbano, ao qual Sert vinha tecendo críticas, através do desenho de cidades em que se previa o crescimento residencial por meio das unidades de vizinhança cuja composição estava sendo desenhada de maneira compacta e articulada com escalas variadas de áreas livres.

Estudo de Sert para as escolas internalizando os pátios associados às salas de aula.
Fonte: José Luis Sert Archive.

O artigo afirma ainda que ao utilizar lotes menores e compactos poupando o uso extensivo de solo urbano haveria a compensação à comunidade através planejamento de “pátios comunitários generosos” ao final ou meio de cada bloco também com intenção de promover encontros entre seus habitantes. Estes seriam os “pátios da vizinhança”. Há ainda uma outra escala interessante, a do parque-pátio. Este tem a função de interligar vizinhanças por faixas de áreas verdes, seriam “quadras interligadas para produzir uma faixa verde contínua entre as vizinhanças (Sert; Wiener, 1953a, p.128). Esta escala intermediária de espaço aberto com a função de conexão entre as vizinhanças tem como procedência a solução encontrada para o plano de Medellín em que os vários córregos afluentes do Rio Medellín, chamados de quebradas, são tratados de modo a conter as cheias à jusante. Neste plano as áreas livres junto aos córregos são pensadas como – o que hoje chamaríamos de – parques lineares e são associados às unidades de vizinhança servindo de limite destas. Deste modo, além de um parque ele cobre a função de conexão entre as unidades.

Plano de Medellín mostrando os parques associados aos rios afluente do Rio Medellín. Estes também margeiam as Unidades de Vizinhança servindo de limite.

Fonte: José Luis Sert Archive.

nesta etapa da obra de Sert é também resultante de um processo de negociação entre o passado colonial urbano e os pressupostos modernistas de cidade, inclusive com mudanças dos pressupostos iniciais – a cidade funcional *tout court* – e a apropriação de certas soluções formais comuns na América Latina.

Croqui de Sert para o Centro Cívico de Chimbote.

Fonte: José Luis Sert Archive, GSB.

As atividades de Sert e Wiener nas cidades latino-americanas, sobretudo Peru e Colômbia, ocorreram em paralelo à reestruturação dos encontros do CIAM. Com efeito, os projetos para as cidades latino-americanas foram apresentados nos encontros do imediato pós-guerra: o de Bridgewater em 1947, Bergamo em 1949 e Hoddesdon em 1951. Com o

final da Segunda Guerra, os membros do CIAM que estavam nos EUA tomaram a iniciativa de retomar a organização dos encontros estabelecendo contato com os grupos europeus que voltavam a se reorganizar. Neste processo Sert foi nomeado presidente do CIAM, sucedendo Cornelius van Eesteren, cargo que ocupou até o último encontro em 1957, e Giedion manteve-se como o secretário-geral (1928-1957). O grupo inglês, MARS, foi quem recebeu e preparou o primeiro encontro do CIAM do pós-guerra. Segundo Mumford (2000) o grupo MARS contava com uma posição privilegiada dentro das circunstâncias. Durante a guerra ele não se dissolveu, ao contrário manteve-se com um número grande de membros. Muitos deles ocuparam posições importantes nos projetos de reconstrução dentro das instituições públicas como o Arthur Ling que trabalhava no *London County Council* ou mesmo Frederick Gibberd que construía a nova cidade de Harlow dentro do programa das *New Towns*. Além dos projetos governamentais membros do grupo MARS também atuavam na *Architectural Association School* e nos conselhos do RIBA – *Royal Institute of British Architects*.

O sexto congresso, então, ocorreu em 1947 na cidade de Bridgewater, Inglaterra, preparado pelo grupo MARS. Por falta de consenso durante a preparação do encontro não foi definido um tema, mas foi decidido a sobre a retomada do CIAM no pós-guerra e os projetos foram apresentados fora do esquema da grelha que costumeiramente vinha sendo a estrutura de apresentação dos projetos. Foi neste congresso que Sert e Wiener apresentaram o projeto para a Cidade dos Motores no Rio de Janeiro¹⁰⁵. Ao final do evento não houve consenso sobre o tema e mesmo o local para o próximo encontro o que evidencia as dificuldades em se reestruturar os grupos e sobretudo a falta de uma pauta comum diante do novo cenário europeu – que não era homogêneo – depois da guerra e também a posição que os antigos membros assumiram em outros espaços, como o caso daqueles que se fixaram nos EUA.

O sétimo CIAM ocorreu em Bergamo na Itália em 1949 depois de discutida a proposta encaminhada por Helena Syrkus (1900-1982) que defendia a realização do encontro em Praga – neste momento Helena e seu marido Syzmon Syrkus realizavam o plano de reconstrução de Varsóvia contendo a inteira reconstrução do centro histórico destruído durante a guerra – e a proposta do grupo italiano que incluía Ernesto Nathan Rogers e seu associados no BBPR que elaboravam um plano para Milão – que também continha um plano para a reconstrução do centro antigo. O congresso, então, ocorreu na cidade italiana e teve na abertura a fala de Rogers que, segundo Mumford (2000), vinha defendendo o tema da “continuidade” com o passado. Neste encontro foram exibidos o projeto do Pedregulho

105 No mesmo ano em que o MoMA montava a exposição *Two Cities: planning in North and South America* em que exibia os planos para a Cidade dos Motores de Sert e Wiener no Brasil e o plano para a parte sul da cidade de Chicago, *a new plan for Chicago's South Side*.

de Affonso Eduardo Reidy, ainda que ele não estivesse presente, e os planos do TPA para as cidades de Lima, Chimbote e Tumaco que já expressavam a ideia dos centros cívicos e mais ainda a leitura das quadrícula espanhola e Praça das Armas.

7^e CONGRÈS CIAM Application pratique de la Charte d'Athènes
«GRILLE CIAM» pour l'analyse et la présentation d'un Thème Urbanistique

Classe	Titre 1 Le Thème		Les 4 fonctions				(5) Divers
			(1) Habiter	(2) Travailler	(3) Cultiver le corps et l'esprit	(4) Circuler	
1	Le milieu Conditions naturelles, données géographiques et démogra- phiques	Géographie physique	vert	rouge	bleu	jaune	
		Géographie humaine					
11	Occupation du territoire Zonage et tracés à deux dimen- sions	Rural					
		Industriel					
		Echanges, Pensée, Administration					
12	Volume bâti et utilisation des espaces ambiants Urbanisme à trois dimensions	Villies					
		Campagnes					
13	Equipement	du territoire					
		du domaine bâti					
14	Ethique et esthétique (avec étude éventuelle des rap- ports de l'Ancien et du Moderne)						
15	Incidences économiques et sociales						
16	Législation						
17	Financement						
18	Étapes de réalisation						
19	Divers						
Classe	Titre 2 Réactions aux thèmes		Les 4 fonctions				(5) Divers
			(1) Habiter	(2) Travailler	(3) Cultiver le corps et l'esprit	(4) Circuler	
21	Réactions d'ordre rationnel	Usagers	vert	rouge	bleu	jaune	
		Opinion					
		Autorité					
22	Réactions d'ordre affectif	Usagers					
		Opinion					
		Autorité					

Établie par la Commission (ASCORAL). Préliminaire de la GRILLE sur mandat du Congrès de Bridgwater Paris, le 5 décembre 1947.

Adoptée par le Conseil de Direction de l'ASCORAL le 13 décembre 1947 et confiée à la «Commission (ASCORAL) de préparation des travaux du 7^e Congrès» pour mise en pratique.

Grelha-CIAM preparada pelo grupo ASCORAL para o CIAM 7 que seria realizado em Bergamo em 1949.

Fonte: (Giedion, 1951).

Ao final deste encontro Le Corbusier sugeriu que o tema para o próximo congresso fosse o desenvolvimento de uma “Carta do Habitat” para substituir a “Carta de Atenas” (Mumford, 2000, p. 201). No entanto, Sert demonstrava seu interesse em discutir o tema dos centros cívicos e defendia que o próximo encontro deveria ser organizado pelo grupo MARS pois este estava bastante ativo e também estavam lidando com os centros cívicos das novas cidades e das em reconstrução. Assim, com o consentimento de Le Corbusier (Mumford, 2000), o oitavo congresso que ocorreu em 1951, foi organizado pelo grupo MARS na cidade de Hoddesdon e teve como tema *The Heart of the City*. Sobre o tema Mumford comenta:

Para este congresso, toda pretensão de sistematização e quantificação de informações foi abandonada. Ao invés disso, o Coração foi visto amplamente como a imagem do espaço construído, um local onde o ‘senso de comunidade’ é fisicamente expresso, e não um local que pode ser cientificamente analisado à maneira dos Congressos CIAM do pré-guerra (Mumford, 2000, p.202-203. Tradução nossa.)

Este deslocamento sutil e ao mesmo tempo muito significativo dentro do CIAM carregava as mudanças dos pós-guerra com relação à técnica e a própria racionalidade dentro de uma demanda de reconstrução das cidades bombardeadas mas também, no caso de Sert, sua experiência em uma situação urbana diferente e a formulação de sua crítica ao “suburbanismo” que o levou a defender uma discussão sobre o sentido de cívico e de urbano.

O tema do coração da cidade foi colocado pelo grupo MARS como um elemento novo, para além das quatro funções, “o elemento que faz uma comunidade uma comunidade, seu coração ou núcleo” (MARS APUD Mumford, 2000, p.203. Tradução nossa). Deste modo, esta preocupação das comunidades urbanas remete às formulações do próprio Plano de Londres cujos membros do grupo tomaram parte como as formulações de Sert já expressas em seu texto de 1944. Nele a questão dos encontros e interações sociais estavam colocadas dentro das escalas diferentes indo da unidade de vizinhança, passando ao centro cívico, até uma noção de região. Foi justamente para este encontro que Sert escreveu o texto de abertura *Centers of community life* (Sert, 1952) publicado em 1952 como resultado do encontro e editado por Sert, Ernesto Nathan Rogers e Jacqueline Tyrwhitt – membro do MARS. Neste texto, Sert (1952) reafirma o raciocínio por escalas agora aplicado diretamente ao “coração”, ou aos centros cívicos, organizando por escalas os locais de encontros, agrupamento e interação.

As cinco escalas seguintes de Core foram selecionadas para a análise dos CIAM 8:

A vila (rural) ou grupo residencial primário representando a menor e satisfatória escala social.

O pequeno mercado central (rural) ou vizinhança residencial (urbana) em que os residentes se conhecem e podem ser socialmente autossuficientes.

A vila [town] (rural) ou setor da cidade (urbano) em que já há algum nível de anonimato e que pode ser economicamente autossuficiente.

A cidade ou grande vila que inclui muitos setores da cidade.

A metrópole ou centro internacional importante de alguns milhões de pessoas (Sert, 1952, p.8. Tradução nossa).

Mumford (2000), ainda, chama a atenção para um aspecto da organização, a mudança da grelha que organiza a apresentação dos projetos. Para o CIAM 8, Jacqueline Tyrwhitt em contato com Sert e o grupo MARS formulam a “Grelha MARS”. Nela as categorias, ao invés das funções, passam a ser as escalas dos centros cívicos. Foi dentro desta estrutura que foram apresentados os projetos do TPA, desta vez os centros cívicos de Chimbote, Medellín e Bogotá, este como consultores de Le Corbusier.

MARS GRID					
Standard arrangement of panels: TOTAL DIMENSIONS 198x84CM OR 78x33IN; EACH PANEL 33x21CM OR 13x8IN					
THE REGION	THE PLACE	THE CORE: LAYOUT	THE CORE: EXPRESSION	THE CORE: SOCIAL LIFE	THE CORE: REALISATION
1A Scale Level NAME OF PLACE Country Population Architect	2A 3 DIMENSIONAL PLAN OF AREA	3A 3 DIMENSIONAL PLAN OF CORE	4A SKETCH OR PHOTOGRAPH	5A DAYTIME Buildings and land in use	6A THE CORE IN THE PAST
1B GENERAL INFORMATION	2B LAND USE AS PLANNED IN AREA	3B LAND USE AS PLANNED IN CORE	4B SKETCH OR PHOTOGRAPH	5B EVENINGS Buildings and land in use	6B THE CORE 30 YEARS AGO
1C MAP OF REGION	2C COMMUNICATIONS AS PLANNED IN AREA	3C COMMUNICATIONS AS PLANNED IN CORE	4C SKETCH OR PHOTOGRAPH	5C SUNDAYS Buildings and land in use	6C THE CORE AT PRESENT
1D MAP OF DISTRICT	2D PHOTOGRAPH OF AREA (or blank)	3D PHOTOGRAPH OF CORE (or blank)	4D SKETCH OR PHOTOGRAPH	5D SPECIAL OCCASIONS Buildings and land in use	6D PLAN FOR THE CORE 10 YEARS HENCE

Grelha-MARS preparada para o CIAM 8 – O Coração da Cidade de 1951.

Fonte: (Mumford, 2000).

Observa-se, portanto, que no imediato pós-guerra Sert assume uma posição e um papel cada vez mais relevante dentro do CIAM. A reestruturação do congresso ocorreu concomitantemente às atividades de Sert na América Latina e sua inserção no meio social, político e intelectual norte-americano. A definição do tema para o oitavo congresso que desse visibilidade aos centros cívicos mostra como Sert consegue colocar como pauta em

um congresso internacional suas perspectivas sobre a cidade que foram sendo formuladas através de sua atuação na América Latina. Assim, os projetos para as cidades latino-americanas foram apresentados e discutidos em um fórum internacional.

Entretanto, o que nos parece mais revelador deste processo não é a ideia da América Latina como um laboratório para as ideias de um estrangeiro, como se este novo espaço fosse uma *tábula rasa* e os contatos culturais operassem em uma única via. Mas ao contrário como a experiência deste ator em um novo contexto, as negociações operadas como este novo terreno social – e aqui no caso urbano – produziram deslizamentos, mudanças e inflexões das concepções iniciais. O enfrentamento das condições históricas e da estrutura urbana das cidades latino-americanas, cristalizada na maneira como Sert negocia com a quadrícula colonial, propõe soluções habitacionais mais horizontalizadas com a utilização dos pátios e enxerga na Praça das Armas um núcleo cívico urbano constituído ao longo do tempo, mostra as mudanças com relação às soluções mais verticalizadas em meio às amplas áreas verdes e um raciocínio estritamente funcional das cidades. No caso de Sert, as negociações ocorrem múltiplos sentidos e se faz igualmente importante compreender sua inserção no meio norte-americano reagindo às críticas de Lewis Mumford, mas também se deparando com um debate urbanístico que tratava extensivamente do planejamento comunitário, no trânsito entre inglês e norte-americanos, mas que também revelava um processo de suburbanização que mobilizava Sert a pensar a cidade não como uma descentralização mas como uma re-centralização em núcleos de escalas variadas, tendo a unidade de vizinhança como a primeira e menor escala.

Croqui com diretrizes para o Plano de Medellín (1948).

Fonte: Jose Luis Sert Archive, GSD.

**CAPÍTULO 4 | Carlos Raúl
Villanueva na Venezuela**

4.1. Carlos Raúl Villanueva: formação francesa, atuação venezuelana.

Carlos Raúl Villanueva (1900-1975) é considerado um dos expoentes da arquitetura moderna na Venezuela (Fraser, 2000; Hitchcock, 1955; Araque, 1999). Formado em arquitetura pela *École de Beaux-Arts* nos anos 1920, em meio a um efervescente ambiente cultural e intelectual, no momento em o debate da arquitetura moderna se fazia presente, é fácil imaginá-lo como um personagem que teria levado à Venezuela estes ideais inovadores. No entanto, ao olhar mais atentamente a trajetória deste personagem percebe-se que os princípios modernistas afloram em sua atuação na Venezuela, e ainda acrescentamos, através de um lento processo de aproximação, acomodação e inserção no meio social venezuelano.

Villanueva nasceu em Londres em 1900, em função das atividades diplomáticas que seu pai exercia. Filho de um venezuelano de ascendência espanhola e mãe de ascendência francesa, Villanueva foi criado em Paris, em meio a um ambiente diplomático de europeus. Ele estudou no Liceu Condorcet e depois cursou arquitetura na *École de Beaux-Arts* de 1920 a 1928 (Villanueva, 2000). Assim, todo seu período formativo ocorreu na Europa, especificamente na França. Em 1929, Villanueva foi para a Venezuela, segundo Niño Araque (1999), pela primeira vez. Neste ano, ele se instalou no país e começou a trabalhar no Ministério de Obras públicas, sendo diretor do setor de *Edificaciones y Obras de Ornato* até 1939.

Carlos Raúl Villanueva
Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

As monografias que tratam da trajetória de Villanueva (Moholy-Nagy, 1964; Araque; Orama, 1999; Villanueva, 2000) organizam-se em função da cronologia das obras e projetos, por vezes agrupados por programas. Niño Araque (1999) propõe uma leitura da obra do arquiteto através de 5 momentos: o período de 1928 a 1938, entendido como a queda do ecletismo, tratando do período formativo do arquiteto até a primeira década de trabalho já na Venezuela; de 1939 a 1949, entendido como a primeira modernidade; de 1950 a 1958, como plena modernidade, tratando do desenvolvimento do plano e obras para a Cidade Universitária; de 1951 a 1956, compreendido como o compromisso social, discutindo as

obras de habitação social; e de 1959 a 1970 entendido como a busca do minimalismo.

Durante os anos iniciais na Venezuela, em um momento político fechado, sob a ditadura de Juan Vicente Gómez, a historiografia pontua sua capacidade de se adaptar às condições encontradas (Villanueva, 2000). Assim, Villanueva realizou como diretor de Edificações uma série de obras públicas, como escolas e a Praça dos Touros, em que ainda trabalhava com a linguagem dos estilos. Para Araque, nesta etapa o arquiteto estaria se aproximando do meio local em uma “continua incorporação da cultura arquitetônica francesa à história urbana local” (Araque, 1999, p.28. Tradução nossa).

Obras de Carlos Raúl Villanueva: Gran Escuela (1939) em Caracas e Praça dos Touros (1931) em Maracay.
Fonte: (Araque, Orama, 1999) e (Moholy-Nagy, 1964).

Em 1937, Villanueva junto com Luis Malaussena Pimentel projetaram o Pavilhão da Venezuela para a Feira Mundial de Paris daquele ano. Ocasão em que Le Corbusier exibiu o *Pavillon des Temps Nouveaux*, e Sert junto com Lacasa abrigavam a obra *Guernica* sob o Pavilhão Espanhol projetado por eles. Neste evento, Villanueva e Malaussenas recebem o prêmio pelo pavilhão venezuelano na Feira Internacional de Paris.

Findado o evento, Villanueva não voltou à Venezuela imediatamente, ele permaneceu por mais sete meses realizando um período de estudos no *Institut d'Urbanisme de Paris* (Villanueva, 2000). Instituição fundada em 1924, mantinha entre seus quadros de professores os urbanistas Marcel Poëte (1866-1950), Henri Prost (1874-1959) e também Alfred Agache (1875-1959) e o mais jovem Gaston Bardet (1907-1989) como assistente (Pontual, 2016). Oportuno mencionar que Agache, Bardet, Proust e seu aluno, Maurice Rotival (1897-1980) faziam parte (inclusive na fundação) da *Société Française des Urbaniste* (SFU). Leme ao tratar da difusão dos conceitos e práticas do urbanismo, destaca um aspecto importante que

revela por um lado, um expediente de ensino naqueles anos dentro do Instituto e, por outro, uma prática de atuação profissionais dos urbanistas então, egressos. Diz ela:

... estudo desenvolvido no Instituto se fazia no contexto profissional francês como uma resposta a demanda às exigências da Lei Cordonnet, que passava a exigir, das cidades de mais de 20.000 habitantes, planos de *Aménagement, embellissement et extension*. Estes planos serão feitos para as cidades na França e estudos para cidades em países da América Latina e da África, orientados por professores franceses. (Leme, 1998, p. 10)

Assim, Caracas seria um dos destinos deste fluxo de urbanistas. De volta à Venezuela em 1938, Villanueva faria parte da, *Dirección de Urbanismo*, organismo ligado ao governo do Distrito Federal, criada no mesmo ano. Neste organismo, Villanueva, Carlos Guinand, Enrique García Maldonado e Gustavo Wallis assessorados pelos urbanistas franceses Henri Proust, Jacques Lambert, Maurice Rotival e o engenheiro Wegenstein ficariam responsáveis pela elaboração do Plano Regulador de Caracas (1939).

Efetivamente, foi Rotival quem ficou à frente do Plano. Em linhas gerais, o Plano Rotival, como ficou conhecido, criava um sistema de vias com o intuito de conectar o centro das outras áreas da cidade, então, em expansão. Dentro deste sistema, previa-se a criação de uma avenida monumental no centro econômico da capital do país. Este eixo inseria-se no meio de um renque de quadras coloniais e na área resultante destas quadras, previa-se, então, uma série de edificações comerciais e governamentais.

Sistema de vias do Plano Regulador de Caracas (1939).

Fonte: (Villanueva, 1950).

Maurice Rotival croqui mostrando Av. Simon Bolívar que liga o morro do Calvário à Praça Caobos (1939).

Fonte: (Fraser, 2000).

Em 1941, sob o governo de Isaías Medina Angarita que iniciava um processo de transição democrática e tinha como lema “educação, habitação e saúde”, decide-se que parte do Plano Rotival destinado aos edifícios governamentais deveriam ser transformados em habitações. Assim, as recomendações formais contidas no Plano Rotival serviriam de parâmetro para um concurso interno entre os arquitetos do órgão público, Carlos Guinand e Villanueva. Villanueva foi quem venceu o concurso e projetou a Unidade de Vizinhança *El Silencio* (1941) que foi construído entre 1942 e 1945. *El Silencio* é também a primeira realização empreendida diretamente pelo *Banco Obrero*, organismo ligado ao Ministério de Obras Públicas. Paulina Villanueva salienta que de 1941 a 1957, Villanueva trabalharia para o *Banco Obrero* durante todo este período atuando sobre a demanda de habitação social.

Em 1941 ainda, Villanueva participa da fundação da Escola de Arquitetura na Universidade Central da Venezuela (UCV) onde se torna professor das cátedras de Urbanismo, História da Arquitetura e também do Atelier de composição. Em 1944, Villanueva recebe o encargo de planejar a Cidade Universitária e projetar seus edifícios. Empreitada

Plano da Cidade Universitária (UCV) na segunda etapa de construção.

Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

que o arquiteto desenvolveria ao longo de sua carreira, desde o estudo de urbanização em 1944 até os últimos projetos para a zona esportiva em 1959. Este processo possibilitou o experimento e construção das obras de arquitetura moderna da Venezuela de grande destaque na historiografia. Dentro da periodização estabelecida por Niño Araque (1999), foi nos anos 1950 que Villanueva teria alcançado sua “plena modernidade” em um movimento que depuração da formação estilística em direção a uma linguagem modernista. Diz ele:

Villanueva dirige-se a um enfoque plenamente audaz e complexo; deixando pra trás a cidade de eixo monumental e os edifícios autônomos, para trás ficou o Hospital Universitário. A cidade horizontal de poucos edifícios e extensas áreas verdes se transforma em uma cidade universitária de caráter urbano; aparece assim, bruscamente, o Conjunto Central: a praça coberta, a Aula Magna, a Reitoria, a Sala de Concertos, a Biblioteca Central; aparecem as zonas de alta densidade: Arquitetura, Farmácia, Odontologia; se desvela a proposta da síntese das artes, multiplica-se a variedade de espaços e a oferta de funções articuladas (Araque, 1999, p. 37. Tradução nossa).

Vista Geral da Cidade Universitária (UCV).
 Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

Praça Coberta da Cidade Universitária (UCV).
 Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

Aula Magna da Cidade Universitária (UCV) e Auditório com a obra de Alexander Calder.
 Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

Paralelamente, às atividades relacionadas aos projetos e obras da Cidade Universitária, Villanueva atuou junto ao *Banco Obrero* onde realizou inúmeros projetos habitacionais, de urbanizações e Unidades de Vizinhança. Estes projetos também tiveram grande repercussão no marco de políticas governamentais que enfrentavam o problema da habitação. A publicação de algum deste projeto na revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui* mostra a amplitude das ações realizadas procurando também difundir soluções de linguagem moderna que lidavam com o tema tão nodal para os princípios modernistas: a habitação.

Prédio da Escola de Arquitetura da Cidade Universitária (UCV).
 Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

4.2. A Unidade de Vizinhança na obra de Carlos Raúl Villanueva na Venezuela pelas lentes da revista *L'Architecture d'aujourd'hui* de 1945 a 1958.

A obra de Carlos Raúl Villanueva na Venezuela teve espaço significativo na revista *L'Architecture d'aujourd'hui* – da qual era inclusive o correspondente internacional. O projeto da Universidade Central da Venezuela (UCV) assim como as obras das edificações são destaque na revista tanto por sua arquitetura quanto pelo trabalho conjunto de arquitetos e artistas – dentre eles Fernand Léger, Jean Arp, Victor Vasarely, Henri Laurens, Pascual Navarro e Mateo Manaure – dentro da perspectiva de síntese das artes. A revista também divulga alguns poucos projetos individuais, como o projeto de sua casa, mas são as obras e projetos de maior escala realizados dentro de uma política nacional de habitação do *Banco Obrero* que ocupam o corpo da revista.

O artigo *Nouvelles unités résidentielles au Venezuela* (Villanueva, 1950) insere-se em uma edição dedicada ao tema da habitação que compila experiências de edifícios multifamiliares em diversos países, dando maior destaque à iniciativa na Grã-Bretanha. Dentre os países latino-americanos, foram apresentadas experiências no México, Venezuela, Argentina e Brasil. O artigo de Villanueva, então, apresenta as unidades residenciais produzidas pelo *Banco Obrero: El Silencio* (1941-43), uma realização do Banco em Caracas; o conjunto, chamado de unidade de habitação, General Rafael Urdaneta (1943-1945), que consistia em bairro residencial na cidade de Maracaibo; uma espécie de distrito nos arredores de Caracas chamado de *Coche*; e por fim, a área residencial da Cidade Universitária de Caracas.

O destaque nesta edição recai sobre o Conjunto *El Silencio* (1941-43). Villanueva inicia a apresentação do projeto remetendo-o ao contexto do Plano de Urbanismo elaborado em 1939 pelo governo assessorado por um grupo de urbanistas franceses, dentre eles J. H. Lambert e Maurice Rotival. Nele, previa-se a abertura de grandes vias de circulação e um eixo que seria a avenida principal da cidade, segundo o artigo, dedicado a Simon Bolívar. A avenida seria implantada sobrepondo-se a uma fileira de quadras que compunhas a quadrícula antiga da cidade, com a avenida ocupando o miolo da quadra. O terreno remanescente passaria por uma reconfiguração cujo plano apresentava um plano de massas. A reurbanização *El Silencio* insere-se justamente aos pés de uma colina – chamada de morro do calvário – no ponto de início da grande avenida prevista por Rotival marcada por uma grande rótula com uma praça em seu interior. Segundo Villanueva (1950, n.31) o *Banco*

Obrero teria tomado a iniciativa de construir um primeiro conjunto residencial implantada nesta área considerada insalubre, dando início também a reformulação residencial envoltória da avenida em um local estratégico para a constituição de um eixo visual.

Plano Diretor de Caracas (1939) de Maurice Rotival.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

Fileira de quadras a serem reurbanizadas em função da abertura da avenida e a inserção de El Silencio (1941-43).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

A reurbanização de *El Silencio*, então, contou com a construção de 800 apartamentos em edifícios com térreo mais 3 pavimentos, ocupando toda a extensão da rua e configurando um espaço no interior da quadra, distribuídos em 5 quadras. Os apartamentos variam de 2 a 5 quartos, de 100m² a 160m², em tamanhos que abrigam situações familiares distintas. Todo pavimento térreo é destinado ao uso comercial e formalmente configura uma *promenade*

com o passeio coberto filtrando a incidência do sol e abrigando das chuvas. Curiosamente, a legenda da foto desta situação é acompanhada por um texto de Villanueva, dizendo o seguinte:

Vista da praça e dos pórticos Ossatura em B.A. [Beaux-Arts?]. O edifício não inclui nenhum ornamento, exceto a colunata que margeia as lojas no nível da rua, ao redor da praça: Concessão à Comissão do Plano que desejava integrar nas novas construções uma reminiscência do estilo colonial ainda vivo na cidade. Este reminiscência barroca quer traduzir uma continuidade do estilo entre o passado e o presente, mas o problema é aparentemente insolúvel (Villanueva, 1950, n.31, p.31. Tradução nossa).

Foto mostrando elevação de El Silencio voltada para Avenida Bolívar vista a partir da colunata.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

Plantas das duas tipologias habitacionais de El Silencio.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

Assim, toda a fachada visível da rua é composta por uma colunata enquanto a elevação vista do interior da quadra trazem a expressão dos elementos construtivos sem qualquer tipo de ornamento. No interior da quadras, configurada pela própria implantação dos edifícios na extensão da rua, são reservados aos jardins e espaços de recreação, sobretudo às crianças.

Fotos da elevação de El Silencio visto do interior da quadra, com fileira de pilares.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

Na mesma edição da revista é apresentado outro projeto de Villanueva, também construído dentro da política do *Banco Obrero*, chamado pela revista de unidade de habitação General Rafael Urdaneta (1945). Tratava-se da construção de um bairro destinados aos operários na cidade de Maracaibo, que se configurava como uma cidade industrial e portuária importante da Venezuela. O bairro implantado em um terreno de 70ha foi projetado para abrigar 1.220 casas. Estas eram divididas em duas tipologias: casas geminadas em renque de 1 ou 2 pavimentos com apartamento de 3 ou 4 quartos com 70 m². O texto ainda salienta, com relação às soluções de layout das plantas, a necessidade de manter sistemas de ventilação cruzada e constante e janelas móveis – em geral pivotantes – com persianas.

Plano geral da urbanização General Rafael Urdaneta (1943-45) em Maracaibo.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

Do ponto de vista do programa para o empreendimento além das edificações residenciais forma implantados na entrada da cidade o centro comercial, um ambulatório, um posto policial e igreja. Há ainda no interior do empreendimento edifícios destinadas aos serviços sociais e culturais: biblioteca, clube, teatro ao ar livre, área esportiva e uma piscina, além do grupo escolar.

Em outra edição temática sobre habitação coletiva de 1952 (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.45) são apresentados mais dois trabalhos realizados dentro da política do Ministério de Obras Públicas e do *Banco Obrero*. Segundo texto introdutório, “estas realizações são caracterizadas por uma construção massiva, a simplificação da distribuição das habitações, a eliminação do supérfluo em proveito da qualidade do necessário” (Villanueva, 1952, n.45, p.38. Tradução nossa).

Com efeito os dois projetos apresentados ao público, *Cerro Grande* do arquiteto Guido Bermudez e *Quinta Crespo* de Villanueva e C. Celis, exibem edificações verticalizadas de alta densidade chamadas de unidade de habitação. O projeto de Villanueva conformado em um único bloco residencial abriga 118 apartamentos implantados em um terreno de 0,9 ha, contendo como serviços coletivos uma lavanderia, biblioteca, clube social, ginásio e jardim de infância (este fora da edificação do bloco residencial). No térreo ainda há espaços reservados para lojas com artigos de primeira necessidade, uma cafeteria, uma livraria e um “escritório de telefones”. Villanueva parece efetivamente buscar uma unidade de habitação, com a introdução da solução do teto-jardim, da estrutura independente dentro da qual são incorporadas diferentes volumes de tipologias habitacionais, atingindo uma alta densidade estimada em 623 hab/ha.

Croquis da unidade de habitação *Quinta Crespo* mostrando a incorporação do teto-jardim.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n. 45).

Peças gráfica da unidade de habitação *Quinta Crespo*.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n. 45).

Em 1956 a revista lança a edição especial *Californie, Venezuela, Construction en pays chauds* (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68). Nela há uma ênfase nas construções realizadas na Califórnia, especialmente a obra de Richard Neutra, quanto aos exemplares venezuelanos, são apresentadas as construções habitacionais sobretudo aquelas ligadas a política do *Banco Obrero*, mas dentro de uma quadro diversificado de programas e um conjunto variado de arquitetos. É preciso mencionar que dentro do escopo “países quentes” é apresentada uma seleção de obras no México, Brasil e Índia, com destaque para os edifícios em Chandigarh.

A abertura da sessão sobre a Venezuela é feita por Villanueva (1956a, n.67-68). O autor assim inicia sua apresentação:

A jovem arquitetura venezuelana, tão rica em promessas, desenvolve-se atualmente a um ritmo acelerado e sem querer, de modo algum, se comparar àquela de seus grandes vizinhos, como o Brasil, por exemplo, ela deseja de toda maneira ser considerada e reclama seu lugar ao lado dos países que evitam os caminhos fáceis da rotina e querem exprimir o sentimento de nosso tempo (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.85. Tradução nossa).

Assim, Villanueva busca inserir a arquitetura venezuelana dentro de um panorama internacional – talvez latino-americano – da arquitetura moderna. Nesta breve apresentação, ele busca um diálogo entre a arquitetura moderna e a arquitetura colonial que poderia ser entendido entre a modernidade e tradição ou ainda em uma tentativa de construção de identidade local ao universalismo. Ele diz:

De uma arquitetura colonial pobre mas magnífica, florescente no século XVIII, infelizmente construída com materiais perecíveis, como o tijolo cru ou paredes de taipa, ela passou a empregar as grandes técnicas contemporâneas do ferro e do concreto armado mantendo a lógica e o sentido racional das construções dos séculos passados (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.85. Tradução nossa).

Por um lado, Villanueva alude ao concreto armado com uma técnica construtiva que permite explorar novas formas arquitetônicas, por outra, vê nas soluções “temperadas” em função do clima e da luminosidade – algumas delas soluções amplamente usadas no período colonial como pórtico e marquise - também chamados de *passeos* – características da arquitetura que se adaptam às condições venezuelanas – ou ainda um “espírito mediterrâneo” talvez em referência ao período colonial.

O espírito mediterrâneo que emerge, os volumes externos vazados ou cheios inteligentemente em função do clima e da luminosidade pelos pórticos, marquises ou quebra-sol, tudo isso é um bom presságio e justifica a fé e o entusiasmo de uma plêiade de jovens arquitetos (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.85. Tradução nossa).

As acomodações às condições locais são lidas na chave de soluções da arquitetura que respondem às condições do clima e da luminosidade, característica esta que aludem a racionalidade das construções do período colonial, entretanto, não se observa uma leitura da lógica urbana, ou mesmo leitura da quadra e do tecido urbano.

Efetivamente, a planificação territorial era uma das questões prementes na Venezuela naqueles anos. Villanueva comenta sobre a criação de um órgão da esfera federal, a Comissão Nacional de Urbanismo, ligado ao Ministério de Obras Públicas que tinha como objetivo o desenvolvimento de “planos regionais, controle sobre o conjunto do território e desenvolvimento urbano e rural” (Villanueva, 1956a, n.67-68, p. 85. Tradução nossa).

Plano Diretor de Caracas com a localização das unidades residenciais.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

O artigo traz a imagem do Plano Diretor de Caracas em que se observa o traçado de grandes vias de circulação (de conexão regional) e avenidas, o centro comercial – onde se inseria o Centro Simon Bolívar, dentro da área de reformulação proposta por Rotival – e a indicação dos conjuntos habitacionais que estavam sendo desenvolvidos pelo *Banco Obrero* dentro da política do Plano do Habitat para Caracas.

Villanueva apresenta um quadro de grande crescimento populacional e urbano da cidade de Caracas passando de 163 mil habitantes em 1936 a 718 mil habitantes em 1951 enquanto a área urbana cresceu de 542 ha (1936) para 4.588 ha (1951). Em grande medida este crescimento, impulsionado pelo êxodo rural, se deu com a ocupação de área de encosta e morros de forma, segundo o artigo, insalubre.

Foto das ocupações de encostas em Caracas.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Assim, Villanueva apresenta as linhas gerais contidas nas propostas de reformulação das áreas habitacionais que tinha a unidade de vizinhança como referência de organização residencial.

(...) pouco a pouco, os bairros insalubres são destruídos e substituído por unidade de vizinhança assegurando melhores condições de vida do ponto de vista material e psicológico. As unidades de vizinhança são naturalmente providas de todos os serviços complementares: centros sociais, comerciais, escolas, clínicas etc... e os imóveis são concebidos para respeitar a integridade das famílias e permitir o desenvolvimento racional da cidade dentro da mais alta qualidade plástica ... (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.87. Tradução nossa).

Nota-se que a unidade de vizinhança torna-se uma referência à associação de habitações e equipamentos sociais, sem que seja apresentado com mais clareza a densidade populacional a ser atendida pelo equipamento ou o raio de abrangência dele, ou mesmo uma leitura anterior das “comunidades” existentes ou ainda como as novas vias de comunicação desenhadas para o carro se relacionaria com estas unidades de vizinhança. Com relação ao modo de relacionamento entre o poder público e estas comunidades, Villanueva dá um indicativo de como poderia ser, ou pelo menos ele indicaria que fosse – uma decisão que não caberia somente a ele.

a manutenção é garantida pela municipalidade e os conselhos e prevê-se futuramente a criação, sob a égide do *Banco Obrero*, dos organismos os quais os membros das comunidades seriam convidados a tomar parte ativamente (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.87. Tradução nossa).

Um último aspecto que chama atenção no texto de Villanueva diz respeito às características dos terrenos em que foram implantados alguns dos conjuntos habitacionais, notadamente o *2 de diciembre* – que viria se chamar *23 de enero* (seguiremos neste item a nomenclatura da revista).

na maior parte dos casos, os novos grupos de habitação são construídos sobre terrenos em declive, em que a compra é menos onerosa que um [terreno] plano e que a qualidade do solo, frequentemente ruim, demanda trabalhos [movimentação de solo] consideráveis (Villanueva, 1956a, n.67-68, p.87. Tradução nossa).

Na sequência deste artigo introdutório são apresentadas três experiências. O primeiro dele é o empreendimento *El Paraíso* (1952-54), seguido do complexo de unidade residenciais *2 de diciembre* (1955-57) e por fim o *Quinta Crespo* que já havia sido apresentado em edição anterior da revista.

A chamada unidade residencial *El Paraíso* (1952-54) foi implantada em uma colina bastante arborizada próxima ao centro da cidade de Caracas. Ela também fez parte do Plano de Habitat de iniciativa do *Banco Obrero* atendendo, contudo, famílias com uma renda mediana, não se tratando de uma relocação em função de áreas consideradas insalubres.

Foto das duas tipologias habitacionais de El Paraiso (1952-54).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

O conjunto é composto por dois blocos habitacionais: o bloco A com 15 pavimentos sobre térreo mais 2 inferiores parcialmente subterrâneos em função da acomodação à declividade do terreno e duas edificações com a tipologia do bloco B composto por 4 pavimentos – ou dois pavimentos com apartamentos duplex. O empreendimento ainda possui um edificação para o centro social e clube, outra edificação com 3 jardins de infância e ainda um centro comercial. Estimou-se para este conjunto uma densidade de 200 hab./ha.

Plano EL Paraiso (1952-54).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Plantas das duas tipologias habitacionais.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).

O também chamado de unidade residencial *2 de diciembre* (1955-57) é apresentado como uma atuação também do *Banco Obrero* dentro de um programa que visava destruir as zonas consideradas insalubres e realojar a população em novas moradias dentro, então, de áreas residenciais totalmente reurbanizadas. Este projeto teve como arquiteto e urbanista responsável Carlos Raúl Villanueva e como colaboradores José Manuel Mijares, José Hoffmann e Carlos Branco todos funcionários do TABO – *Taller de Arquitectura del Banco Obrero*.

Foto mostrando as duas tipologias habitacionais (15 pav. e 4 pav.) do 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Planta da tipologia de 15 pavimentos e corte mostrando os andares com parada dos elevadores.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Este conjunto de proporções gigantescas – comparável a uma cidade de pequeno porte como Chimbote e Tumaco – foi elaborado como uma composição de 4 unidades de vizinhança abrigando 12.744 habitantes em 2.366 habitações, dentro de uma densidade estimada em 400 hab./ha. Ele consiste em 13 blocos de 15 pavimentos com 150 apartamentos cada mais 52 blocos de 4 pavimentos com 8 apartamentos.

Foto da área esportiva e do centro comercial em primeiro plano do 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Além dos blocos de apartamento foram previstas creches, 4 jardins de infância, um grupo escolar, 4 centros comunitários, igrejas, teatro, cinema, centro cultural e social e um vasto terreno com quadras esportivas.

Todo este amplo programa é implantado em quatro áreas associadas internamente por caminhos de pedestres e com acessos de veículos e bolsões de estacionamento por amplas vias que conectam-se a uma via expressa de acesso ao centro. Há, portanto, completa separação entre o sistema viário para automóveis e pedestres, mas também separação entre o tecido urbano existente e o novo, desfigurando a rua como espaço compartilhado pelo pedestre e o seu uso corriqueiro. Somado a isso, a implantação se deu em colinas que foram completamente alteradas pela movimentação de terra para formação de platôs onde foram implantadas as edificações.

A. Bloco de 15 Pavimentos B. Bloco de 4 Pav. C. Comércio D. Jardim de Infância E. Creche F. Grupos Escolares G. Parques Infantis H. Quadras Esportivas I. Centro Médico

Implantação 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57).

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).

Foto mostrando a implantação geral do 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57).

Fonte: (Moholy-Nagy, 1964)

Como havia mencionado Villanueva na abertura do artigo, essa solução parecia atender a questões do valor do terreno, mais baratos porque em áreas com alta declividade, mas que poderiam ser questionadas pela própria necessidade de terraplanagem, ou ainda por soluções construtivas de menor impacto sobre o terreno natural. Contudo, ainda que o artigo não faça menção a isso, é possível inferir que na tentativa de alcançar uma produção massiva de habitações, no afã de responder às demanda da crescente população, há uma padronização de soluções construtivas de modo a aumentar a escala em um linha de produção. Com isso, características peculiares cada vez mais foram apagadas dentro de uma concepção da técnica inclusive como controle da natureza. Na acepção de Lefebvre (1968), a própria urbanização se tornaria segunda natureza, expressão do domínio da técnica sobre o humano.

Em edição de 1957 outro artigo sobre o *2 de diciembre* é lançado mostrando mais uma vez as imagens do complexo conjunto, com a diferença de que as fotografias são coloridas sendo possível ver a policromia concebida para os edifícios.

Foto a cores mostrando a policromia do conjunto 23 de enero (2 de diciembre).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1957, n. 74).

Através destes artigos publicados ao longo da década de 1950, é possível acompanhar o desenvolvimento das soluções habitacionais por Villanueva dentro de um contexto de atuação de órgãos públicos, o *Banco Obrero* mas também o próprio Ministério de Obras Públicas, que visavam uma política nacional. Observa-se o desenvolvimento e transformações de certas soluções formais que se relacionam não apenas com o entendimento do arquiteto mas também as demandas a serem respondidas de massificação da produção habitacional. Questão essa que não se restringe a Venezuela mas também era debatida com relação à produção francesa, inglesa ou mesmo norte-americana.

Com relação ao conceito de unidade de vizinhança, efetivamente, nenhum artigo tem como título do empreendimento como tal - com exceção do artigo sobre Pomona de Sert e Wiener na Venezuela -, estes variam entre unidade residencial e unidade de habitação. É notável na edição de 1952 que os dois empreendimentos divulgados – Cerro Grande e Quinta Crespo – sejam chamado de unidade de habitação e apresentam soluções arquitetônicas formalmente muito próximas da unidade de habitação de Marselha: a independência da estrutura e um jogo de tipologias que se articulam dentro dela e mesmo a utilização do teto-jardim. Entretanto, nota-se que ela está presente no discurso sobre ordenamento e criação das áreas residenciais cada vez mais associando os edifícios aos equipamentos coletivos necessários em uma certa simplificação, sem considerações maiores sobre o tipo de equipamento – ainda que a escola esteja sempre presente – e sobretudo sobre sua escala de atuação, ou ainda como esta escala se articula na cidade.

4.3. A Unidade de Vizinhança nas obras habitacionais de Villanueva no âmbito do Banco Obrero de 1942 a 1957.

Os entendimentos e desdobramentos da utilização do conceito de Unidade de Vizinhança pode ser analisado através das atividades realizadas por Villanueva no âmbito do *Banco Obrero* em que ele dedicou-se ao tema da habitação social durante o período de 1941 a 1957. Paulina Villanueva (2000) ao apontar algumas das experiências habitacionais desenvolvidas neste período as agrupa de modo a sugerir uma categorização dividida em quatro tipologias. A primeira seria a reurbanização de *El Silencio* (1942-1945), uma realização singular; a segunda tipologia trataria das Unidades de Vizinhança mais horizontalizadas realizadas entre 1943 a 1951; a terceira seria as Unidades Residenciais projetadas entre 1952 e 1954, como *El Paraiso* e *Quinta Crespo*, que seguiriam um modelo corbuseriano de Unidade de Habitação, e a quarta tipologia seriam os chamados superblocos realizados entre 1955 e 1957 como *23 de Enero*.

A reurbanização *El Silencio* seria concebida, então, como uma Unidade de Vizinhança. Villanueva explica:

O plano fechado indica a continuação futura da Avenida Bolívar, que já desenhava os blocos modernos. O plano abre-se para a grande reserva verde que forma um parque de repouso na unidade urbana. Sistema urbano de transição que margeando a avenida monumental, suavizar-se-á nas quadras futuras sob a forma de unidades de vizinhança modernas. (Villanueva, 1950, s.d. Tradução nossa).

Percebe-se pela exposição de Villanueva que ele organiza a intervenção de desenho urbano articulando escalas variadas. A primeira indica a abertura da avenida central que se conectaria com as áreas em expansão da cidade, a segunda seria a escala urbana que teria o parque do Calvário como um uso urbano e a menor escala seriam as unidades de vizinhança também chamadas de cooperativas de habitação. Este último nome indicando o ato de cooperação remetendo a vida comunitária.

As unidades cooperativas ao lado de uma Avenida Central guardam com seus pátios a função da vida cooperativa que se quis dar a eles como base da composição (Villanueva, 1950, s.d. Tradução nossa).

Ainda seguindo a apresentação do projeto pelo autor, estas unidades cooperativas quando agrupadas formariam uma unidade de vizinhança, remetendo a uma agregação de comunidades.

O parque do Calvário, lugar lógico de repouso para a população de toda unidade de vizinhança, serve de laço entre as unidades cooperativas que a Avenida Central tenderia, em certa medida, que separar, pela atividade de tráfego que resultará do desenvolvimento progressivo da cidade (Villanueva, 1950, s.d. Tradução nossa).

Croquis de organização das escalas de El Silencio (1942-45).

Fonte: (Villanueva, 1950).

Sibyl Moholy-Nagy (1964) ao apresentar o projeto de *El Silencio* faz uma conexão importante ao remeter a unidade de vizinhança às relações comunitárias do período colonial e ainda estas a forma urbana das quadras coloniais e à centralidade das paróquias naquele período. Diz ela:

(...) este antigo setor da parte mais antiga da cidade devia ser reincorporado a sua função original 'unidade de vizinhança', de acordo com o típico plano colonial de vizinhanças claramente delimitados, que deve sua origem à antiga tradição espanhola de divisão de paróquias (Moholy-Nagy, 1964, p. 27. Tradução nossa).

Esta aproximação entre a unidade de vizinhança, que tem a escola pública como centro associativo da comunidade, e uma vizinhança, que tem a paróquia como elemento agregador, ainda que inusitado não é exatamente novo. Gaston Bardet nos anos 1940, ao analisar a proposta de Clarence Perry de Unidade de Vizinhança a avalia em analogia a noção de comunidade, que seu grupo vinha desenvolvendo, em que a paróquia era o centro agregador de uma unidade maior que a básica familiar¹⁰⁶. Isso ocorreu no contexto de formação do *Mouvement Économie et Humanisme*, do qual Bardet fez parte, formado por leigos e freis dominicanos tendo o frei Louis-Joseph Lebreton à frente do movimento. Foi ainda neste anos e dentro deste contexto que Bardet formulava a ideia de escalonamento comunitário em que compreendia a formação urbana a partir de pequenas unidades comunitárias que agrupadas formariam estruturas urbanas maiores, mas mantendo certa autossuficiência das unidades menores¹⁰⁷.

Segundo Paulina Villanueva¹⁰⁸ a noção Unidades de Vizinhança empregada por Villanueva seria oriunda das concepções do norte americano Clarence Perry e dos franceses Maurice Rotival e Gaston Bardet. É oportuno ressaltar que Bardet era membro da *Société Française des Urbanistes* e professor assistente do *Institut d'Urbanisme* no momento em que Villanueva frequentou o Instituto em 1937-38. Não é possível precisar o grau de aproximação entre os urbanistas naquele momento. Contudo, em 1948, Bardet realizaria uma série de viagens à América Latina proferindo palestras e conferências, assim divulgando suas ideias, e Caracas estaria em seu roteiro de viagem (Pontual, 2016). Villanueva seria um de seus cicerones de Bardet, situação que se repetiria na segunda passagem dele pela cidade em 1953. Em 1948, Villanueva torna-se membro da *Société Française des Urbanistes* (Villanueva, 2000) e desde então, a troca de correspondência entre os dois urbanistas foi frequente (Pontual, 2016).

De 1943 a 1951, sempre no âmbito do *Banco Obrero*, observa-se que os projetos de urbanização e habitação apresentavam soluções mais horizontalizadas com algumas tipologias com pequena verticalização (3 a 6 pavimentos). A primeira projetado por Villanueva e realizada entre 1943 e 1945 foi a *Urbanización General Rafael Urdaneta* em Maracaibo. Esta urbanização insere-se no contexto de crescimento da cidade de Maracaibo

106 Cf. BARDET, Gaston L'unité de voisinage dans l'urbanisme anglo-saxon. *Revue Économie et Humanisme*, L'Arbresle, v.4, n.20, p. 427-435, Jui-Aout 1945.

107 Cf. BARDET, Gaston. Les Échelons communautaires dans les agglomérations urbaines. *Revue Économie et Humanisme*, L'Arbresle, n°2, juillet-août 1944.

108 Texto da arquiteta Paulina Villanueva disponível no sítio da Fundacion Villanueva. Disponível em: <http://www.fundacionvillanueva.org/FV05/intro05.html>.

que se intensificava desde 1911 em função das primeiras extrações de petróleo na região e a instalação de inúmeras companhias, em sua maioria estrangeiras, acompanhada do assentamento de alojamentos dos trabalhadores das empresas em locais não exatamente urbanizados e desconectados da cidade existente. Esta urbanização, portanto, visava a constituição de um bairro popular acessível aos trabalhadores e integrado à cidade de Maracaibo. A solução adotada por Villanueva foi a constituição de um centro urbano onde se localiza a escola e fileiras de habitações térreas e de 3 pavimentos são dispostas concêntricamente ao redor do centro em um tecido urbano não muito compacto.

Foi justamente em Maracaibo que Sert e Wiener através da *Town Planning Associates* construíram o projeto da Unidade de Vizinhança de Pomona contratados como consultores estrangeiros do *Banco Obrero* em 1951. Na publicação do *Taller de Arquitectura del Banco Obrero*, o TABO, organizada por Villanueva e Carlos Celis Cepero (1953), há reprodução de um documento oficial do momento de elaboração do *Plan Nacional de Viviendas* em que se relata a contratação de especialistas para a elaboração de alguns modelos de urbanização.

Em consideração à expectativa existente em toda a coletividade para o início dos trabalhos, decidiu-se também pela contratação de alguns projetos modelos com escritório especializados, tais como a unidade cooperativa de Pomona, em Maracaibo; a Unidade de Vizinhança de La Concordia, em San Cristóbal; e a Unidade Playa Grande no litoral.” (Villanueva; Cepero, 1953, p.6. Tradução nossa).

Plano da Unidade de Vizinhança de Pomona, Maracaibo.
Fonte: (Villanueva, Cepero, 1953).

Plano da Unidade de Vizinhança de Pomona, Maracaibo.

Fonte: José Luis Sert Archive, GSD.

Paulina Villanueva (2000) anuncia também que em 1951 Sert esteve na Venezuela para visitar as obras de Pomona em contato direto com Villanueva¹⁰⁹. Em 1954 Sert retornou a Caracas a fim de proferir uma série de conferências no TABO e apresentar o projeto da Unidade de Vizinhança de Pomona que contou com a assessoria de Carlos Guinand e Benacerraf – funcionário do *Banco Obrero*. Assim, o projeto de Sert e Wiener de uma Unidade de Vizinhança em Maracaibo que se iniciou em 1951 certamente serviu como uma troca de experiências entre os arquitetos venezuelanos a partir de sua própria produção já corrente e as experiências do escritório norte-americano nas cidades colombianas, majoritariamente. Nestas experiências como já analisamos a Unidade de Vizinhança é um peça central do plano diretor de uma cidade como um todo e mais ainda Sert havia elaborado soluções habitacionais conformando um trama compacta dentro de um estratégia de contenção do crescimento da mancha urbana e uma excessiva descentralização.

A construção das Unidades de Vizinhança dentro de uma política habitacional -mais que uma estratégia de plano urbano - com característica mais horizontalizada compondo renques de habitações térreas e edifícios com 3 a 8 pavimentos, estas associadas aos equipamentos e serviços comunitários foi amplamente difundido nas obras habitacionais ligadas ao *Banco Obrero* em muitas cidades do país. Esta solução foi também bastante utilizada em Caracas como nos projetos de Villanueva para Ciudad Tablitas (1950), Urdaneta e Unidade Vecinal Carlos Delgado Chalbaud. Estas intervenções localizam-se, em geral, nas áreas de expansão da mancha urbana, provavelmente em função do preço do terreno sobretudo quando se demanda maiores áreas, mas também em função da localização

¹⁰⁹ Inclusive, segundo Paulina Villanueva (2000), foi por intermédio de Sert que Villanueva conheceu Alexander Calder. Artista que construiria inúmeras de suas obras na Cidade Universitária de Caracas desempenham um papel importante no debate sobre a síntese das artes.

dos “ranchos” dentro de uma perspectiva de urbanização das áreas consideradas insalubres que se tornaria prioridade da política habitacional nos anos 1950.

Nos anos de 1950 observa-se uma verticalização das soluções habitacionais associadas às ideias e soluções corbusierianas da *Unité d'Habitation* como no projeto de *El Paraiso* (1952-1954), *Quinta Crespo* (1952) – não construído - e *Cerro Grande* (1951) de Guido Bermudez. Neles encontram-se soluções habitacionais em lâminas verticalizadas, em torno de 15 pavimento, a independência da estrutura e um jogo de tipologias que se articulam dentro dela e mesmo a utilização do teto-jardim, mantendo em todos os casos os serviços comuns – ainda que externos ao bloco habitacional. É preciso mencionar que este empreendimentos todos do *Banco*

Obrero eram destinados às classes médias e ainda que soluções bastantes densas não configuravam extensas áreas habitacionais e localizavam-se mais próximas ao centro.

Plano Regulador de Maracaibo (1951) mostrando as Unidade de Vizinhança de Pomona de 1951 (mais compacta) e Gen. Rafael Urdaneta de 1945 (mais dispersa).
 Fonte: (Villanueva, Cepero, 1953).

Localização dos Projeto de Habitação do Banco Obrero em Caracas em 1941 a 1957.
 Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).

Neste período as habitações destinadas as camadas populares iria sofrer mudanças importantes. Segundo Meza (2008), a política de habitação seria atrelada a perspectiva de erradicação dos “ranchos” - as favelas venezuelanas – dentro da política autoritária de Pérez Jiménez¹¹⁰ (1952-1958). Neste processo, o TABO – *Taller de Arquitectura del Banco Obrero* – desenvolveria soluções industrializadas, aumentando a produção e diminuindo o tempo de execução, e verticalizadas atingindo maiores densidades populacionais, e sobretudo, massificadas. Em dos modelos habitacionais, o Cerro Piloto, eliminou-se os serviços comuns, restando uma edificação residencial. Foi neste contexto que Villanueva projetou e construiu o *23 de Enero*. Nele encontram-se soluções habitacionais que respondem as demandas por massificação da produção habitacional, ainda que, diferentemente de *Cerro Piloto*, mantenha os equipamentos e serviços comuns. Nota-se, portanto, ao longo dos anos em que Villanueva atuou no *Banco Obrero* transformações significativas nas soluções habitacionais – com tipologias variadas onde pode-se notar predominâncias em determinados períodos - e nas formas de concebê-las.

Ao olhar para a trajetória de Villanueva percebe-se que o conceito de unidade de vizinhança permeou as formas de atuação do arquiteto através dos projetos de habitação coletiva. Observa-se também um mudança gradual na forma de resolução deste programa. A primeira realização de um projeto habitacional do arquiteto foi desenvolvida no marco de um plano urbano e mais ainda inserido em um plano urbanístico, de tal maneira que o projeto residencial articula-se com as escalas dos planos. Ao implantar soluções verticalizadas mas dentro da quadra, que se configurava como uma unidade urbana, ele insere as habitações no tecido urbano existente dentro do centro da cidade.

Quando nos anos 1950, as soluções de maior verticalização foram adotadas dentro de uma linguagem corbusieriana remetendo à *Unité d'Habitation* em áreas mais centrais da cidade a referencia à comunidade vai se esmaecendo, assim como a preocupação com as formas de associação no espaço urbano, restando a ideia de habitação com seus equipamentos. Não há referência, por exemplo, da definição da população moradora em função da escola, e a partir da localização dela (e outros equipamentos) a estruturação das áreas residenciais. No caso dos superblocos, especificamente *23 de enero*, mantêm-se a ideia de unidades residenciais verticalizadas servidas de equipamentos comuns sem que estes núcleos se articulassem com o tecido urbano existente. Ao contrário, as grandes obras de movimentação de terra com a formação de taludes e acessos por vias estruturais criaram

110 Pérez Jiménez foi eleito indiretamente por Assembleia Constitucional em 2 de dezembro de 1952 e seria derrubado em 23 de janeiro de 1958. Seguido de um Junta Cívico-militar até 1959 quando houve eleições diretas. Esta é a razão da mudança de nome do conjunto em 1958 para *23 de Enero*.

barreiras para a conexão da população com as áreas da cidade contíguas ao conjunto. Não havendo portanto, um raciocínio de escalonamento gradativo das funções residenciais e equipamentos básico e seu agrupamento em escalas intermediárias com instalação de equipamento de maior complexidade. Desta forma, articulando as escalas da cidade, algo que o conceito de unidade de vizinhança sugere quando formulada como cidade celular.

**CAPÍTULO 5 | Affonso
Eduardo Reidy e Carmen
Portinho no Brasil**

5.1. O arquiteto Affonso Eduardo Reidy e a urbanista Carmen Velasco Portinho: os anos de formação e o debate urbanístico dos anos 1930 a 1945 no Rio de Janeiro.

O arquiteto Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) e a engenheira Carmen Velasco Portinho (1903-2001) fazem parte de uma geração que vivenciou entre seu período de formação e entrada na vida profissional as mudanças sociais, econômicas e políticas que findaria a chamada República Velha (1889-1930). O ano de 1930 foi marcado pela ascensão de Getúlio Vargas como chefe de Governo Provisório¹¹¹, iniciando um estado de exceção, após a deposição do presidente Washington Luís, – com dois períodos distintos de 1930 a 1937 e o Estado Novo de 1937 a 1945 - que duraria até 1945 quando foi retomado o regime democrático. No plano econômico, houve um enfraquecimento das oligarquias agrárias e um redirecionamento do polo agrário-exportador para um polo urbano-industrial. Assim, o processo de industrialização ganhava apoio acompanhado de uma política de substituição de importações propiciada, externamente, pela crise sistêmica de 1929. Rezende (2017) chama a atenção para o plano urbano sob Estado Novo. Mantendo o autoritarismo, o período combinou-o com o aprofundamento de reformas urbanas e a criação de instituições dotadas de novas formas de gestão, sobretudo no Distrito Federal, então cidade do Rio de Janeiro. Seria nestas instituições que Reidy e Portinho iniciariam suas atividades profissionais entre os final dos anos 1920 e início de 1930.

Foto de Affonso Eduardo Reidy.
Fonte: (Reidy, 1985).

Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) nasceu “acidentalmente”, segundo Bonduki (2000), em Paris sendo filho de um engenheiro inglês que migrara ao Brasil à serviço de uma companhia telegráfica inglesa e uma brasileira cujo pai fora um arquiteto italiano. Assim, um estrangeiro “acidental” de uma família de estrangeiros que se fixara no Rio de Janeiro. Oriundo de uma classe média urbana, Reidy cursou arquitetura na Escola Nacional

¹¹¹ Em 1930, Vargas, como chefe do Governo Provisório, suspendeu a primeira Constituição de 1891 e dissolveu o Congresso Nacional assim como as Assembleias Estaduais, sendo nomeados interventores federais para substituir os governadores. O Governo Provisório duraria até 1934 quando foi editada uma nova Constituição através da Assembleia Nacional Constituinte (1933-34), nela instituíam-se o voto direto e secreto. No entanto, em 1937 Vargas não convoca eleições e cria o Estado Novo. Este foi regido por uma outra Constituição de 1937, que concentrava poder político na figura do presidente, fechava o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, sendo prefeitos e governadores indicados como interventores, e contou ainda com a dissolução dos partidos políticos.

de Belas Artes (ENBA) (1926-1930) onde recebeu uma formação acadêmica e tradicional ainda inserida na linguagem dos estilos arquitetônicos. Segundo Bonduki (2000) a leitura da obra de Le Corbusier, *Vers une architecture* (1923)¹¹², em 1928 abriria uma inflexão em sua formação a partir contato com os princípios racionalistas da arquitetura moderna.

Este processo não ocorre isoladamente com Reidy, ao contrário, ele incidiu sobre um grupo de arquitetos desta geração que tensionando com o ensino de Belas Artes iniciaria um processo de renovação no ensino de arquitetura que teria como marco a nomeação de Lúcio Costa como diretor da ENBA em 1930. Em 1931, Reidy, então já formado, foi convidado a ser assistente de Gregori Warchavchik que havia assumido o cargo de professor dentro de uma perspectiva de contratação de novos professores afinados com o ideário moderno. Costa e Warchavchik saíram da Escola em função da reação acadêmica, mas Reidy permaneceu até 1933 como professor de pequenas composições (Bonduki, 2000).

Em 1936, Reidy foi chamado por Lúcio Costa para compor a equipe que elaborou o projeto para o Ministério de Educação e Saúde (1936-1942). A equipe foi composta por Lúcio Costa, Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, além de Burle Marx como paisagista, e Le Corbusier como consultor. Nesta ocasião Reidy também participou da elaboração do projeto para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1936) - hoje UFRJ - junto com a equipe composta por Jorge Moreira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha, Ângelo Brunhs e Paulo Fragoso, tendo mais uma vez Le Corbusier como consultor. Assim, Reidy é

Estudo de Brise-soleil de Reidy.

Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa FAU UFRJ.

¹¹² Cf. LE CORBUSIER. *Vers une architecture*. Paris: Éditions Vincent, 1923.

um dos arquitetos que compõem a cena considerada pela historiografia de renovação da arquitetura moderna no Brasil. Em um momento político em que o estímulo à industrialização e à modernização – que intensificava o processo de urbanização - dentro de um projeto nacional de desenvolvimento era visto como capaz de dar respostas às preocupações sociais que atraíam alguns arquitetos.

No campo do urbanismo, ainda no final do período de sua formação, Reidy havia iniciado um trabalho ainda como estudante e depois tornou-se assistente no escritório de Alfred Agache (1875-1959) que desenvolvia o Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento para o Rio de Janeiro (1927-1930) a convite do prefeito Antônio Prado Jr. (1926-1930). Este plano urbanístico continha uma “proposta global de ordenamento para a cidade, incluindo zoneamento, legislação, saneamento e sistema viário, com um plano de embelezamento e remodelação” (Bonduki, 2000, pg.13) e contava, ainda, com uma recomendação da urbanização da Esplanada do Castelo no centro da cidade. O plano foi interrompido pelo conturbado momento político de 1930. No entanto, Reidy voltaria a lidar com o plano Agache, desenvolvendo ou adaptando suas proposta, mas a partir de então, como arquiteto da Prefeitura do Distrito Federal, cargo que, através de concurso público, assumiu em 1932 permanecendo ao longo de toda sua carreira até 1960. Foi na Prefeitura do Distrito Federal que Reidy contou com a parceria de Carmen Portinho, também funcionária da instituição.

Carmen Velasco Portinho (1903-2001) nasceu em Corumbá (MS) sendo filha de uma boliviana e um gaúcho. Em 1911 a família mudou-se para o Rio de Janeiro onde desde cedo Carmen integrou-se ao movimento feminista, junto à Bertha Lutz (1894-1976), com quem organizou em 1919 o movimento sufragista¹¹³. Atuou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino¹¹⁴ e na criação da União Universitária Feminina em 1932 carregando consigo entre os muitos espaços

Foto de Carmen Velasco Portinho.

Fonte: NPD FAU UFRJ.

113 Cf. Dados biográficos obtidos do Arquivo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Acessível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carmen_portinho.

114 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino participou, tendo Berta Lutz como representante, da Constituinte de 1934 defendendo o voto feminino, a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez. Fonte: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

em que atuou a perspectiva da emancipação feminina e o reconhecimento profissional das mulheres. Carmen foi a terceira mulher a graduar-se em engenharia no Brasil (1926) pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro (que se tornaria a Universidade do Brasil em 1937). É considerada ainda a primeira urbanista formada no Brasil, com a defesa da tese para a obtenção do título pela Universidade do Brasil em meados dos anos 1930. Portinho desenvolveu grande parte de sua carreira como engenheira e urbanista no quadro de engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, desde o ano de sua formatura em 1926 até sua aposentadoria em 1962.

Foto da colação de formatura de Carmen Portinha, a única mulher da turma formada em 1926.

Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa FAU UFRJ.

Reidy e Portinho, portanto, iniciam suas atividades profissionais como quadros do corpo técnico de engenheiros e arquitetos de um órgão público do Distrito Federal no final dos anos de 1920 e início de 1930, marcado por um contexto político turbulento mas também por uma inflexão do pensamento urbanístico no Brasil. Leme (1999) delimita três grandes períodos do urbanismo no Brasil com características próprias: o primeiro de 1895 a 1930 marcado pelos planos de melhoramentos, o segundo entre 1930 e 1950 com planos mais globais que procuravam articular as diversas áreas da cidade, e o terceiro de 1950 a 1965 marcado pelos planos regionais. Com efeito, a autora salienta que durante todo este período duas linhagens de urbanismo estão sendo configuradas uma ligada aos urbanistas notadamente franceses, alguns ingleses e depois norte-americanos muitas vezes associados às escolas de engenharias, as sociedades ou institutos de urbanismo ou mesmo reformadores

sociais, e outra vertente com origem no movimento modernista, notadamente com difusão pelo encontros do CIAM. Assim, esta passagem para os anos 1930, especialmente no Distrito Federal, configura-se como um rico momento de encontro e debate entre diferentes pensamentos sobre o urbanismo, mas também a busca por novas técnicas – como seria o caso do zoneamento – para atuar sobre a cidade que via seu crescimento em tamanho e importância em um país cada vez mais urbano.

O plano de Agache para o Rio de Janeiro (1927-1930) insere-se neste contexto. O plano em linhas gerais propõe uma ordenação da extensão da cidade com a articulação do centro e os bairros por um sistema de vias contendo ainda um sistema de saneamento, integrando a legislação urbanística e ainda a técnica do zoneamento. Ele ainda conserva os traços do período anterior o plano de embelezamento e remodelação, particularmente para a área central na Esplanada do Castelo. Este período também é marcado pela organização dos órgãos públicos de planejamento urbano nas prefeituras assim como de afirmação como campo de conhecimento, inclusive no âmbito universitário, e como prática profissional (Leme, 1999). É neste contexto que podemos inserir a atuação e formação de Portinho. Inicialmente como engenheira da Prefeitura do Distrito Federal que iria procurar uma formação específica em urbanismo.

Portinho, sempre muito estudiosa como afirma Nascimento (2008), entre 1929 e 1930 se corresponde com Luís Ignácio de Anhaia Mello em busca de recomendações de leituras e troca de materiais sobre urbanismo. Em carta de 9 de maio de 1929, Anhaia Mello envia à Portinho um exemplar da conferência que ele havia proferido sobre urbanismo no Instituto de Engenharia¹¹⁵. Nesta ocasião ele comenta que enviaria uma lista bibliográfica mais completa assim que sua encomenda de livros chegasse dos Estados Unidos¹¹⁶. Em carta de 29 de maio do mesmo ano Anhaia envia à Portinho cópias sobre as conferências de “Recreio Activo” em resposta a um estudo de Carmen sobre a remodelação da cidade de Natal. Nesta carta Anhaia ainda sugere a Carmen o tema para sua tese: “O *zoning* como fator primordial para o desenvolvimento ordenado da cidade moderna”. Citando a argumentação de urbanistas norte-americanos, Williams, Anhaia encontra no zoneamento o instrumento que poderia dar unidade à cidade em expansão. Assim, recomenda o estudo

115 Carta de Anhaia Mello à Carmen Portinho de 9 de maio de 1929. Acervo Carmen Portinho, Caixa 05, Pasta 07. NPD FAU UFRJ.

116 É interessante o interesse de Anhaia Mello pelo urbanismo norte-americano e a prática de compra de livros e materiais como circulação das ideias no momento mesmo em que o Plano Regional de Nova York estava sendo lançado. É ainda preciso mencionar que os exemplares consultados para a realização desta pesquisa são da biblioteca de Anhaia Mello hoje sob guarda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU USP.

à Carmen considerando que o assunto ainda era muito pouco conhecido¹¹⁷. A resposta de Carmen é positiva com relação ao tema ainda que relutante quanto ao estudo da legislação e a falta de material específico, justamente por ser um tema recente¹¹⁸. Por outro lado é justamente a novidade que o tornaria mais interessante para a personalidade incansável de Carmen.

As trocas de correspondências e materiais continuam no mês seguinte com Carmen enviando material sobre o plano de Rio de Agache para Anhaia e este sobre zoneamento à Carmen, além do estímulo e se colocando à disposição para trocar ideias e ajuda. Ele chega mesmo a sugerir um esboço um plano de estudo para Carmen e envia um estudo para um “playground” em São Paulo com pedido de opinião de Carmen¹¹⁹. No final deste ano de 1929, ocorre a passagem e as conferências de Le Corbusier em São Paulo e Rio de Janeiro e esta seria o tema da carta de 12 de janeiro de 1930 de Anhaia para Carmen. Diz ele:

Mr. Le Corbusier o homem da época machinista, também fez duas conferencias aqui, melhor, repetiu, talvez pela milésima vez, as [?] que fez na Rússia, Belgrado, B. Ayres, Rio, Londres.... que são aliás repetições do seu livro ‘Vers une Architecture’ e ‘Urbanisme’. (...) Ele propôs como solução para a urbanização de S. Paulo que nós ligássemos por uma serie de pontes, a collina central com as collinas dos arrabaldes e em vez de ‘gratte-ciels’ fazer ‘gratte-terres’ ao aldo desses viadutos.

Acha que isso seja solução?

O que propôs para Buenos Ayres de avançar sobre o mar não é novidade. Em pequena escala está sendo realizada pelos ingleses avançando no Tâmis; e só em pequena escala é exequível. Como elle quer, porém, é utopia, como utopia é o seu plano Voisin de Paris e o mais que propõe.

Apreciamos muito mais a conferência de Agache sobre a remodelação do Rio.

Parece que a orientação geral está certa; vamos ver a legislação.

Eu, francamente, não pertenço a tal era machinista nem percebo porque a casa deva ser a tal machina de habitar.

Não acha que é preciso deixar alguma cousa para o coração?¹²⁰

117 Carta de Anhaia Mello à Carmen Portinho de 29 de maio de 1929. Acervo Carmen Portinho, Caixa 05, Pasta 07. NPD FAU UFRJ.

118 Carta de Carmen Portinho a Anhaia Mello de 6 de junho de 1929. Acervo Carmen Portinho, Caixa 05, Pasta 07. NPD FAU UFRJ.

119 Carta de Carmen Portinho a Anhaia Mello de 19 de julho de 1929. Acervo Carmen Portinho, Caixa 05, Pasta 07. NPD FAU UFRJ.

120 Carta de Anhaia Mello à Carmen Portinho de 3 de janeiro de 1930. Acervo Carmen Portinho, Caixa 05, Pasta 07. NPD FAU UFRJ.

É possível ver o quanto a troca de informações, materiais e sobretudo opiniões tem ressonância na atividade de Carmen. Em 24 de janeiro de 1930 foi publicado no Jornal do Brasil uma entrevista com Carmen Portinho intitulada *A educação Hygienica da criança*¹²¹ em que discorre sobre os playgrounds e a necessidade da construção dos “jardins de recreio” para as crianças nas cidades em desenvolvimento, mencionando as experiências nas cidades norte-americanas e a iniciativa de Anhaia Mello, como diretor do Instituto de Engenharia, para a construção do primeiro playground em São Paulo. No entanto, quanto ao tema da tese, Carmen parece ter mudado de direção. Ao invés de um estudo sobre o zoneamento, ela apresentou para a obtenção do título um *Ante-projeto para futura capital do Brasil no Planalto Central*. Neste estudo, ela recupera os estudos da Comissão do século XIX encarregada dos estudos de sobre o Planalto Central para a instalação do Distrito Federal e propõem uma cidade moderna aplicando os princípios de Le Corbusier estabelecidos para a *Ville Radieuse* (Portinho, 1939a; 1939b).

Croquis de Le Corbusier para São Paulo feito na ocasião de sua viagem à cidade em 1929.
Fonte: Le Corbusier, 2004.

121 Hemeroteca de Carmen Portinho. Acervo Carmen Portinho, Caixa 08, pasta 01. NPD FAU UFRJ.

Observa-se, deste modo, como as duas vertentes de urbanismo, salientadas por Leme (1999), não eram campos isolados, ao contrário, estavam em diálogo e muitas vezes em debate e disputas. Contudo, quando olhamos mais atentamente aos ideários mobilizados nos planos podemos encontrar apropriações seletivas e até mesmo combinações inusitadas. Carmen propõe um plano para uma cidade nova baseada nos princípios corbusierianos e organizada conforme as quatro funções, que na proposta de Carmen seriam: Habitação, Transporte, Trabalho e Recreio (Portinho, 1939b, p.285). Assim, a função ora denominada “cultivar o corpo e espírito”, ora “lazer”, ora “recreação”, aqui ganha a nomenclatura utilizada por Anhaia de “Recreio” (ativo).

Croquis de Le Corbusier para o Rio de Janeiro feito na ocasião de sua viagem à cidade em 1929. A solução dos edifícios-ponte curvilíneos seriam retomados nos estudos para o Plano de Argel (1932).
Fonte: Le Corbusier, 2004.

Neste estudo, Carmen apresenta como bibliografia os livros de Corbusier, evidentemente, mas também aparece o texto de Sert *Cas d'apllication villes*¹²² que havia sido publicado no livro *Logis e Loisir* lançado como resultado do quinto encontro do CIAM ocorrido em Paris em 1937 em que se propunha a aplicação da Carta de Atenas em casos

122 Cf. SERT, Josep Lluís. *Cas d'application villes*. Paris, S.N., 1937. 15p.

concretos de cidades. Deste modo, nota-se a perspectiva adotada por Carmen no momento em que a presença de Le Corbusier no Rio de Janeiro se faz sentir, não apenas pelas conferências de 1929 mas também em 1936 como consultor entre o grupo de arquitetos que elaborava o projeto para o edifício do Ministério de Educação e Saúde e o projeto para a Cidade Universitária do Universidade do Brasil.

Por outro lado, entre os urbanistas, muitos deles funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, vinham se delineando a necessidade de um plano para a cidade do Rio de Janeiro, entre eles Armando Godoy, a própria Carmen Portinho, J. O. Saboya Ribeiro e Mário de Souza Rezende após o abandono do Plano de Agache (REZENDE, 2017). Em 1938, então sob as mudanças de administração pública do Estado Novo, Henrique Dodsworth – nomeado prefeito de 1937 a 1945 – instituiu o Serviço Técnico do Plano da Cidade que retomou o plano de Agache e realizou uma série de adaptações. Foi neste órgão que Reidy atuou de 1938 a 1945, uma vez que conhecia o trabalho de Agache e era um arquiteto da prefeitura. Neste período o arquiteto faz um projeto para a Urbanização da Esplanada do Castelo (1938) utilizando o conceito de quadra aberta e edifícios em lâmina em linguagem absolutamente diferente do plano de remodelação de Agache.

Proposta de Reidy para a Urbanização da Esplanada do Castelo (1938).

Fonte: (Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal (PDF), 1938, n. 5.)

Com o fim do Estado Novo e retomada do regime democrático, em 1945, os órgãos municipais de planejamento passam por outra reestruturação. O antigo Serviço Técnico do Plano da Cidade subordinado à Comissão do Plano da Cidade se transformaria no Departamento de Urbanismo (DUR) que manteria à frente como diretor José de Oliveira Reis até 1948, momento em que Reidy assume a diretoria do Departamento de Urbanismo dentro da Secretaria de Obras Públicas, na então gestão do prefeito Mendes de Moraes. Foi neste momento que Reidy elaborou mais um plano para a área central da cidade, o

Estudo de urbanização para a Esplanada do Santo Antônio, mais uma morro que estava sendo derrubado em continuidade à Esplanada do Castelo. Nele Reidy prevê não apenas a urbanização da área central, mas a insere em uma malha viária procurando fazer grandes conexões do centro com a zona norte e em direção à zona sul, esboçando a proposta para o Aterro da Glória-Flamengo – que só seria construído em 1962-64 pela insistência da paisagista Maria Carlota (Lota) de Macedo Soares (Bonduki, 2000).

Proposta de Reidy para a Urbanização do Morro do Santo Antônio (1948).

Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU UFRJ.

Neste momento de reestruturação também foi criado o Departamento de Habitação Popular (DHP) em 1946 que teria Carmen Portinho a sua frente como diretora (1948-1960). Reidy ao longo de sua carreira no serviço público iria alternar entre o Departamento de Urbanismo – tendo sido diretor por 3 ocasiões, em 1948, em 1951/52, e 1954/55 – e o Departamento de Habitação Popular. Foi neste período, sob a assertiva e impetuosa chefia de Portinho que o DHP construiu os conjuntos habitacionais do Pedregulho, Gávea, Paquetá e Vila Isabel. Antes de analisarmos estas realizações sob a ótica do DHP iremos observar como alguns deste conjuntos, especialmente o Pedregulho, foi amplamente divulgado pelas revistas de arquitetura, dentre elas a *L'Architecture d'aujourd'hui*.

5.2. A obra de Affonso Eduardo Reidy no Brasil pelas lentes de *L'Architecture d'aujourd'hui* de 1945 a 1958: Pedregulho como *Unité d'habitation*.

O trabalho de Affonso Eduardo Reidy no Brasil teve espaço significativo entre os arquitetos brasileiros na revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui*. Desde a primeira edição especial sobre a arquitetura no Brasil, de 1947, o trabalho de Reidy é apresentado entre o rol de projetos modernos considerados de renovação arquitetônica e também urbanística. Entre 1945 a 1958, a revista destaca a participação de Reidy na equipe de Lúcio Costa para a construção do Ministério de Educação e Saúde de 1936, o Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950/58), o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (projeto 1952, obra 1954-1957/ 1963-1967) além de outros projetos e obras de edifícios públicos e privados. Com o intuito de compreender como foi difundida a Unidade de Vizinhança na obra de Reidy nos ateramos aos conjuntos residenciais divulgados pela revista.

A primeira vez que o projeto do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950/58), foi apresentado na revista foi na edição especial sobre urbanismo na América Latina de 1951¹²³. A ênfase nesta edição recaía sobre os projetos urbanos, no entanto, ao tratar das realizações no Brasil em primeiro plano aparece o conjunto residencial do Pedregulho e na sequência é apresentado a proposta de maior escala, também de Reidy, de urbanização do morro do Sto. Antônio no centro do Rio de Janeiro. Em texto introdutório sobre as obras brasileiras, provavelmente escrito por André Bloc ou Alexandre Persistz, comenta-se sobre a “audácia” da arquitetura brasileira – reforçando uma narrativa que a revista vinha tecendo sobre a arquitetura moderna no Brasil - e sobre a raridade do programa de conjuntos habitacionais, tema caro à arquitetura moderna, e que, então, o Pedregulho seria o exemplar do conjunto habitacional moderno no Brasil¹²⁴. O Pedregulho, assim, é apresentado como uma bairro residencial com os equipamentos necessários e o Morro do

123 Uma divulgação anterior em revista internacional havia ocorrido em novembro de 1947 pela *Architectural Forum*. Revista norte-americana que iniciou suas atividades em 1892 como *The Brickbuilder* em Boston, passando a se chamar *Architectural Forum* em 1917, posteriormente incorporou a revista *Architect's world* em 1938 e cessou as publicações em 1974. Esta revista dedicava-se aos temas da indústria da construção e arquitetura e em novembro de 1947 dedicou uma edição especial à arquitetura brasileira – mesmo ano de *L'Architecture d'aujourd'hui* - onde apresentou o projeto inicial do Pedregulho no ano mesmo em que a obra era iniciada.

124 Sobre a questão da escassez de proposta de habitação social frente a diversificada arquitetura moderna brasileira, Tinem (2002) ao analisar o papel das revistas internacionais na construção de uma trama narrativa sobre o lugar do Brasil na historiografia da arquitetura moderna, aponta para a reiteração dos conjuntos do Pedregulho e Gávea como excepcionalidades dentro do quadro da arquitetura brasileira a partir da historiografia. Ela ainda menciona que somente mais recentemente esta questão vem sendo esclarecida a partir do amplo trabalho coletivo de pesquisa conduzido por Bonduki que procurou registrar e analisar as iniciativas habitacionais, sobretudo aquelas financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Extenso trabalho que resultou na publicação em 2014 dos três volumes intitulados *Os pioneiros da habitação social* (Bonduki, 2014, vol.1), (Bonduki, Koury, 2014a, vol.2) e (Bonduki, Koury, 2014b, vol.3).

Sto. Antônio como uma reurbanização inspirada na *Ville Radieuse* de Corbusier, dentre poucos exemplos de projetos de urbanismo.

O artigo de Reidy (1951, n.33) sobre a urbanização do Morro do Sto. Antônio apresenta brevemente o estudo realizado por ele para a área no centro do Rio de Janeiro que estava sendo terraplanada em função do desmanche do morro do Santo Antônio que se situava entre o morro de Sta. Teresa e o próprio convento de Sto. Antônio mais próximo ao centro antigo. Tratava-se de uma área ocupada por indústrias e residências operárias, diz o artigo que muitas delas cortiços, ainda próxima ao centro antigo, em um local estratégico por estabelecer ligações importantes entre o centro e a zona sul – vertente de urbanização em direção a Copacabana – e a zona norte onde se localizava as indústrias e um vertente de urbanização de bairros operários e subúrbios.

Assim, o plano estabelece como diretrizes a conservação dos monumentos históricos, a edificação de um centro cívico e edifícios da Prefeitura – que se encontravam dispersos – também um centro comercial, e área habitacional dentro de um “plano definitivo de zoning” (Reidy, 1951, n.33, p.67) que definiria a densidade e o tipo de construção a ser adotado, uma espécie de plano de massas. Além do centro cívico corporificado em uma edificação de 30 andares, e o centro comercial composto por 4 blocos de 26 andares contendo lojas, teatros, cinemas e restaurantes, o plano contava com uma área destinada à habitação com um edifício de 780m de comprimento com 12 pavimentos complementado pelos “serviços sociais” – escola, centro médico, clube e restaurantes – previsto para abrigar 8 mil habitantes. O plano contava ainda com o sistema de circulação composto por um grande eixo fazendo a conexão norte-sul em via elevada.

Observa-se aqui o programa de uma cidade bastante setorizado pelas funções urbanas em uma escala reduzida de projeto urbano para uma área da zona central da cidade, em que a área habitacional ainda que não chamada de unidade de vizinhança, tampouco de unidade de habitação funciona como um setor habitacional com os equipamentos urbanos específicos desta escala, chamados de serviços sociais. No plano formal o estudo de Reidy procura atingir um alta densidade – o artigo menciona 1.000 hab./ha - com verticalização das edificações permeadas por áreas livres, chamadas de “zona verde”. Ainda segundo o texto introdutório este seria, então, uma aplicação dos princípios contidos na *Ville Radieuse*, princípios estes que Corbusier havia divulgado em suas conferências no Rio de Janeiro em 1929.

Plano Geral de urbanização da área resultante do desmorte do morro de Santo Antônio (1948).

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

O artigo intitulado *Urbanisme au Brésil: unité d'habitation au Pedregulho, Rio de Janeiro* (Reidy et al., 1951, n.33) traz uma apresentação e descrição do projeto. Nele, situa o projeto como um primeiro empreendimento da Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro dentro de um programa que seria destinado aos funcionários públicos. Ele nomeia os arquitetos e engenheiros envolvidos – Reidy, Carmen Portinho, Francisco Bolonha, F.M. Lopes, S. Santos, D. Astracan, G Souza Aguiar – ainda que não dê visibilidade ao Departamento de Habitação Popular de que faziam parte, não sendo possível diferenciar se tratava-se de uma equipe interna ou de um escritório contratado pelo poder público.

O artigo, então, apresenta as peças gráficas do projeto iniciando por um plano geral que mostrava a disposição das edificações do complexo programa composto por equipamentos sociais e por 3 tipos de blocos de apartamento: o Bloco A - em obras em 1951 - com 272 apartamentos projetados, o Bloco B composto por 56 apartamentos duplex - já construído

em 1951 - e o Bloco C projetado para abrigar 192 apartamentos dentro de um complexo com creche, enfermaria e escola infantil – parte não construída. O conjunto contava ainda com os seguintes equipamentos sociais: uma escola primária ligada a um centro esportivo composto de quadra, vestiários e piscina, um posto médico, um mercado e uma lavanderia mecanizada destinada aos moradores em que a conta seria incorporada ao valor do aluguel. As edificações que abrigavam estes equipamentos estavam construídas e em funcionamento já em 1950, na primeira etapa da construção que havia sido entregue junto com as duas edificações do Bloco B.

1. Apartamentos do Bloco A 2. Apartamentos do Bloco B1 3. Apartamentos do Bloco B2 4. Centro Comunitário
5. Escola de Ensino Médio 6. Escola Primária 7. Centro Médico 8. Cooperativa (mercado e lavanderia) 9. Escritórios
10. Apartamentos bloco C 11. Enfermaria

Plano Geral do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1952).

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

O bloco A configurava-se por um grande edifício lâmina sinuoso implantado de modo a seguir a conformação do terreno e acomodava-se no desnível de 50m. Acessado por duas passarelas em um nível intermediário, o edifício sob pilotis dividia-se assim em dois pavimentos inferiores com habitações de 1 dormitório e dois pavimentos duplex de habitações com dois dormitórios comportando de 3 a 5 pessoas.

Corte e elevação do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1958).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

O bloco B é composto por dois edifícios lâmina sob pilotis com dois pavimentos duplex conta com 3 quartos que permitem rearranjo configurando apartamentos de 2 e 4 dormitórios também. Com isso, comportam famílias com tamanhos variados. Este bloco, assim como os equipamentos coletivos já estavam construídos em 1951 e a revista apresenta, então, além das plantas e peças gráficas do projeto, fotografias do local – aqui todas em branco e preto.

Planta do apartamento e foto da elevação do Bloco B do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950).

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

Plantas, corte e elevação da Escola Primária e Ginásio do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950).
Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)

Planta e corte do mercado e lavanderia do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950).
Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

À esquerda foto do Centro Médico, em primeiro plano, do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950). À direita foto da lavanderia e mercado.
Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).

O segundo artigo sobre o Pedregulho aparece na segunda edição da revista dedicada à arquitetura brasileira (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1952, n.42-43). Esta edição tem como artigos introdutórios do corpo temático textos de André Bloc (1952, n.42-43), Sigfried Giedion (1952a, n.42-43) e Lúcio Costa (1952, n.42-43). Os projetos são apresentados dentro de blocos temáticos: *L'homme, le pays et l'architecture*, *Dix années d'architecture* e *Projets et réalisations 1952*. Inserido neste último bloco, encontra-se o artigo de Giedion (1952b, n.42-43) sobre o Pedregulho¹²⁵.

Nele, Giedion intitula o Pedregulho como uma unidade de habitação e põe a tônica sobre a sinuosidade do Bloco A – então em construção.

Em pleno centro industrial do Rio de Janeiro, sobre um terreno de forma irregular e íngreme, se eleva a única **unidade de habitação** que, nesta cidade, merece este nome ... (Giedion, 1952b, n.42-43, p.124. Grifos nossos).

Giedion remete a solução habitacional de Reidy ao projeto de Saint-Dié (1945) concebido por Le Corbusier e ao programa ali elaborado de “centro cívico”, conjugando habitação e os serviços necessários. Curiosamente a *Unité d'habitation de Marseille* (1947-1952), que estava em construção concomitantemente ao Pedregulho, não é citada. Giedion ainda identifica um “núcleo urbano” no espaço formado pela “escola, ginásio, piscina, terrenos para a recreação das crianças, centro médico e mercado coberto” (Giedion, 1952b, n.42-43, p.125. Tradução nossa.) – excluindo a lavanderia mecanizada do rol listado. Por um lado, ao enxergar o “núcleo urbano” no Pedregulho, Giedion parece colocá-lo dentro dos termos e discussões do CIAM 8 que havia ocorrido em 1951, onde o projeto para o centro de Saint-Dié foi apresentado dentro do tema proposto, o “core” de uma

Projeto do Centro Cívico de Saint-Dié de Le Corbusier (1945).
Fonte: (Giedion, 1951).

125 Em 1951, Giedion fez parte do júri da I Bienal de Arquitetura de São Paulo que concedeu a Reidy o primeiro lugar na premiação do evento com o projeto do Pedregulho.

cidade¹²⁶. Por outro, parece haver uma sobreposição das noções de centro cívico e um núcleo comum de equipamentos. Não havendo uma distinção de escala e mesmo representação (e organização) social entre locais de manifestação e representação de uma cidade e espaços com equipamentos comuns e serviços públicos em uma escala habitacional ligada às ações cotidianas e rotineiras.

Contudo, a ênfase do artigo é o Bloco de habitação serpenteado. Giedion não poupa elogios à capacidade de Reidy em trabalhar com o “jogo de volumes” e mais ainda em tirar partido das difíceis condições do terreno e de insolação.

O traço dominante de Pedregulho, reside na linha sinuosa do bloco A. (...) A linha ondulada que dá ao imóvel sua leveza – e nós pensamos que uma fachada rígida de 200 m de comprimento seria qualquer coisa como inumano – responde à configuração do terreno e às visões plásticas da arquitetura (Giedion, 1952b, n.42-43, p.124. Tradução nossa).

Esta tornou-se uma narrativa bastante reiterada sobre o Pedregulho: a plasticidade expressiva da lâmina curvilínea e a capacidade de acomodação e diálogo com a paisagem – a narrativa da paisagem aparece em primeiro plano nesta edição da revista sobre a arquitetura brasileira. Todavia, Giedion coloca a solução da lâmina curvilínea do Pedregulho dentro de uma genealogia que, passando por Alvar Aalto, teria como ponto de origem Le Corbusier. Diz ele:

“Já, em 1947-1949, Alvar Aalto havia adotado o princípio da linha curva para o Dormitório do MIT em Cambridge, Massachusetts: na realidade, Le Corbusier foi o promotor desta tese apesar do medo que inspirou suas dimensões assustadoras. Suas primeiras pesquisas sobre o assunto datam de 1931 em seus esboços de um grupo de habitação para a cidade de Argel (Giedion, 1952b, n.42-43, p.125. Tradução nossa).

Giedion faz, então, uma aproximação bastante formal de projetos que tem programas diferentes e soluções das habitações e circulações – horizontais e verticais – variadas, assim como as implantações que respondem diferentemente às demandas. Mais uma vez é interessante notar as escolhas de Giedion, desta vez ele elege plano para Argel como referência da lâmina curva sem nenhuma menção aos croquis que expressavam um

126 É preciso mencionar que, em 1951, Giedion lançou o livro *A decade of new architecture* (Giedion, 1951) onde busca compilar a discussão ocorrida nos encontros do CIAM do segundo pós-guerra – Bridgwater (1947), Bergamo (1949) e Hoddesdon (1951) – que seriam retomados justamente uma década depois de sua interrupção - de Paris (1937) a Bridgwater (1947). O oitavo encontro de 1951 teve como tema o “coração da cidade” e contou com a apresentação do projeto de Le Corbusier de 1945 para o Centro de Saint-Dié em Vosges na França dentro da problemática da reconstrução de centros urbanos destruídos durante a guerra.

raciocínio de Corbusier desenvolvido a partir do contato com as cidades brasileiras na viagem de 1929. Assim, as fotos apresentadas na revista concentram-se nas imagens do Bloco A em construção em sua maioria em branco e preto.

Foto mostrando em primeiro plano o centro de saúde, em segundo plano o bloco B e ao fundo o bloco A em obras do Conjunto Residencial Pedregulho.

Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43)..

À esquerda dormitório do MIT, Estados Unidos, de Aalto (1947-1949) e à direita Plano Obus, Argel, de Le Corbusier (1931).

Fonte: (Giedion, 1951) e (Curtis, 1986).

Curiosamente nesta edição são apresentadas também fotos coloridas geralmente mostrando o ginásio com o mural de Cândido Portinari em azulejo azul e branco, a escola com seus painéis vazados de tijolos de barro e o Bloco B que apresenta uma policromia descrita no artigo de 1951 (Reidy et al., 1951, n.33), mas que não são mencionadas, descritas ou mesmo problematizadas por Giedion.

À esquerda fotos em cores mostrando o painel de Portinari no ginásio e a textura e cor das elevações da escola composta por tijolos vazados e ao fundo o bloco A em construção do Conjunto residencial Pedregulho. À direita foto em cores mostrando a policromia da elevação do bloco B do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43).

É ainda preciso mencionar que na mesma edição especial sobre o Brasil é apresentado o Conjunto Residencial de Paquetá (Bolonha, 1951, n.42-43) . Este foi inserido no bloco temático *L'homme, le pays et l'architecture* cuja a abertura foi feita por José Lins do Rego (1952, n.42-43) articulando o modernismo brasileiro e a paisagem. Na sequência são apresentadas obras de Roberto Burle Marx, uma casa em Petrópolis de Henrique Mindlin com paisagismo de Burle Marx, outra casa de veraneio em Petrópolis de Francisco Bolonha e o Conjunto Residencial de Paquetá, também de Bolonha. Assim este conjunto foi apresentado dentro de uma temática que articulava a arquitetura e paisagem. Na pequena nota sobre o projeto ele foi apresentado como um conjunto de casas de veraneio da ilha de Paquetá enaltecendo a capacidade do projeto de articulação das habitações em renque com a paisagem exuberante e o uso de recursos como os tijolos vazados para controlar a luminosidade.

Efetivamente, o conjunto foi construído como parte dos esforços do Departamento de Habitação Popular dirigido por Carmen Portinho no qual Bolonha, assim

Fotos do Conjunto Residencial de Paquetá.
Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43).

como Reidy, compunham o quadro de arquitetos. O conjunto de Paquetá foi construído para substituir uma favela habitada por funcionários da prefeitura, colocando-se assim como uma solução habitacional do poder público em resposta ao problema das favelas.

Em 1954 em edição intitulada *Architecture Contemporaine dans le monde* as imagens do Pedregulho abrem uma seção da revista dedicada ao edifícios de apartamentos (Reidy et al., 1954, n.52), mas sem texto ou maior notícia sobre o conjunto. Nesta mesma edição apresenta-se o projeto de Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro elaborado por Reidy em 1952 cujas obras se iniciavam em 1954 – uma primeira parte seria entregue em 1958 e o bloco de exposições somente em 1963.

O Conjunto Residencial da Gávea (projeto 1952), outro conjunto projetado por Reidy dentro das ações do Departamento de Habitação Popular da prefeitura do Rio de Janeiro é divulgado na revista dentro da edição temática sobre habitação coletiva em 1957 (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1957, n.74). Esta edição divulga o tema dentro de um quadro internacional bastante amplo com destaque para as variadas experiências na Inglaterra dentro da programa das *New Towns*, na região ao redor de Paris dentro da política do Ministério de Reconstrução e Urbanismo, sendo as experiências latino-americanas representadas por projetos na Venezuela – dentro das ações do *Banco Obrero* – e um projeto no Uruguai, esta uma experiência mais isolada.

Foto do bloco A em construção do Conjunto Residencial da Gávea.

Fonte: (*L'Architecture d'aujourd'hui*, 1957, n.74).

Plano Geral do Conjunto Residencial da Gávea.

Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (Aujourd'hui, Art et Architecture, 1955, n.5).

O artigo *Unité résidentielle de Gavea*, Rio de Janeiro (Reidy, 1957, n.74) apresenta as linhas gerais do projeto. Trata-se de um conjunto que encontrava-se parcialmente em obras em 1957 situado no bairro da Gávea, zona sul da cidade de Rio de Janeiro. O projeto previa 748 apartamentos distribuídos em duas tipologias: um bloco curvilíneo (tipo A) e sete blocos tipo B em que se previa uma densidade de 300 hab/ha. O artigo explica que o terreno configurava-se em duas partes, uma delas composta por colinas onde seria implantado o bloco curvilíneo sob pilotis para ajustar-se a variação do terreno e outra em parte plana, naquele momento ocupada por uma favela com aproximadamente 5.262 pessoas, em que seria implantados os 7 bloco do tipo B. Como o Pedregulho, o projeto contava com a previsão dos serviços comuns: creche, maternal, jardim de infância, escola primária, espaço de recreação, mercado coberto, lavanderia, ambulatório e serviços sociais. Quanto à circulação o projeto previa uma total separação entre circulação de pedestre e de automóveis.

Com efeito, somente o bloco A foi construído deste conjunto em uma processo de construção que se arrastou durante anos (concluído 1967) e com alterações significativas do projeto. Nele observa-se soluções que Reidy havia empregado no Pedregulho: a lâmina curvilínea como solução para acomodar-se ao terreno, a entrada em nível intermediário por passarelas e dois andares inferiores com apartamentos menores e dois pavimento de apartamentos duplex com 2 dormitórios. Mas, nota-se também modificações como a incorporação de uma laje superior como área comum, a diferenciação das tipologias habitacionais expressa na fachada e ainda os pilares em Y no nível intermediário, variação inventiva dos pilotis cilíndricos¹²⁷.

Este conjunto de projetos e realizações – a urbanização do morro de Sto. Antônio, os conjuntos residenciais do Pedregulho, Paquetá e Gávea – foram todos realizados por arquitetos e engenheiros que compunham o quadro técnico da Secretaria de Obras Públicas da Prefeitura do Distrito Federal – seja através do Departamento de Habitação Popular ou o Departamento de Urbanismo dirigido por Reidy. Ainda que todos sejam divulgados pela revista, eles não aparecem com grande nitidez como uma realização do poder público e portanto dentro das estratégias de atuação dele sobre a urbanização e mesmo da questão

127 Inventividade esta que chama atenção dos críticos de arquitetura e torna-se uma das narrativas sobre a peculiaridade da arquitetura moderna no Brasil (Montaner, 2001; Cohen, 2012).

habitacional. A visibilidade é dada aos arquitetos individualmente – tanto Reidy quanto Francisco Bolonha – em função da renovação arquitetônica que vinham imprimindo em suas obras. E, neste sentido, a revista os colocava dentro plano internacional da arquitetura moderna.

Nota-se como o Pedregulho é reiteradamente noticiado pela revista em três artigos (1951, 1952, 1954). Com feito, esta obra de Reidy teve grande difusão entre as revistas de arquitetura. Dentro uma seleção extensa mas não conclusiva, entre 1945 e 1958 pode-se observar a difusão das imagens, projetos e fotos do Pedregulho em revistas internacionais como na revista norte-americana *Architectural Forum* (1947, n.5) como já mencionado; na revista italiana *Domus*¹²⁸ (1951, n.254); na revista britânica *Architectural Review*¹²⁹ (1952, n.667) com artigo sobre escola primária e o ginásio do conjunto; em duas edições da revista cubana *Arquitectura*¹³⁰ (1952, n.231) e (1954, n.256); na revista francesa *Aujourd'hui, Art et Architecture* (1955, n.5); na revista norte-americana *Progressive Architecture*¹³¹ (1955, n.36); na revista colombiana *PROA* (1957, n.108); na mexicana *Arquitectura*¹³² (1957, n.58); e na revista nova iorquina *Architectural Record*¹³³ (1957, n.7). É ainda importante mencionar que em 1955 o Museu de Arte Moderna de Nova York abriu a exposição *Latin American Architecture since 1945* organizada por Henry-Russell Hitchcock em que o projeto do Pedregulho é exibido e compõe o catálogo da exposição (Hitchcock, 1955). No ano seguinte o livro de Henrique Mindlin (1956) é lançado – em inglês, francês e alemão mas não em português – a partir de uma demanda de continuidade da visibilidade das obras brasileiras criada por *Brazil Builds* (Goodwin, 1943), ocasião em que o Pedregulho é mais uma vez

128 A revista italiana *DOMUS*, fundada em Milão em 1928 por Gio Ponti, tem periodicidade mensal e se mantém ativa. Dedicada à arquitetura e design, teve como editor Ernesto Nathan Rogers entre 1946 e 1948, quando Ponti voltou à direção do periódico.

129 A revista *Architectural Review* foi fundada em Londres em 1896 e mantém suas atividades. Com periodicidade mensal, configurou-se como uma revista internacional de arquitetura cobrindo os assuntos de arquitetura, paisagismo, urbanismo e design. A revista teve como membro do conselho editorial arquitetos como Nikolas Pevsner e Gordon Cullen.

130 A revista cubana *Arquitectura*, publicada em Havana desde 1932, é um periódico mensal ligado ao *Colegio Nacional de Arquitectos*.

131 A revista norte-americana *Progressive Architecture*, de periodicidade mensal, dedicava-se à arquitetura, design e desenho. Ela foi publicada em Nova York entre 1944 e 1995.

132 A revista *Arquitectura México* foi fundada em 1946, na Cidade do México, por Mario Pano e teve Vladimir Kaspé como editor, que também era o correspondente mexicano de *L'Architecture d'aujourd'hui*.

133 A revista *Architectural Record* tem periodicidade mensal e se dedica à arquitetura e design de interiores. Publicada desde 1891 em Nova York, é hoje um arquivo importante sobre a história da arquitetura nos Estados Unidos e mantém um relacionamento próximo à *American Institute of Architects*.

incorporado ao rol de projetos modernos. Assim, a obra do Pedregulho é incorporada a uma narrativa sobre a arquitetura moderna dentro de um panorama internacional¹³⁴ que pode ser observado no livro de Benevolo (1960), dentro de uma perspectiva crítica no livro de Francesco Dal Co e Manfredo Tafuri (1976) e ainda recentemente no livro de Jean-Louis Cohen (2012), somente para citar alguns exemplos.

Voltando às páginas de *L'Architecture d'aujourd'hui*, observa-se que as soluções habitacionais projetadas por Reidy não são associadas a noção de unidade de vizinhança, mas à unidade de habitação em uma aproximação às concepções corbusierianas, tanto do programa habitacional associado aos equipamentos quanto das soluções técnicas, construtivas e plásticas. Nota-se ainda que a obra de Reidy é lida aproximando-a aos temas e questões colocados nos encontros do CIAM, a própria solução habitacional, tema recorrente no pós-guerra, mas também o “centro cívico” como um conjunto de equipamentos urbanos de uso coletivo.

134 Sobre a relação das revistas e dos manuais de arquitetura moderna na constituição de uma trama narrativa sobre a arquitetura moderna brasileira na historiografia, conferir (Tinem, 2002).

5.3. Unidade de Habitação e Unidade de Vizinhança: habitação e equipamentos comunitários sob a ótica do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal de 1946 a 1958.

Os conjuntos residenciais Pedregulho, Gávea e também Paquetá não se dissociam do trabalho e perspectiva do Departamento de Habitação Popular (DHP) do Distrito Federal, e portanto, devem ser visto também sob a ótica das estratégias de atuação deste órgão público sobre a cidade e o problema habitacional. Flávia Nascimento (2008) ao mudar o ângulo de acesso sobre questão habitacional para o próprio DHP desvela a atuação de um conjunto de arquitetos e engenheiros que dentro da instituição pública dedicaram-se a enfrentar a questão habitacional através das habitações sociais de cunho moderno, tendo a frente Carmen Portinho. Por esta perspectiva, Nascimento desvela ainda para além da Unidade de Habitação, a presença da ideia de Unidade de Vizinhança na formulação das estratégias de enfrentamento do problema da habitação (Nascimento, 2008; Bonduki, Nascimento, 2014).

Em 1944, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) com apoio do Conselho Britânico inaugurava uma exposição no Rio de Janeiro sobre o Plano de Londres (1943), na ocasião Carmen Portinho, como representante da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, proferiu uma palestra sobre a reconstrução da cidade inglesa¹³⁵. É interessante notar que neste momento Reidy é o vice-presidente do IAB (Bonduki, 2000). Segundo Nascimento (2008), Carmen havia se candidatado a uma bolsa de estudo do Conselho Britânico a fim de realizar uma viagem de estudos na Inglaterra e foi aceita.

Em meados de 1945, Carmen Portinho viajava a Londres por um período de 4 meses onde se deparou com as ações em curso para a reconstrução das cidades, algumas delas dentro do marco do Plano do Condado de Londres (1943). Durante a viagem, Carmen participou de vários eventos sociais com a presença de autoridades e urbanistas reconhecidos como Frederic James Osborn (1885-1978)¹³⁶ da *Town and Country Planning Association*¹³⁷. Ela ainda proferiu algumas palestras sobre a arquitetura moderna brasileira discorrendo sobre

135 Artigos de vários jornais – Correio da Manhã, A vanguarda, Folha Carioca e o Globo de 23 de outubro de 1944. Hemeroteca Carmen Portinho. Acervo Carmen Portinho, Caixa 08, pasta 02. NPD FAU UFRJ.

136 Frederic J. Osborn foi um membro do movimento Cidade-Jardim tendo trabalhado em *Letchworth Garden City* e na segunda experiência de Ebenezer Howard, a *Welwyn Garden City*. No final da primeira guerra Osborn junto à Howard e outros profissionais iriam passar a defender a ideia das *New Towns*.

137 Recorte de jornais de 06 de setembro de 1945. Hemeroteca Carmen Portinho. Acervo Carmen Portinho, Caixa 08, pasta 02. NPD FAU UFRJ.

o uso do concreto armado na *Incorporated Association of Architects and Surveyors* (IAAS) e no *Royal Institute of British Architects* (RIBA) organizado pelo grupo MARS, ala inglesa do CIAM, e o *British Council*.

Neste período a arquitetura moderna brasileira já havia ganhado destaque e repercussão através da Feira Internacional de Nova York de 1939 e da exposição *Brazil Builds* que acabara de ocorrer no MoMA (1943). Assim, Carmen vai ao encontro deste movimento de divulgação das obras brasileiras e leva consigo uma série de slides para serem exibidos durante sua viagem.

É ainda preciso mencionar que no ano seguinte, em 1946, Reidy receberia um convite de Patrick Abercrombie, como presidente da seção britânica da Reunião Internacional de Arquitetos, convidando-o a participar do Congresso Internacional de Arquitetos que seria realizado em setembro de 1946, ocasião em que ocorreria um tour por Londres com os delegados. Configurava-se assim uma oportunidade para Reidy tomar contato com o plano e as obras em andamento na cidade, no entanto, ele declina do convite em função do compromisso assumido na participação do concurso fechado para o projeto do Centro de Treinamentos da Aeronáutica em São José dos Campos (SP)¹³⁸.

De volta da viagem no final do ano de 1945, Carmen Portinho concedeu entrevistas e escreveu uma série de artigos nos jornais cariocas como O Globo e Correio da Manhã em que discorria sobre sua experiência da viagem e impressões. Efetivamente, foi neste período que

138 Cartas trocadas entre Reidy e Abercrombie entre agosto e setembro de 1946. Acervo Carmen Portinho, Caixa 06, pasta 03. NPD FAU UFRJ.

Cartaz anunciando palestra de Carmen Portinho sobre arquitetura moderna brasileira em Londres.
Fonte: NPD FAU UFRJ.

Carmen tomou contato com o conceito de Unidade de Vizinhança pelo Plano do Condado de Londres – ainda no Brasil – e teve a oportunidade de presenciar os esforços de reconstrução e ver as realizações de alguns dos planos para cidades (e comunidades) ali já desenhados dentro da perspectiva da unidade de vizinhança. Durante a estadia ela visitou mais de 20 cidades desde a cidade-jardim de Welwyn às cidades em reconstrução como Bath cuja área central, Coventry, foi objeto de discussão e de um plano de reconstrução amplamente difundido sobre as realizações do Plano de Londres. Ela ainda visitou cidades industriais como Manchester e Birmigham, as portuárias, Liverpool, Southampton e Portsmouth, os centros universitários de Oxford e Cambridge e ainda as cidades escocesas de Glasgow e Edimburgo¹³⁹.

Segundo seus relatos, é possível perceber como o tema da habitação capta a atenção da engenheira, por se configurar como uma demanda urgente e de grande amplitude, ela comenta sobre a necessidade de quatro milhões de habitações. Ela aborda dois aspectos da questão: as soluções de pré-fabricação e industrialização dos componentes – observada em um experiência peculiar da montagem de casas de alumínio incentivada por uma indústria que mantinha grandes quantidades do material para os tempos de guerra e naquele momento voltava-se para a indústria da construção civil – e o incentivo governamental que dava prioridade às habitações operárias em blocos. Carmen ainda comenta sobre suas impressões de outros dois aspectos relevantes: a participação feminina como força de trabalho – situação que se intensificou durante a guerra e que se manteve dentro dos esforços da reconstrução – e a presença das creches e jardins de infância próximas às áreas residências, não apenas do ponto de vista dos cuidados da criança, mas pela necessidade deste serviço onde as mulheres tomam parte do mundo do trabalho e não apenas da esfera privada e familiar no espaço da casa¹⁴⁰.

Deste modo, pode-se observar através das impressões de viagem de Portinho, na forma como alguns temas vêm à tona, os aspectos que Carmen perseguiriam e transformaria em agenda como diretora do DHP: a promoção da habitação coletiva pelo poder público, lançando mão das técnicas industrializadas, entendida não apenas como moradia mas inseparável dos serviços comuns, seja os de atendimento às crianças – escolas, creches, jardins de infância e playgrounds – como às atividades cotidianas - lavanderia, mercado, e pequenos serviços. Nascimento (2008) também avalia que os equipamentos de uso

139 Recorte de jornais de 14 de dezembro de 1945. Hemeroteca Carmen Portinho. Acervo Carmen Portinho, Caixa 08, pasta 02. NPD FAU UFRJ.

140 Recorte de jornais de 14 de dezembro de 1945. Hemeroteca Carmen Portinho. Acervo Carmen Portinho, Caixa 08, pasta 02. NPD FAU UFRJ.

comum seriam como extensões da casa, atividades domésticas tornadas serviços comuns. “Uma vez que os trabalhadores não poderiam dispor de ajuda doméstica, no próprio espaço construído dos conjuntos residenciais estariam abrigados equipamentos adjacentes facilitadores do cotidiano” (Nascimento 2008, p.128). Assim, Carmen vai concebendo o conjunto residencial como a habitação associada com seus equipamentos escolares, mas também de saúde e lazer, segundo Nascimento (2008) como uma unidade autossuficiente, ao menos nos aspectos na menor escala da cidade, na Unidade de Vizinhança.

Assim, quando Portinho assumiu a chefia do DPH em 1948 esboçou um plano habitacional em que previa, segundo Nascimento (2008) uma “unidade residencial autossuficiente” em cada distrito da cidade:

- 1º distrito: avenida Presidente Vargas;
- 2º distrito: Botafogo ou Gávea;
- 3º distrito: Pedregulho;
- 4º distrito: Jardim zoológico;
- 5º distrito: Madureira;
- 6º distrito: Penha;
- 7º distrito: Jacarepaguá;
- 8º distrito: Bangu;
- 9º distrito: Campo Grande;
- 10º distrito: Santa Cruz;
- 11º distrito: Ilha do Governador. (Nascimento, 2008, p.137)

Efetivamente, foram construídos Pedregulho, Gávea – chamado de Conjunto Residencial Marquês de São Vicente – Paquetá e muito parcialmente Vila Isabel. Todos eles foram concebidos como edifícios de apartamentos com os equipamentos e serviços comuns associados e assistência social.

Ainda com relação à habitação e seus serviços, Reidy assim se manifesta em uma reunião do Conselho da Fundação da Casa Popular em 1953:

O que não poderá ser nunca esquecido é que **a habitação é a célula mater da cidade e que, como elemento fundamenta de sua estrutura, deve estar sempre selecionada com os demais elementos que constituem**

o complexo urbano. O que não é admissível é que a própria Administração Pública continue a contribuir para o agravar o problema que, devido à falta de previsão e deficiência de instalações assistenciais, transforme-se, em pouco tempo, nas piores favelas.

Aos órgãos da Administração Pública compete planejar para o bem-estar social. A função habitar não se resume na vida dentro de casa. Ela se estende também em atividades externas, compreendendo serviços e instalações complementares que proporcionam ao habitante às facilidades necessárias à vida de todo o dia. **Casa isolada ou habitação coletiva, casa térrea ou edifício de vários pisos, qualquer das duas modalidades exige a presença de serviços comuns, externos, facilmente acessíveis aos seus moradores.** Da mesma maneira que deverão ser previstos o abastecimento da água e a iluminação pública, **terão que ser considerados o abastecimento de gêneros, os estabelecimentos de ensino, a assistência médica, as áreas para recreação e a prática de esportes, enfim, todas as instalações locais e edifícios cuja frequência é imposta pelas necessidades da vida cotidiana.**

Algumas das instalações poderão ser custeadas pela municipalidade local, outras por organizações especializadas ou associações de iniciativa particular. De qualquer forma o que importa é que, por este ou aquele sistema, **seja assegurada a existência daqueles serviços por ocasião da ocupação das habitações.** A ausência das facilidades acima mencionadas, assim como o de um serviço organizado de assistência social, contribui de forma decisiva para a transformação dos núcleos residenciais em favelas”. (Reidy, 1953 APUD Bonduki, 2000, p.19-20. Grifos nossos).

Observa-se, portanto, a ideia de uma unidade básica em torno da habitação defendida como o habitação e seus serviços ainda que não articule o agrupamento destas unidades, ainda pensadas isoladamente. Nesta fala, observa-se ainda um estratégia bastante interessante a de que os serviços precisam estar prontos junto com a habitação, reforçando a compreensão dos equipamentos como extensão das casas e portanto, indissociáveis. Mais ainda esta estratégia poderia ser de extrema importância para enfrentar também o problema da expansão urbana.

É ainda interessante mencionar a carta recebida por Reidy em 1952 das Nações Unidas. Assinada por Einer Engberg da *Housing and Town and Country Planning Section* ligado ao Departamento de Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas, o remetente explica que esta divisão mantém uma revista de mesmo nome de publicação quadrimestral dedicada a temas variados e comumente com um editor convidado especialista no tema. Na ocasião, editor seria Josep Lluís Sert sobre o tema *The Neighborhood Unit*. A edição, então, seria dedicada às aplicações do princípio de Unidade de Vizinhaça em planos projetados ou executados e convidava Reidy a enviar material. Em um nota escrito em espanhol por Sert em letra cursiva, pede para que não deixe de enviar fotos e planos de sua “unidad

vecinal en Rio”. Assim, o Pedregulho (ou a Gávea) é reconhecido como uma Unidade de Vizinhança por Sert no momento em que este já vinha trabalhando com o conceito nos países latino-americanos e no ano seguinte apresentaria um relatório sobre a unidade de vizinhança para o mesmo organismo, o Departamento de Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas, no momento em que Ernest Weissmann era o diretor (1951-1955).

De volta ao conjunto de ações realizados dentro do Departamento de Habitação Popular, com Carmen Portinho à frente destas ações, nota-se que o conceito de Unidade de Vizinhança foi utilizado dentro de um traçado incipiente de um plano habitacional – que teve poucas mas significativas realizações. Ao buscar implantar um conjunto completo, uma unidade de vizinhança, em cada distrito esboça-se um projeto que territorializava os conjuntos em toda a cidade. No entanto, ainda não articulava as unidades de vizinhança com um plano urbano global. Tampouco, partia de uma leitura das estruturas sociais existentes na cidade como um todo onde as ações de construção de habitações populares iriam se inserir, articulando, assim, as unidades de vizinhança como agrupamentos que se conectaria umas as outras, em uma escala intermediária entre a unidade básica e a cidade como um todo.

Efetivamente, o DHP atuou com um escopo específico, o da habitação popular voltada à rendas baixas e em sua maioria para funcionários da prefeitura. O que já se configurou como uma tarefa bastante desafiadora diante dos problemas de habitação das classes populares no Rio e o aumento e presença das favelas. Assim, a Unidade de Vizinhança funciona como um conceito que estrutura os blocos residenciais (em geral mais de um) associados aos equipamentos de serviços comuns e às áreas livres. Mesmo os equipamentos eram quantificados e dimensionados em função das habitações e da quantidade de famílias que precisavam ser atendidas, em um raciocínio de que estes são a extensão das atividades domésticas, de forma oposta ao entendimento que havia sido criado da construção da ideia de Unidade de Vizinhança em que o número de habitantes se definiriam em função da escola e dos demais equipamentos de tal forma que estes pudessem ser distribuídos pela cidade organizando as áreas residenciais em seu entorno. Vemos, então, um raciocínio urbano que parte da habitação mas que não chega a estruturar-se como um plano urbano, contudo, vislumbra e esboça um plano habitacional que poderia ser implantado na escala da cidade.

Fotos do Conjunto Residencial Pedregulho (2007) antes da reforma.
 Fonte: Pedro Vannucchi, 2007.

Fotos do Conjunto Residencial Paquetá detalhe para uma das elevações e o playground.
 Fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1954.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa analisamos a construção, as circulações e as formas de apropriação do conceito de Unidade de Vizinhança. Entende-se que conceitos ou mesmo ideias são construções e, portanto, processos de produção de sentidos que partem de um conjunto de ideários disponível a partir do qual operam-se processos de seleção, exclusão, cruzamentos e reformulações. Assim, compreender o conceito de Unidade de Vizinhança é perscrutar os ideários disponíveis no momento de sua formulação, localizando as seleções, os diálogos estabelecidos e reformulações a partir de um contexto histórico específico em que se responde ou reage às questões próprias de seu tempo.

A formulação do conceito de Unidade de Vizinhança realizado pelo sociólogo Clarence Perry ocorreu nos anos 1920 nos EUA no momento em que a chamada “Escola de Chicago” de sociologia realizava estudos sobre a cidade mobilizando a noção de Comunidade. A partir do debate dentro do campo disciplinar da sociologia Perry realizou um desvio singular. Ao invés de compreender o debate dentro da clássica questão comunidade e sociedade, em que as comunidades tradicionais estariam desaparecendo nas dinâmicas da grande cidade, ele iria debater em termos de formas de associação entre indivíduos. Ele entendia que as primeiras relações sociais estabelecidas durante a infância de um indivíduo, para além da família, dar-se-ia na esfera da vizinhança onde a escola, que teria papel fundamental da sociabilidade dos indivíduos, seria central.

Perry trouxe, também, para a formulação de Unidade de Vizinhança, sua prática e experiência no movimento que entendia a escola pública como um centro comunitário, além do tema da recreação, que mobilizava alguns dos nomes importantes de reformadores sociais do início do século XX nos EUA, como Jane Adams. Assim, Perry não apenas reservou espaços para as atividades associativas dentro de seu esquema de vizinhança como condensou em sua proposta práticas sociais que davam sentido a eles.

Estas mudanças ocorriam no contexto de formação das grandes cidades nos Estados Unidos, fato que mobilizava a atenção e ação de arquitetos, urbanistas e outros agentes. Desta forma, Perry teve a oportunidade através da *Russell Sage Foundation* de incorporar algumas de suas ideias anteriores no plano de uma cidade. De modo criativo e pragmático, ele soube inserir a noção de Vizinhança, não como um fator menor ou residual, mas como uma estrutura elementar que se tornaria parte ativa do plano urbano maior, configurando a Unidade de Vizinhança dentro do entendimento de uma cidade-celular. Assim, operava-se uma instrumentalização de uma compreensão de relações sociais em um dispositivo de planejamento urbano.

A circulação deste conceito atrelado ao Plano Regional de Nova York foi imediata, seja pela distribuição e venda dos volumes do plano ou pela circulação dos próprios autores do plano em seus meios profissionais. Fluxo este concentrado (mas não exclusivo) entre Inglaterra e Estados Unidos. Contudo, a presença do conceito de Unidade de Vizinhança em outros planos ocorreria ao final da Segunda Guerra Mundial. Lançados pela necessidade premente de um plano de reconstrução dos tecidos urbanos bombardeados, a Unidade de Vizinhança cumpriria também um outro papel o de reativar os vínculos sociais e comunitários em um momento de esgarçamento social ocorrido durante os anos de conflitos. Ela ainda significava uma resposta à indiferenciação causada pela massificação industrial através do estímulo à sociabilidade, à associação e participação na menor escala urbana, a da vizinhança.

Deste modo, nos anos após a guerra nota-se a presença do conceito de Unidade de Vizinhança em muitos países latino-americanos através da atuação profissional de vários arquitetos de maneira sincrônica. É o caso de Josep Lluís Sert em vários países, Carlos Raúl Villanueva na Venezuela e Affonso Eduardo Reidy junto a Carmen Portinho no Brasil. Nestes casos, não se tratava de uma demanda de reconstrução urbana em função dos conflitos da guerra, mas de sociedades que estavam se urbanizando, atraindo população para as cidades (sobretudo as capitais) para atividades cada vez mais urbanas e, em alguns casos industriais, dentro de uma mudança do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial que ocorria desde 1929 impulsionado pela crise cíclica. Este foi o momento marcado por crises políticas em diversos países latino-americanos, polarizando alas conservadoras e liberais, para usar duas categorias bastante abrangentes que possam abarcar situações variadas.

Com relação às cidades, os países latino-americanos lidavam com seu crescimento e o delineamento de uma vida urbana mais diversificada, sobretudo em suas capitais. No campo profissional da arquitetura e urbanismo, observa-se, a criação ou a renovação das escolas de arquitetura, a instituição de órgãos públicos dedicados à construção de obras públicas e ao urbanismo, ainda que mantendo a contratação de profissionais estrangeiros especializados, como os urbanistas franceses, ou ainda consultores ou *experts*.

Imediatamente, após a Segunda Guerra nota-se uma intensa circulação de profissionais nos mais variados campos disciplinares, mobilizando redes variadas que muitas vezes encontravam-se ou se entremeavam. Neste momento, a América Latina é um ponto de passagem (por vezes de permanência) destes fluxos. Assim, através da circulação dos

profissionais configurava-se também um intensa troca de saberes e contatos culturais.

Entender os caminhos pelas quais as ideias se difundiram faz-se necessário para avaliar as circunstâncias das circulações e possíveis modificações de seus contornos iniciais, ainda mais para analisar as ideias e práticas comuns presentes em países diferentes. Deste modo, a circulação do conceito de unidade de vizinhança foi analisada através da própria mobilidade dos arquitetos mas também, das redes profissionais e da difusão pelas publicações de caráter internacional.

A intensa divulgação do Plano de Londres difundiu o conceito de Unidade de Vizinhança aplicado ao primeiro plano global de reconstrução elaborado ainda sob os anos de conflito. Revelando, assim, um aspecto pouco visível, o da continuidade das ações de planejamento pelos organismos oficiais em Londres mesmo durante toda a guerra, em contraste com a situação francesa que teve que lidar com a reestruturação não apenas das cidades mas também das instituições e associações profissionais após os conflitos. Londres, assim, através de seu plano, revelou-se um nó importante de cruzamentos e confluências de ao menos duas redes importantes, notadamente, os urbanistas ingleses ligados à tradição da cidade-jardim, e também dos subúrbios-jardim norte-americanos, e a ala inglesa do CIAM de corte modernista.

A difusão da unidade de vizinhança pelas revistas especializadas, nomeadamente a revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui* dedicada à discussão e disseminação do ideário modernista em um plano internacional, foi outra entrada de análise onde foi possível mapear em um plano mais internacionalizado a presença do conceito de unidade de vizinhança dentro do debate urbanístico do imediato pós-guerra, e portanto, dentro das tensões do campo, e das escolhas da revista. Após 1947, houve uma mudança gradativa da discussão dos planos urbanos para o tema das habitações coletivas. Foi através deste tema programático que a unidade de vizinhança foi mais amplamente difundida. No entanto, é notável como o conceito de unidade de vizinhança se dilui na formalização dos programas habitacionais associados aos equipamentos coletivos sem maior preocupação com a organização dos grupos sociais no espaço urbano ou mesmo do funcionamento dos equipamentos coletivos. Dentro das prerrogativas da revista o enfoque se dá às soluções arquitetônicas em seus aspectos estético, plástico, técnico, expressivo e construtivo dentro do entendimento de um movimento moderno, enquanto, um debate com outras disciplinas como a sociologia fica adiado.

A análise da circulação dos próprios atores, aqui os arquitetos Sert, Villanueva, Reidy e a urbanista Portinho, foi um outro ponto de vista adotado. Cada um deles ocupa posição diferente: Sert é um *passeur*, sua vida foi marcada pelos deslocamentos, alguns forçados como foi sua passagem da Europa aos Estados Unidos, outros profissionais, como foi o caso do contato com os países da América Latina. Villanueva, venezuelano nascido na Inglaterra, tem sua formação na tradicional *École de Beaux-Arts* retornado ao país de origem onde atuou durante toda sua carreira nos órgãos públicos, enquanto manteve um vínculo constante com a rede de profissionais e instituições francesas. Os brasileiros Reidy e Portinho também compuseram os quadros das instituições públicas ligadas às atividades de urbanismo e habitação, ambos mantiveram contato com Le Corbusier e em menor escala com a rede de arquitetos modernistas ligados ao CIAM.

Observou-se, portanto, similitudes e diferenças nos modos de inserção e atuação nos meios locais entre eles. No caso de Villanueva, Reidy e Portinho é notável como uma mesma geração em diferentes países da América Latina mantém trajetórias similares na atuação nas instituições públicas, no momento em que redes diferentes de profissionais estrangeiros foram mobilizados para atuarem nas cidades: Alfred Agache, no caso do Rio e Maurice Rotival em Caracas, ligados à rede de urbanistas franceses do *Institut d'Urbanisme*; e também de nomes do CIAM ligados ao urbanismo modernista, Le Corbusier no Rio e Sert na Venezuela. Fato que revela como as diferentes redes profissionais se entrecruzam, ora disputando posições e encomendas nestes países, ora colaborando em outras circunstâncias – como a permanência no *Comité de Patronage* da revista francesa de Agache, Le Corbusier, Rotival, Sert entre outros concomitantemente. Sert de modo distinto é o próprio consultor internacional contratado pelos órgãos públicos similares do Peru, Colômbia e Venezuela onde trabalhou com os arquitetos inseridos em cada um dos meios específicos como o próprio Villanueva, mas também Jorge Gaitán e Luis Dorich.

As formas de apropriação do conceito de Unidade de Vizinhança são distintas em cada um dos casos. Em Villanueva, Reidy e Portinho a Unidade de Vizinhança revela-se no âmbito do programa da habitação coletiva. Nos dois casos, em Caracas e no Rio de Janeiro, as realizações das obras habitacionais relacionam-se em menor medida com um plano urbano de conjunto de forma que a articulação das escalas urbanas é menos evidente. No caso de Villanueva a ideia de unidade de vizinhança parece mesmo esmaecer no momento

de incorporação de soluções mais verticalizadas, e sobretudo na massificação da produção dentro do contexto político e social do momento. No caso do DHP dirigido por Portinho, há uma apropriação seletiva da unidade de vizinhança, revelada no esboço de um plano habitacional territorializado pelos distritos.

Sert é quem se apropria do conceito de maneira criativa. Ele apreende e manipula o jogo de escalas urbanas, tendo a unidade de vizinhança como a escala básica. O arquiteto ainda a partir da crítica à suburbanização busca controlar o crescimento urbano horizontal, não apenas pela verticalização, mas também propondo uma trama urbana densa e mais compacta, permitindo desenhar e projetar não apenas os volumes fechados mas simultaneamente os espaços abertos. Ele mantém-se fiel ao pressupostos modernistas, no entanto, a partir do contato com a estrutura urbana das cidades latino-americanas, ele elabora soluções em diálogo com as pré-existências em dissonância com a fase mais vanguardista no movimento pautada por um funcionalismo ortodoxo e pela imagem da tábula rasa. Esta mudança ocorre não marginalmente, ao contrário, ele lança estas questões ao próprio CIAM como presidente desta associação. Revela-se, assim, como sua experiência nas cidades latino-americanas mais do que simplesmente “aplicar” os preceitos modernistas universalistas em “países longínquos”, foi capaz estimular a formulação de uma nova pauta para os encontros do CIAM do pós-guerra. Pauta esta que traduzia um processo de negociação dos preceitos modernistas com o legado colonial e urbano das cidades latino-americanas, ou ainda, uma negociação com a diferença colonial.

Em todos os casos analisados, um movimento é percebido com bastante nitidez enquanto a Unidade de Vizinhança formaliza-se em projetos urbanos e habitacionais o componente sociológico se esmaece, permanecendo apenas como resíduo.

BIBLIOGRAFIA

ABERCROMBIE, L. P; FORSHAW, J. H; *County of London Plan*. London: MacMillan, 1943.

ABERCROMBIE, Patrick. Some Aspects of the County of London Plan. *The Geographical Journal*, London, Vol. 102, No. 5/6, p. 227-238 , Nov. - Dec., 1943.

_____. L'Urbanisme em Grande-Bretagne. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.39, ano.22, p. 68-72, Février, 1952.

ALMANDOZ, Arturo. Notas sobre historia cultural urbana. Una perspectiva latinoamericana. *Perspectivas urbanas/Urban Perspectives*, Barcelona: ETSAV, 2002

_____. *Urbanismo europeo en Caracas (1870-1940)*. 2. ed. Caracas, Fundación para la Cultura Urbana, 2006.

_____. Modernización urbanística em América Latina. Luminarias extranjeras y câmbios disciplinares, 1900-1960. *Revista Iberoamericana*, VII, 27, 2007, pg 59-78.

_____. *Entre libros de historia urbana para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina*. Caracas: Equinoccio, Universidad Simón Bolívar, 2008.

_____. “Capitais latino-americanas e urbanistas estrangeiros (1920-1950)”. In: LANNA, A. L. D. [et al.] *São Paulo, os estrangeiros e a construção da cidade*. São Paulo: Editora Alameda, 2011.

AMATI, M.; FREESTONE, R. All of London's a stage: The 1943 County of London Plan Exhibition. *Urban History*, London, vol. 43, n.4, p. 539-556, 2016. doi:10.1017/S0963926815000498.

ANNALES. Une histoire à l'échelle globale. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 année, N. 1, pp. 3-4, 2001.

APARICIO, Alejandro. “La arquitectura de hoy Buenos Aires, Argentina, 1947-1948”. In: ROVIRA, T. (org.) *Documentos de Arquitectura Moderna en América Latina 1950-1965*. Barcelona: Institut Català de Cooperació Iberoamericana, 2005.

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.

ARAQUE, William Niño. “Villanueva: Momentos de lo moderno”. In: ARAQUE, William Niño; ORAMAS, Luis Peres. *Carlos Raúl Villanueva: un moderno em sudamérica*. Caracas: Fundación Galería de Arte Nacional, 1999.

ARAQUE, William Niño; ORAMAS, Luis Peres. *Carlos Raúl Villanueva: un moderno em sudamérica*. Caracas: Fundación Galería de Arte Nacional, 1999.

ARCHITECTURAL FORUM, Boston, vol. 87, n.5, nov.1947.

ARCHITECTURAL RECORD, New York, vol. 123, n.7, july 1958.

- ARCHITECTURAL REVIEW, London, vol. 112, n. 667, july 1952.
- ARQUITECTURA (Cuba), Havana, ano.20, n. 231, oct. 1952.
- ARQUITECTURA (Cuba), Havana, ano.22, n. 256, nov. 1954.
- ARQUITECTURA (México), Ciudad de México, s.n, n.58, jun. 1957.
- AUJOURD'HUI ART ET ARCHITECTURE, Boulogne, ano.1, n. 5, nov. 1955.
- BACON, Mardges. "Josep Lluís Sert's evolving concept of the urban core". In: MUMFORD, Eric; SARKIS, Hashim. (org.) *Josep Lluís Sert: the architect of urban design, 1953-1969*. Yale University Press, 2008.
- BALLENT, Anahi. *El diálogo de los antípodas: Los CIAM y América Latina. Refundación de lo moderno y nuevo internacionalismo em la posguerra*. Buenos Aires: Secretaria de Investigaciones em Ciencia y Tecnica/ FADU, 1995.
- BALLENT, A.; LIERNUR, J. *La casa y la ciudad: vivienda, política y cultura em la Argentina moderna*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº11, pp. 89-117, maio-agosto, 2013.
- BARDET, Gaston. Réponse de David. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.16, ano.19, Janvier, 1948.
- BARONE, A. C. C. *Team X arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- BASTLUND, Knud. *José Luis Sert: architecture, city planning, urban design*. Introd., S. Giedon. New York: Praeger, 1967.
- BAUER, Catherine. Planning is politics-but are planners politicians? *The Architectural Review*, Londres, Vol. 96, p. 81-82, 1944.
- _____. Garden Cities and the Metropolis: A Reply. *The Journal of Land & Public Utility Economics*, Vol. 22, No. 1, p. 66-67, Feb. 1946.
- BENDER, Thomas. *Community and social change in America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1982 [1978].
- _____. "Historians, the nation and the plenitude of narratives" In: BENDER, Thomas. (org.) *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- _____. *The unfinished city : New York and the metropolitan idea*. New York, New Press, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1960].

BERGDOLL, Barry (org.). *Latin America in construction: architecture 1955-1980*. New York, MoMA, 2015.

BLOC, Andre. Ayons Confiance dasn l'architecture contemporaine. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 2, Aout, 1952.

_____. Amérique Latine. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.10, ano.18, mars, 1947.

BOLONHA, Francisco. Ensemble résidentiel dans l'île de Paqueta. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 22-23, Aout, 1952.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

_____. *Affonso Eduardo Reidy: arquitetos brasileiros*. Lisboa/ São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2000.

_____. *Os pioneiros da habitação social V.I Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014.

_____. “Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal: a habitação como um serviço público” In: BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social V.I Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014.

BONDUKI, N.; KOURY, A. P. *Os pioneiros da habitação social V.2 Inventário da produção pública no Brasil de 1930-1964*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014a.

_____. *Os pioneiros da habitação social V.3 Onze propostas de morar para o Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014b.

BONDUKI, N.; NASCIMENTO, F. B. “Pedregulho: habitação social como serviço público” In: BONDUKI, N.; KOURY, A. P. *Os pioneiros da habitação social V.III Onze propostas de morar para o Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014.

BOWMAN, LeRoy E. Review Neighborhood and Community Planning. *Social Forces*, Chapel Hill, Vol. 9, N. 1, pp. 135-137, Oct, 1930.

BRITTO, Alfredo. (org.) *O sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

BRODY, Jason. *Constructiong Professional Knowlegde: the neighborhood unit concept in the community builders handbook*. 2009. 197 f. Dissertation – Regional Planning in the Gaduated College, University of Illinois, Urbana-Champaign, 2009.

BRUAND, Yves; *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BRUNNER, Karl H. (1939-1940): *Manual de Urbanismo*. Bogotá: Imprenta Municipal, 2 Vols.

BURGESS, E. W. "The growth of the city: an introduction to a research Project In: PARK, Robert & BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925a.

_____. "Can neighborhood work have a scientific basis?" In: PARK, R.; BURGESS, E. *The city* Chicago: The University of Chicago Press, 1925b

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2013 [1989].

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. 2005. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2005.

CASTELLANOS, P. S. *José Luis Sert y Colombia: de la Carta de Atenas a la Carta del Hábitat*. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, 2007.

_____. *Sert y Wiener en Colombia. La vivienda social en la aplicación del urbanismo moderno*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(035). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(035\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(035).htm)> [ISSN: 1138-9788]

CASTRO, Fernando V. Um intelectual multifacetado em caleidoscópio de ideias: raça no pensamento de Fernando Ortiz. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.42, n. 2, p. 606-632, maio-ago. 2016.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand, 1990

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, 11, 5, pp. 173-191, 1991 [1989].

_____. La conscience de la globalité (commentaire). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 année, N. 1, pp. 119-123, 2001.

CIUCCI, G; TAFURI, M. Dal CO, F. *La Ciudad americana : de la guerra civil al new deal*. Barcelona, Gili, 1975.

CLARK, F. London Plan and New York Plan. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 96, p. 78, 1944.

COHEN, Jean-Louis. *Scenes of the World to Come. European Architecture and the American Challenge 1893-1960*. Paris/Montreal: Flammarion/Canadian Centre for Architecture, 1995.

_____. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [2012].

COMITÉ DE REDACTION. Construire da France. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.1, ano.15, mai-june. 1945.

COSTA, L. Architecture, Art Plastique. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 4, Aout, 1952.

CRANE, J. Planning the democratic metropolis. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 96, p. 77, 1944.

CURTIS, William. *Le Corbusier Ideas and Forms*. London: Phaidon Press, 2010 [1986].

DAL CO, F.; TAFURI, M. *Architecture contemporaine*. Paris: Gallimard/ Electa, 1991[1976].

DEVILLARD, V; JANNIÈRE “Espaces publics, communauté et voisinage, 1945-1955” In: LEFEBVRE, V. P. *Les espaces publics moderne: situations et propositions*. Paris, Collection Architextes. Ed. Le Moniteur, 1977.

DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, I, Arts de faire*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1980.

DOMUS, Milano, s.n., n.254, jan. 1951.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/ colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, pp. 51-86, 2003.

EUFRASIO, Mário Antônio. “A Escola de Chicago de Sociologia: Perfil e Identidade” . In: Lucena, Célia Toledo; Campos, Maria Christina Siqueira de Souza. (Org.). *Práticas e Representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, v. 1, p. 13-27.

_____. *Estrutura urbana e ecologia humana a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2013 [1999].

FALBEL, Anat. Arquitetos imigrantes no Brasil: uma questão historiográfica. In: 6 Seminário DOCOMOMO Brasil, 2005. Niterói, Anais do 6 DOCOMOMO arquitetura e urbanismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. P. 1-20.

FEBVRE, M. A. Can our cities survive? *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.15, ano.18, novembre, 1947.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento. São Paulo: 1947-1972*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1980].

FRASER, Valerie. *Building the new world: studies in modern architecture of Latin America 1930-1960*. Londres; New York: Verso, 2000.

FRECHILLA, Juan José Martín. “Vivienda Popular e iniciativa municipal en Caracas, 1908-1958 (o como algunos pioneros no estaban equivocados)”. In: BOÍVAR, T.; BALDÓ, J. (org.) *La cuestión de los barrios*. Caracas: Monte Avila Editores & Fundación Polar Universidad Central de Venezuela, 1996.

_____. *Diálogos reconstruidos para una historia de la Caracas moderna*. Caracas: UCV, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2004.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L.L. (orgs.). *Capítulos da memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha seca, 2002.

FREIXA, Jaume. *Josep Lluís Sert*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1979.

FORD, James. Review “Social Problems and Reforms”. *The American Economic Review*, Vol. 22, N 3, pp. 536-539, Sep, 1932.

GASPARINI, Graziano. *Formación urbana de Venezuela siglo XVI*. Caracas: Armitano Editores, 1991.

GASPARINI, G.; POSANI, J. P. *Caracas a traves de su arquitectura*. Caracas: Armitano Editores, 1998.

GAUS, J. Legislation and London Plan. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 96, p. 80-81, 1944.

GAY, Peter. *Modernismo: o fascínio da heresia de Baudelaire a Beckett e mais um pouco* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIBBERD, Frederick. La nouvelle ville d’Harlow. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.39, ano.22, p. 76-69, Février, 1952.

GIBSON, Donald E. E. Aménagement de Centres de Villes, Coventry. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.39, ano.22, p. 73-75, Février, 1952.

GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the growth of a new tradition*. Cambridge: Harvard University Press, 1941.

_____. *A decade of new architecture*. Zurich: Editions Girsberger, 1951.

_____. Le Bresil et l’architecture contemporaine. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 3, Aout, 1952a.

_____. L'unité d'habitation de Pedregulho a Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 124-129, Aout, 1952b.

_____. “Affonso Eduardo Reidy and Contemporary Brazilian Architecture” In: FRANK, K. *The Works of Affonso Eduardo Reidy*. Stuttgart: Verlag, 1960.

GOLDFINGER, Erno. L'urbanisme en Grande-Bretagne: Londres *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.7-8, ano.17, p. 117-122, septembre-octobre, 1946.

GOMES, C. S. *Quando um muro separa, uma ponte une: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70)*. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

GOMES, M. A. A. F. (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. “Experiências sul-americanas: uma lacuna na historiografia brasileira sobre cidade e o urbanismo” In: GOMES, M.A.A.F, (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOODWIN, Philip. *Brazil Builds: Architecture new and old 1652-1942*. New York: Modern Art Museum, 1943.

GORELIK, Adrian. *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Buenos Aires: Ed. UNQ, 1998.

GORELIK, Adrian. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”, em MIRANDA, Wander Melo Miranda (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

_____. “La aldea en la ciudad. Ecos urbanos de un debate antropológico” in: *Revista de Antropología*, N.1, Córdoba, Museo de antropología, FFyH-UNC, oct., 2008.

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 année, N. 1, pp. 85-117, 2001.

_____. *As quatro partes do mundo*. São Paulo: Edusp/ Editora UFMG, 2014.

HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005 [1988].

HITCHCOCK, Henry-Russell. *Latin American architecture since 1945*. New York: Museum of Modern Art, 1955.

JEANNERET-GRIS, Charles Edouard. *Unité d'habitation de Marseille*. Souillac: S.N., 1950.

JUNCOSA VECCHIERINI, Patricia (Org.). *Josep Lluís Sert. Conversaciones y escritos. Lugares de encuentro para las artes*. Coleção Conversas com..., 1ª, Barcelona, Gustavo Gili, 2011.

L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. Architecture Contemporaine dans le monde. Boulogne, n.52, ano.25, Janvier-Février, 1954.

_____. Architecture Mexicaine. Boulogne, n.59, ano.26, Avril, 1955.

_____. Brésil, Boulogne, n.13-14, ano.18, Septembre, 1947.

_____. Brésil. Boulogne, n.42-43, ano.23, Aout, 1952.

_____. California, Venezuela, Construction en pays chauds. Boulogne, n.67-68, ano.27, Octobre, 1956.

_____. CIAM. L'Architecture d'aujourd'hui, Bologne, n.15, ano.18, novembre, 1947.

_____. Habitation Collective. Boulogne, n.16, ano.19, Janvier, 1948.

_____. Habitation Collective. Boulogne, n.31, ano.20, Septembre, 1950.

_____. Unité de Voisinage a Lansbury, Londres. L'Architecture d'aujourd'hui, Bologne, n.39, ano.22, p.80-89, Février, 1952.

_____. Urbanisme en Amérique Latine. Boulogne, n.33, ano.20, Janvier, 1951.

_____. Urbanisme. Boulogne, n.80, ano.29, Octobre-Novembre, 1958.

LANNA, A. (et alli.) (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

LE CAISNE, Remy. La structure de la population: base de l'urbanisme - les recherches de Bardet. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.7-8, ano.17, p.20-23, septembre-octobre, 1946.

LE CORBUSIER. La cidade dos motores. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.13-14, ano.18, p. 98, septembre, 1947.

_____. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001 [1968].
- LEME, Maria Cristina da Silva A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: Anais do V SHCU, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Campinas, 1998.
- LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/ FauUsp/ Fupam, 1999.
- LIERNUR, Jorge Francisco. South American way. El “milagro” brasileño, los Estados Unidos y la Segunda Guerra Mundial (1939-1943). *Block*, Buenos Aires, n. 4, p. 23-41, dez. 1999.
- _____. *Escritos de arquitetura del siglo XX em América Latina*. Madri: Tanais Ediciones, 2002.
- _____. “Vanguardistas versus expertos”. *Revista Block*, Buenos Aires, n.6, p18-39, mar. 2004.
- _____. *La red austral: obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en la Argentina (1924-1965)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.
- LIRA, J. T. C. “Arquitetos estrangeiros, a arquitetura no estrangeiro e a história” In: LANNA, A. (et ali.) (org.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidade*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LODS, Maurice. Attaques contre la charte d’athènes. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.15, ano.18, novembre, 1947.
- LONDON COUNTY COUNCIL. Neighbourhood: Stepney. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 119, N. 709, p. 28-29, Jan. 1956.
- LURÇAT, André. A propos de La Charte de L’urbanisme du ministère Dautry. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.7-8, ano.17, p. 16-17, septembre-octobre, 1946.
- MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- MCKENZIE, R. D. *The Neighborhood: A study of local life in the city of Columbus, Ohio*. Chicago: University of Chicago Press, 1923.
- _____. “The Ecological Approach to the Study of the Human Community” In: PARK, Robert & BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.
- MEDRANO, R. H. “Notas sobre a América do Sul na historiografia urbana brasileira” In: GOMES, M.A.A.F, (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MEZA, Beatriz. Superbloques y massificación: vivienda Banco Obrero en Venezuela (1955-1957). *Revista Tecnología y construcción*, vol. 4, n.1, p. 19-33, 2008.

_____. “El taller de arquitectura del Banco Obrero (TABO). Políticas, urbanismo y arquitectura en la década de los cincuenta”. In: CALVO, Azier; VILLALOBOS, Eugenia (org.) *80 años de políticas de vivienda en Venezuela (1928-2008)*. Caracas: Ediciones FAU-UCV, 2011.

MIGNOLO, Walter. “Compreensão humana e interesses locais. O ocidentalismo e o argumento (latino-) americano”. In: *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 [2000].

MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000 [1956].

MOHOLY-NAGY, Sibyl. *Carlos Raúl Villanueva y la arquitectura de Venezuela*. Caracas: Editorial Lecturas, 1964.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do Movimento Moderno*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014 [2001].

MUMFORD, Eric. Los CIAM y Latinoamérica. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997. p. 48-75.

MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on urbanisme 1928-1960*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.

MUMFORD, Eric. (ed.) *The writings of Josep Lluís Sert*. Cambridge: Harvard Press, 2015.

MUMFORD, Eric; SARKIS, Hashim. (org.) *José Lluís Sert: the architect of urban design, 1953-1969*. Yale University Press, 2008.

MUMFORD, Lewis. *Technics and Civilisation*. New York: Harcourt, Brace & Company, 1934.

_____. “The neighbourhood and the neighbourhood unit” *Town Planning Review*, 1954.

_____. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1982].

NASCIMENTO, Flavia Brito. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V.9, N.1, Maio, 2007.

_____. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informações, 2008.

_____. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2016.

NEWSOME, W. B. *French Urban Planning 1940-1968: The construction and deconstruction of an authoritarian system*. New York: Peter Lang, 2009.

NOBRE, A. L. *Carmen Portinho: o moderno em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumarál/PCRJ, 1999.

OCKMAN, Joan. "The war years in America: New York, New Monumentality". In: COSTA, X.; HARTRAY, G. (org.) *Sert arquitecto em Neuva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

OTTONI, Dacio A. B. "Introdução: Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia" In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã* São Paulo: HUCITEC, 1996.

PARK, R. E. "The City: Suggestions for the Investigation of Human behavior in the Urban Environment In: PARK, Robert & BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago, The University of Chicago Press, 1925a.

_____. "Community organization and juvenile delinquency" In: PARK, R.; BURGESS, E. *The city* Chicago: The University of Chicago Press, 1925b.

PATRICIOS, N. N. The Neighborhood Concept: a retrospective of physical design and social interaction. *Journal of Architectural and Planning Research*, 19 (1), p. 70-90, 2002.

PERRY, Clarence Arthur. *Wider use of the school plant*. New York: Russell Sage Foundation, 1910.

_____. "A survey of the Social-Center Movement". *The Elementary School Teacher*, Chicago, Vol. 13, N. 3, pp. 124-133, Nov, 1912.

_____. "The school as a community center". *The Journal of Education*, Boston, Vol. 94, N. 17, pp. 452, Nov, 1921.

_____. "School Center History in Chicago: some begginings and their significance". *Journal of Social Forces*, Chapel Hill, Vol.3, N. 2, pp. 291-293, Jan. 1925.

_____. "The rehabilitation of the local community". *Social Forces*, Chapel Hill, Vol.4, N. 3, pp. 558-562, Mar. 1926.

_____. "The Neighborhood Unit: a scheme of arrangement for the family-life community " In: *Regional survey of New York and its environs. Vol. VII*, New York, Committee Regional Plan New York Environs, 1929a.

_____. “City Planning for Neighborhood Life”. *Social Forces*, Chapel Hill, Vol.8, N. 1, pp. 98-100, Sep. 1929b.

_____. *The rebuilding of blighted areas: a study of the neighborhood unit in replanning and plot assemblage*. New York: Regional Plan Association, 1933.

_____. *Housing for the machine age*. New York, Russell Sage Foundation, 1939.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo aplicado do mestre Gaston Bardet: conferências, cursos e instituições. In: Anais do XV SHCU, Seminário de História da Cidade e Urbanismo, São Carlos, 2016.

PORTINHO, Carmen. Ante-Projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central. *Revista Municipal de Engenharia (PDF)*, Rio de Janeiro, n.2, vol. VI, pp. 153-163, Março, 1939a.

_____. Ante-Projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central (continuação). *Revista Municipal de Engenharia (PDF)*, Rio de Janeiro, n.3, vol. VI, pp. 284-297, Maio, 1939b.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n 153, p11-33, 2005.

PROA, Bogotá, s.n., n.108, abr. 1957.

PROGRESSIVE ARCHITECTURE, New York, s.n, n.36, ago. 1955.

POSANI, Juan Pedro. *The Architectural works of Villanueva*. Caracas: Lagoven Booklets, 1985

RADFORD, G. *Modern housing for America: Policy struggles in the New Deal era*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

RAGOT, Gilles. Pierre Vago et les débuts de «l’Architecture d’Aujourd’hui» 1930-1940. *Revue de l’Art*, n°89. pp. 77-81, 1990. Acessado em 29 de Novembro de 2017. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rvart_0035-1326_1990_num_89_1_347859

REGIONAL PLAN OF NEW YORK AND ITS ENVIRONS Vol. 1 e 2. New York: Committee Regional Plan New York Environs, 1929-1931.

REGIONAL SURVEYS OF NEW YORK AND ITS ENVIRONS Vol. 1 a 8. New York: Committee Regional Plan New York Environs, 1931.

REGO, J. L. L’Homme et le paysage. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.42-43, ano.23, p. 8-14, Aout, 1952.

REIDY, Affonso Eduardo. Urbanização da esplanada do Castelo. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.5, vol. V, pp. 604-607, Setembro, 1938.

_____. Estudo de Urbanização da área resultante do desmonte do morro de Santo Antônio. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.3, vol. XV, pp. 86-97, Setembro, 1948.

_____. Conjunto Residencial Pedregulho. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.3, vol. XV, pp.98-100, Setembro, 1948.

_____. Escola Primária do Conjunto Residencial Pedregulho. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.3, vol. XV, pp. 101-103, Setembro, 1948.

_____. Projet d'urbanisation de la butte Santo Antonio, Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.33, ano.20, p. 67-70, Janvier, 1951.

_____. Conjunto Residencial Marquês de São Vicente. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.1, vol. XXI, pp. 8-10, Janeiro-Março, 1954.

_____. Unité Résidentielle de Gávea a Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.74, ano.28, p. 93, Octobre-Novembre, 1957.

_____. *Affonso Eduardo Reidy*. Rio de Janeiro: Solar GrandJean de Montigny, 1985.

REIDY, A. E. et al. Urbanisme au Brésil: unité d'habitation au Pedregulho, Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.33, ano.20, p. 55-66, Janvier, 1951.

_____. Immeubles a appartements: unité d'habitation de Pedregulho a Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.52, ano.25, p. 20-21, Janvier-Février, 1954.

REZENDE, Vera. Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 12, pp. 77-99, 2017.

ROMERO, José Luís. *Latinoamérica, las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976

ROSS, R. [et al.] London's post-war reconstruction plan promised 'new order and dignity'. *The guardian*, London, 11 Dec. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2014/dec/11/london-post-war-reconstruction-plan-new-order-dignity> . Acesso em: 23 jan. 2016.

ROTIVAL, M. Urbanisme au Venezuela. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.33, ano.20, p. 71-74, Janvier, 1951.

ROVIRA, Josep M. (ed.). *Sert, 1928-1979 : half a century of architecture: complete work*. Barcelona : Actar, Fundación Joan Miró, 2004, c2005.

_____. *José Luis Sert : 1901-1983*. Milano: Electa Architecture: distributed by Phaidon Press, c2003 [2000].

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1993].

_____. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990 [1978].

SCHORSKE, Carl. “A cidade segundo o pensamento europeu, de Voltaire a Spengler” in *Espaço e Debates*, No. 27, São Paulo, 1989, pp.

_____. *Viena fin-de-siècle. Política e Cultura* (1961). Campinas/São Paulo: Ed.Unicamp/Cia das Letras, 1990

SCHUBERT, Dirk. The neighborhood paradigm: from garden cities to gated communities. In: FREESTONE, R. (org.) *Urban planning in a changing world*. London: E&FN Spon, 2000.

SEGRE, R. “Mestre e discípulos no urbanismo latino-americano (1920-1960): Buenos Aires e Havana, duas cidades paradigmáticas” In: GOMES, M. A. A. F.,(org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

SERT, Josep Lluís; ROGERS, Ernesto Nathan; TYRWHITT, Jacqueline (ed.) *The heart of the city: towards the humanisation of urban life*. London: Lund Humphries, 1952.

SERT, Josep Lluís; LEGER, Fernand; GIEDION, Sigfried. “Nine points on monumentality”. In: COSTA, Xavier; HARTRAY, Guido (Org.). *Sert arquitecto en Nueva York*. Barcelona: Museu d’Art Contemporani de Barcelona, 1997.

SERT, Josep Lluís; WIENER, P. L.; SILVA, Otto Rocha. La cité des moteurs. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.13-14, ano.18, p. 99-119, septembre, 1947.

SERT, Josep Lluís; WIENER, Paul Lester. Conditions Générales de l’urbanisme en Amérique Latine. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.33, ano.20, p. 4-9, Janvier, 1951a.

_____. Quatre Plan directeurs pour des villes sud-américaines: Medellín, Tumaco, Chimbote, Lima. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.33, ano.20, p. 10-55, Janvier, 1951b.

_____. Can patios make cities? *Architectural Forum*, Boston, vol.99, n.2, p.124-131, Aug. 1953a.

_____. Five Civic Centers in South America. *Architectural Record*, New York, vol.114, n.02, p.121-136, Aug. 1953b.

_____. Unité de voisinage de Pomona a Maracaibo. *L’Architecture d’aujourd’hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p. 98-101, Octobre, 1956.

_____. The Work of Town Planning Associates in Latin America 1945-1956. *Architectural Design*, London, June 1957.

SERT, Josep Lluís. *Cas d'application villes*. Paris, S.N., 1937.

_____. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

_____. "The human scale in city planning". In: ZUCKER, Paul. *New Architecture and city planning*. New York: Philosophical, 1944.

_____. Centers of community life. In: SERT, Josep Lluís; ROGERS, Ernesto Nathan; TYRWHITT, Jacqueline (ed.) *The heart of the city: towards the humanisation of urban life*. London: Lund Humphries, 1952.

_____. The changing philosophy of architecture. *Architectural Record*, New York, v.116, n.1-2, p. 181, Aug. 1954.

_____. Plan Directeur de Medellin et Plan Pilote de Bogota. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.80, ano.29, p. 73-75, Octobre-Novembre, 1958.

_____. "The theme of the congresso: the core". In: MUMFORD, E. (ed.) *The writings of Josep Lluís Sert*. Cambridge: Harvard Press, 2015a.

_____. "The neighborhood unit: a human measure in city planning". In: MUMFORD, E. (ed.) *The writings of Josep Lluís Sert*. Cambridge: Harvard Press, 2015b.

_____. "The human scale: key to the measure of cities". In: MUMFORD, E. (ed.) *The writings of Josep Lluís Sert*. Cambridge: Harvard Press, 2015c.

STAMP, L. Dudley. Replanning London. *Geographical Review*, Vol. 35, No. 4, p. 665-667, Oct. 1945.

STEIN, Clarence. Planning Technique and London Plan. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 96, p. 79-80, 1944.

_____. *Toward new towns for America*. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1957.

STEINER, J. F. Review Neighborhood and Community Planning. *American Journal of Sociology*, Chicago, Vol. 36, N. 3, pp. 476-478, Nov, 1930.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Editora Presença, 1985 [1973].

TAFURI, Manfredo. CACCIARI, Massimo. DAL CO, Francesco. *De la vanguardia a la metropoli : critica radical a la arquitectura*. Barcelona, Gili, 1972.

TATTON-BROWN, Aileen. Progress Report: County of London Plan. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 105, p.223-230, 1949.

THE ARCHITECTURAL REVIEW. Preview: Lansbury Neighbourhood, Poplar. *The Architectural Review*, Londres, Vol. 109, N. 651, p.177-179, March, 1951.

THE ARCHITECTURAL REVIEW. Primary School at Lansbury, Poplar. The Architectural Review, Londres, Vol. 110, N. 655, p. 7-16, July, 1951.

THE ARCHITECTURAL REVIEW. The County of London Plan. The Architectural Review, Londres, Vol. 96, p. 77-86, 1944.

TINEM, Nelci. *O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. João Pessoa: Manufactura, 2002.

VELHO, Otavio Guilherme. *O fenômeno urbano* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VENTÓS, Maria Rupert. "Cities in Latin America. The work of Town Planning Associates 1943-1956". In: COSTA, X.; HARTRAY, G. (org.) *Sert arquitecto em Neuva York*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 1997.

VILLANUEVA, Carlos Raúl; CENTELLAS, J.; BERMUDEZ, G.; BRANCO C.-A. Aménagement d'une zone d'habitat économique a Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p. 97, Octobre, 1956.

VILLANUEVA, Carlos Raúl; CEPERO, Carlos Celis. *La vivienda popular em Venezuela, 1928-1952*. Caracas: Banco Obrero, 1953.

VILLANUEVA, Carlos Raúl. *Integración de las artes*. Caracas: Facultad de Arquitectuta y Urbanismo, 19-?

VILLANUEVA, Carlos Raúl. Nouvelles unités résidentielles au Venezuela. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.31, ano.20, p.8-13, Septembre, 1950.

_____. *La Caracas de ayer y de hoy su arquitectura colonial y la reurbanización de "El Silencio"*. Paris, 1950.

_____. Unité d'habitation "Quinta Crespo". *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.45, ano.23, p. 40-41, Novembre, 1952.

_____. Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p. 86, Octobre, 1956a.

_____. Unité résidentielle 2 de decembre a Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p. 88-91, Octobre, 1956b.

_____. Unité résidentielle "el Paraiso" a Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p.92-95, Octobre, 1956c.

_____. Unité d'habitation a Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.67-68, ano.27, p. 102-103, Octobre, 1956d.

_____. Unité Résidentielle du 2 decembre a Caracas. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.74, ano.28, p.88-91, Octobre-Novembre, 1957.

_____. *Escritos*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, División de Extensión Cultural, 1965.

_____. *Textos escogidos*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Centro de Información y Documentación, [1980]. 101 p. Banco Obrero (Venezuela).

VILLANUEVA, P.; PINTÓ, M. *Carlos Raúl Villanueva*. Madri: Tanais Ediciones, 2000.

WARD, Stephen V. Re-examing the international diffusion of planning. In: FREESTONE, R. (org.) *Urban planning in a changing world*. London: E&FN Spon, 2000.

WOGENSCKY, André. La Charte d'Athènes. *L'Architecture d'aujourd'hui*, Bologne, n.7-8, ano.17, p. 18-19, septembre-octobre, 1946.

Lista de Imagens

Fig.1	Ilustração Unidade de Vizinhança. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929.	8
Fig.2	Mapa New York and its Environs. Fonte: Regional Plan of New York and its Environs, 1929.	9
Fig.3	Exibição do <i>County of London Plan</i> em 1943. Fonte: The Guardian.	12
Fig.4	Plano de Chimbote, Peru (1947) apresentado no CIAM 8 no formato do grid formulado pelo grupo MARS. Fonte: (Mumford & Sarkis, 2008).	14
Fig.5	Plano Regulador de Caracas de Maurice Rotival 1938-9. Fonte: Instituto de Urbanismo UCV.	16
Fig.6	Reurbanização de <i>El Silêncio</i> (1942-1945) na colina do Calvário ao fundo da Avenida Bolívar de Caracas. Fonte: Villanueva, 1950.	16
Fig.7	Vista lateral da escola e ao fundo os blocos residenciais A e B Fonte: Bonduki, 2000.	17
Fig.8	Vista do Ginásio, lateral da escola à direita da imagem e bloco residencial A ao fundo. Fonte: Bonduki, 2000.	17
Fig.9	Piscina e vestiários ao fundo blocos residenciais. Fonte: Bonduki, 2000.	17
Fig.10	Foto de Clarence Arthur Perry. Fonte: https://en.wikipedia.org	37
Fig.11	Ilustração da Forest Hills Gardens. Fonte: http://www.russellsage.org/about/history	38
Fig.12	Foto de Thomas Adams. Fonte: www.kosmoid.net/planning/adams	39
Fig.13	Thomas Adams em primeiro plano dirigindo o grupo de planejadores do <i>Regional Plan of New York</i> em 1923, ao seu lado está Frederic Law Olmstead Jr e mais a direita da imagem, Clarence Perry. Fonte: http://www.kosmoid.net/planning/adams	40
Fig.14	Mapa localização da área abrangida pelo Plano Regional. Fonte: Regional Plan of New York and its Environs, 1929-31.	42
Fig.15	Esquema da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	45
Fig.16	Plano para uma Unidade de Vizinhança com casas unifamiliares no subúrbio. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	46
Fig.17	Plano para uma Unidade de Vizinhança com variação tipológica para áreas mais densas. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	46
Fig.18	Unidade de Vizinhança em área industrial. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	47
Fig.19	Proposta de Unidade de Vizinhança para reurbanização de área central. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	47

Fig.20	Plano Geral de <i>Forest Hills Gardens</i> inserida na malha reticular de Nova York. Fonte: Regional Survey of New York and its Environs Vol. VII, 1929.	49
Fig.21	Plano Geral de <i>Sunnyside Gardens</i> e o detalhamento de uma quadra com áreas verdes e caminhos de pedestre em seu interior mantendo a retícula de Nova York. Fonte: (Stein, 1957).....	50
Fig.22	Plano Geral de Radburn rompendo a malha reticular conformando “superquadras” com as áreas verdes em seu interior conectando os usos institucionais. Fonte: (Stein, 1957).....	51
Fig.23	Foto aérea da implantação de Radburn de 1929 e divulgação do empreendimento. Fonte: www.fairlaw.org.....	51
Fig.24	Cartas II de Ernest Burgess. Fontes: BURGESS,E. “The Growth of the City: an introduction to a research Project”, 1925.	61
Fig.25	Plano esquemático das Vias Expressas Regionais do <i>Regional Plan of New York and its Environment</i> de 1929. Fonte: Regional Plan of New York and its Environs, 1929-31.	62
Fig.26	Carta II de Burgess e as quatro tipologias de Unidade de Vizinhaça. Fontes: (Burgess, 1925a) e (Regional Survey of New York and its Environs, Vol. VII, 1929).	74
Fig.27	Poster de divulgação de workshop na Hull House (1938). Fonte: New World Encyclopedia.	77
Fig.28	Mapa de análise social e funcional do <i>County of London Plan</i> (1943). Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).	89
Fig.29	Mapa do <i>County of London Plan</i> (1943) mostrando os anéis viários A e B. Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).	90
Fig.30	Rainha Elizabeth II e Rei George VI com Abercrombie e Forshaw na Exibição do Plano do Condado de Londres (1943). Fonte: https://municipaldreams.wordpress.com/2014/07/08/the-county-of-london-plan-1943-if-only-we-will/	91
Fig.31	Mapa esquemático mostrando as “unidades sociais” que seriam objeto de reconstrução. Fonte: (Abercrombie; Forshaw, 1943).	93
Fig.32	Maquete e esquema da Unidade de Vizinhaça de St. Anne na comunidade de Poplar divulgadas na <i>Architectural Review</i>. Fonte: (Architectural Review, 1951, n. 109).....	96
Fig.33	Análise da comunidade de Eltham em Londres no <i>County of London Plan</i> (1943). Fonte: (London County Council APUD Goldfinger, 1946, n.7-8).....	102
Fig.34	Esquema de Circulação Viária e organização das Unidade de Vizinhaça do Plano de Londres (1943). Imagem origem do Plano parcialmente reproduzida na revista. Fonte: (London County Council, 1943).	103
Fig.35	Proposta de variação de densidade por círculos concêntrico do Plano de Londres (1943). Fonte: (London County Council APUD Goldfinger, 1946, n.7-8).	103
Fig.36	Ilustração do Plano Geral La Rochelle-L Pallice de Le Corbusier no artigo de Wogenscky. Fonte: (Wogenscky, 1946, n.7-8).	104
Fig.37	Análise dos equipamentos de um bairro segundo método de Gaston Bardet. Fonte: (Le Caisne, 1946, n.7-8).	106

Fig.38	Imagens da “cidade-jardim horizontal” e “cidade-jardim vertical”. Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).....	108
Fig.39	Comparação da projeção da <i>Unité</i> de Marselha e uma “cidade-jardim horizontal” com o mesmo número de habitações. Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).....	109
Fig.40	Unidade Tipo. Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).....	110
Fig.41	Unidade Tipo e sua articulação no corte transversal onde se observa a rua-corredor e a cobertura. Fonte: (Jeanneret-Gris, 1950).....	110
Fig.42	Plano da Ville Radieuse de Le Corbusier (1930). Fonte: (Curtis, 1986).	111
Fig.43	Fotos de indígenas de Cusco (Peru) e detalhe construtivo em Yucatán (México) que ilustram o artigo de Sert e Wiener. Fonte: (Sert; Wiener, 1951a, n.33).....	125
Fig.44	Fotos das ruas e arcadas de Cusco (Peru) e a praça principal e uma casa-pátio em Arequipa (Peru) que ilustram o artigo de Sert e Wiener. Fonte: (Sert; Wiener, 1951a, n.33).....	127
Fig.45	Foto de Josep Lluís Sert. Fonte: (Xavier; Costa; Hartroy (org.), 1997).....	134
Fig.46	Capa e título definitivos do livro de Sert sobre o CIAM publicado em 1942. Fonte: (Mumford & Sarkis, 2008).....	139
Fig.47	Esquema de organização urbana em função das escalas de unidade de vizinhança e distritos. Fonte: (Sert, 1944).....	146
Fig.48	Plano Geral da Cidade dos Motores, (1945). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1947, n. 13-14).....	150
Fig.49	Composição da Unidade Residencial / Unidade de Vizinhança. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1947, n.13-14).....	151
Fig.50	Cidade de Tumaco antes do incêndio. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	155
Fig.51	Plano Piloto para a nova cidade de Tumaco na ilha vizinhança. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	156
Fig.52	Imagens de habitantes e habitações de Tumaco (antes do incêndio) que ilustram o artigo de Sert e Wiener. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	157
Fig.53	Centro Cívico e Unidade de Vizinhança do Plano de Tumaco. Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)	158
Fig.54	Uma das tipologias habitacionais construídas no plano de Tumaco. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	159
Fig.55	Mapa da cidade de Chimbote com o desenho do arruamento em quadrícula. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	160
Fig.56	Esquemas de parcelamento do solo e áreas livres para Plano de Chimbote (1947-1948). Fonte: Recorte a partir de imagem (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	161

Fig.57	Tipologia habitacional do Plano de Chimbote. Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	162
Fig.58	Tipologia habitacional do Plano de Chimbote. Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	163
Fig.59	Página da revista apresentando o Plano Geral de Chimbote. Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	165
Fig.60	Foto aérea de Cusco (Peru) que ilustra o artigo introdutório sobre Urbanismo na América Latina em que se observam os pátios internos e a trama compacta de habitações conformando a quadra e o tecido urbano. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	166
Fig.61	Ilustração com meios de transporte e geografia da região. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	167
Fig.62	Página da revista mostrando o zoneamento proposto para Medellín. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	169
Fig.63	Unidade de Vizinhança do Plano Diretor de Medellín (1949). Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	170
Fig.64	Plano Geral para o centro cívico de Lima (1947). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33)..	173
Fig.65	Diagrama de crescimento da área urbanizada de Lima (1947). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	173
Fig.66	Esquema de conexão entre o centro antigo e o novo centro cívico. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	173
Fig.67	Planta e elevação de uma das tipologias de blocos de apartamentos de 3 andares da Unidade de Vizinhança de Pomona (Venezuela). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n.67-68).	176
Fig.68	Croquis de Sert estudando a composição de casas-pátio. Fonte: José Luis Sert Archive.....	182
Fig.69	Croquis de Sert estudando a composição dos pátios intermediários na escala da vizinhança e a conformação do “desenho da rua”. Fonte: José Luis Sert Archive.....	183
Fig.70	Estudo de Sert para as escolas internalizando os pátios associados às salas de aula. Fonte: José Luis Sert Archive.....	184
Fig.71	Plano de Medellín mostrando os parques associados aos rios afluente do Rio Medellín. Estes também margeiam as Unidades de Vizinhança servindo de limite. Fonte: José Luis Sert Archive.....	185
Fig.72	Unidade de Vizinhança de Medellín associada a um parque que conecta com outras unidade de vizinhança. Fonte: José Luis Sert Archive.....	186
Fig.73	Croqui de Sert para o Centro Cívico de Chimbote. Fonte: José Luis Sert Archive, GSB.....	187
Fig.74	Grelha-CIAM preparada pelo grupo ASCORAL para o CIAM 7 que seria realizado em Bergamo em 1949. Fonte:)Giedion, 1951).	189
Fig.75	Grelha-MARS preparada para o CIAM 8 – O Coração da Cidade de 1951. Fonte: (Mumford, 2000).....	191

Fig.76	Croqui com diretrizes para o Plano de Medellín (1948). Fonte: Jose Luis Sert Archive, GSD.	193
Fig.77	Carlos Raúl Villanueva Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).	195
Fig.78	Obras de Carlos Raúl Villanueva: Gran Escuela (1939) em Caracas e Praça dos Touros (1931) em Maracay. Fonte: (Araque, Orama, 1999) e (Moholy-Nagy, 1964).	196
Fig.79	Sistema de vias do Plano Regulador de Caracas (1939). Fonte: (Villanueva, 1950).	197
Fig.80	Maurice Rotival croqui mostrando Av. Simon Bolivar que liga o morro do Calvário à Praça Caobos (1939). Fonte: (Fraser, 2000).	197
Fig.81	Plano da Cidade Universitária (UCV) na segunda etapa de construção. Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).	198
Fig.82	Vista Geral da Cidade Universitária (UCV). Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).	199
Fig.83	Praça Coberta da Cidade Universitária (UCV). Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).	199
Fig.84	Plano Diretor de Caracas (1939) de Maurice Rotival. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	202
Fig.85	Foto mostrando elevação de El Silencio voltada para Avenida Bolívar vista a partir da colonata. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	203
Fig.86	Plantas das duas tipologias habitacionais de El Silencio. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	203
Fig.87	Fotos da elevação de El Silencio visto do interior da quadra, com fileira de pilares. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	204
Fig.88	Plano geral da urbanização General Rafael Urdaneta (1943-45) em Maracaibo. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	205
Fig.89	Croquis da unidade de habitação Quinta Crespo mostrando a incorporação do teto-jardim. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n. 45).	206
Fig.90	Peças gráfica da unidade de habitação Quinta Crespo. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n. 45).	207
Fig.91	Plano Diretor de Caracas com a localização das unidades residenciais. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	209
Fig.92	Foto das ocupações de encostas em Caracas. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	209
Fig.93	Foto das duas tipologias habitacionais de El Paraiso (1952-54). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	211
Fig.94	Plano EL Paraiso (1952-54). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	211
Fig.95	Plantas das duas tipologias habitacionais. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1950, n. 31).	211

Fig.96	Planta da tipologia de 15 pavimentos e corte mostrando os andares com parada dos elevadores. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	212
Fig.97	Foto da área esportiva e do centro comercial em primeiro plano do 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	213
Fig.98	Implantação 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57). Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1956, n. 67-68).	213
Fig.99	Foto mostrando a implantação geral do 23 de enero (2 de diciembre) (1955-57). Fonte: (Moholy-Nagy, 1964)	214
Fig.100	Foto a cores mostrando a policromia do conjunto 23 de enero (2 de diciembre). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1957, n. 74).	215
Fig.101	Croquis de organização das escalas de El Silencio (1942-45). Fonte: (Villanueva, 1950).	218
Fig.102	Plano da Unidade de Vizinhaça de Pomona, Maracaibo. Fonte: (Villanueva, Cepero, 1953).	220
Fig.103	Plano da Unidade de Vizinhaça de Pomona, Maracaibo. Fonte: José Luis Sert Archive, GSD.	221
Fig.104	Localização dos Projeto de Habitação do <i>Banco Obrero</i> em Caracas em 1941 a 1957. Fonte: (Moholy-Nagy, 1964).	222
Fig.105	Plano Regulador de Maracaibo (1951) mostrando as Unidade de Vizinhaça de Pomona de 1951 (mais compacta) e Gen. Rafael Urdaneta de 1945 (mais dispersa). Fonte: (Villanueva, Cepero, 1953).	222
Fig.106	Foto de Affonso Eduardo Reidy. Fonte: Reidy, 1985.	226
Fig.107	Estudo de Brise-soleil de Reidy. Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa FAU UFRJ.	227
Fig.108	Foto de Carmen Velasco Portinho. Fonte: NPD FAU UFRJ.	228
Fig.109	Foto da colação de formatura de Carmen Portinha, a única mulher da turma formada em 1926. Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa FAU UFRJ.	229
Fig.110	Croquis de Le Corbusier para São Paulo feito na ocasião de sua viagem à cidade em 1929. Fonte: Le Corbusier, 2004.	232
Fig.111	Croquis de Le Corbusier para o Rio de Janeiro feito na ocasião de sua viagem à cidade em 1929. A solução dos edifícios-ponte curvilíneos seriam retomados nos estudos para o Plano de Argel (1932). Fonte: Le Corbusier, 2004.	233
Fig.112	Proposta de Reidy para a Urbanização da Esplanada do Castelo (1938). Fonte: (Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal (PDF), 1938, n. 5.)	234
Fig.113	Proposta de Reidy para a Urbanização do Morro do Santo Antônio (1948). Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU UFRJ.	235

Fig.114	Plano Geral de urbanização da área resultante do desmonte do morro de Santo Antônio (1948). Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	238
Fig.115	Plano Geral do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1952). Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	239
Fig.116	Corte e elevação do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1958). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	240
Fig.117	Planta do apartamento e foto da elevação do Bloco B do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	240
Fig.118	Plantas, corte e elevação da Escola Primária e Ginásio do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950). Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).....	241
Fig.119	Planta e corte do mercado e lavanderia do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950). Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	241
Fig.120	À esquerda foto do Centro Médico, em primeiro plano, do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950). À direita foto da lavanderia e mercado. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1951, n.33).	241
Fig.121	Projeto do Centro Cívico de Saint-Dié de Le Corbusier (1945). Fonte: (Giedion, 1951).	242
Fig.122	Foto mostrando em primeiro plano o centro de saúde, em segundo plano o bloco B e ao fundo o bloco A em obras do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43)..	244
Fig.123	À esquerda dormitório do MIT, Estados Unidos, de Aalto (1947-1949) e à direita Plano Obus, Argel, de Le Corbusier (1931). Fonte: (Giedion, 1951) e (Curtis, 1986).	244
Fig.124	À esquerda fotos em cores mostrando o painel de Portinari no ginásio e a textura e cor das elevações da escola composta por tijolos vazados e ao fundo o bloco A em construção do Conjunto residencial Pedregulho. À direita foto em cores mostrando a policromia da elevação do bloco B do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43).	245
Fig.125	Fotos do Conjunto Residencial de Paquetá. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1952, n.42-43).	245
Fig.126	Foto do bloco A em construção do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: (L'Architecture d'aujourd'hui, 1957, n.74).	246
Fig.127	Plano Geral do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: Elaboração de legenda sobre recorte (Aujourd'hui, Art et Architecture, 1955, n.5).	247
Fig.128	Cartaz anunciando palestra de Carmen Portinho sobre arquitetura moderna brasileira em Londres. Fonte: NPD FAU UFRJ.	252
Fig.129	Fotos do Conjunto Residencial Pedregulho (2007) antes da reforma. Fonte: Pedro Vannucchi, 2007.	257
Fig.130	Fotos do Conjunto Residencial Paquetá detalhe para uma das elevações e o playground. Fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1954.	258

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Maria Cristina Leme pela orientação, pela confiança e pela presença e leveza ao longo de mais este caminho. Ao meu co-orientador Professor Barry Bergdoll que tão gentil e prontamente me recebeu durante o período de pesquisa na Universidade de Columbia.

Às professoras Fernanda Fernandes e Gabriela Pellegrino pelo diálogo, leitura atenta e sugestões durante a Banca de Qualificação. À Prof. Beatriz Bueno pela supervisão na monitoria.

À Prof. Flavia Brito pela interlocução, pelo apoio e por compartilhar esta pesquisa desde sua formulação. Ao Prof. José Lira pelos anos formativos durante o TFG e o mestrado.

Ao Prof. Renato Anelli pelo incentivo e apoio com os trâmites diplomáticos. À Inez Zalduendo da *Francis Loeb Library*, à Paulina Villanueva e Cecilia Castrilho da *Fundación Villanueva* pelo envio de material.

À FAU USP pelo apoio institucional, ao CNPq que concedeu auxílio financeiro para esta pesquisa e à CAPES pela concessão da Bolsa Sanduiche/PDSE. Auxílios estes imprescindíveis para a realização desta pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Prof. Ana Elena Salvi pelo apoio institucional fundamental que permitiu a realização desta pesquisa.

À Prof. Maria Helena Capelato e “àquela” turma de disciplina tão participativa, à quem agradeço particularmente à Mayra Coan e ao Caio Gomes, que acabou virando minha bibliografia.

Aos amigos que me apoiaram com a rede de mobilidade: Ana Flavia Badue, Lorena Avellar, Bruno Zorek, Aline Murillo, Luísa Valentini e Julia Ruiz.

Ao Prof. Fernando Atique, à Prof. Nilce Aravecchia e Marianna Boghosian pelos muitos encontros e interlocução.

Aos orientandos Rita Canutti, Diego Ferretto, Kaue Paiva, Roseli D’Elboux que me receberam no grupo e agora à Andressa Celli, Marina Régis e Orlando Faya pelo compartilhamento.

Aos amigos e revisores Michel Vale, Isadora Guerreiro, Carolina Leonelli e Vera Lopes. Ao Flavio Higushi pelo empréstimo essencial de livros. Ao Pedro Vannucchi que gentilmente cedeu algumas imagens de seu ensaio fotográfico sobre o Pedregulho. Ao Renan Rodrigues pelo lindo trabalho e apoio essencial na reta final.

Aos amigos já de uma longa jornada pelo carinho, incentivo e descobertas: Julia Ruiz, Michel Vale, Letícia Sígolo, Gabriel Pedrosa, Isadora Guerreiro, Carolina Oukawa, Dalton Ruas, Débora Rosa, Christian Jecov, Inês Bonduki, Clara Mendes.

À minha família pela compreensão, carinho, apoio e incentivo e muito especialmente à Silvia Derenzo sem a qual nada disso seria possível.